

Odilon Nunes

**PESQUISAS
PARA
A HISTÓRIA
DO PIAUÍ**

1

PESQUISAS PARA A HISTÓRIA DO PIAUÍ

1



Coleção Grandes Textos

ODILON NUNES

Se existiu (ou existe) entre nós algum intelectual digno de toda reverência, trata-se, indiscutivelmente, do historiador Odilon Nunes. Mestre Odilon, como se tomara conhecido, reunia em si alguns dos atributos que caracterizam os verdadeiros sábios: inteligência fulgurante, integridade intelectual, paciência, tenacidade e, acima de tudo, a humildade e o desprendimento para compartilhar o que sabia. Sua profícua existência divide-se em dois momentos: no primeiro, foi professor e semeador de escolas nos sertões do Piauí e em outros estados do país. A partir de 1930, dedicou-se à pesquisa histórica e legou às gerações futuras uma obra de importância inquestionável. Ao recebê-lo, na Academia Piauiense de Letras, o também historiador Joaquim Chaves afirmou: "Construístes-nos, com a vossa História, um edifício sólido, bem traçado, alicerçado na rocha viva de uma documentação escolhida e de uma crítica inteligente e sensata. Apareçam-nos, agora, aqueles que irão adorná-lo com obras de arte, para deleite e gáudio dos espíritos mais requintados. Ninguém poderá, porém, de hoje em diante, prescindir de vossa obra, em se tratando de História do Piauí". A leva de novos historiadores piauienses confirmaria a veracidade da afirmação de Chaves.

Em junho de 1931, o mestre escola Odilon Nunes, preocupado com a inexistência de compêndios de história do Piauí que pudessem ser utilizados em sala de aula pelos professores piauienses, editou, por sua conta e risco, O Piauí na História, texto de caráter eminentemente didático. Modesto, adverte: "Falece-me a capacidade para produzir intelectualmente algo de grande que desperte a admiração e os elogios dos homens cultos de minha terra. Anima-me, entretanto, o grande amor que voto à instrução primária do Piauí, o desejo ardente de contribuir para seu progresso e, sobretudo, a vocação que impõe

Guilherme Santos Leite
04/04/2012

Coleção Grandes Textos

editores

**R. N. Monteiro de Santana
José Reis Pereira**

supervisão

Cineas Santos

capa

Antônio Amaral

diagramação e revisão

Rosa Pereira

digitação

Diego Germano Nepomuceno

Impressão

Halley S.A. Gráfica e Editora

ficha catalográfica

N972p

Nunes, Odilon.

Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros... / Odilon Nunes. – Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007.

216p (Coleção Grandes Textos, v. I)

1. Piauí – História. 2. Independência - História - Piauí. I. Título

CDD 981.22

Índice para Catálogo Sistemático

- | | |
|-------------------------------------|------------|
| 1. Piauí - História | 981.22 |
| 2. Independência - História - Piauí | 981.323.17 |

Odilon Nunes

PESQUISAS PARA A HISTÓRIA DO PIAUÍ

Volume I

Pré-história. Primeiros contatos com a terra
Primórdios da colonização. Primeiros currais
Colonização e ausência de governo

Primeiros governos

Oligarquia indígena contra delegados de El-Rei

Para

Pe. Joaquim Chaves,
Dr. R. N. Monteiro de Santana
Dr. José Camilo Filho,

*Pesquisadores da história do Piauí,
homenagem do autor.*

À memória de Gil José Nunes,
um afeiçoado da História e da Geografia,

gratidão do autor, cujos estudos têm
origem no convívio do progenitor, que
incitou o filho ao amor à terra piauiense.

SUMÁRIO

1 Pré-história. Primeiros contatos com a terra	19
2 Primórdios da colonização. Primeiros currais	51
3 Colonização e ausência de governo	77
4 Primeiros governos	107
5 Oligarquia indígena contra delegados de El-Rei.....	143

Prefácio da 1ª edição

O estudo que apresentamos não é ainda a história do Piauí. É um roteiro que servirá aos futuros pesquisadores de nossa história. Tem o propósito de despertar vocações e estimular o culto pelos feitos de nossos antepassados, cujas virtudes nos legaram tradições dignas de respeito.

No possível, fugimos às fontes bibliográficas; no possível, recorremos sempre às fontes arquivais. Trabalho individual, sem subsídios de outrem, talvez venha a ser testemunhada distorção na interpretação de um documento. Se porventura incidimos nessa falha, de já pedimos a clemência dos analistas, pois certamente fomos vítima do exaustivo trabalho, superior a nossa capacidade, e jamais do propósito de adaptar a peça documental ao conceito duma tese.

Novos estudos poderão retificar mesmo passagens deste trabalho. É esta uma das finalidades da História, ciência profundamente revisionista. Nosso Arquivo incorre nas mesmas deficiências apontadas pelos eruditos, com referência a outros estabelecimentos congêneres. Não temos ainda catálogos dos manuscritos, nem o inventário que há mais de século solicitava Renan como condição para que não fossem "entravadas e incompletas" as pesquisas históricas.

Em nossos dias ainda ensina José Honório Rodrigues que a mais urgente tarefa para a solução do problema é a publicação de inventários, catálogos, listas e elencos dos manuscritos de arquivo.

E na Casa Anísio Brito há falta desses elementos indispensáveis aos estudiosos.

Contudo, fizemos o que pudemos. Conforta-nos a convicção de que deixamos um roteiro para os futuros pesquisadores, e também indicações de fartas fontes arquivais e bibliográficas para o enriquecimento e a revisão da **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**, imperecível obra de erudição que nos legou F. A. Pereira da Costa.

Estudo de História regional, elaborado por dileitante, **Pesquisas para a História do Piauí** jamais seria editado por empresa comercial, pois não oferece possibilidade de vantagens pecuniárias. Só interessa ao legítimo piauiense, àquele que tem sempre a alma aberta aos anseios da terra e da gente estremecidas... Assim, sensibilizado queremos agradecer a S. Exa. o Sr Governador do Estado Dr. Petrônio Portela Nunes, que se identificou aos que exaltam o torrão piauiense, e autorizou a publicação da primeira edição deste humilde trabalho, como patrimônio do Estado, sem mais agravar o tesouro público com despesas outras. Sobejamente ressarcido com tamanha distinção, ainda uma vez agradece o

Autor

Uma explicação à guisa de prefácio

Pesquisas para a História do Piauí teve sua origem num contrato que firmamos com o Governo deste Estado em 1961, para escrever uma história do Piauí num volume. Era, então, governador do Estado o Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, e pesquisávamos no arquivo da Casa Anísio Brito, em busca de elementos para a elaboração de estudos que Raimundo Nonato Monteiro de Santana editava em **Econômica Piauiense**.

Os trabalhos que, então, publicamos, em parte constituem as quatro primeiras monografias editadas pelo atual governo.

Iniciado nosso trabalho como consequência do contrato, vimos logo, em face da riqueza documental que coligíamos, que mais interessaria à historiografia do Piauí a publicação de novos elementos que servissem de base para a feitura da história do Piauí em suportes documentais que muito mais ampliariam a fronteira de conhecimentos de nossas tradições.

Esquecemo-nos das vantagens que nos adviriam do contrato, e demos início ao trabalho que ora ainda absorve nossas atividades.

Em 1965 tínhamos material que daria os dois primeiros volumes de nossos estudos. Mantivemos, então, contato com o Dr. Petrônio Portela Nunes, que governava o Piauí, e propusemos que, mediante sua publicação, cederíamos gratuitamente ao Estado os direitos autorais da primeira edição, sem mais agravar o tesouro público com despesas outras.

Aceita a proposta e lançada ao prelo a matéria escrita, circunstâncias técnicas de ordem tipográfica obrigaram sua publicação em três volumes e a supressão do apêndice documental.

Continuávamos em nossas pesquisas quando fomos procurado pelo Dr. Raimundo Wall Ferraz, Secretário de Educação e Cultura, que, em nome do atual Governador do Estado, Dr. Alberto Tavares Silva, propõe a aquisição de uma segunda edição de **Pesquisas para a História do Piauí**, e propicia assim recursos para mais rápida conclusão da obra.

Odilon Nunes: história e erudição

Teresinha Queiroz

O que mais nos conforta no momento é parecer que o Governo já recebe a pesquisa histórica como instrumento do desenvolvimento, primeira característica, em nossos dias, da administração pública. Assim pensamos porque, em verdade, a política sempre esteve ligada à economia e, como esta, encontra ensinamentos na história.

Sabemos que o futuro emana do presente, e este, por sua vez, provém do passado que o fecunda com a experiência que nos legaram os predecessores. Não podemos esquecer os ensinamentos de nossos antepassados. E mesmo, é nosso dever cultivar o sagrado esforço dos que nos antecederam na luta pelo engrandecimento da terra piauiense.

No lançamento desta segunda edição de **Pesquisas para a História do Piauí**, cumprimos o dever de apresentar nossos agradecimentos pela solidariedade que vimos recebendo dos poderes públicos, e praza aos céus que os futuros governos continuem a estimular a cultura piauiense, pois cultura e economia são os suportes básicos das comunidades nacionais.

Odilon Nunes

Atribuir significado à longa vida de Odilon Nunes e compreender a missão que se auto-impôs parecem convergir para o esforço despendido e para a paixão que se materializaram em sua obra-síntese, as *Pesquisas para a história do Piauí*. Neste conjunto, formado por quatro volumes (1975a, 1975b, 1975c, 1975d) é possível perceber as interlocuções que estabeleceu com outros autores, especialmente piauienses, sua convivência no universo intelectual, suas leituras, as polêmicas em que se envolveu ao longo das dezenas de anos voltados quase que exclusivamente para a pesquisa documental no Arquivo Público do Piauí. O conjunto possibilita também apontar para as dimensões metodológicas de seu trabalho, para a discussão acerca da verdade histórica, bem como para a eleição dos recortes temáticos e interpretativos.

Quem é Odilon Nunes do ponto de vista de sua auto-referência e do ponto de vista da avaliação dos outros historiadores? Qual a importância de sua obra para a história do Piauí, não só em termos de sua construção, mas igualmente do ponto de vista das escolhas temáticas e da maneira como esses temas foram apropriadas por outros historiadores? Quais as relações entre erudição e história, em Odilon Nunes, e como essa relação marca seu trabalho?

É temerário tratar da trajetória intelectual e da missão de historiador em Odilon Nunes sem uma referência, mesmo que ligeira, às jornadas de sua infância, às viagens e às aventuras profissionais em busca do saber, realizadas na juventude, bem como ao trajeto de sua vida adulta, transcorrida quase sempre no espaço teresinense e nas adjacências, desenvolvendo atividades sobremaneira de natureza intelectual, enquanto professor, fundador e diretor de escolas, como inspetor de ensino, como gestor maior da educação do Estado e, sobretudo, enquanto pesquisador da história do Piauí, compulsando incansavelmente os papéis do Arquivo Público do Piauí (CELESTINO, 1996; NUNES, 2001).

Odilon Nunes nasceu em Amarante, em 1899, num momento em que o município começava a ganhar expressão como um dos mais importantes do Piauí, em virtude de sua localização às margens do rio Parnaíba, e transformava-se, gradativamente, em empório comercial, e também em pólo educacional. Amarante plasmava-se então como terra não só de comerciantes, mas igualmente de poetas, de estudiosos que já produziam e faziam circular jornais, onde já havia o vigor dos grêmios estudantis, onde a cultura letrada já conquistava seus espaços e onde livros, inclusive europeus, já faziam parte do consumo de algumas famílias. Uma dessas famílias era justamente a de Odilon Nunes, cujo pai, comerciante e fazendeiro, e grande interessado na educação, estimulava o filho a encaminhar-se para a vida letrada (DOMINGOS NETO, 1984, p.64; NUNES, 2001, p.79-82).

Odilon Nunes não tem formação superior, o que é freqüente em sua época, porém, já inicia sua vida prática como professor de primeiras letras, função que desempenha em diferentes estados do Brasil e no Piauí. Essa inserção no mundo da educação é que vai permitir sua percepção da ausência de compêndios escolares no que diz respeito à história do Piauí para o ensino primário (CELESTINO, 1996, p.71-75). Essa é a motivação para a feitura de seu primeiro livro *O Piauí na história*, em 1931, cuja função pragmática era realmente a de servir de subsídio pedagógico para os alunos do ensino primário piauiense. O livro foi elaborado em momento extremamente fértil da historiografia local, do ponto de vista de um esforço de reflexão crítica e de revisão dos temas, que, desde os primeiros cronistas e historiadores, começavam a dar forma à história do Piauí.

Uma das principais referências de Odilon Nunes, ao longo de toda sua vida de pesquisador, foi Anísio Brito, que, além de erudito pesquisador da história do Piauí, foi igualmente responsável, durante muitos anos, pela organização e sistematização da documentação primária do Arquivo Público do Piauí, de que foi diretor. Embora pouco lido hoje, Anísio Brito era considerado, entre as décadas de 1920 e 1940, o principal revisor da história do Piauí, guardando paralelismo apenas, nessa seara revisionista, com Hermínio Conde.

Como professor de História do Liceu e da Escola Normal, Anísio Brito acompanhava não só as discussões sobre os métodos da história, como as relativas aos textos de divulgação e às metodologias de ensino. Sobre os livros didáticos, afirma:

No Brasil, a história pátria já se começa a democratizar, e, nestes últimos anos têm aparecido livros didáticos, desprovidos das séries de datas e longa nomenclatura, o que muito contribuía para torná-la o martírio da memória da mocidade. E, como se dava na história geral, – privilégio dos eruditos e uma necessidade principesca, – que era, a história do nosso país há despertado tanto interesse nestes últimos tempos, que deixou de ter aquela feição de mera crônica, registro de datas e mais nada. É justo que se reconheça esse movimento patriótico em torno do que fizeram os nossos maiores (BRITO, 1922, p. 155).

Com relação à escrita da história do Piauí esclarece que, em face de sua ausência e da necessidade de ministrar os conteúdos na Escola Normal, obrigara-se a expor pequeno programa para as alunas escreverem. E adita em nota:

Tenho, compendiada, uma história, completa, do Estado, desde o descobrimento da terra, para os alunos da Escola Normal, aguardando, para publicá-la, oportunidade. Escrevi os acontecimentos principais, estudando as causas que os determinaram, destacando individualidades, baseado em documentos oficiais, dos arquivos da Secretaria do Governo (BRITO, 1922, p.156).

Odilon Nunes desde cedo se impôs essas missões que Erasmo Celestino (1996) conseguiu identificar com muita precisão – a de educador e a de historiador. Ele é, num primeiro momento educador, e sua condição de historiador e de estudioso da história do Piauí deriva dessa grande valorização que atribui à educação, dessa vontade de contribuir para o desenvolvimento do Estado a partir da ação regeneradora que era a ação educativa.

Odilon Nunes publica seu primeiro livro no início dos anos trinta, e dá seqüência às suas pesquisas nas décadas subseqüentes, embora apenas retome a divulgação de novos textos na década de 1950, com o forte estímulo de R. N. Monteiro de Santana, que funda então o Centro de Estudos Piauienses e põe em circulação a

revista *Econômica piauiense*. É nela, entre 1957 e 1960, que Odilon Nunes publicará as primeiras versões de suas monografias, pequenos estudos que abordam temáticas da formação colonial piauiense, os primeiros currais, a economia e as finanças, o devassamento e a conquista, o povoamento e o desenvolvimento da Capitania (1972b, 1972c, 1972d, 1983b, 1983c).

As *Pesquisas para a história do Piauí* constituem a principal contribuição de Odilon Nunes para a estruturação de uma história do Estado, e se compõem de um conjunto de temáticas que articulam, consolidam e dão corpo àquela história. Com duas edições, a obra tornou Odilon Nunes o historiador mais consultado pelos estudiosos do Piauí, em décadas recentes, sobretudo os interessados nos eventos coloniais e novecentistas, que ele estudou de maneira mais intensiva. Quaisquer que sejam as limitações que perpassem o monumento que é o conjunto das *Pesquisas*, é possível assegurar que esta obra ainda é a mais importante história do Piauí, por seu caráter sistemático, por sua forma de história total e sobretudo pela articulação e proposição de um processo evolutivo piauiense a partir do século dezessete até o século XIX e com incursões a um tempo pretérito que o autor define como pré-história. Anteriormente às *Pesquisas*, as tentativas de uma história do Piauí sistematizada e publicada, tinham como expressão apenas o breve ensaio de Clodoaldo Freitas, *História do Piauí*: sinopse, discurso em comemoração ao cinquentenário de Teresina, de 1902, *O Piauí na história*, do próprio Odilon Nunes e o notável *Roteiro do Piauí*, de Carlos Eugênio Porto, publicado em 1955.

A obra de Odilon Nunes é construída a partir de sensíveis e perceptíveis interlocuções. E essas interlocuções devem ser realçadas, num primeiro momento, enquanto apropriação das preocupações revisionistas de Anísio Brito, de quem Odilon Nunes assimila também as temáticas, ao tempo em que se esforça por corroborar alguns de seus pontos de vista. Essa identidade buscada é posta em evidência em inumeráveis trechos do próprio Odilon Nunes:

[...] pois vemos em seus trabalhos [de Anísio Brito] a tendência para o revisionismo histórico, especialmente sob o ponto de vista factual, e também sua notável contribuição ao incorporar à nossa

historiografia valiosos documentos inéditos, ampliando as fronteiras de nossos conhecimentos.

Quando agita o estudo da prioridade de Domingos Jorge Velho no assentamento das bases econômicas e demográficas do Piauí. [...] Já sob o ponto de vista interpretativo, quando pede revisão no estudo da Balaiada [...] E comenta Anísio Brito: 'Assim a história do Brasil, pela iniciativa do que possui ele de mais culto nas letras históricas, tem sofrido sensíveis revisões, impostas mesmo por necessidade inadiáveis...' E continua: 'Relativamente ao Piauí, tivemos ocasião de dizer em artigo de imprensa local, que desde o seu descobrimento e fase colonial às lutas separatistas e seqüentes, abrangendo a adesão à Revolução de 1824, à Balaiada, há muitas lacunas a preencher, omissões injustas que reparar, reivindicações que fazer'. Nesse estudo separa-se de Alencastre que tanto valorizou, e pede juízo mais equitativo a respeito do Visconde da Parnaíba que julga a figura central de nossa história.

Quando estuda a Independência no Piauí, opina que a data comemorativa de nossa adesão ao movimento de emancipação deveria ser a 19 de outubro, com a insurreição de Parnaíba, e não 24 de janeiro, com a proclamação de Oeiras. Diz ele: 'Dentre as muitas revisões de nossa história, que se impõem, certamente a data de dezenove de outubro ocupa o primeiro plano' (NUNES, 1972a, p.118-119).

De uma certa maneira é impossível compreender a obra de Odilon Nunes sem ter em conta que ele elaborou, aprofundou e consolidou problemas e intuições em relação não só ao período colonial, como ao período imperial, que se aproximam muito das temáticas a revisar propostas por Anísio Brito, como as relativas à prioridade do sul na colonização do Piauí e à presença do Domingos Jorge Velho nesse processo, quanto ao lugar ocupado pelos jesuítas na história do Piauí, em contraste com a ação a eles atribuída no resto da Colônia, daí decorrendo também a necessidade de repensar o lugar histórico do Marquês de Pombal. Anísio Brito procede a uma avaliação bastante positiva acerca da ação educativa dos jesuítas no Brasil, que considera os "bandeirantes da educação" na Colônia. Entretanto, considera singularmente contrastante a atuação dos jesuítas no Piauí – onde teriam descurado totalmente do ensino para se transformarem em fazendeiros. Realça que o ensino público só veio a tomar expressão a partir do interesse do Marquês de Pombal – personagem da história portuguesa valorizada

por ele. Na crítica à atuação dos jesuítas no Piauí, segue José Martins Pereira de Alencastre (BRITO, 1936, p.3-4). Ao eleger essa temática, Odilon Nunes afasta-se completamente de Anísio Brito.

A maneira como Anísio Brito já havia tratado os balaies, e sugerido revisão no tocante à questão da Independência, figuram entre os principais aspectos polêmicos também trazidos na obra de Odilon Nunes, cujo conjunto remete de uma maneira muito visível àquelas releituras já propostas em décadas anteriores por Antonino Freire e, sobretudo, por Hermínio Conde. Nesse contexto, as revisões apontavam para recusa das explicações e das interpretações historiográficas em boa medida já postas em José Martins Pereira de Alencastre ([1857]-1981) e especialmente nos historiadores que haviam abordado de maneira bastante geral o processo colonizador brasileiro, como Francisco Adolfo de Varnhagen, o grande sistematizador novecentista da história do Brasil.

A obra odiloniana aponta, em primeiro lugar, para interlocução com a historiografia local, com o que se realçam as presenças de Anísio Brito, de Hermínio Conde, de Antonino Freire, de Higino Cunha e a grande contribuição de Abdias Neves, talvez apenas superada pelo intenso uso de Francisco Augusto Pereira da Costa, cuja *Cronologia histórica do Estado do Piauí*, publicada em 1909, é talvez a obra mais citada por ele. Clodoaldo Freitas é o grande ausente e as posições dos dois autores, quanto à história, são muito distintas. De certa forma, Odilon Nunes constrói uma continuidade não só para a história, mas igualmente para a historiografia do Piauí, ao colocar em suas interpretações o diálogo constante com aqueles historiadores que começaram a pensar de maneira mais sistemática, a interpretar de forma mais documentada e por que não dizer, a alimentar com suas pesquisas as polêmicas da história do Piauí, no início do século vinte. Odilon Nunes não estabelece ruptura, em termos historiográficos, com os modelos que ele nomeia de revisionistas. Ao contrário, ele dá sequência, com seu esforço pessoal de pesquisa, iniciado na terceira década do século XX, a movimento que antecede o seu labor, realizado pelos pesquisadores apontados e por outros fora do Piauí, e de alguma maneira refreado após 1930, com as grandes mudanças instituídas com o novo regime político, que desfavoreceu a dedicação daqueles estudiosos, e de outros, à história do Piauí.

Se essas interlocuções, numa primeira aproximação, sinalizam para a historiografia piauiense, elas não se esgotam nesse movimento. Odilon Nunes, como historiador, projeta o seu diálogo também para o grande espaço ocupado pela historiografia brasileira, para os seus clássicos, também de feição revisionista, como Capistrano de Abreu, cujas principais obras circularam no início do século XX, para os cronistas coloniais como Sebastião da Rocha Pita, põe sob suspeição o ícone Francisco Adolfo de Varnhagen e outros historiadores novecentistas. A partir da década de 1960, ultrapassa as interpelações aos historiadores clássicos e aos revisionistas e incorpora leituras de Sérgio Buarque de Holanda, e outros, cujos modos de pensar a história têm feição totalizadora e vocação de história social e, em especial, de história econômica, perspectiva que é certamente um dos pontos fortes de sua obra.

Dessa forma, ele busca ancorar sua obra em historiadores econômicos marxistas como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, este citado eventualmente e de maneira pontual. Outros historiadores, com produção de viés mais social, como Francisco José de Oliveira Viana, estão igualmente presentes, com o que mostra abertura para tendências as mais diversas do pensamento brasileiro. Seu trabalho guarda razoável atualização e sintonia com as transformações teóricas e interpretativas da historiografia brasileira desde o começo do século vinte e, inclusive, com as novidades que circulavam nas décadas de 1950 e 1960, quando algumas interpretações da história já apontavam para posturas ditas mais de esquerda e com feição inequivocamente revolucionária, caso de Caio Prado Júnior.

Além de notável conhecedor da historiografia piauiense e da historiografia brasileira, Odilon Nunes igualmente acompanha discussões de natureza teórico-metodológica pertinentes ao campo da história, indica parte dessas leituras e procura dar suporte ao seu trabalho em teóricos franceses e alemães da escola chartista. Suas simpatias maiores parecem recair nos historiadores de tradição ranqueana, tradição que no Brasil é dita positivista. A sua perspectiva da história enquanto verdade que resulta de uma intensiva busca documental, de uma ética extremada que se associa a uma erudição documental inquestionável, permite considerar pertinentes as

presenças de Charles Langlois e de Charles Seignobos, de Leopold von Ranke, portanto, de historiadores que em passado recente foram configurados enquanto historiadores positivistas. Evidentemente, eles seriam muito melhor situados teórica e metodologicamente em tradição erudita, tanto da historiografia alemã quanto da historiografia francesa. A simpatia manifesta de Odilon Nunes é maior para com a tradição francesa, tradição que, ao tempo em que agrega um viés romântico, marca-se sobretudo enquanto perspectiva cientificista. Odilon Nunes, ao tratar da história, da verdade e do método em seu discurso de posse na Academia Piauiense de Letras, esclarece sobre o seu lugar:

Lembremos-nos do que dissera Henri Berr: '...a tão debatida questão se a história é uma arte ou uma ciência, está definitivamente resolvida. A história é uma das formas de pesquisar a verdade; não é um gênero literário. Assim como um tratado de biologia, uma obra de história não comporta preocupações estéticas. Se um livro que contribuiu para o estabelecimento da verdade é, por acréscimo, julgado belo, é uma chance feliz e uma espécie de luxo'. E termina Henri Berr, definindo 'a beleza de que se pode revestir a história – beleza severa e que não é senão o esplendor do verdadeiro'. Enquanto isso, Emil Ludwig, vulgarizador da história através de biografias em que revela sensibilidade estética, confessa que o artista, quando historiador, sempre deixa ao erudito erros a corrigir. É que a história é ciência, e se a ciência não comporta preocupações estéticas, muito menos comporta a ficção (NUNES, 1972a, p.112).

Mais adiante, em resposta a questionamento acerca da adequação de seus procedimentos metodológicos, afirma:

Desde começo do século passado, a História ingressou numa fase de revisão, e sempre que possível sua pesquisa foi transferida para os arquivos onde se encontra sua fonte primária, ficando em segundo plano os cronistas dos fatos que lhes são contemporâneos. São esses cronistas que merecem fé, mas sempre que possível subordinados a outras fontes documentais, especialmente ao documento emanado contemporaneamente com as ocorrências narradas. O verdadeiro historiador sabe quando e como deve citar o documento e sabe também que a história expressa em documentos bem analisados e criticados é a fonte mais positiva (NUNES, 1983a, p. 14).

Odilon Nunes só pode ser lido em sua inteireza tendo-se em conta que ele, ao habitar, por décadas seguidas, o Arquivo Público do Piauí, elaborando o seu trabalho de "sapa", dá continuidade e seqüência às pesquisas já iniciadas por Anísio Brito, e considerando que, ao tempo em que aprofunda o conhecimento da historiografia piauiense, especialmente a produzida no século XX, põe também sob suspeição diferentes aspectos da historiografia brasileira, tanto concernentes aos sucessos políticos quanto relativamente à visão social e econômica que começa a se impor, a despeito de iniciada no Brasil a partir da década de trinta. O imperativo de revisão à história nacional pode ser acompanhado na voz do próprio Odilon:

Publica-se a história da imprensa do Brasil, e o Piauí não aparece; publica-se a história da literatura do Brasil, e o Piauí não aparece; publica-se enfim a história do Brasil, e o Piauí pouco aparece, o Piauí, cuja história, como há pouco dissemos, na paz e na guerra tanto contribuiu para firmar a unidade da grande nação brasileira (NUNES, 1975d, p.17-18).

Odilon Nunes perpetua-se na memória dos mais jovens como pesquisador erudito, ensimesmado e confinado. Sua inserção intelectual, porém, talvez deva ser revista. Foi professor do Liceu Piauiense, professor e diretor da Escola Normal Antonino Freire, administrador da educação, pesquisador eventual contratado pelo Governo do Estado, sustentou correspondência com historiadores de relevo e manteve-se profundamente atualizado com o que se fazia na historiografia brasileira e na piauiense. Seu trabalho, no Arquivo e em casa, só pode ser considerado um trabalho de solidão e de isolamento na medida em que esses são os tributos da atividade da escrita. Na contramão daquela memória, ele mesmo configura seu grupo de trocas intelectuais, de convívio cultural e de apoio nas pesquisas:

No decênio de cinqüenta engajei-me a um grupo de pesquisadores que se dedicavam ao estudo do Piauí, especialmente na história e na economia. Padre Chaves publica seus primeiros estudos. Logo após surge *Econômica Piauiense* dirigida por Monteiro de Santana, e pude dar início nessa revista à publicação de meus trabalhos já

então em grande parte elaborados. No governo de Petrônio Portella Nunes, sob o amparo do governador, publiquei os três primeiros volumes de *Pesquisas* (NUNES, 1983a, p.15).

As partes pré-textuais de seus livros e os registros autobiográficos neles contidos permitem situar esses grupos - tanto de apoio, quanto de recusa. O grupo de apoio se organiza ao sabor da amizade que se estabeleceu entre Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e R. N. Monteiro de Santana, amizade que se torna extremamente frutífera nas décadas de 1950 e 1960 e que vai interferir não apenas na natureza da obra, como também nas possibilidades efetivas de divulgação de seus trabalhos.

O Centro de Estudos Piauienses, então instituído por R. N. Monteiro de Santana e outros, concentra e aglutina esses esforços que já vinham sendo feitos, de maneira dispersa, pelo próprio Monteiro de Santana, por Monsenhor Chaves, por Odilon Nunes e por outros pesquisadores como José Camillo da Silveira Filho e Celso Pinheiro Filho. As obras desses autores são sobremaneira pensadas e consolidadas enquanto registros historiográficos relacionados às décadas de 1950 e 1960.

Nos anos cinquenta, o catalizador principal desses encontros ao redor do Centro de Estudos Piauienses é o projeto de construir uma História do Piauí, projeto que já estava sendo desenvolvido por cada um dos participantes, em particular, e que tem continuidade na década seguinte com o apoio do Movimento de Renovação Cultural do Piauí e, na década de 1970, em virtude da atuação do Governo do Estado, através do Plano Editorial, instituído pelo Decreto n. 1416, de 17 de janeiro de 1972. Operante ao longo de toda a década, foi seguido pelo Projeto Petrônio Portella, de grande importância na divulgação da história e da literatura piauienses, especialmente nos anos oitenta. Odilon Nunes é o historiador mais publicado no âmbito desses esforços editoriais do Estado.

A convivência particular, as leituras compartilhadas e sobretudo os objetivos comuns permitem configurar a existência de grupo de historiadores com produção de notável alcance e expressão em termos de conhecimento local. Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e R. N. Monteiro de Santana refletem e constroem uma

historiografia que, ao mesmo tempo, conserva os registros do cotidiano, mostra o vigor da vida societária e aponta as transformações econômicas por que o Estado passou a partir do período colonial.

Essa convivência mais próxima do grupo favorece o desenvolvimento de uma interlocução mais qualificada acerca dos problemas piauienses e das lacunas de sua história, ao tempo em que permite a criação de meios para a publicação desses trabalhos. Odilon Nunes e R. N. de Monteiro de Santana divulgam parte de suas pesquisas na revista *Econômica piauiense*, que veio a alcançar dez números e que foi umas das principais invenções do último, naquele período. É necessário realçar que essa efervescência dos estudos historiográficos agregava outros interessados e afeitos às lides arquivais. Odilon Nunes nomeia alguns desses pesquisadores, depois de ter, convenientemente, destacado o pioneirismo de Anísio Brito:

E após, aparecem outros pesquisadores. Com real júbilo podemos citar as publicações de autoria de Celso Pinheiro Filho, Joaquim Ferreira Chaves, Carlos Eugênio Porto, Gaioso e Almendra, Monteiro de Santana [...] também Wilson Brandão, baseado em pesquisas realizadas no Arquivo da Casa Anísio Brito e ainda no da Assembléia Legislativa, tem em preparo dois trabalhos que aguardamos na convicção de que serão obras de grande mérito, um sobre a co-participação do Piauí nas lutas da Independência, e outro sobre o poder legislativo em nosso Estado. E ainda o nosso confrade, o acadêmico Eugênio Porto, piauiense de coração, já publicou a mais importante obra de vulgarização de nossa história, [*Roteiro do Piauí*, 1955] em estilo elegante e primoroso [NUNES, 1972a, p.113; NUNES, 1980, p. 44].

Um trabalho que se propõe revisionista, que intenta buscar a verdade e expressar essa verdade a qualquer custo é um trabalho que também se coloca necessariamente em contraposição à historiografia do passado e mesmo à historiografia do presente, daí as inúmeras polêmicas em que se envolveu. Algumas dessas polêmicas extrapolaram o âmbito local, caso da que sustentou com Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e que resultou em livro que defende a prioridade de Domingos Jorge Velho na colonização do

Piauí, dando continuidade e aprofundamento à posição primeiramente defendida por Sebastião da Rocha Pita, e seguida por muitos outros, como Francisco Augusto Pereira da Costa e Anísio Brito. Esse apreço à verdade documental, aliado ao sentimento polemista já exercitado com Barbosa Lima Sobrinho, é o mesmo que vai levar Odilon Nunes a responder, no artigo *Casos e cousas da historiografia do Piauí* (1983), à avaliação de Wilson de Andrade Brandão acerca do legado de José Martins Pereira de Alencastre (1857) e a abordar questões relevantes da historiografia local, especialmente relacionadas à metodologia da história.

Em vários estudos de Odilon Nunes, a preocupação metodológica vem claramente expressa. Por exemplo, ao referir-se a Anísio Brito, parece falar de seu próprio labor:

[...] ampara-se no teórico do naturalismo que, ao lado de Renan e de Fustel de Coulanges, na segunda metade do século passado, era um dos três grandes historiadores franceses, Hipólito Taine, e evoca seus ensinamentos ao dizer que 'a História não é intangível. Fatos históricos aceitos pela crítica, nem sempre encerram a verdade que, só depois, à luz de documentos, se pode restabelecer' [NUNES, 1972a, p.118].

Em resposta a Wilson de Andrade Brandão e em defesa de seu próprio trabalho, afirma:

[...] Já então havia lido autores como Henri Beer, Basselaar, Wilherm Bauer, Langlois, Ch. Seignobos. Mas, o meu autor predileto sempre foi, desde o decênio de cinquenta, José Honório Rodrigues, cuja obra muito me orientou em minhas pesquisas e publicações. Os trabalhos de José Honório Rodrigues, especialmente *Teoria*, devem ser lidos pelos que desejam aprofundar seus estudos [NUNES, 1983a, p.15].

No discurso em que recepciona Celso Pinheiro Filho na Academia Piauiense de Letras, ao comparar Direito e História, outra vez se remete ao método:

[...] Assim, contemporaneamente se aproximam o direito e a história, naquela fase de ebulição cultural que emerge do ressurgimento do direito alemão, quando também uma equipe de historiadores imprimiram novos moldes à pesquisa histórica. Jurista e historiador passam a empregar o mesmo processo de ação no labor quotidiano. Analisam as peças documentais como se fossem testemunhas que falam, criticam seus depoimentos com espírito judicioso, e buscam sua autenticidade apenas como instrumento para a credibilidade, pois bem sabem que o documento autêntico nem sempre é fidedigno. Jurista e historiador, obedientes a estas normas, assim vivem, assim trabalham em procura da verdade, donde emana a justiça, objetivo último de seu labor que é expresso em síntese, operação que se processa através da interpretação dos fatos despidos de toda a roupagem que lhes emprestara o artifício humano (NUNES, 1980, p.48).

Verdade e revisão histórica andam juntas e não é difícil perceber que algumas das sugestões de Anísio Brito são desenvolvidas por Odilon Nunes. Quanto ao período colonial, os destaques são para a questão da prevalência da colonização piauiense pelo sul, para a presença pioneira de Domingos Jorge Velho, bem como para a releitura da estrutura de poder colonial. Odilon Nunes, de certa maneira, ajuda a consolidar um viés interpretativo que reduz a participação da máquina burocrática portuguesa e do indígena no processo colonizador no Piauí, que é visto como definido pela ação quase que independente de bandeirantes e curreleiros, de sesmeiros absenteeistas e posseiros, indicando de alguma forma uma história vista de baixo, que mesmo tangencialmente também Anísio Brito já propunha. Os modos de fazer a história vinham se alterando nessa direção e, no Brasil, sobretudo na década de cinquenta, instituíam-se novas formulações sobre o social que seguramente Odilon Nunes acompanhava, mesmo que de longe.

As disputas políticas no século XIX, que se consubstanciaram em guerras intestinas e localizadas, também foram alvos de polêmicas de cunho revisionista – casos das lutas pela Independência, da participação do Piauí na Confederação do Equador e da Balaiada, esta já objeto de interesse de Clodoaldo Freitas (1894), Anísio Brito (1922?), Wilson de Andrade Brandão

(197__?) e do próprio Odilon Nunes. Mais uma vez, nosso autor insere-se no esforço de projetar nova arquitetura para a História do Piauí, enredada às reflexões de Anísio Brito, de Abdias Neves, de Esmaragdo de Freitas e de outros historiadores locais e regionais. Ao mesmo tempo, tentou articular de uma maneira muito forte o processo político piauiense ao da construção da nacionalidade brasileira, por entender que construir a identidade nacional era um das funções primordiais da história.

Ao tratar da Independência, no volume 2 das *Pesquisas para a história do Piauí*, não apenas elabora sua versão dos acontecimentos, como também agrega a seu trabalho 38 documentos inéditos que visam a fortalecer suas teses. Essas tensões em torno do movimento emancipacionista ainda persistem fortemente na historiografia e no imaginário político piauiense. Odilon Nunes, nesse aspecto, afasta-se de Anísio Brito, para quem a Independência tem como marco principal os episódios da proclamação em Parnaíba (BRITO apud NUNES, 1972a, p.118-119).

A esse respeito, em 1982, ao circular a segunda edição do livro de Esmaragdo de Freitas, *O Visconde da Parnaíba*, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Wilson de Andrade Brandão e A. Tito Filho publicaram documento, datado de 5 de novembro de 1979, e encaminhado ao governador do Estado, Dr. Lucídio Portella Nunes, expondo as razões para que o Dia do Piauí fosse solenizado a 24 de janeiro e não a 19 de outubro. A solicitação, historicamente fundamentada, é a expressão das releituras feitas pelos citados historiadores (FREITAS, 1982, p.14-16).

Com relação a outras revisões a que procedeu, inspira-se ainda em Anísio Brito e uma delas diz respeito à Balaiada e, em particular, à avaliação dos balaios, que estuda a partir de corpus composto por quatro mil documentos constantes no Arquivo Público do Piauí, acervo de que Odilon Nunes vai se transformar em grande conhecedor. Dedicou um volume inteiro das *Pesquisas* à temática da Balaiada, mais precisamente o volume 3. Esse movimento parece constituir um de seus primeiros interesses enquanto historiador, conforme se deduz de suas próprias palavras:

No governo Rocha Furtado já estava concluída e datilografada a Balaiada que foi lida por pessoas amigas a quem pedia me

aconselhassem como melhorar os meus trabalhos. O governador fez minha adição, pelo espaço de seis meses, como funcionário do Estado na Casa Anísio Brito, onde prossegui de modo mais assíduo minhas pesquisas. Uma das minhas aspirações era dirigir a Casa ,

No conjunto das *Pesquisas*, o volume sobre a Balaiada é o que melhor põe em relevo as ambigüidades da reflexão de Odilon Nunes quando trata da dimensão social da história piauiense e onde aparecem talvez com mais transparência as dificuldades de atender àquela sua imperiosa vontade de verdade, à busca de objetividade e à expressão de dureza e de crueza da linguagem que ela imaginava constituir característica da história que a distanciaria da ficção. Os seus modos variados e, às vezes, até contraditórios, de ver e atribuir significados às ações e intenções dos dominadores, dos governantes, dos balaios, conferem uma tensão permanente ao texto, que aparece como conotação ambivalente na linguagem. Em todo o volume 3 das *Pesquisas* há, ora uma avaliação bastante positiva e valorizadora da ação dos balaios, ora uma narrativa que heroiza os que se debatem em busca da ordem. Nesse sentido, a escrita é muito tensa, desde que Odilon Nunes admite reavaliar, também, e em simultâneo, o lugar histórico conferido à atuação de Manuel de Sousa Martins, Barão e depois Visconde da Parnaíba. À medida em que assume posição contrária à de Alencastre, crítico impiedoso do Príncipe dos Pastores, e realça a visão favorável de Anísio Brito, tende a equacionar de maneira problemática o imperativo da preservação da ordem, que dá centralidade e relevo à atuação de Sousa Martins e a ação vista por ele, em alguns momentos, como igualmente heróica dos balaios e de seus comandantes.

O livro, rico de informações de fontes primárias vistas quase que em primeira mão, é igualmente um livro complexo e ambíguo em virtude dessa revisão simultânea de dois episódios antagônicos do mesmo processo social. Ele tenta narrar seguindo a sua principal lição de metodologia da história, o respeito à verdade documental - a cada documento, sua verdade, o que resulta num coro de vozes muitas vezes conflitantes. Desse problema, que é ligado à concepção da história, e de seus efeitos sobre a narrativa, decorre seguramente a parte final do livro, quase que uma peça jurídica em defesa da

honra vilipendiada do Visconde, e em que Odilon Nunes, com seu comprometimento ético, procura também fazer justiça na história. Deve ser lembrado que sua pretensão primeira é produzir uma história com uma inquestionável feição de erudição e de verdadeira consagração dos fatos, desde que, de seu ponto de vista, esta era a mais nobre e a mais inafastável função do historiador e a grande missão da historiografia. A esse projeto de vida ele se dedicou por quase sete décadas.

Ao ler Odilon Nunes, é possível perceber como o esforço para alcançar a verdade histórica colide, de uma certa forma, com as escolhas prévias. Como visto na sessão anterior, a ambigüidade dessa relação resulta de que, ao tempo em que o autor se propõe a seguir, registrar e explicitar, com a maior isenção e honestidade, a verdade documental, ele não dispõe de instrumentais metodológicos que permitam enraizar de uma maneira mais segura as falas de alguns documentos em relação às outras falas documentais, e reconhecer que expressam, todas, lugares diferentes de poder. Nesse sentido, muitas vezes "a verdade a revisar" entra em rota de colisão com os registros dos documentos compulsados e também com as concepções prévias que leva para construir essa historiografia. Um dos seus problemas, certamente, foi o de conciliar a documentação crítica acerca do Visconde da Parnaíba e de sua ação enquanto feitor maior da ordem na história novecentista piauiense, bastante reproduzida na historiografia entre as décadas de 1920 e de 1940 (FREITAS, 1982, p. 11-13) com a indisfarçável simpatia que ele estabelece com o governante, a partir de sua força, de sua capacidade de evitar a continuidade de um estado de anarquia que se teria implantado, segundo Odilon Nunes, desde os primeiros momentos da colonização, perdurando muito visivelmente até à década de 1820, período das lutas pela Independência, seguidas pelos temores da Confederação do Equador.

Nos textos de temática política e administrativa, essa tensão reverbera enquanto dificuldade para narrar e para explicitar os lugares dos personagens na história. No caso dos episódios da Balaiada, como visto, ele se vê na contingência de fazer o papel de advogado de defesa do Visconde. Em nome da verdade e da justiça

históricas, procura, nos mesmos documentos e em outros, responder às críticas feitas a Manuel de Sousa Martins sobretudo em seu ocaso, já na década de 1840, quando as disputas políticas no Piauí começam a espelhar a tendência centralizadora da política nacional e aquele perfil do Príncipe dos Pastores deixa de ser requerido e necessário em vista de já terem sido contornadas as desordens regionais, instituindo-se um modelo de administração pública ancorado em burocracia formada por bacharéis. Nesse contexto, o principal opositor do Visconde, seu sobrinho Francisco de Sousa Martins, bacharel em Direito, vai sinalizar para essa mudança de parâmetros da política e da administração, que, com a Maioridade, acena para o processo de formação do estado nacional, quando vêm para o prosclínio os burocratas, bacharéis de várias formações, e cujas novas contribuições vão colidir com interesses das elites rurais. Dessas elites, e do povo também, Odilon Nunes tratou nos volumes 1, 2, e 3 de suas *Pesquisas*.

Um olhar de conjunto sobre os quatro volumes das *Pesquisas para a história do Piauí* localiza, em muitos momentos, essa tensão entre a verdade documental e a escolha do autor por uma posição acerca de fatos ou de personagens da história. Tais pontos são bem remarcados nas teses defendidas e nas polêmicas que sustentou ao longo da vida. Nas polêmicas, esclarece a que tendências e a que historiadores intenta seguir e de que posições e intérpretes busca afastar-se. Dessa tensão permanente decorre a natureza de sua escrita: parte narrativa, porém, sobretudo, desenvolvimento e sustentação de argumentos, portanto, explicação.

Odilon Nunes evidencia em seus textos, quase sempre de forma muito direta, suas mais caras filiações: Sebastião da Rocha Pita, Abdias Neves, Hermínio Conde, Anísio Brito, Antonino Freire, Francisco Augusto Pereira da Costa, quando se trata de processos locais; coloca-se contrariamente a Barbosa Lima Sobrinho, José Martins Pereira de Alencastre, Francisco Adolfo de Varnhagen e eventualmente rebate outros historiadores locais ou nacionais. Torna visível, assim, com o seu trabalho de pesquisa e com sua escrita, seu pertencimento a uma linhagem historiográfica e sugere uma continuidade na reflexão sobre o Piauí onde são colocados os citados Abdias Neves, Antonino Freire, Hermínio Conde, Anísio Brito e

ainda, Monsenhor Chaves e ele próprio. Odilon Nunes configura uma historicidade para a historiografia do Piauí, nesse simples movimento de apontar, em sua obra, que autores segue e que autores recusa.

No que diz respeito à amizade e à colaboração entre Odilon Nunes e Monsenhor Chaves é interessante recuperar o contexto das primeiras produções dos dois autores e a simbiose de seus trabalhos, e remarcar que essa aproximação é permeada da presença de R. N. Monteiro de Santana. Odilon Nunes, companheiro do Centro de Estudos Piauienses e do Movimento de Renovação Cultural, é incentivador de Monsenhor Chaves nas pesquisas no Arquivo Público do Piauí. Embora suas perspectivas de história guardem distinções, os resultados dos seus trabalhos são complementares.

O historiador das *Pesquisas* é a erudição personificada e seu trabalho representa, como já dito, o maior esforço individual realizado na literatura histórica piauiense (BRANDÃO, 1981, p.28). É possível afirmar ser ele um positivista, sem que isso enuncie ou signifique qualquer estigma ou preconceito, o positivismo visto no sentido estrito do rigor documental, como imperiosa necessidade de provar aquilo que se afirma em fontes escritas e de buscar uma aproximação perfeita com o real. A escrita odiloniana está muito longe de incorporar aquela dimensão mais humanística, maleável, e, às vezes, até mais poética, da obra de Monsenhor Chaves, que, entretanto, utiliza boa parte das pesquisas e das incursões que ele já havia iniciado, no Arquivo Público, passando-lhe os maços de anotações para que fossem utilizadas e complementadas. Odilon Nunes registrava cuidadosamente as informações documentais, e, generosamente, passava-as adiante, como o próprio Monsenhor Chaves expressa em diferentes circunstâncias (CHAVES, 1983, p. 9).

A história odiloniana aborda basicamente temas ligados à economia, à sociedade, à administração, à educação e outros concernentes à estrutura do Estado, todos permitindo compreender a formação econômica e social do Piauí desde o período colonial. Seu trabalho de pesquisa é anterior ao de Monsenhor Chaves e seu primeiro livro, *O Piauí na história*, já conta com quatro edições

(NUNES, 1931, 1937, 1959, 1975e). Assim como Monsenhor Chaves elaborou seus cadernos, Odilon compôs suas monografias, publicadas, como visto, primeiro na *Econômica piauiense*, e, depois, na forma de brochuras, nas décadas de 1970 e 1980, patrocinadas as duas edições pelo governo do Estado.

Sua grande obra, *Pesquisas para a história do Piauí*, tem os três primeiros volumes publicados em 1966 e o quarto em 1972. Em 1975 sai a segunda edição dos quatro volumes pela Editora Artenova, contratada pelo Governo do Estado para viabilizar o projeto editorial em curso. No primeiro governo de Alberto Tavares Silva (1971-1975), e no seguinte, de Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978), houve um grande movimento editorial que beneficiou Odilon Nunes, cuja obra mais importante foi publicada nesse contexto. Em seu último livro, *Raízes do Terceiro Mundo* (1987), discute o desenvolvimento - temática que se tornara tão presente em suas preocupações, que dirigira, de modo insurgente, a redação do quarto volume das *Pesquisas*.

Tanto Monsenhor Chaves quanto Odilon Nunes beneficiaram-se das políticas adotadas pelos governos estaduais e pela Prefeitura Municipal de Teresina, principalmente entre as décadas de 1970 e 1990, para dar publicidade a pesquisas sobre o Piauí. Os planos editoriais do Estado possibilitaram que os textos odilonianos chegassem até nós, permitindo também a divulgação de outros historiadores, como Francisco Augusto Pereira da Costa, José Martins Pereira de Alencastre e Carlos Eugênio Porto, que passam a ser exaustivamente citados daí por diante.

Em que sentido é possível dizer que Odilon Nunes elaborou uma das primeiras e, até agora, a mais importante história do Piauí? No sentido de que, seguindo esses autores apontados e outros, ele constrói e elucida um processo histórico piauiense, de um modo que institui o Piauí enquanto um território geográfico móvel, e com uma identidade histórica, coordenada e com força coesiva, sugerindo um trajeto a partir da ocupação. Constrói uma história especialmente econômica e social, apontando sobretudo para os grupos em disputa - posseiros, sesmeiros, vaqueiros, fazendeiros absenteístas, paulistas, baianos, ou seja, o arcabouço social é perfeitamente instituído desde a série de monografias - a

base fundamental para a elaboração do volume 1 das *Pesquisas*. De meu ponto de vista, as monografias são mais estruturadas, melhor pensadas e melhor redigidas que esse primeiro volume das *Pesquisas*, em que Odilon Nunes muito se remete a autores nacionais que trataram da história colonial e essa remissão excessiva à bibliografia faz com que ele perca parte daquela autonomia de escrita, de pensamento e de linguagem que marca positivamente a redação das monografias.

Odilon Nunes elabora uma história do Piauí integrada ao âmbito regional e alargada para a história nacional, e uma história que será seguida, em seus principais eixos, conexões e problemas pelos pesquisadores da Colônia e pelos estudiosos do século XIX. No Piauí, esses são os seus leitores obrigatórios. De uma certa forma, as localizações documentais, as indicações e sugestões de pesquisas, os ensaios de interpretação e até as teses e polêmicas da historiografia piauiense nos anos setenta e oitenta, inspiram-se em sua maior parte, em Odilon Nunes. Para exemplificar, ecos sonoros da obra odiloniana reverberam em Maria Amélia Freitas Mendes de Oliveira (1985), Claudete Maria Miranda Dias (1996) e Tanya Maria Pires Brandão (1995, 1999). As dissertações e teses que remetem ao Piauí colonial e ao Piauí imperial são tributárias de seu trabalho no sentido mais perfeito e mais radical da palavra.

Essa história, pacientemente elaborada, tem como desagudouro o conjunto aqui apresentado, que contempla todo o arcabouço social, econômico, político e administrativo, desde o século XVII, até o final do século XIX, baliza que encerra suas *Pesquisas* para a *história do Piauí*. O volume 1 trata da Colônia, o 2 é dedicado à Independência e o volume 3 à Balaiada. O volume 4 mostra a história do Piauí de 1844 até o final da década de 1880. Esse volume, do ponto de vista da linguagem, traz uma escrita menos densa que a dos três primeiros, cujas perspectivas, mais totalizadoras, intentam dar conta das relações sociais e do universo da política. Os temas são mais variados: a educação, a mudança da Capital, a guerra do Paraguai, a Abolição, a ação dos bacharéis enquanto administradores, exemplificada por Vitório da Costa, uma história da criminalidade. A despeito de mais fragmentário, é mais articulado do ponto de vista do modo de expor a história do Piauí. Sem embargo

de ser constituído por ensaios de temáticas variadas e independentes e de ter a forma de capítulos autônomos, igualmente propõe uma historicidade para o século XIX.

O que o Odilon Nunes não é, portanto, é historiador do século XX, circunstância perfeitamente compreensível, considerando que, em seu modo de conceber a história, a história é passado. Tal postulação fica muito clara em seu discurso de posse na Academia Piauiense de Letras, em 1967, quando ele se remete ao heroísmo pagão dos megarianos para afirmar que o passado domina o presente, que os mortos são em maior número que os vivos e que são eles que determinam o presente, daí uma das missões da história e uma das responsabilidades do historiador – fazer lembrar a ação dos arautos da transformação, cuja vida heróica foi dedicada ao justo, ao belo e ao sublime (NUNES, 1972a, p.111).

Essa prevalência do passado sobre o presente, em Odilon Nunes, é uma prevalência que está associada ao modo como ele pensa a verdade, a história, e o papel do historiador, e remarca um necessário distanciamento ético e crítico do pesquisador em relação aos fatos. Distanciamento que deve decorrer de profunda análise dos documentos, do maior número de documentos disponíveis e da contribuição que trazem para essa história. Monsenhor Chaves, no discurso em que o recebe na Academia Piauiense de Letras, põe em relevo exatamente esses aspectos de seu labor:

[...] pelo imenso cabedal de informações que nos proporciona, seja pela seriedade com que foi elaborado. Tudo nele foi decantado no cadinho inexorável de vossa impiedosa autocrítica, sempre preocupada em nos transmitir a verdade e somente a verdade dos fatos.

Saístes-vos admiravelmente bem da trabalhosa empreitada que acometestes com tenacidade e inteligência. Vossa história, Sr. Odilon Nunes, é documentada e crítica.

[...] O trabalho de crítica é um trabalho de inteligência. O historiador, por meio dele, tem que reelaborar penosamente os estados psicológicos que possuíram os autores dos documentos estudados, no momento em que foram elaborados: 'que quiseram dizer? acreditaram no que disseram? tinham razões para acreditar?' Cada documento se transforma assim num caso de observação.

[...] Construístes-nos, com a vossa História, um edifício sólido, bem traçado, alicerçado na rocha viva de uma documentação escolhida e de uma crítica inteligente e sensata. Apareçam-nos, agora, aqueles que irão adorná-lo com obras de arte, para deleite e gáudio dos espíritos mais requintados. Ninguém poderá, porém, de hoje em diante, prescindir de vossa obra, em se tratando de História do Piauí (CHAVES, 1972, p.123-124).

Nesse sentido é possível configurar Odilon Nunes não apenas como um criador dessa história, mas igualmente como o sistematizador maior e como o mais notável pesquisador da história do Piauí dos séculos XVII ao XIX. Extraordinária erudição modela o seu trabalho, que é pautado, parágrafo a parágrafo, linha a linha, em crítica percuciente de suportes documentais imensuráveis, com o que se supõe que estudou, analisou, buscou compreender e dar sentido ao maior conjunto de documentos sobre o Piauí até hoje. Dificilmente algum pesquisador, no passado e no presente, terá conhecido da maneira mais detalhada, mais perfunctória e mais completa, o acervo documental piauiense guardado na Casa Anísio Brito.

O grande pesquisador também tinha o gosto de orientar as pesquisas documentais de seus contemporâneos menos afeitos às lides arquivais. Tornou-se incentivador da pesquisa histórica, não só chamando a atenção para a riqueza, para a importância da conservação e para os usos dos arquivos, como contribuindo na localização da documentação necessária ao trabalho dos iniciantes nas armadilhas de Clio. Tornou-se proverbial também por sua generosidade, ao emprestar seus cadernos de anotações e repassar pesquisas iniciadas para serem completadas por outros pesquisadores. Ou seja, ele tinha clareza acerca da condição acumulativa da história, não só enquanto corpus informativo, como no sentido mesmo de sua produção, de que o trabalho de um historiador iria agregar-se ao de outro historiador. O sentido dessa colaboração e desse cuidado com as gerações mais jovens pode ser vislumbrado nos Agradecimentos e na Introdução do livro de Maria Amélia Freitas Mendes de Oliveira (1985, p.16), onde ela destaca a contribuição e o apoio recebidos do Mestre quando da elaboração de sua dissertação sobre a Balaiada.

Se é possível sustentar que a marca maior do trabalho de Odilon Nunes é a da erudição, é necessário destacar que não se trata da erudição pela erudição. Ao estudar as centenas de maços de documentação primária e parte do acervo hemerográfico do Arquivo Público do Piauí, sua intenção maior era a de proceder à interpretação documental severa, baseada também em documentação de outros arquivos e regiões, para decalcar, corrigir, confrontar, repropor interpretações sobre eventos da história do Piauí divulgados por grandes historiadores do Brasil, tanto no âmbito local, quanto regional e nacional. Odilon Nunes tornava-se um erudito também no sentido de ler, de analisar, de interpretar, de dialogar com os grandes produtores do conhecimento histórico brasileiro do período, desde que se mostrava razoavelmente atualizado, em termos bibliográficos, com o que se escrevia à época. É grande conhecedor da historiografia nacional e sobretudo constrói seus próprios textos articulando a especificidade da verdade documental do acervo que ele analisava na casa Anísio Brito, por décadas e décadas seguidamente, com as interpretações consolidadas ou de feição revisionista, conforme postas na história do Brasil por notáveis como Afonso d'Escragnoille Taunay, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Francisco José de Oliveira Viana, Manuel de Oliveira Lima, José Honório Rodrigues, historiador de sua predileção, e com quem mantém relações quase pessoais, e por outros. Nessa interlocução, algo inquietava profundamente Odilon Nunes – o fato de, através de longos anos, a história do Piauí ser conhecida apenas por intermédio de historiadores nascidos noutras terras brasileiras. A despeito dessa condição, acrescentava: [...] Mas, lá fora, pouco se sabe do Piauí, especialmente sob o ponto de vista cultural” (NUNES, 1975d, p.17).

Odilon Nunes trabalhava também com documentação primária impressa, de grande significação para a historiografia do Piauí, como o *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí* e o texto fundante do padre Miguel de Carvalho, *Descrição do Sertão do Piauí* (1993), que foi um dos primeiros pesquisadores a explorar circunstanciadamente, além de outros textos, anônimos ou não, que circularam desde o século XIX e que fazem referências ao período colonial. Explorou de forma exaustiva a documentação originária das administrações dos primeiros governadores, e

consultou uma variedade documental muito grande, incluindo documentação regional publicada, cujo conhecimento foi favorecido por pesquisas como a de Ernesto Ennes (1938). Odilon Nunes pesquisava num espectro grande de documentação, em busca da verdade mais recôndita dos fatos.

Estudos continuados da documentação primária manuscrita, da documentação primária impressa, dos relatos diversos de viajantes nacionais e estrangeiros, da documentação coligida e publicada por eruditos pesquisadores da história regional e nacional de várias épocas, o acompanhamento daquilo que se escrevia em termos de teoria e de metodologia da história, especialmente na tradição ranqueana, postura em que o peso da informação documental prevalece, essas eram as tarefas e as ocupações, sem intermitências, de Odilon Nunes. Na *Súmula de história do Piauí* (1963), livro dos mais interessantes, publicado sob o patrocínio do Movimento de Renovação Cultural do Piauí, já se percebem também as contribuições historiográficas dos marxistas. Odilon tornou-se também leitor de Caio Prado Júnior e de Nelson Werneck Sodré. Com isso, já associava ao seu trabalho perspectivas econômicas que eram então novas no Brasil. A economia era um dos seus principais interesses, predileção facilmente identificável nas indicações de fontes de seus livros. Suas maiores contribuições, elaboradas nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, já se configuravam enquanto possibilidades de composição de uma história econômica do Piauí. Não é fora de propósito fazer referência, aqui, à aproximação e à convivência com o economista do grupo – R. N. Monteiro de Santana. Uma história mais econômica do que uma história social, parece ser a obra odiloniana. E uma certa visão econômica, uma visão materialista que se insinua em muitos momentos de seus escritos, quando ele faz dos imperativos da economia o principal vetor de explicação de certas situações conjunturais e mesmo de alguns aspectos da ação política.

É provável que essa discussão já estivesse ambientada no Centro de Estudos Piauienses, coordenado por um economista e grande interessado nas questões desse teor. É importante realçar que o peso para essa escolha de Odilon Nunes é talvez o peso do presente, até porque, em seu trabalho, o tempo presente se insinua

fortemente, a despeito de ele imaginar que esteja a falar do passado. Esse presente não chamado se insurge com força e notável visibilidade no volume 4 das *Pesquisas para a história do Piauí*, apontando para as recorrentes discussões daquelas décadas acerca do desenvolvimento, da urgência da mudança econômica, então vista como razão de ser e responsabilidade do Estado. A discussão desenvolvimentista marca os textos de então e Odilon Nunes não foge a esse escopo (SANTANA, 1957).

Ele propõe, para o seu trabalho e dos demais pesquisadores, o imperativo de pensar o trajeto Piauí, as peculiaridades de sua história, essa relação continuada e dramática entre pobreza e riqueza. Acreditava que a história era um conhecimento capaz de assessorar os gestores públicos no sentido da superação de nosso secular atraso, sugerindo formas esquecidas de desenvolvimento, formas que eram vistas como responsabilidade executiva do Estado, porém, produto de reflexão partida de consciências críticas e cívicas, informadas por uma ética de trabalho, pela busca incessante de superar a acomodação. O historiador, com sua verdade, contribuiria para configurar também o processo da mudança econômica e social de que o Piauí tanto precisava. A história daria sábias lições (NUNES, 1975d).

No volume 4 das *Pesquisas*, em inumeráveis parágrafos, Odilon Nunes esquece por completo aquela sua postulação de que a história é passado e insiste em mostrar o presente e as nossas responsabilidades enquanto cidadãos. Aponta as obrigações do Estado, sugere em que circunstâncias e condições este Estado falhou e propõe certos receituários de como se poderia, à luz do passado, no presente, e com vistas ao futuro, organizar a sociedade, aperfeiçoar a cultura política, incentivar as práticas cidadãs, para que o Piauí alcançasse o tão sonhado desenvolvimento. Essa questão é tão presente em suas preocupações, que seu último livro, publicado em 1987, e, provavelmente, um de seus últimos escritos, estuda as raízes do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. E ele pretendia, o que não conseguiu, encerrar o texto com uma discussão acerca do subdesenvolvimento do Piauí.

Ao acompanhar a discussão desenvolvimentista, que conquistava cada vez mais espaço desde a década de 1950, tentava

aplicar as leituras e conhecimentos adquiridos à interpretação do Piauí, no passado e no presente, com o intuito de contribuir para a reflexão acerca das nossas necessidades mais prementes. A primeira, resistia como a de ultrapassar aquilo que resistia como uma das continuidades de nossa história, a pobreza, que ele explica responsabilizando dois grandes equívocos do processo colonizatório, ligados à educação e à cultura.

Pelo que foi apontado até aqui, Odilon Nunes é, seguramente, um grande leitor. O espectro de suas leituras, palidamente reconhecível pelas indicações bibliográficas de seu livros, percorre desde os teóricos da história, nacionais e estrangeiros, a grande elenco de produções acerca do Brasil, do Nordeste e do Piauí, de todas as épocas. Isso sem que se necessite fazer referências aos inúmeros volumes de documentação secundária e aos incontáveis maços de documentação primária manuscrita, desde que, para ele, arquivo e documento eram o lugar e a pátria do historiador. Sua paixão pelos arquivos dá bem a mostra da relação que estabelece entre documento e história. Que fale sobre isso Monsenhor Chaves, considerando que os dois trabalharam conjuntamente e em fina sintonia, no discurso em que recebe Odilon Nunes na Academia Piauiense de Letras:

Em se tratando de História, todos nós sabemos que nada pode suprir os documentos; onde não os houver, não haverá também História. Mas sabemos, além disso, que os documentos são apenas o princípio de conversa, o ponto de partida. Através deles o historiador tem que atingir o fato passado, que é ponto de chegada. E aqui, precisamente, começam as complicações. Para chegar ao acontecimento, o historiador tem que percorrer uma série complexa de raciocínios, encadeados uns aos outros, terreno perigosíssimo para os inexperientes, todos eles inçados de possibilidades de erro [...] (CHAVES, 1972)

E o próprio Odilon Nunes, no mesmo contexto, explica sua relação com a história: "Já o dissemos, a história é ciência, e seu material de exame é o documento [...]" (NUNES, 1972a, p.114).

A crença no valor científico da história e a paixão pelo arquivo podem ser vistas também no modo de conduzir sua prática de

pesquisa e sua vida prática. Tomemos o projeto inicial das *Pesquisas*, pensado, na primeira metade da década de 1960, como uma *História geral do Piauí*, em volume único, encomendada pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962). O projeto, não executado segundo a proposta do governo, tornou-se mais longo e ambicioso, em virtude da paixão que o próprio Odilon não conteve no trato com a documentação. Deixemos que seja ele a contar sua história:

Pesquisas para a História do Piauí teve sua origem num contrato que firmamos com o Governo deste Estado em 1961, para escrever uma história do Piauí num volume. Era, então, governador do Estado o Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, e pesquisávamos no arquivo da Casa Anísio Brito, em busca de elementos para a elaboração de estudos que Raimundo Nonato Monteiro de Santana editava em *Econômica Piauiense*.

Os trabalhos que, então, publicamos, em parte constituem as quatro primeiras monografias editadas pelo atual governo.

Iniciado nosso trabalho como consequência do contrato, vimos logo, em face da riqueza documental que coligamos, que mais interessaria à historiografia do Piauí a publicação de novos elementos que servissem de base para a feitura da história do Piauí em suportes documentais que muito mais ampliariam a fronteira de conhecimentos de nossas tradições.

Esquecemo-nos das vantagens que nos adviriam do contrato, e demos início ao trabalho que ora ainda absorve nossas atividades (NUNES, 1975a, p.17).

Leitura conjunta das *Pesquisas* sugere que os textos foram escritos durante muitos anos, em diferentes épocas, permitindo a hipótese de que as tensões da escrita derivam justamente dessa reescrita permanente, dessa retomada que resultava da descoberta de novos documentos, sem desconsiderar também as sensíveis mudanças que se processavam, durante todas essas décadas, nas formas de pensar a história, não somente enquanto produto escrito, mas igualmente como acelerada e mutante transformação do mundo.

Odilon Nunes pesquisa e escreve a história do Piauí desde a década de 1930, década em que a compressão política, bastante intensa, sufocou aquela escrita multiplicada e multifacetada da

chamada República Velha, e talvez essa condição ajude a explicar, em parte, as razões para ter pesquisado muito, e escrito pouco. E ao entrar a década de cinquenta, que é uma década figurada como otimista e positiva, fértil em grandes planos e fantasias de desenvolvimento, de vontade expressa de superação coletiva que se prolonga para as décadas seguintes, até pelo menos os anos de 1970, é que encontrará o contexto propício à divulgação de suas obras.

Sua escrita é tributária, ao mesmo tempo, de momentos de liberdade e de momentos de opressão e esse tributo é retomado, no Brasil, a partir da década de 1960; de momentos de descrença em relação ao desenvolvimento econômico e de momentos de grandes aspirações, desejos e fantasias quanto a esse desiderato, como se pode perceber no período correspondente ao final da década de cinquenta até a década de setenta, quando já é possível considerar realizada a sua obra principal.

Seu último livro tendo como tema o Piauí foi publicado em 1979, embora a reflexão seja cumulativa e realizada ao longo de toda a vida. Trata-se de *Um desafio da historiografia do Brasil*, que sistematiza e organiza os dados da polêmica em torno da prioridade de Domingos Jorge Velho na colonização do Piauí (NUNES, 1979).

Odilon Nunes, em quase sete décadas de leituras, de pesquisas e de escritas diversas, acumula, em seus textos, ambigüidades e tensões, porém, sobretudo, compõe um projeto muito articulado de História do Piauí para a posteridade. Recupera e realça verdades que, de seu ponto de vista, haviam sido negadas, esquecidas e mesmo desconhecidas de outros historiadores e cumpre as promessas que havia feito a si mesmo de tirar alguns desses nomes do esquecimento, de fazer justiça aos silenciados e aos vilipendiados, e de trazer o Piauí para os cenários da história regional e da história nacional, realçando seus valores, definindo suas especificidades, destacando o sentido de sua evolução, as linhas de força de seu processo histórico, valorizando sempre as ações dos pioneiros e as forças individuais e coletivas da mudança. Pois se há algo que pode ser dito em relação à obra de Odilon Nunes, é a de que ele, se não inventou, contribuiu para divulgar o épico na história piauiense.

A grande obra odiloniana não é grande pela extensão ou pela quantidade de volumes e sim pelo que possibilita de conexões de fatos, pelo que sugere de estruturação, pela dimensão de processualidade ainda não encontrada nos trabalhos anteriores para a longa história do Piauí. Exceção registrada para o *Roteiro do Piauí* (PORTO, 1955), os demais autores estudaram o Piauí de maneira fragmentária. Essa processualidade encontrada, em especial, no conjunto das *Pesquisas*, é justamente a grande viagem épica do piauiense na constituição de si próprio, efeito da inquebrantável vontade de contribuição historiográfica de Odilon Nunes ao longo de seus muitos anos de árduos trabalhos.

O que é possível ainda dizer em relação a essa obra? Para os muitos decênios de pesquisas, trata-se de uma pequena obra publicada. Não é possível fazer referência, aqui, aos escritos inéditos, por desconhecê-los. A despeito de essa obra publicada ser pequena, ela se impõe pela densidade informativa, pelas indicações e sugestões de novas pesquisas e reflexões e, sobretudo, pela exploração e divulgação de matéria documental jamais reunida e analisada por outros historiadores. As pesquisas de Odilon Nunes dificilmente serão superadas por um historiador individual, até porque se tornou impossível uma obra feita nos moldes em que ele produziu a sua – buscando simultaneamente a totalidade do social e a exaustão documental. Compulsando milhares e milhares de documentos, durante décadas, num esforço individual notável, até porque praticamente todo autofinanciado, resultado de uma promessa de vida, de uma missão auto-imposta, de uma vontade cidadã tão intensa que se transformou quase que no único motivo de vida e trabalho. Odilon Nunes viveu dessa forma a história do Piauí. Abriu mão, seguramente, de outras possibilidades de trajetória pessoal e declinou, inclusive, ao longo de quase toda a sua vida, de uma maior acomodação na vida prática, que experimentou quase no limiar do desconforto.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, história e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.
- BRANDÃO, Wilson de Andrade. Introdução. *Historiografia Piauiense*. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 9-31.
- BRITO, Anísio. *Ligeira notícia sobre o ensino público*. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.
- BRITO, Anísio. Do ensino primário: seu histórico, desenvolvimento, métodos adotados e estado atual. In: SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.
- BRITO, Anísio. A quem pertence a prioridade histórica do descobrimento do Piauí? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina, ano 1, n.1, 1921, p. 41-57.
- BRITO, Anísio. Adesão do Piauí à Confederação do Equador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí*, Teresina, ano 1, n.1, 1921, p. 241-248.
- BRITO, Anísio. Da educação popular e da ação das municipalidades. In: SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.
- CARVALHO, Miguel de (Pe.). *Descrição do sertão do Piauí*. Teresina: Gráfica Mendes, 1993.
- CELESTINO, Erasmo. *Odilon Nunes: historiador e educador*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 1996.

CHAVES. Joaquim (Mons.). *Discurso de Monsenhor Chaves*. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v.3, p.123-124, 1972a.

CHAVES. Joaquim (Pe.). *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1983. v.2.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2v.

DIAS. Claudete Maria Miranda. *Balaio e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

DOMINGOS NETO, Manuel. A proeza de Mestre Odilon. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 10, n. 1, p. 61-67, jul./dez. 1984.

ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para sua história*. [S.l.]: Ed. Nacional, 1938a.

FREITAS, Clodoaldo. *A Balaiada*. Teresina, 1894. Manuscrito não publicado.

FREITAS, Clodoaldo. *História do Piauí: sinopse*. Teresina, 1905.

FREITAS, Esmaragdo de. *O Visconde da Parnaíba*. 2. ed. Oeiras: [s.n.], 1982.

NUNES, M. Paulo. Odilon Nunes, o construtor da historiografia piauiense. In: *Tradição e invenção III: discursos acadêmicos*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2002. p. 77-99.

NUNES, Odilon. Discurso de posse de Odilon Nunes. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, v. 3, p. 109-121, 1972a.

NUNES, Odilon. Discurso de Odilon Nunes ao receber o novo acadêmico Celso Pinheiro Filho. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina, p. 43-50, 1º sem. 1980.

NUNES, Odilon. Casos e cousas da historiografia piauiense. *Presença*. Teresina, ano 4, n.9, p.12-16, out./ dez. 1983a.

NUNES, Odilon. *O Piauí na história*. [s.l.: s.n.], 1931.

NUNES, Odilon. *O Piauí na história*. 2.ed. Teresina: Tipografia Popular, 1937.

NUNES, Odilon. *O Piauí na história*. 3. ed. Teresina: [s.n.], 1959.

NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. Teresina: Cultura, 1963.

NUNES, Odilon. *Os primeiros currais*. Teresina: COMEPI, 1972b.

NUNES, Odilon. *Devassamento e conquista do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972c.

NUNES, Odilon. *O Piauí: seu povoamento e seu desenvolvimento*. Teresina: COMEPI, 1972d.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975a. v. 1.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975b. v. 2.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975c. v. 3.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975d. v. 4.

NUNES, Odilon. *O Piauí na história*. 4. ed. rev. amp. Teresina: COMEPI, 1975e.

NUNES, Odilon. *Um desafio da historiografia do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1979.

NUNES, Odilon. *Depoimentos históricos*. Teresina: COMEPI, 1981.

NUNES, Odilon. *Estudos de história do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1983b. v.1.

NUNES, Odilon. *Estudos de história do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1983c. v.2.

NUNES, Odilon. *Raízes do Terceiro Mundo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987.

NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. *A Balaiada no Piauí*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

SANTANA, R. N. Monteiro de. Economia piauiense: problemas de estrutura. *Econômica piauiense*, Teresina, v. 1, n. 2, 1957, p. 80-84.

SANTANA, R. N. Monteiro de. Apresentação da 1ª edição. In: NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p. 13-14.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Apresentação da 2ª edição. In: NUNES, Odilon. *Súmula de história do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001. p.17-25.

Abreviações e Esclarecimentos

CABACap – Casa Anísio Brito, Seção do arquivo referente à Capitania.

CABAPro – Casa Anísio Brito, Seção do Arquivo referente à Província.

L – Livro.

P – Parte.

RIHGB – **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

RIC – **Revista do Instituto do Ceará.**

RIHP – **Revista do Instituto Histórico Piauiense.**

DH – **Documentos Históricos** (publicação da Biblioteca Nacional).

¹ O número que segue à abreviação L identifica o número do Livro do Arquivo, e os números imediatos indicam páginas.

² Há abreviações de nomes de autores e publicações facilmente identificáveis nas citações anteriores.

³ Outras abreviações usadas dispensam esclarecimento, em virtude de uso generalizado.

⁴ As indicações bibliográficas enumeradas nos capítulos, em guisa de chamadas, serão encontradas na parte final do segundo volume. Aí também há indicações de manuscritos doutros arquivos usados por autores citados e pelo Autor.

⁵ Nos maços cartonados da Casa Anísio Brito, como não há paginação e não são numerados os documentos, serão estes identificados pelas datas, convindo saber que nos referidos maços, convertidos em livros, nem sempre há sucessão regular na ordem cronológica.

Pré-história primeiros contatos com a terra

O Piauí estende-se entre o arco descrito pelo rio Parnaíba (pouco mais de 1400 quilômetros) e as montanhas que pertencem ao Sistema Nordeste, e que se levantam a poucos quilômetros do litoral, a princípio com a denominação de Serra de Ibiapaba, e, em seguida, Serra Grande, Dois Irmãos, Piauí, Vermelha, Gurguéia, Tabatinga, a também descrever uma curva, e a traçar também as fronteiras do Estado, num percurso de quase dois mil quilômetros, prendendo-se, enfim, ao Maciço Central, onde nasce o Parnaíba.

A região circunscrita constitui o planalto piauiense que se subdivide em chapadões, delimitados por afluentes daquele rio, que, por sua vez, subdividem-se em chapadas também delimitadas por subafluentes.

Os tributários do Parnaíba, como consequência dessa circunstância, são quase sempre rios de regime torrencial que deslizam no altiplano que se inclina das cumeadas daquelas serras: Gurguéia, Canindé, Poti, este vindo de terras cearenses, através de alcantilado desfiladeiro.

Apresentam características de rios de baixada, na parte inferior de seus cursos, o Riozinho e o Uruçuí Preto que, em período mesmo de seca, têm respectivamente para mais de 40 e 100 quilômetros de curso em condição de navegabilidade, para pequenos barcos. As conchas cavadas pelo Longá e Itaueira também têm características de rios de baixada, convindo notar que seus afluentes têm origem,

como os do Riozinho e Uruçuí Preto, em chapadões ou chapadas, donde serpeiam com torrentes.

Não é o Parnaíba navegável das nascentes até S. Filomena (197 quilômetros e 220 metros de altitude). Continua no altiplano piauiense a oferecer difícil navegação até Vargem da Cruz (740 quilômetros), quando começa a fluir como rio de baixada, e desde então, mui raramente, se insinua num declínio de fraca corredeira, até Araçás, donde desliza mansamente em busca de seu delta. A região mediterrânea abre-se para estreito litoral de pouco mais de 60 quilômetros, de difícil acesso à navegação marítima.

No litoral piauiense, afora pequenos igarapés, penetram no oceano o Parnaíba, o Camurupim e o S. João da Praia, que é linha divisória com o Ceará e, confluindo com o Temonha, dá enseada mais propícia que Amarração a porto marítimo.

No planalto contido nos arcos formados pelas linhas confinantes, distinguem-se perfeitamente, na escala hipsométrica, patamares que, das lindes orientais e meridionais, avançam em rumo do vale do Parnaíba, como prolongamento daquelas serras. São as chapadas e chapadões que, em feição tabular, apresentam-se pela sua permeabilidade, como solo retentor de águas pluviais.

A bacia do Parnaíba, em território piauiense, acha-se dessa forma dividida em várias bacias fluviais subsidiárias que se alimentam das águas das chuvas que se infiltram naquelas elevações do solo. Ao norte do Poti, o patamar parte de Ibiapaba, a apresentar culminâncias de 700 metros na serra dos Cocos, nas proximidades de Pedro II, para baixar em seguida em ondulações de 250 a 300 metros. Ao sul do Poti, em rumo do Canidé, o declive parte da Serra grande e da Chapada do Araripe, avança em rumo da Serra das Missões, da Chapada Batista, Serra do Sítio, Chapada Grande, oscilando, por vezes, entre 400 e 500 metros. Entre o Canidé e o Gurguéia, a Serra do Piauí, que nas proximidades de Caracol apresenta altitude de 700 metros, faz profunda penetração em quedas suaves, até as cabeceiras do Itaueira. Vêm, enfim, a Serra da Tabatinga e a do Gurguéia, com chapadão de 400 a 500 metros entre o rio Gurguéia e as cabeceiras do Parnaíba.

Todos esses planaltos, que têm feição tabular, retêm na estação invernosas as águas das chuvas que se infiltram no solo e subsolo porosos para dar origem à grande bacia do Parnaíba, em sua parte oriental, composta duma cadeia de riachos quase sempre secos

nas caatingas, e quase sempre perenes, mesmo nas longas estiadas, embora em tênues filetes, na zona do agreste.

Sob o ponto de vista florístico, sua vegetação não tem a pujança das matas das regiões do Norte, nem tão pouco o raquitismo das caatingas do Nordeste.

Constitui o Piauí região transicional, sob esse aspecto. Segundo o cálculo de Ph. von Luetzelburg, tem 170.000 quilômetros quadrados exclusivamente de caatingas, área quase duas vezes maior que toda a extensão territorial do Ceará e três vezes maior que todo o Rio Grande do Norte. Tem de mata 30.000 quilômetros quadrados, área superior à área de matas de qualquer outro estado do Nordeste, exclusive a Bahia, que em grande parte fica fora do Polígono das Secas. Já Gonzaga de Campos consigna para o Piauí 62.419 quilômetros quadrados desse grupo fitográfico. É que junta às matas de tipo amazônico as de tipo maranhense em que predominam os cocais, sendo a principal palmeira o babaçu que, povoando os vales dos rios e riachos, estende-se de poucas léguas do litoral maranhense até penetrar na longínqua Rondônia, aclimatando-se, no Piauí, principalmente nas terras frescas do Médio e Baixo Parnaíba. Os buritizais buscam os solos encharcados e predominam no Alto e Médio Parnaíba. Já os carnaubais são mais freqüentes nas terras mais drenadas do Médio e Baixo Parnaíba, embora despontando, como os babaçuais, por quase toda a bacia do Parnaíba, em reboeiras soltas. Vêm ainda os tucunzais, os piaçavais e, em menor incidência, os catolezais e ainda variedades doutras palmeiras.

As matas que cobrem dezenas de milhares de quilômetros quadrados do território piauiense são relativamente entanguidas e jamais tiveram a exuberância florestal da Amazônia. No município de Uruçuí frondejam, entretanto, férteis florestas, bem como ao longo das margens de muitos afluentes do Parnaíba, no curso superior desse rio em que predominam os palmeirais.

A mais importante estende-se das proximidades da foz do Canidé ao Baixo Parnaíba, ora se aproximando das margens desse rio, ora se distanciando, às vezes, segmentadas pelos campos. Estes são extensíssimos e se desdobram em campinas, várzeas, **malhadas** (descampados revestidos de agrestes), e têm muita similitude com os campos de Goiás e Mato Grosso.

O viajante, para atravessar as celebres várzeas de Curimatá, no extremo sul do Estado, caminha mais de dez léguas, e apenas ligeiros **capões** e raquíticas **moitas** quebram a monotonia da paisagem, em que a vista, no inverno, se alonga em infindáveis ondulações de **mimoso**.

No sul do Estado, são freqüentes as malhadas no município de Gilbués. A sede municipal assenta próximo às escarpas dum monte donde se descortina soberbo panorama duma **malhada** limitada por colinas, a qual contém mais de cem quilômetros quadrados.

Já as caatingas, segundo Luetzelburg, avançam para as fronteiras de Leste, a partir da margem direita do Gurguêia e da margem esquerda do Guaribas. Em verdade, essa é a porção em que se apresentam mais compactas. Em rumo do Norte, elas afloram por toda a zona fronteiriça com o Ceará, também segmentadas pelos campos que se alastram desde as margens do Parnaíba.

Dessa forma, o altiplano piauiense propiciou o desenvolvimento da criação extensiva. A pecuária tornou-se a principal riqueza do Piauí e, nos primórdios, à falta de comunicações, a atividade única do povoador.

A característica da região transicional reflete-se não somente na flora, mas também no clima, no sistema hidrográfico e até mesmo na estrutura geológica.

É conseqüente sua conexão, sob o ponto de vista geológico, com o Nordeste e Goiás. Mas é que Wilhelm Kegel, em recente estudo do devoniano da bacia do Parnaíba (boletim n.º 141 – Divisão de Geologia e Mineralogia), diz que, embora “não seja perfeitamente convincente”, há possibilidade “dum fenômeno de glaciação, tanto na bacia do Amazonas, quanto na bacia do Parnaíba”. E mas adiante, já sob outras **facies** de similitude: “É digno de notar o fato do devoniano da bacia do Parnaíba ser representado, em **facies** marinho, pelos três andares, o inferior, o médio e o superior. Apenas a coluna geológica da bacia Amazônica é semelhante, possuindo também esses três andares...” E acentua ainda: “Todas as outras ocorrências do devoniano do continente têm coluna estratificada incompleta...”

Dessa forma, o Piauí se nos apresenta como conjunção de regiões bem distintas do Brasil, sob aspectos múltiplos. E o mais importante é o aspecto demográfico que, conjugado aos outros,

como conseqüência natural, deixa-se profundamente influenciar, a denotar características próprias. Estudemos o povoamento, no período colonial, e veremos então suas peculiaridades, provindas do complexo cenário, como fator preponderante na formação das tradições do piauiense e fixação de suas tendências.¹



Como conseqüência de sua bacia hidrográfica, o Piauí sempre foi um corredor de migrações. Os flagelados das secas, tocados pelas fome, também testemunham a peculiaridade. É a bacia do Parnaíba passagem obrigatória dos **retirantes**, porque está situada entre as terras castigadas do Nordeste e as frescas e ubérrimas terras do Maranhão. A transumância, como fenômeno demográfico, manifesta-se mesmo nos períodos normais.

No passado mais remoto, compelidas por essas circunstâncias, palmilharam os vales de seus rios tribos dos principais grupos indígenas que povoaram o Brasil: tupis, caraíbas, taquias e, entre estes, os cariris.

Como sabemos, eram talvez os aborígenes brasileiros os mais atrasados ameríndios.

Em nossos dias, pouco defendem o autoctonismo do gentio americano. Predomina a corrente dos que o julgam alienígena. Uns, e estes os mais numerosos, consideram-no vindo da Ásia, através do estreito de Bering; outros, vindo da Polinésia, através do Pacífico. Há também os que admitem que houve imigração através do Atlântico, não apenas com os escandinavos, mas também com povos do Mediterrâneo, e ainda outros aceitam a possibilidade de que a Atlântida, continente submergido, estabeleceria outrora ligações da América com a África, e fora o centro de irradiação das raças humanas, constituindo esta versão valioso subsídio para a tese do autoctonismo. Dum modo geral, comparando as culturas, vêem-se pontos de contato do ameríndio com os mongóis, polinésios e egípcios primitivos, cujos traços fisionômicos também revelam recíprocas afinidades parentais.²

As civilizações pré-colombianas em certas regiões das Américas, do México à Colômbia, bem como ao longo dos Andes e suas adjacências, a ocupar preferencialmente os planaltos irrigados, revelam elevado grau de cultura. Sua organização social

já se tinha alçado à constituição de estado, com base na produção agrícola. Em virtude dessa circunstância, o sedentarismo teria de aparecer como característica social. No exercício político testemunha-se, então, um socialismo de estado, cuja tirania é suavizada pelos benefícios de ordem assistencial, numa tentativa para evitar a fome e a miséria.

Cultivam esses povos o milho, a mandioca, que eram seus alimentos básicos. Comiam a carne da lhama, vicunha, alpaca que lhes davam ainda a lã para tecidos que também eram feitos doutras fibras, inclusive o algodão, que florescia ao lado do fumo. A lhama servia-lhes ainda como animal de carga.

Já conheciam o ouro, a prata, o cobre, o estanho, o bronze; praticavam a fundição, a soldadura, enquanto os artefatos de metal revelam engenho, especialmente na ourivesaria, em que os artífices se tornaram exímios artistas. Não foi conhecido, entretanto, o ferro. Suas cidades surpreenderam os conquistadores espanhóis, em virtude de sua arquitetura, e havia trabalhos de escultura e pintura dignos de atenção. As estradas eram verdadeiras obras de engenharia e, na época, talvez as melhores do mundo. Tinham escritura apenas os astecas e demais povos do centro e sul do México, e isso mesmo de caráter pictográfico, isto é, simbólico ideográfico: as idéias eram representadas por figuras, hieróglifos. Daí não haver literatura, senão relatos orais, guardados pela tradição.³

Viviam em guerra entre si, e os vencedores reduziam os inimigos à escravidão, em obediência às tendências do homem. Às vezes fomentavam o progresso da zona conquistada e demonstravam muita liberalidade. Dum modo geral, os ameríndios atravessavam um período de franco declínio cultural, embora fossem testemunhados, quando na conquista européia, indícios de renascimento em certos gentios americanos, como resultado da aculturação consequente à expansão de gentios mais cultos. Designar a ocorrência como renascimento não significa senão **um mero eufemismo**, no conceito de Fraus, pois a cultura inferior jamais conseguiu ultrapassar a que lhe serviu de estímulo, nem mesmo igualá-la. Dum modo geral, o que havia era decadência.⁴

Entre esses ameríndios e o aborígene brasileiro havia silvícolas de cultura intermediária. Contudo, eram talvez os brasileiros, na época do Descobrimento, os mais atrasados habitantes das

Américas. Viviam nus e não poucos praticavam a antropofagia, não apenas em obediência a um rito, o que por vezes ocorria, mas também levados pela necessidade alimentar, até mesmo pela voracidade. Alguns cultivavam o fumo, a mandioca e os outros tubérculos.

Ricos sob o ponto de vista somático, eram geralmente nômades e estavam em guerras constantes e contínuas correrias. Suas guerras quase sempre eram motivadas pela conquista de regiões piscosas ou repletas de caças, e também, mais tarde, estimuladas pelos conquistadores europeus, com o propósito de enfraquecer o inimigo e mais facilmente o dominar.

Sua organização social era a da tribo. Às vezes, em busca de fortalecimento, aliavam-se as tribos, num arremedo de nação. Por vezes levantaram-se contra os conquistadores europeus, e formaram verdadeiras confederações que ameaçaram destruir toda a obra dos colonizadores.

Suas manifestações de arte, que se traduzem na tatuagem, o uso de pedras como enfeites, pinturas de plumas também como atavios, e tecidos de fibras, cerâmica, rústicos instrumentos de música, de caça e de pesca testemunham estágio de rudimentar cultura.

Na cerâmica, especialmente do Amazonas, encontram-se, entretanto, urnas funerárias, alguidares, potes, com desenhos artísticos, de frescura no colorido, como se feitos recentemente. Muitos crêem que os habitantes pré-históricos do Baixo Amazonas tenham recebido influências de cultura superior, providas doutros centros da América.

No Nordeste têm-se encontrados urnas funerárias que não têm o primor da marajoara, mais demonstram a afinidade cultural das duas regiões.

Não conheciam o metal. Suas matérias-primas eram o osso, o chifre, fibras, argila. Vários de seus utensílios, se não eram de madeira, eram de pedra lascada, ou pedra polida. Mas, como vimos, já usavam a tinta que extraíam de vegetais para tatuagem e ornamentação de seus artefatos, a testemunhar que a arte, desde os primórdios, foi inerência do belo, aspiração constante do homem.

Contudo, as inscrições lapidares que se encontraram em penhascos e grutas, por muitas parte do Brasil, especialmente no Nordeste e na Amazônia, quando não esculpidas, são desenhadas

com tintas que, pelo frescor e nuances que ainda guardam, levam a crer foram feitas com alguma substância mineral que as torna quase indelévels. Foram traçadas por artífice duma civilização que havia ultrapassado a idade da pedra, e que já se utilizava de metais e se tornara capaz de elaborar uma composição química.

Os índios contemporâneos da conquista atribuíam tais pictografias a seus avoengos mais remotos, enquanto pesquisadores modernos presumem que foram deixadas por povoadores doutra casta de gentios que antecedeu as dos gentios da época do Descobrimento, ou mesmo pertencente a alguma civilização que floresceu no continente oriental. Uns aceitaram-nas como simples passatempo de seus autores, outros, como propósito comunicativo e até mesmo descritivo, aqui deixadas por tribo nômade ou povo errante ainda não identificado. Ainda outros pretendem elucidar as dúvidas e afirmam que foram gravadas pelos fenícios, há cerca de 2.500 anos.⁵

Os argumentos em torno da tese histórica, com referência aos fenícios, são por vezes pueris, outros repousam, entretanto, em critério científico e, pela complexidade do assunto, abrangem toda a área cultural dos primitivos americanos.

O estudo comparativo das culturas pré-colombianas e pré-históricas do Velho Mundo, com base na lingüística, na etnologia, arqueologia, epigrafia, subsidiado ainda por outros aspectos culturais, em verdade não teve ainda o poder de encerrar o tema controverso. Mas muito tem contribuído para ampliar o campo de conhecimentos, motivo por que estimula o prosseguimento das pesquisas.

Estudou Lodovico Schwennhagen a matéria com referência ao Piauí, onde diz encontrou o **Car-nutum** brasileiro, isto é, o centro nacional e religioso das populações emigradas do Velho Mundo. Sua sede estaria nas Sete Cidades, localidade situada nas proximidades de Piracuruca. O pivô das migrações para o Brasil oriental eram os fenícios, cuja força repousava no comércio. Tutóia era, então, o empório da exportação de minérios, drogas e madeiras finas que se exploravam na bacia do Parnaíba e noutras partes do norte do Brasil. Esse rio, cujo navegabilidade era, então, aproveitada, tinha, como artéria mais volumosa, o Canindé, e se tornara a grande via comunicatória do Norte com o Centro do Brasil e o principal escoadouro de grande lagoa que ocupava

extensa superfície da região que hoje compreende o Médio S. Francisco. Ludovico certamente se inspirou na lenda dos indígenas da época da conquista, que fazia crer na riqueza dum lago interior que ligava o Alto S. Francisco ao Parnaíba, o qual os cartógrafos e cronistas de então registravam em seus documentos. Conjugadas à lenda dos indígenas as conjecturas de Ludovico, na área coberta de águas havia pérolas, diamante, prata. Contrataram os fenícios engenheiros egípcios, especialistas em mineralogia e hidráulica. Abriram, então, escoadouro para Leste, dando origem a Paulo Afonso e ao baixo S. Francisco, provavelmente com o propósito de colher a preciosidade submersa. O Parnaíba perde, então, sua importância como via comunicatória entre o Norte e o Sul através do Canindé

Indica Ludovico restos dessa civilização na bacia parnaibana, desde inscrições rupestres a furnas que denunciam a exploração de minerais. As ruínas de pedra e cal, encontradas em Tutóia, que uns historiadores atribuem a Antônio Cardoso de Barros, outros, a Fernando Álvares de Andrade, teriam sua origem naquele período pré-histórico.⁶

Sua obra foi inspirada, em grande parte, na monografia (*Voyages des vaisseaux de Salomon au fleuve des Amazones*) de Henrique Onfroy de Thoron, publicada em Gênova em 1869, em Manaus em 1876. Em 1905, vem sua tradução no Tomo IV dos Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, talvez tradução do Dr. Artur Viana.⁷

Varnhagen também admite que tenham recebido os indígenas brasileiros a influência da civilização egípcia, bem como a influência dos cários, idéia também aceita por Ludovico, como vimos. Gafarel, no Congresso Internacional de Americanistas, em Nanci, defende a tese que sustenta a vinda de fenícios às Américas. Contudo, em congresso subsequente, o tema discutível foi excluído **como objeto de ulterior discussão, para não perder o tempo com inúteis indagações.**⁸

A teoria do movimento ondulatório, baseada no éter, que seria o ambiente de propagação da luz, foi proscrita do campo da ciência por mais de século, para enfim ressurgir, e até mesmo mais enrobustecida. Em verdade, não há documentos que comprovem a estada dos fenícios nas Américas, mas há restos ou indícios de ordem cultural que estimulam o prosseguimento das pesquisas que,

se não elucidarem a controvérsia, pelo menos virão ampliar o campo de conhecimentos históricos.

Há também dúvidas quanto ao itinerário das migrações ameríndias no período pré-cabralino, e até mesmo no período que se segue ao Descobrimento.

Presume-se que o Brasil foi primitivamente habitado por grande população de cultura ínfima e de baixo valor na escala antropológica. Suas tribos foram desalojadas das terras ricas do litoral e dos vales em que havia abundância de caças e peixes pelos tapuias mais valorosos e que fazem a primeira grande invasão do continente brasileiro. Posteriormente vem a invasão dos tupis e começa a luta destes contra os tapuias em busca de melhor espaço vital.

A invasão dos tupis foi muito anterior ao descobrimento de Cabral e, todavia, quando se dá início à obra de colonização, as duas nações e gentios invasores ainda disputam entre si o litoral e as matas de rica fauna.

Descobrem-se, então, outros grupos de indígenas, entre os quais estão os caraíbas que, vindos através da Amazônia, chegam mesmo a alcançar o Nordeste, e ainda os aruaques que não fazem penetração profunda no Brasil, pois se restringem a faixas da Amazônia e do Brasil Central, onde também foram encontradas tribos de caraíbas, cujo centro de irradiação muitos presumem tenha aí sua origem.⁹

Difícil também é nomear os índios de determinada região, pois, dum modo geral, eram nômades; podemos, todavia, nomear os ocupantes da região num determinado período, ou ainda os que nela se fixaram por mais longo tempo, a testemunhar a prodigalidade da terra ocupada e a valentia de seus defensores.

Os mais antigos documentos que se referem ao Piauí nos fazem conhecer os **Tremembés**, os **Aroás**, **Cupinharões**, **Tabajaras** e **Amoipiras**, como povoadores da bacia do Parnaíba.

Os **Cupinharões** e os **Amoipiras** parece que não se estabeleceram por longo tempo na bacia oriental do Parnaíba, enquanto as três outras tribos, encontradas pelos devassadores, permaneceram em suas tabas, através do século, ora em luta contra

os colonizadores, ora colaborando com os mesmos, até a pacificação completa.

Os primeiros **Tabajaras**, moradores de Ibiapaba, eram descendentes dos que vieram pelo S. Francisco acima, atravessaram o sertões que formam o divisor de águas, alcançaram o Piauí, a Serra do Araripe, e finalmente Ibiapaba que lhes serviria de domicílio por largos anos e aonde, mais tarde, chegariam novas levas de **Tabajaras**, vindas pelo litoral. Eram tupis como os **Amoipiras** que também vieram ao Piauí pelo mesmo rio. Como estes, desviaram sua rota do litoral, em virtude da resistência oferecida pelos cariris que demoravam, então, na atual região do Nordeste, e que ainda não foram bem definidos pelos etnólogos¹⁰.

Nos últimos anos do primeiro século, ocupavam os **Amoipiras** a margem esquerda do S. Francisco, a cento e cinqüenta léguas da Bahia (Salvador), onde bandeiras religiosas mantêm contatos com os mesmos e fazem, então, dois **descimentos** em penosas viagens de longos meses.

Essas bandeiras foram suspensas em virtude das incursões de franceses, holandeses e ingleses ao longo do litoral brasileiro, as quais estimularam a conjunção de todos os recursos da colônia para a defesa do patrimônio comum.

Só a após a expulsão dos holandeses, organizaram os jesuítas nova expedição (1655), em busca desses índios. Foram até o S. Francisco, mas os **Amoipiras** já haviam atravessado, como os **Tabajaras**, o grande sertão que fica de permeio entre esse rio e o Parnaíba. Já povoavam os campos do sul do Piauí. Eram esses índios mansos, dóceis e de língua geral. A ele se juntaram tribos do **Termiminós** e eram considerados galhos dos **Tupinambás**.¹¹

Os **Cupinharões** eram tapuias e ocuparam o Canindé. Mantiveram contatos com os devassadores, converteram-se em aliados destes, para mais tarde lhes oferecer resistência e enfim abandonar numa vez a bacia oriental do Parnaíba. Eram peritos rastejadores.

Os **Aroás**, também tapuias, de todos eram os mais bravos, e tinham seu domicílio às margens do Sambito (S. Vitor), afluente do Poti. Procuram fazer crer, para provar antigüidade, que ocupavam aqueles rincões há mais de quatrocentos anos. Foram excelentes colaboradores dos paulistas e dos primeiros vaqueiros e tinham

como parente os **Guanarés** e os **Barbados**, que, quando conhecidos, já demoravam na margem esquerda do Parnaíba.¹²

Os **Tremembés**, consignados nos primeiros documentos referentes ao Norte do Brasil, ocuparam por dilatados anos o delta do Parnaíba e grande parte do litoral do Maranhão e do Ceará.

Com argumentos lingüísticos, Schwennhagen afirma que são tupis. Abdias também é da mesma opinião. Cremos, entretanto, que são eles tapuias, do ramo cariri, e, como tais, transmitiram o nome do grupo geral a que pertenciam à grande artéria fluvial (Rio Grande do Tapuias) que dominavam em seu curso inferior. Martins Soares Moreno, que conhecia muito bem a língua túpica, quando anuncia a paz que fizera com esses índios, diz que são eles tapuias.¹³

Os **Tremembés** eram tapuias, do ramo cariri, insígnies nadadores, **mansos e pacíficos, famosos e bravos**. Os tupis jamais assenhorearam-se de seus penates que sempre defenderam com heroísmo e tenacidade.¹⁴

A maior parte dos índios tapuias do Piauí eram do ramo cariri, cujo palavra quer dizer tristonho, calado, silencioso.

Abdias afirma, e parece com razão, que os **Tremembés** se dividem em três ramos: **Crateús, Potis e Aranhis**. Para os dois primeiros, há confirmação.

Os cariris constituem ainda problema obscuro para os etnólogos. Uns classificam-nos como grupo autônomo; outros, como mestiços resultantes de aruaques e caraíbas, e ainda outros, mistura de tupis e tapuias. Em verdade, há contatos culturais entre os cariris e os aruaques e caraíbas.¹⁵

Foram cinco os ramos conhecidos de gentios selvagens que pisaram terras piauienses, antes que os colonizadores portugueses ou mamelucos. É o que no momento se pode afirmar com base em documentos.

Como vimos, os jesuítas vinham fazendo **descimentos** de **Amoipiras**, nos últimos anos do primeiro século de nossa história. Suas **bandeiras**, de caráter apostólico, atingiam, então, o Médio S. Francisco, na região em que já confluíam tributários vindos do planalto que serve de divisor de águas com a bacia do Parnaíba. Sua penetração já era bem profunda em rumo das terras que hoje constituem o Piauí.¹⁶

Quando se faziam essas **bandeiras** de feição puramente religiosa, a azáfama belicosa recrudescia ao longo do litoral, especialmente na região do Norte, onde os franceses, desde o Descobrimento, vinham disputando cruamente um pedaço do Brasil e se tornaram, senão os únicos, pelo menos, a princípio, os mais assíduos concorrentes portugueses no tráfico com os indígenas.

No mesmo ano em que Jerônimo de Albuquerque funda Natal, donde escorraça os intrusos, os jesuítas já doutrinavam na Bahia alguns daqueles tupis que, desde muito, na sua quase totalidade, desgarrados de seus parentes da beira-mar, embrenharam-se na hinterlândia brasileira.

Nessa mesma época, corsário ingleses e holandeses atacavam a Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente, às vezes energicamente repelidos, por vezes fartamente ressarcidos. Eram verdadeiros bandidos que traziam o desassossego às laboriosas populações do litoral brasileiro e recebidos em suas pátrias como heróis nacionais.

Desde 1580, Portugal e seus domínios passaram para a soberania de Espanha. E a Espanha estava em luta com a Inglaterra, a França e a Holanda, que justificam dessa forma os assaltos ao Brasil, já com o propósito de ocupação militar, para colonização.

Já então estavam os franceses bem fincados no Maranhão. Em virtude dessas circunstâncias, como dissemos, todas as forças da Colônia voltaram-se contra o inimigo e foi abandonada a conquista do interior.

Pero Coelho de Sousa, **velho soldado que se achou em muitas jornadas e reinos estrangeiros**, já também experimentado na Paraíba, Sergipe e Rio Grande, se propôs a prosseguir a luta contra os intrusos do Norte. Amparado em seu propósito, expediu da Paraíba, com munições e mantimentos, três barcos que deveriam aguardá-lo no Jaguaribe.

Juntara-se a ele Martim Soares Moreno, ainda adolescente cuja vocação de líder já se fazia sentir. Dotado de habilidade e tino diplomáticos, aliados à bravura, lealdade e inteligência, tornar-se-ia figura notável na expulsão dos intrusos e expansão do domínio português.

Com pouco menos de trezentos soldados, partem por terra para o Ceará, onde suas forças são engrossadas com a adesão de muitos indígenas. Do Jaguaribe, prosseguiriam ainda por terra, ao

longo das praias, até Camocim, donde buscam, então, a Serra de Ibiapaba.

Desde muito ocupavam os franceses a ilha do Maranhão, onde tinham reduto militar. Mais mui anteriormente à ocupação, já traficavam no litoral fronteiro àquela serra, a qual, no juízo de Cláudio de Abbeville, era uma verdadeira maravilha onde viviam mais de duzentas aldeias de índios. Contudo, o Padre Figueira, ao calculá-las apenas em setenta, faz antever o exagero do capuchinho, mesmo que tenha acrescido àquelas aldeias as que ficavam nas vizinhanças, o que certamente fizera dessa vez o jesuíta.

Junto aos índios da Serra, agora agiam os franceses de S. Luís. Comunicavam diretamente com as aldeias, por via terrestre, através do Piauí, ou em duas etapas, por mar e por terra.

Antes de alcançar a tão populosa Ibiapaba, cerca de uma légua, têm os expedicionários os primeiros contatos com o inimigo em escaramuças contínuas que se prolongariam por semanas.

Sabem logo que lutam contra franceses aliados a selvagens, pois são recebidos a flechadas, mas também a tiro de mosquetes. Põem-nos a correr em busca de seus redutos montanheses, onde as refregas prosseguiriam ardorosamente.

Tornam-se os franceses partidários dum entendimento, mas o aliado indígena é contrário. Abandonam, então, a luta, conduzindo feridos e deixando dez prisioneiros patricios que Pero Coelho envia a Diogo Botelho, Governador-Geral, junto a vários indígenas, também apresados na campanha. As perdas são recíprocas, entre os contendores, mas ficam os expedicionários senhores de Ibiapaba, cujas aldeias, seus defensores, ao abandoná-las, reduzem a cinzas.

Os remanescentes aliados dos franceses, que ficaram na Serra após a expugnação de seus redutos, aliam-se às forças de Pero Coelho, que marcha em busca de S. Luís, indo até as margens do Punaré (Parnaíba), onde regressa em virtude da indisciplina de seus comandados que já não querem lutar, sob a justificação de fome e nudez.

Isso vem provar que já nessa época havia comunicações terrestres entre a ilha de S. Luís, em poder dos franceses, e a Serra de Ibiapaba, onde tinham eles ascendência e poderosos aliados. Ocorre ainda que Ibiapaba, em parte, se acha intimamente presa ao Piauí, como veremos em pouco, não apenas como consequência dessa circunstância que acabamos de mencionar.¹⁷

Fracassada a tentativa da conquista empreendida por Pero Coelho, Diogo Botelho, Governador-Geral, de acordo com Fernão Cardim, Provincial da Companhia de Jesus, estimula a primeira missão de jesuítas à Serra de Ibiapaba. Os padres do Colégio da Bahia, por sua vez, aspiravam a tão relevante empresa. Como consequência, a 20 de janeiro de 1607, saem o Padre Pinto e o Padre Figueira, de Pernambuco, embarcados com 60 índios e nenhum soldado, nem homem branco. Tinham por fim estabelecer comunicações entre Pernambuco e Maranhão, através de Ibiapaba e do Punaré (Parnaíba). Desembarcaram em Jaguaribe, donde prosseguem viagem a pé.

A expedição de Pero Coelho fora guerreira: presumia expulsar os franceses de S. Luís, a ferro e fogo. A dos jesuítas era uma missão de paz.

O Padre Figueira, no ano imediato, em carta a Cláudio Aquaviva, Geral da Ordem, narra minuciosamente a via-crucis que perlongara em companhia do Padre Pinto. Percorriam duas, três léguas por dia, às vezes apenas meia légua. O rigor do inverno, a incomodidade provinda de renitentes mosquitos, os atoleiros, os rios e ribeirões a atravessar, a fome, os ofídios que abatem componentes de expedição, enfim a Serra devastada, outrora tão populosa, agora apenas duas pequenas aldeias, separadas por léguas de terras desoladas.

Buscam a segunda aldeia. Antes de alcançá-la, conta-nos o Padre Figueira, cansados, deitam-se "em duas pedras ao longo de uma água sem poder dar passada para diante, por fraqueza", e, faltando cinco léguas, foram **conduzidos em tipóias**, e acrescenta, como antever a perfídia dos porvindouros: "aquelas cinco léguas andamos em pés alheios em todo este caminho".

Refere-se também à morte em Ibiapaba de Belchior da Rosa, índio intérprete que levavam e que tantos serviços vinha prestando, a recitar seus discursos junto aos gentios, exaltando as virtudes dos missionários. Cláudio de Abbeville também nos dá o nome doutro aborígine que apelidava de Taputapucu, o qual também exercia ação pela palavra e que Serafim Leite identifica com Antônio Caraibpocu, **fiel amigo de P. Pinto**.

Nessa segunda aldeia, os padres estacionam por mais de quatro meses, e dão início à obra de catequese, dentro de modestas possibilidades, doutrinando crianças e adultos, desfazendo superstições, administrando o sacramento aos índios cristãos que levavam, bem como aos moribundos, e enviavam emissários aos tapuias que denominavam as terras intermediárias em rumo do Punaré (Parnaíba).

Os **Cararijus** acolhem aleivosamente os emissários. Recebem os primeiros, dando mostra de boa vontade. Massacram o terceiro grupo de emissários; preservam um que seria o guia para conduzi-los ao sítio em que doutrinavam os padres. Estes pressentiram a iminência do perigo, e já buscavam o litoral, e a dois dias de viagem, passada a Serra, são atacados, quando se preparavam para celebrar missa.

O Padre Pinto é morto a tacape, e com ele dois índios que permaneceram a seu lado. Após o sacrifício, e com a retirada dos **Cararijus**, foram sepultados seus corpos no sopé da Serra, no local em que o P. Figueira, em sua **Relação do Maranhão**, chama de Abaiara e que o Barão de Studart identifica com Ubajara.

Diz o **Catálogo da Companhia**, de 1607, que tinha o mártir 55 anos, sabia otimamente a língua brasileira e que, para salvação dos índios, duas vezes fora ao sertão. Já o Padre Morais diz: "Cinco foram as **entradas**, com as quais tirou dos matos a muitos índios, e fundou grandes aldeias, aumentando ao mesmo tempo os filhos da igreja e os triunfos da nossa fé".

É uma verdadeira odisséia o retorno do P. Figueira ao seio de seus irmãos. Do colégio da Bahia, na **Carta** de 1609, ao referir-se às dificuldades da Missão do Maranhão, aos vexames e fome por que passaram ele e seus companheiros, já se oferece para ser o primeiro na vindoura conquista da terra. Alguns anos depois, à frente de grande expedição apostólica que teria por fim dar vigor à Missão do Maranhão, cai em poder dos **Aruãs**, em Marajó, onde é supliciado e morto.¹⁸

Mas a expulsão dos franceses impor-se-ia, porque, a ostentar seu poder, continuavam a negociar com os **Tremembés** e outros tapuias que dominavam de Camocim a S. Luís, especialmente o Rio Grande dos Tapuias (Parnaíba), empório dos intrusos traficantes.

D. Diogo de Meneses, que substituíra Diogo de Botelho, no Governo, capacitou-se da **inadiável urgência de empreender a conquista do Maranhão**, e incumbiu, então, Martim Soares Moreno, como Capitão, de seguir para o Ceará onde fundou um forte e uma igreja, e recebeu imediatamente o amparo de Jacaúna, chefe indígena, cuja amizade cultivara quando na expedição de Pero Coelho.

D. Diogo Meneses é substituído por Gaspar de Sousa que trouxe ordens especiais de consumir a conquista. Para isso, fixou seu Governo em Pernambuco. Envia reforços a Soares Moreno e confia a Jerônimo de Albuquerque a organização e o comando da empresa militar.

Em 1613, Jerônimo de Albuquerque parte de Pernambuco e junta-se a Soares Moreno. Este recebe, então, a incumbência de **examinar o rio e as terras do Maranhão e conhecer das forças dos franceses naquela parte**. Como mestre de seu barco, vai Sebastião Martins e, como piloto, Afonso Gonçalves.

Partiu, então, de Camocim. Procedeu a minucioso exame de todo o litoral em rumo de S. Luís. Fez paz com os **Tremembés**, examinou as barras do rio Pará (Parnaíba), donde enviou emissários a Jerônimo de Albuquerque, e avançou até chegar mesmo a espionar os franceses e causar-lhe danos.

Quando quer regressar, foi conduzido às Antilhas pelas correntes marítimas, e daí vai a Sevilha, donde escreve a Gaspar de Sousa, expondo as peripécias da viagem e dando notícias que foram úteis à campanha futura.

O regresso de Sebastião Martins, vindo de Espanha, sua cooperação, bem como as informações prestadas foram de muita conveniência à organização da nova expedição que se preparava.

São enfim expulsos os franceses de S. Luís. E após a ocupação da ilha, havendo falta de munições de guerra, Jerônimo de Albuquerque escolheu o Capitão-Mor Baltasar Pestana, um dos heróis de Guaxenduba, e mandou-o por terra a Pernambuco, a fim de solicitar auxílios necessários à manutenção dos redutos conquistados. Pestana, à frente de 20 soldados e 100 índios, pelo litoral do Piauí prossegue sua excursão em rumo de Olinda, aonde chegou após cinco meses de penosa marcha, deixando o Maranhão já incorporado ao domínio português, ou melhor, ao domínio espanhol.

Logo, em seguida, Jerônimo de Albuquerque, que ficou no Maranhão, como Governador, entra em atrito com os jesuítas, em virtude da escravização dos **Tremembés**. Sob o pretexto de que uns soldados fugitivos, que seguiram por terra para Pernambuco, haviam sido devorados por esses índios, promoveu o Governador injusta guerra contra os mesmos. Posteriormente foi esclarecido que os desertores chegaram vivos a Pernambuco.

Sem a paz com os **Tremembés**, senhores do litoral entre os fortins do Maranhão e Ceará, impossível seria estabelecer ligações normais com o Brasil, porque a comunicação marítima, em certas épocas do ano, era quase impraticável, como veremos em pouco.

A atitude impolítica dos portugueses elevar-se-ia talvez a proporções sanguinárias, de extermínio do aborígene, se não fora a ação atenuante da Companhia de Jesus. Iremos ver que os colonos do Maranhão, em face dos indígenas, sob esse aspecto, tiveram comportamento semelhante ao dos colonos do Brasil propriamente. Houve, entretanto, divergência de conduta, sob o aspecto biológico, pois, no Norte, foi quase nula a incidência de miscigenação tão comum no Sul. Procuraremos logo mais estudar as causas da ocorrência, bem como suas conseqüências.

Pero Coelho, quando regressou do Punaré, para compensar-se das perdas providas da empresa, cometeu a imprudência e felonía de reduzir à escravidão índios que foram seus aliados, donde surgem as dificuldades encontradas posteriormente para a conquista. O Governador do Maranhão agora incide no mesmo erro, esquecido de que os **Tremembés** firmaram paz com Martim Soares Moreno.¹⁹



Em 1621, é criado o Estado do Maranhão, e pouco depois (1626), já sem a aliança dos **Tremembés**, Frei Cristóvão de Lisboa (outros dizem Cristóvão Severim, em verdade também apelido de família), visitador eclesiástico, seguiu por terra para o Ceará no cumprimento de missão apostólica.

Sua expedição compunha-se duma centena de pessoas, quase todas indígenas, e preparados todos para a luta. Tiveram que enfrentar tapuias de corso e romper seu caminho em cruentas refregas. Frei Cristóvão, de espada e rodela em punho, vê a seu

lado, golpeados, Frei João e o Padre Baltasar, e mortos três índios afora os feridos. Prosseguiram "por ásperos caminhos, com falta de mantimentos, e lutando sempre com a morte, chegaram a 20 de junho ao Ceará, onde foram bem recebidos de Martim Soares", depois de pouco mais de trinta dias de exaustivas jornadas.

E continuaram os **Tremembés** senhores do delta do Parnaíba e suas vizinhanças. Só com a ação de Antônio Vieira, um pouco mais tarde aproximam-se eles novamente.

Quando os holandeses aleivosamente ocuparam o Maranhão, vindos do Ceará que facilmente tomaram, acharam que era boa prevenção deportar vários colonos que julgavam suspeitos. Uns foram embarcados em frágil navio e, depois de acidentada viagem, alcançaram uma ilha no golfo do México, donde passaram a Lisboa. Outro grupo foi mandado por terra para o Ceará, com duplo propósito: esclarecer se havia possibilidades tranqüilas de comunicação terrestre entre as duas regiões conquistadas, e desvencilhar-se de importunos e incômodos vizinhos. Esses foram massacrados pelos **Tremembés**.²⁰

Como sabemos, os holandeses agarraram-se ao litoral, não fazendo como os franceses que por vezes se embrenhavam na hinterlândia. No Maranhão e Pará fizeram estas profundas penetrações e, pelo que dizem documentos contemporâneos da ocupação, subiram a mais de duzentos léguas pelo Gurupi, e seu tráfico já atingia a ilha do bananal.²¹

Parece, entretanto, que os holandeses tiveram contatos com o Piauí. Pelo "Mapa de Marcgrave, de 1643, popularizado por Barléu em 1647", cujo levantamento não vai além do Rio Grande do Norte, vê-se, em verdade, que os batavos não se afastavam da orla marítima.²²

Mas acontece que Matias Beck, com três iates, dois outros barcos e quase trezentos homens, em abril de 1649, assentou novas pazes com os indígenas do Ceará e, desde então, até a capitulação da Campina de Taborna, trabalhou renitentemente em busca da prata.²³

Câmara Cascudo nos dá preciosa informação, quando nos diz que, já por essa época, "há gado solto e população rareada, dispersa numa zona vasta e semi-árida. Voam apenas as famas misteriosas de ouro, de prata, de salinas, que a ignorância topográfica não pode então fixar".²⁴

Os documentos que nos são conhecidos, com referência às atividades de Matias Beck, só vêm até 1649.

Sabe-se que enviou índios e especialistas para manter contatos com os **Tremembés** e fazer pesquisas em busca da prata, por Camocim e Ibiapaba. Aí ficaram os holandeses até sua expulsão do Brasil.

"Mas com quatro anos de permanência na terra do Ceará, teimoso como um picardo, Matias Beck se teria limitado aos sinais débeis de uma mineração infeliz?

Não há elementos para responder."²⁵

Como escrevemos história do Piauí, não podemos deixar passar despercebidas informações que nos vêm um pouco depois e que interessam ao assunto. Vimos a saber que os holandeses, que traficavam com **Tremembés** do Parnaíba e do Ceará, subiram pelo Temonha, em cujas cabeceiras fizeram explorações mineralógicas em dois locais diferentes, segundo o relato de um indígena que colaborou na pesquisa. Mantinham, então, relações com os índios de Ibiapaba, onde posteriormente foram encontrados "bigornas, e sopros grandes de ferro que bem mostram a grande fábrica com que trabalhavam para tirar as conveniências deste sertão". Exploravam também o pau-violeta. Maia da Gama chega a acreditar que, mesmo após a expulsão dos holandeses, continuaram eles a manter tráfico com os índios da Serra.²⁶

Os vestígios de mineração a que se refere Maia da Gama não têm origem numa expedição de mineiros estrangeiros que vieram aquém de Ubajara, em Frecheiras (Piauí), para ver se havia cobre ou prata e que se efetuou mui posteriormente à sua passagem pelo Piauí.²⁷

Com a restauração do domínio português em Pernambuco foi nomeado Governador do Maranhão André Vidal de Negreiros. No **Regimento** que lhe foi dado, há recomendação de El-Rei para investigar a respeito das pesquisas mineralógicas aos holandeses. E André Vidal de Negreiros informa que se acharam três minas abertas **e que outras minas, que deveriam ser melhores, haviam sido tapadas antes da retirada dos mineiros.**²⁸

Vestígios de explorações mineralógicas foram ainda encontrados no Piauí, dando origem a sindicâncias feitas por D. João de Amorim Pereira que escreve à autoridade de Marvão a respeito do assunto. Presumia o Governador, em face de informações

que lhe foram dadas, que os holandeses, em trabalhos de mineração, chegaram até à fazenda Enjeitado, no riacho de S. Teresa, em cujos contornos deixaram vários sinais de extração de minerais CABACap. L. CABACap. L. 15. 167V a 168 e 280V a 281.²⁹

Como se vê, pouco se há de positivo com referência ao Piauí, mas nenhuma inconveniência há em registrar o que ora está no âmbito das conjecturas, porque poderá ainda ser útil à elucidação histórica.

André Vidal de Negreiros, quando no Governo do Maranhão, sob a inspiração do Padre Antônio Vieira, envio a Ibiapaba o chefe tabajara Muririba, a oferecer perdão geral e esquecimento dos delitos cometidos os índios da Serra que colaboraram com os holandeses, e anunciou que se preparassem para receber os padres da Companhia. Participa a El-Rei as deliberações tomadas e recebe, então, ordens para ajudar os Jesuítas em seus trabalhos de educadores e missionários, e restaurar os fortes do Ceará, especialmente o de Camocim, que seria construído com o fim especial de manter a ordem naquelas redondezas e evitar o contrabando do âmbar e pau-violeta.

Decorrem nove meses e Muririba não regressa para dar o resultado de sua missão.

Por mar, numa sumaca, em fevereiro de 1656, seguem o Padre Tomé Ribeiro e o irmão Sebastião Texeira, em expedição que teria por fim fundar o forte de Camocim. Depois de velejar cinquenta dias com ventos contrários, não passando além da barra do rio das Preguiças, resolvem voltar e, em 12 horas, estão na barra donde partiram. Ainda no mesmo mês de fevereiro, numa vela latina, viajaram o P. Manuel Nunes, que ficaria no Ceará, e o P. Antônio Vieira, que iria até a Bahia tratar de assuntos referentes à Missão. Ocorre o mesmo que à expedição anterior. Depois de 53 dias de viagem, com rígidos ventos contrários, deliberam regressar e após poucas horas entram no porto de S. Luís.

Quando, porém, tomavam a resolução de aproar em rumo de S. Luís, vislumbraram nas praias 11 homens vestidos à européia. Era Muririba, acompanhado de índios da Serra, entre os quais

vinham um dos **principais**, chefe de tribo, com carta dos **maiorais** em que externavam propósitos de viver como cristãos.

"Admiraram-se os padres de ver as cartas escritas em papel de Veneza, e fechadas com lacre da Índia: mas até destas miudezas estavam aqueles índios providos tanto pela terra dentro (como) pela comunicação dos holandeses, de quem também tinham recebido as roupas de grã e de seda, de que alguns vinham vestidos."

A missão de Muririba foi ainda útil porque também firmou paz com os **Tremembés**.

Dessa vez, os missionários procurariam atingir Ibiapaba por terra. Provado ficara que as comunicações entre o Maranhão e o Ceará deveriam ser feitas pelo interior, através do território que posteriormente constituiria o Piauí.

Assim efetua-se a terceira tentativa, confiada aos Jesuítas Padres Antonio Ribeiro e Pedro Pedrosa, aquele, paulista, e este, recentemente chegado de Portugal. Como teriam que atravessar vários rios, conduziram, ora a braços, ora às costas, frágil canoa que se prestaria àquele fim.

Até o rio das Preguiças, foram acompanhados de forte escolta, e daí por diante, apenas oito soldados e 50 índios para condução da matalotagem e demais cousas precisas aos expedicionários.

Antônio Vieira narra episódios dramáticos da viagem estimada, então, em mais de 130 léguas: traição dos tapuias da região intermediária; areais despídos de sombras, batidos de sol, soprados de vento; dissipação completa das provisões dos índios condutores.

Depois de 35 dias de áspera viagem, alcançam Ibiapaba a 4 de julho de 1656. Pouco depois, pelo litoral transitava André Vidal de Negreiros que também por terra seguiria, com respeitável escolta de soldados e índios, de S. Luís para Pernambuco, onde iria assumir o Governo da Capitania.

Não se limitaram os jesuítas a ministrar a doutrina cristã. Fundaram uma escola, e usavam carvão, tinta vegetal, areia, folhas de pacobeira, material didático de que dispunham e, dessa forma, ensaiam-se como precursores de escola moderna. Dentro em dois anos, já tinham 2.500 almas confiadas a seu apostolado.

A situação de insulamento de Ibiapaba, as lutas entre tribos que viviam em torno da Serra, a indisciplina e impiedade no seio mesmo da Missão, provocadas por índios, tidos como hereges,

porque ainda guardavam a influência dos holandeses, aconselhavam que se retirassem os padres para o Maranhão, onde havia mais segurança. Vieram mesmo ordens para que os dois missionários fossem para São Luís.

Vieira, entretanto, opõe-se à determinação, e consegue que seja construído o forte de Camocim, projetado desde antes e que importaria disciplina às tribos de ao redor e tomaria a defesa dos missionários.

Enquanto isso, é ele nomeado Visitador e Superior de toda a Missão, e prepara-se, então, para ir a Ibiapaba. A 3 de março de 1660 partiu o grande apóstolo do Norte acompanhado de Gonçalo de Veras, de um irmão coadjutor e cerca de 50 índios que vieram da Serra com o fim especial de visitá-lo e também o Governador, bem como manifestar desejos de que os padres não os abandonassem.

"Carregaram os índios os fatos às costas, e o Padre Superior lembrado de S. Francisco Xavier Apóstolo das Índias, cuja residência ia visitar, se descalçou e começou a caminhar a pé nu, à imitação de seus exemplos por aquelas praias, como o Santo Apóstolo tinha caminhado pelas praias de pescarias da Índia Oriental; pasmaram todos vendo um homem de sua idade andar dias e semanas por aquelas areias com a moléstia e cansaço que se pode considerar; cansavam todos e só ele ia caminhando como incansável..."

"Chegados que foram ao pé da Serra, cansadíssimos de um tão molesto e comprido caminho, descansaram um pouco, logo depois começaram a subir pelas serras arriba, com o mais incrível esforço, mas como o desejo da salvação das almas dava asas ao Padre Superior e seu companheiro, não sentiam a moléstia do caminho, ainda que de si trabalhosíssimo, até para os índios que os acompanhavam, e eram costumados a andar a pé por qualquer parte que seja."

E complementa Vieira a informação de Betendorf: "Mas é graça esta, própria dos filhos de Santo Inácio, que posto se não criam nisto, criam-se para isto. Acrescentou muito o trabalho e incomodidade do caminho, não quererem os Padres ficar nele os dias maiores da Semana Santa; e assim se apressaram, de maneira que acabaram toda esta viagem em vinte e um dias; que foi a maior brevidade, que até agora se tem visto; e como vinham a pé e descalços, muitos dias depois que chegarem lhes não sararam as

chagas que traziam feitas nos pés; mas o tempo era de penitência, e de meditar nas de Cristo."

A 1.º de maio, Vieira ainda estava em Ibiapaba, donde escreve nesse mesmo dia uma carta ao Provincial do Brasil. Reuniu as povoações dispersas em uma só e os trabalhos evangélicos acompanharam-se, durante em sua estada em Ibiapaba, de festas que duraram "por doze dias e doze noites contínuas."

Ao regressar, conduzia a S. Luís os índios que vinham perturbando a disciplina e também levou consigo o Padre Antonio Ribeiro, deixando em seu lugar o Padre Gonçalo de Veras, recentemente chegado ao Reino, há seis meses saído do Colégio de Coimbra. Ele e seu companheiro revelariam atributos excepcionais de apóstolos.³⁰

Todavia, dois anos após, a Missão de S. Francisco Xavier, da Serra de Ibiapaba, teria fim lacônico com a própria cumplicidade dos jesuítas. Rui Vaz de Siqueira, Governador do Maranhão, era homem ambicioso, inescrupuloso, e também enérgico, contemporizador. Como vemos, tinha o político qualidades positivas, e também negativas. Estas viriam dominar o homem público.

Sob o pretexto de proteger a Missão, mandou para Ibiapaba uma força militar, cuja finalidade máxima seria o resgate do âmbar junto aos índios. Estes, em pouco, sentiram-se oprimidos pela soldadesca cocuscente e depravada, donde surgiram atritos. Houve luta armada, e a força foi compelida a abandonar a Serra, e também o fizeram os padres, que revelaram incapacidade para evitar a perda de tão longos e penosos trabalhos catequéticos. Um dos chefes indígenas, à frente de sua tribo que se elevava a quatrocentas almas, acompanhou os jesuítas e estabeleceu aldeia nas proximidades de S. Luís.

Até então Ibiapaba estava historicamente presa ao Maranhão, e toda a comunicação era feita através do Piauí. Ocorre ainda que parte dessa serra geograficamente pertence ao Piauí, porque quase todo o planalto se inclina para o ocidente e a bacia nordestina do Parnaíba tem os mananciais mais importantes em suas encostas, e até mesmo em seu planalto.

Como a retirada dos Padres Pedro Pedrosa e Gonçalo de Veras, o Ceará passaria a pertencer à Província do Brasil, isto com referência à Companhia de Jesus.

Em 1663, foram enviados a essa Capitania os Padres Jacó Cócleo e Francisco Cassali, que começaram a missionar em Fortaleza, logo depois em Porangaba, donde estenderam suas atividades catequéticas até os índios que viviam em Camocim, intimamente ligados aos de Ibiapaba, onde vão mais tarde os jesuítas, embora esporadicamente.

Em pouco, os **Tabajaras** da Serra assanharam-se de novo, "até que em 1669, chegaram ordens do Brasil aos Padres Cócleo e Luís Machado, já então seu companheiro em Porangaba, para que se abstivessem de tratar com os índios de Ibiapaba, em guerra com tribos vizinhas e se dispusessem a voltar a Pernambuco."

Temos fortes razões para presumir que a "**guerra com tribos vizinhas**" a que se refere esse documento já se prende à luta do devassamento e da conquista do Piauí que teve como protagonistas os paulistas a capitanear tribos indígenas no preparo do terreno para a implantação dos currais.

Em, 1686, o Padre Gonçalo de Veras tentou restaurar a Missão, mas foi vítima, em Olinda, da febre amarela. Dois anos após, o Padre Pedro Pedrosa, veterano da fundação, também manifesta desejos de ser o restaurador, e chega a manter os entedimentos e os contatos precisos para o começo da obra, em cuja objetivação veio a falecer.

Câmara Coutinho, Governador-Geral do Brasil, que tanto se interessava pelo restabelecimento da catequese em Ibiapaba, nos primeiros dias do último decênio do século, amparou Manuel Pedroso e Ascenso Gago que assentam as bases da nova Missão que viveria até 1759, quando os jesuítas são expulsos de Portugal e seus domínios.

Falaremos sobre a ação de Ascenso Gago e seus companheiros, no momento oportuno.³¹

André Vidal de Negreiros, quando julgou útil estabelecer um forte em Camocim, não foi apenas com propósito de proteger os padres de Ibiapaba, porém muito mais para evitar o contrabando do âmbar e do pau-violeta.

O comércio clandestino, de Camocim a Tutóia, tinha como centro o Parnaíba, e eram seus principais promotores os **Tremembés**, associados a índios do interior.

Gabriel Soares de Sousa, em seu **Tratado descritivo do Brasil em 1587**, já se refere a navios e caravelões da costa que entram pelo Rio Grande dos Tapuias (Parnaíba) por várias léguas adentro, e fazem nele boa colheita. Sua informação se baseia, em parte, no que lhe dissera Nicolau de Resende, tripulante de navio que se perdera nos baixios do Maranhão, pelo ano de 1571, e que conseguira, pelo litoral, com seus companheiros, regressar às capitânias vizinhas já colonizadas.

Com o abandono de Ibiapaba, no Governo de Rui Vaz de Siqueira, toda a linha litorânea a que nos referimos ficou também abandonada e, como antes, entregue a entrelopos e **Tremembés**. Como consequência, foram completamente interrompidas as comunicações por terra entre o Maranhão e o Ceará, indispensáveis em certas épocas do ano em face da impraticabilidade da navegação marítima.

Impunha-se, portanto, que se dominassem os **Tremembés**, que recebiam de tribos aliadas e parentas do interior bálsamos e madeiras de lei que trocavam com traficantes estrangeiros por produtos europeus, especialmente ferramentas e bebidas. De Camocim saíam bálsamos, e do Parnaíba, o pau-violeta, **burapinima** e outras boas madeiras.³²

Em virtude desse comércio considerado ilícito por Portugal, uma série de medidas foram tomadas com o propósito de manter a via comunicatória pelo interior e obstar a ação dos contrabandistas.

Em 1676, o Governador Pedro César de Meneses confia ao Capitão Afonso... Rui o comando de uma expedição que teria por fim o descobrimento do rio Paraguaçu (Parnaíba), indo como missionário o Padre Superior Pier Luigi Consalvi que teve por companheiro o irmão Antônio Ribeiro. O verdadeiro objetivo dessa expedição era fazer reconhecimento, ou melhor, espionagem. Partiram no outono e andaram meses pelo rio acima, conforme informação de Antônio Ribeiro que fez um mapa dos rios e terras percorridas, e acrescenta ainda que deveriam ter chegado até a altura da Serra de Ibiapaba.

Encontraram uma tribo que tinha roças abundantes em mandiocas, o que indica que o gentio do Baixo Parnaíba e suas

adjacências já denunciava possibilidades de sedentarismo. Os **Tremembés** aí estavam desde os primeiros contatos do europeu; os **Aroás e Tabajaras**, por séculos, guardaram suas terras, os primeiros em Sambito, os outros, em Ibiapaba.

Anunciam os índios que nas campinas de belos pastos já andavam homens brancos em seus cavalos. Essa informação coincide com os documentos que temos referentes à ação dos paulistas e dos vaqueiros do S. Francisco, em Parnaguá e bacia do Canidé, o que veremos oportunamente.

Parece que, como consequência dessa expedição, foram nomeados Domingos de Freitas de Azevedo, Capitão-mor do Descobrimento do Rio Paraguaçu (Parnaíba), e Bernardo de Freitas de Azevedo, como seu capitão de ordenanças. Enquanto isso, recebia o Governador do Maranhão carta régia que o autorizava a prosseguir no descobrimento.

O P. Antônio Vieira encontrava-se, então, na Corte e, consultado pelo Conselho Ultramarino, dá interessantes notícias a respeito da terra que pessoalmente conhecia, pronuncia-se a favor da conquista do Parnaíba e faz antever os interesses decorrentes da empresa.

Do que fizeram os capitães nomeados pelo Governador Geral do Brasil, cousa alguma sabemos. Mas a segunda expedição foi organizada e partiu de S. Luís em abril de 1679, já no Governo de Inácio Coelho da Silva. Foi seu comandante o Capitão-mor Vital Maciel Parente. Ainda desta vez co-participou o Padre Superior Pier Luigi Consalvi que teve como companheiro o Padre Gonçalo de Veras que já conhecia também a região do litoral, quando trabalhou na Missão de Ibiapaba.

Eram 30 canoas, um barco grande, 140 soldados e 470 índios. Levavam ainda a experiência e os conhecimentos adquiridos na primeira expedição. Como se vê, era uma força poderosa e tinha propósitos punitivos, sob a alegação de que os **Tremembés** cometiam atos de pilhagem e homicídio. Seus objetivos são alcançados. Surpreenderam uma aldeia destes índios em número de mais de 300, dos quais só escaparam 37, tamanho era o furor dos atacantes.

"Foi incrível a nossa dor, diz o missionário, pela carnificina dos inocentes e quando celebramos missa, em longas e gravíssimas palavras, afeamos-lhes a ação, tanto aos portugueses como aos índios".

Sobem o Parnaíba até uns 6 graus de latitude sul, calculados pelo astrolábio, segundo informa Pier Luigi, e onde há um despenhadeiro d'águas por onde não puderam mais subir o rio, segundo depoimento de Betendorf.

Isso faz supor que foram até Araçás, a uns 15 quilômetros ao norte e Palmeirais, onde está o acidente que impediu a continuação da viagem. Mesmo, os remadores já revelavam cansaço, muitos haviam adoecido, e os mantimentos começavam a esgotar-se.

Ainda dessa vez recebem notícias de que uns homens brancos, montados em seus cavalos, andavam pelas campinas de belos pastos.

Ao longo do Parnaíba, provavelmente em seu curso inferior, encontraram os índios **Caribuces, Caicaíses, Aindoduçus, Guacinduces, Critices e Anapurus**. Viajaram pelo Parnaíba durante uns quarenta e cinco dias. Em agosto já estavam em S. Luís.³³

Os **Tremembés**, rigorosamente castigados, resguardam-se do inimigo e buscam praias mais recôndidas. Quando vêm os sucessos de Bequimão já os indígenas haviam retornado ao delta do Parnaíba donde levavam suas hostilidades aos colonos do Maranhão. O Capitão-Mor do Ceará recebe ordens para auxiliar na repressão.³⁴

Aconselha Gomes Freire de Andrade a restauração da casa-forte do Peria, com o objetivo de conduzir à paz os **Tremembés**, e fazer o resgate do âmbar, no momento ainda contrabandeado por navios estrangeiros. Logo em seguida, El-Rei ratifica paz com aqueles selvagens.³⁵

Contudo, a hinterlândia continuava desconhecida. Até Ibiapaba fora abandonada.

Gomes Freitas de Andrade recebe de índios que foram a S. Luís notícias a respeito de homens brancos que viviam a poucas jornadas do Maranhão e que não eram os do Ceará. Esses índios reiteravam as informações prestadas aos expedicionários de 1679 que exploram o Parnaíba e mantiveram contatos com gentios daquelas ribeiras.

Em verdade, o Maranhão já sabia que a bacia oriental do Parnaíba estava sendo conquistada. Betendorf nos informa ainda que um Agostinho Ururi, provavelmente o afilhado Tabajara do P. Pedro Pedrosa, já lhe houvera dado aquela notícia, o que o fez acreditar na informação que receberam os expedicionários. E ainda

mais convencido ficou Betendorf, quando em 1684, viajando de S. Luís para Salvador, após o levante de Bequimão, soube de aventura duns criadores da Bahia nos pastos que há entre o Ceará e o Maranhão. Quase todos foram mortos pelos tapuias, a exceção dum que foi o seu companheiro de viagem, o que relatara a ocorrência.

Agora, Gomes Freire de Andrade certifica-se da vizinhança daqueles criadores que já estavam a poucas jornadas do Maranhão. Daí a expedição de João Velho do Vale que quase não levou gente, senão os índios que trouxeram os informes mais recentes.

Capistrano dá grande relevo a esse feito. Na época em que escreveu, o juízo era conclusivo. Parece, entretanto, em face da documentação posterior, que o caminho que percorrera João Velho do Vale já era perlustrado, em jornadas realizadas por viandantes diferentes, em etapas sucessivas. Talvez não tenha sido ele o primeiro que o viajou numa única excursão.

Há documentos que nos fazem afirmar que, antes 1687, os paulistas que devassavam e colonizavam o Piauí já acrescentavam quantias consideráveis a prêmios reais, não só no Maranhão, como também em Pernambuco.

✓

NOTAS

- ¹ NUNES, Odilon. **O Piauí e seu povoamento**. Em *Econômica piauiense*. Vol. IV. 1960. 157 a 160. Horácio L. Small. **Geologia e suprimento d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará**. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 1923. 11 a 12. A. J. Sampaio. **Fitogeografia do Brasil**. 1934. 83. 86. 95 a 907. 108. Afrânio Peixoto. **Clima e Saúde**. 1938. 120. Wilhelm Kegel. **Boletim Nº 141. Divisão de Geologia e Mineralogia**. 38. 44. 45.
- ² SAMPAIO, Teodoro. **Os naturalistas viajantes e a Etnografia indígena**. 1955. 34. Salvador Canais Frau. **As civilizações pré-hispânicas da América**. 35 a 76. Ludovico Schwennhagen. **Antiga história do Brasil**. 1928. 61.
- ³ FRAU, Salvador Canais. Obra cit. 359 a 360. 376. 377. 413. 431. 442 a 444. 494 a 495. T. Sampaio. **Obra crítica**, 103. Afonso Várzea. **O Estado socialista do Pacífico**. 1933. 45 a 56.
- ⁴ FRAU, Salvador Canais. Obra cit. 297 a 301. 305. 388.
- ⁵ SAMPAIO, Teodoro. Obra cit. 52 a 70. 90. 101 a 102. 147 a 148. 190. 254. Herman Leich, em **História universal da arte** e Charlton S. Coon, em **A História do homem**, respectivamente pp. 89 a 274 dão a composição da tinta. Vide também Alexandre Braghine. **O enigma da Atlântida**. Atlântida. 3ª Edição Brasil. 147.
- ⁶ FRAU, Salvador Canais. Obra cit. 50 a 51. Ludovico. Obra cit. 3 a 24. Rocha Pombo. **História do Brasil** (em 10 volumes). Vol. II. 36 a 56. Gustavo Barroso. **Aquém da Atlântida**. 1931. 5 a 57. 86. 97. 141.
- ⁷ POMBO, Rocha. Obra cit. Vol. II. 36 a 56.
- ⁸ SEGURO, Visconde do Porto. **História Geral do Brasil**. 3. ed. integral. Vol. I. 57 a 58. Carlos Teschauer em **Os naturalistas viajantes e a etnografia indígena**. 255.
- ⁹ SAMPAIO, Teodoro. Obra cit. 129 a 143. João Ribeiro. **História do Brasil**. 4. ed. 58 a 69.
- ¹⁰ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil** (10 volumes) Vol. III. 38 a 39.
- ¹¹ LEITE, Serafim. Obra cit. Vol. II. 185. Vol. 271 a 273. 276. Serafim Leite. **Páginas de História do Brasil**. 114 e segs. T. Sampaio. Obra cit. 113. Afonso de E. Taunay. **História Geral das Bandeiras**. 1. ed. Vol. VI. 262. 293. Vol. VII. 260.

- ¹² GAMA, João da Maia da. **Diário da viagem de regresso para o reino. Em Herói esquecido**. De F. A. Oliveira Martins. Vol. II. 34. Serafim Leite, **História da Comp. Jesus**. Vol. III. **Termo da Junta das Missões em S. Luís do Maranhão**. 439. 441. 442.
- ¹³ LUDOVICO. Obra cit. 66. Abdias Neves. **Aspecto do Piauí**. 136.
- ¹⁴ FREIRE, Antonino. **Limites do Piauí**. 15. 22. E limites entre os estados do Piauí e Maranhão. 22. 62.
- ¹⁵ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Vol. III. 252 a 254. J. Capistrano de Abreu. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 236. 244.
- ¹⁶ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. V. 271 a 276.
- ¹⁷ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. III. Caps. I e II. B. Studart. Francisco Pinto e Luís Figueira (**O mais antigo documento existente sobre a história do Ceará**). Em **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XVII. 1903. Nesse mesmo tomo: **Relações do Maranhão**. 1608, pelo P. Luís Figueira, enviada a Cláudio Aquaviva, carta de Luís Figueira, do Colégio da Bahia em 26 de agosto de 1609. Cláudio de Abbeville. **História da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão**. Vide B. Studart. **Geografia do Ceará**. Em RIC, tomo XXXVII.
- ¹⁸ Vide indicações. Nota anterior de nº 17. Padre José de Moraes. **História da Companhia de Jesus**. 1860. 45. 109. 265, João Filipe Betendorf. **Crônica das missões dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. 39 a 41. Em RIHGB. Tomo LXXII. Parte 1.
- ¹⁹ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. III. 100. Betendorf. Obra cit. 104.
- ²⁰ PRAZERES, Fr. Francisco de N. S. dos. **Poranduba Maranhense 59**. Em RIHGB. Tomo LIV. Parte 1. Francisco Teixeira de Moraes. **Relação histórica e política do Maranhão**. (1962). 103. Em RIHGB. Tomo XL. Parte 1.
- ²¹ LEITE, Serafim. **P. H. Brasil**. 102. 105. Luís da Câmara Cascudo. **Geografia do Brasil holandês**. 284.
- ²² CASCUDO, Luís da Câmara. Obra cit. 141. 236. 306.
- ²³ Idem, idem. p. 268, 269.
- ²⁴ Idem, idem. p. 270.
- ²⁵ Idem, idem. p. 279.

- ²⁶ GAMA, João da Mata da. Obra cit. Vol. II. 64, 65. B. de Studart. **Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará**. Em *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXXVI. Doc. 358. P. 151 a 158. J. M. Gama, obra cit. vol. II, p. 65.
- ²⁷ Vide *Revista do Instituto do Ceará*. XLIII e XLIV, p. 97.
- ²⁸ SEGURO, Visconde do Porto. Obra cit. Vol. III. p. 214, 217, 266 a 267.
- ²⁹ NUNES, Odilon. **Economia e Finanças** (Piauí colonial). Em *Econômica piauiense*. Vol. III, 1959. p. 37 a 38. J. M. Gama. Obra cit. vol. II, p. 65. B. de Studart. Doc. para a Hist. Doc. nº 358.
- ³⁰ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Obra cit. p. 122 a 123. Francisco Texeira de Moraes. Obra cit. p. 153 a 154. Antônio Fernandes Figueira. **O Padre Antônio Vieira**. Em RIHGB, 1915. Tomo especial. Parte 1º 360.
- ³¹ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. 29. 32. 33.
- ³² STUDART, B. **Documentos**. Em RIC. Tomo XXXI. Doc. 258.
- ³³ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. III. p. 163-164. Betendorf. Obra cit. p. 313, 315, 319. F. A. Pereira da Costa. **Cronologia histórica do estado do Piauí**, 9 a 10. Bernardo Pereira de Berredo. **Anais Históricos do Estado do Maranhão**. 1231 ao 1237.
- ³⁴ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**, p. 10.
- ³⁵ MEIRELES, Mário A. **História do Maranhão**. 139. B. Studart. Doc. nº 358, em Obra cit. P. Costa. Obra cit. p. 11-12, p. 371-372.
- ³⁶ STUDART, B. **Documentos** Nº 355, em Obra cit. P. Costa. Obra cit. 11. Betendorf. Obra cit. p. 315.

Primórdios da colonização primeiros currais

Vimos que os jesuítas, em 1656, pelos sertões do S. Francisco, procuraram reencontrar os **Amoipiras** que, todavia, já se haviam deslocado para a bacia do Parnaíba.

Tiveram, contudo, contatos com os **Paiaíás**, e o padre Antônio Pinto, que fez a relação da **entrada** religiosa, julgou oportuna catequese desses índios.

Acontece, porém, que na mesma época já se havia concedido grande número de sesmarias aos criadores da Bahia, e dentro dessas sesmarias ficavam os gentios "que não compreendiam, nem podiam compreender ainda, a razão por que outros homens invadiam as suas terras, e colocavam nelas currais, dificultando-lhes a própria subsistência. Desta incompreensão nasciam assaltos. Aos donos das terras agradavam as missões, se elas se prestassem a ser instrumentos de submissão desses índios aos seus interesses pecuários; mas se as missões tratassem desses índios, como **pessoas humanas**, a que era preciso instruir e educar e mesmo defender contra uma escravização, positiva ou disfarçada, os **curraleiros** insurgiam-se contra os missionários, recusavam-lhes os meios, intrigavam os índios entre si, influíam com os governadores para impedir as missões.

E assim verificamos que não se seguiu a esta entrada pacífica de 1656 a organização **defendida** das missões, senão a preparação de uma entrada de guerra".¹

Melhor seria aos intentos dos criadores e esmagamento das tribos belicosas, cuja vizinhança era considerada nociva à expansão dos criatórios.

Em 1658 foi empreendida a **bandeira** punitiva, confiada ao Capitão-Mor Domingos Barbosa Calheiros. Veio ele de S. Paulo, embarcando em Santos; ao chegar à Bahia, partiu para os sertões de Jacobina, à frente de poderosa expedição, da qual participaram mais de duzentos homens brancos, ou melhor, **mamelucos**, pois de ambas as fomas designavam os descendentes de brancos com índios. Essa expedição, cujos resultados se prenunciavam tão alvissareiramente, foi por completo destruída, e poucos dos componentes puderam retornar ao litoral.²



Ficaram impunes os indígenas que em pouco continuaram em suas incursões depredatórias como represálias contra o **curraleiro** que julgavam como se fora usurpador.

Em 1669 é declarada guerra de extermínio a esses índios e mantêm-se entendimentos ainda como os paulistas para organização de novas **bandeiras** punitivas. É assim que aparecem nos sertões da Bahia Brás Rodrigues de Arzão e Estevão Ribeiro Baião Parente, que reiniciam, em 1671, as campanhas de repressão ao gentio, que durariam anos.

Já missionavam, entretanto, os jesuítas, desde 1666, os sertões de Jacobina, donde alcançariam o rio Salitre, que penetra no S. Francisco, onde esse rio já começa receber tributário vindos do planalto que serve de divisor de águas com o Parnaíba. No ano imediato, João de Barros, companheiro de Jacó Roland na ação catequética, se expressa com otimismo a respeito dos frutos colhidos em suas **missões discorrentes**.

Assim, antes de darem início os paulistas a suas incursões no Paraguaçu (Bahia), já eram criadas as missões de Jacobina, bem como as dos **Quiriris**, e finalmente as dos **Rodelas** que ficavam a partir da foz do rio Salitre, S. Francisco acima, donde mais tarde iriam até mesmo à bacia do Parnaíba. Aos Jesuítas juntar-se-iam, na ação catequética dos sertões da Bahia, os franciscanos e também os capuchinhos franceses do Padre Martim de Nantes.³

Mas enquanto os religiosos eram partidários da catequese para a pacífica expansão colonizadora, os criadores optavam pelo

esmagamento completo do indígena, para expansão tranqüila de seus rebanhos.

É assim que, em 1669, os Ávila entrariam em atrito com os jesuítas que vêm destruindo as duas residências e igrejas de Jeremoabo e Itapecuru, bem como a igreja dos **Caimbés**, porque temia a casa da Torre que viessem os missionários pedir terras para suas missões, ou melhor, para seus catecúmenos.⁴

Garcia de Ávila representava, então, a Casa da Torre, cujos currais já haviam também atingido o S. Francisco nos sertões dos **Rodelas**, provavelmente precedendo mesmo a ação dos Jesuítas, em certas regiões. "Em meados do século XVII, pouco depois da retirada dos holandeses, opina Barbosa Lima Sobrinho, já os criadores de gado haviam chegado aos pontos mais setentrionais do S. Francisco, na região dos rios Cabaças, Salitre e Pajeú e da cachoeira de Sobradinho. Nesse momento, sem que se interrompa o avanço pelo rio acima, destaca-se mas vivamente a marcha para os vales do Piauí como uma variante na expansão colonizadora".

Há fortes razões para presumir que o Piauí, logo após a ação contra os indígenas, tornara-se conhecido dos criadores de gado, senão mesmo um pouco antes. Infelizmente não temos documentos que nos autorizem a fazer a afirmação. Estudaremos isso com mais vagar.

Merece, entretanto, atenção o depoimento de Sebastião da Rocha Pita, em virtude de circunstâncias especiais. Era o historiador contemporâneo do devassamento, proeza que fascinava toda a colônia do Norte, especialmente a Bahia, principal centro de irradiação; como militar, servia no Regimento da infantaria da Ordenança da cidade da Bahia, a que pertencia também Francisco Dias de Ávila, um dos pioneiros da conquista do S. Francisco; com Domingos Afonso Sertão, que por largos anos foi sócio da Casa da Torre na disseminação de currais no Parnaíba, um pouco depois estaria assinando as mesmas atas do Senado da Câmara da Bahia; parente seus, ao lado dos devassadores, pediam sesmarias da Paraíba ao Piauí. Tudo isso faz supor que Sebastião da Rocha Pita seja autoridade insuspeita como cronista dos conquistadores dos rios S. Francisco e Parnaíba.

Quando escreve sua **História da América Portuguesa**, diz que colhera as matérias e notícias que relata junto a pessoas que "depuseram fielmente como testemunhas de fato, com a ciência de

que o autor as inquiria para compor esta História, cujo essencial instituto é a verdade".

E quando se refere ao Piauí, acrescenta que Domingos Afonso Sertão foi um dos primeiros que o penetraram no ano de 1671, e que nessa ocasião se encontrou com Domingos Jorge Velho que "chegara àquela parte pouco tempo antes que o Capitão Domingos Afonso a entrasse". O próprio Domingos Jorge Velho deixou documento que confirma a data indicada pelo historiador, ou melhor, pelo cronista seu contemporâneo.⁵

Cremos que nessa época não foram poucos os aventureiros ou criadores que conheceram a bacia do Parnaíba. Mas coisa alguma sabemos a respeito do roteiro que conduziu o **bandeirante** paulista ao Piauí. Temos documentos que provam que, antes de Francisco Caldeira Castelo Branco ocupar o Pará, já vinham os paulistas até o baixo Tocantins, enquanto logo depois, isto é, no terceiro decênio do século XVII, se traça um roteiro de S. Paulo, que alcança o S. Francisco e conduz às aldeias do **Amoipiras** aonde anteriormente foram duas vezes os padres jesuítas da Bahia, o que já é de nosso conhecimento.⁶

Pouco antes de 1639, atingem os paulistas novamente o Tocantins, e Antônio Raposo Tavares também pelo interior, em meado do século, vai de S. Paulo a Gurupá, no delta amazônico.⁷

Agostinho Barbalho Bezerra, nomeado governador das minas, do Espírito Santo expediu em 1666, ou um pouco antes, uma partida em busca de esmeraldas, e logo em seguida, pessoalmente se pôs a caminho do sertão, donde não mais regressaria. Pouco se sabe do itinerário e dos feitos desses **bandeirantes**. Sabemos que buscavam as regiões que mais tarde seriam apelidadas das Minas Gerais, donde facilmente passariam à bacia do S. Francisco e também à do Tocantins.⁸

Há referências a **bandeiras** paulistas que agiam nos sertões do S. Francisco "contemporâneas das que efetuavam Estevão Ribeiro Baião Parente a Brás Rodrigues de Arzão no vale do Paraguaçu (Bahia), de 1671 a 1674".⁹

Chamam-nas de anônimas porque seus componentes são desconhecidos, e eram elas contemporâneas também dos movimentos de Barbalho.

Importante foi a **bandeira** de Sebastião Pais de Barros, a quem escreveu Agostinho Barbalho Bezerra, pedindo que também

fosse ao sertão para o descobrimento de minas. Partindo de S. Paulo, esteve no Parnaíba e veio localizar-se no Baixo Tocantins, entre 10½ e 11° de latitude sul, donde passou a fazer o **preamento** de índios. Em 1673, os **Aroaquens** e **Bilreiros** caem em seus acampamentos, desbarata-os, escapando poucos de seus componentes que passam então a ser chefiados por Pascoal Pais de Araújo.

O Governador do Pará, ao dar notícia desses **bandeirantes**, com os quais tiveram contatos emissários seus, diz que "no mesmo rio do Tocantins, estiveram situados os moradores de S. Paulo mais anos do que os que se sabiam..."¹⁰

Podemos assim presumir que Domingos Jorge Velho pertenceu a alguma dessas **bandeiras** a que nos referimos, se não fora mesmo o chefe de uma das partidas de paulistas que vinham operando nos sertões do S. Francisco.

Por essa época, o S. Francisco, na altura do Rodelas, estava sendo ocupada pelos currais. E pouco depois, a indiada entra em atrito com os **curraleiros** que têm de enfrentar os **Anaiós**, os **Galaches** e os **Gurguéias**. O indígena queima casas, assalta currais, massacra vaqueiros, dispersa e come os gados.

Em 1674, Francisco Dias de Ávila, tendo como imediato Domingos Rodrigues de Carvalho, à frente de poderosa tropa, busca o rio Salitre. Sua força topa com o gentio rebelde põe-no a correr S. Francisco acima, destroça-o em escaramuças contínuas em que, por vezes, tem que enfrentar índios canoieiros que se batem apoiados em parceiros de terra, passa por Sento Sé, vadeia o rio Verde, leva tudo de vencida, transpõe o Rio Grande.

Na campanha, comandava Domingos Afonso Sertão um troço dos combatentes da Casa da Torre. Nessa ocasião, talvez tenham penetrado no Piauí, nos sertões de Parnaguá, os expedicionários dos Ávila, pois os mananciais do Rio Grande distam poucos quilômetros dos mananciais que fluem para o rio que viria a receber o nome dos **Gurguéias**.

Não mui tardaria, outro levante concitava às armas os mesmos combatentes de 1674 que, receberam o concurso do Padre Martins de Nantes que traz a indiada de suas missões.

Começa a luta pelo Pajeú, onde os **Gurguéias**, nessas incursões, experimentam o primeiro revés que lhes inflige Domingos Rodrigues de Carvalho. Em seguida são novamente destroçados

na foz do Salitre, em encontro comandado pelo próprio Francisco Dias de Ávila e em cargas dirigidas por Manuel Homem de Almeida e ainda Domingos Rodrigues de Carvalho que, em pouco, seria autor do massacre desses índios.

Os **Gurguéias** vadeiam o S. Francisco e são seguidos de perto pelo malta indígena da Casa da Torre e 120 cavaleiros, **mamelucos** e homens brancos (pelo menos, o P. Martim de Nantes).

Depois de 6 ou 7 dias de marcha através de **caatingas** e terras agreste, a rastejar o inimigo, os perseguidores surpreendem a tribo espavorida e faminta e, após ligeira escaramuça, subjugam-na, jungindo os guerreiros estropiados, e decorridos dois dias, sob fútil pretexto, degolam 400 e reduzem à escravidão mulheres e crianças. Era 1º de junho de 1676.

O local da carnificina dos pobres indígenas a 6 ou 7 dias da foz do Salitre, ficava bem longe do rio Gurguéia, todavia, se não na bacia do Parnaíba, pelo menos, bem perto dos tributários do Canindé, especialmente do rio Piauí. Teriam dessa vez ultrapassado o divisor das águas? Provavelmente, como da vez primeira. Quatro meses após, já D. Pedro de Almeida, Governador de Pernambuco, concede as primeiras sesmarias em território piauiense a Domingos Afonso Sertão, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, de dez léguas de terra em quadro a cada um, nas margens do Gurguéia. Pediram-nas em Olinda, porque a região ficava na jurisdição de Pernambuco, isto é, nos sertões que se entendem da margem esquerda do S. Francisco, em rumo do ocidente.¹¹

Nesse mesmo ano de 1676, Francisco Dias de Siqueira foi à Bahia pleitear favores pelos serviços que vinham prestando nas cabeceiras do rio Maranhão e Parnaguá, onde havia feito pazes com os principais chefes das nações **Guacupês** e **Ananás**, "que à custa de sua fazenda e trabalho, têm pacífica a sua educação."

A atuação desse **bandeirante** paulista posteriormente se estenderia pelo Maranhão e provavelmente por regiões do Nordeste, e até mesmo Goiás.

A Junta Trina Provisória que então governava o Brasil composta do Chanceler Agostinho de Azevedo Monteiro e Mestres-de-Campo Álvaro de Azevedo e Antônio Guedes de Brito, reconhece no feito de Francisco Dias de Siqueira as vantagens advindas das "grandes utilidades que se podiam seguir ao serviço de Deus, na

redução daquelas almas, e no de Sua Alteza, na comunicação dos Estados do Maranhão, e Brasil..." Alude ainda às possibilidades do descobrimento de minas e da lendária lagoa das pérolas, "além de se descobrirem, e povoarem todos aqueles campos para aumento da Fazenda Real..."

A 1.º de fevereiro de 1677, concede-lhe a patente de capitão-mor e administrador dos índios cuja amizade conquistara. Conseguiu ainda o devassador do sul do Piauí as patentes de capitão de infantaria da ordenança para seus imediatos João Costa e Francisco Dias Peres, bem como três arrobas de pólvora e oito de balas.

Os membros da Junta Trina distinguiram e honraram Francisco Dias de Siqueira que já se apresenta com um lastro de serviços prestados no Piauí, para onde volta com propósitos de prosseguir na ação colonizadora.

Como vimos, por essa época, ou melhor, no verão de 1676, Afonso Rui já havia feito a primeira **entrada** no rio Parnaíba, e logo em seguida Vital Maciel Parente faria penetração mais profunda.

Nos documentos oficiais e nas crônicas do Maranhão, esse rio era ainda apelidado de Paraguaçu, mas no documento da Junta Trina, referente a Francisco Dias de Siqueira, já aparece, embora estropiada, a denominação Parnaíba que parece subtendida nesse trecho: "da outra parte do dito rio nas cabeceiras do Maranhão por outros chamado p...aíba..." Os expedicionários do Maranhão, como vimos, deram notícias das penetrações vindas do S. Francisco.

Já podemos afirmar, e dessa vez baseados em documentos irrefutáveis, que oficialmente estava descoberto o Piauí: assentaram-se as bases da economia e os primeiros tentáculos da autoridade, com a concessão das sesmarias e o provimento das patentes militares. Foram protagonistas destes feitos vaqueiros e **bandeirantes**.

Novas sesmarias são dadas em 1681, ainda à Casa da Torre e a seus associados, e dessa vez já nas margens do Parnaíba, Paraim, Gurguéia, Itapecuru, e aparecem nomes de sesmeiros que talvez não tenham vinculações com os Ávila. Os Governadores de Pernambuco, D. João de Sousa, em 1684, e João da Cunha Souto Maior, em 1686, concedem novas sesmarias, e ainda aos Ávila e seus associados, e ainda no extremo sul do Piauí, já com referência, entretanto, à serra de Araripe.

Parece que há um propósito de não tocar no Canindé e seus afluentes, bem como no Poti, que positivamente já eram conhecidos da Bahia. Os pontos de referência das sesmarias estão sempre na região do sul, ou parte oriental do Piauí, como Araripe.¹²



Por essa época, de S. Luís já se ia à Bahia, provavelmente pelo Poti e Canindé. É o que informa a documentação daqueles dias, especialmente a correspondência de Gomes Freire de Andrade. Os paulistas, já domiciliados no Poti, haviam escrito a D. João de Sousa, cujo Governo em Pernambuco terminaria em maio de 1685, oferecendo seus serviços e pedindo patentes de capitão-mor e capitães para a conquista do gentio. A carta foi recebida naquele mesmo ano de 1685 por João da Cunha Souto Maior, sucessor de D. João de Sousa.

A **Carta Régia de 1.º de Abril de 1680** já não permitia a escravização do índio. Mas os **quilombolas** das Alagoas traziam novamente o vexame aos povos vizinhos, matando moradores, saqueando casas, seqüestrando escravos, levando o desassossego a toda parte. Resolve, então, o Governador de Pernambuco convidar os paulistas do Piauí para a destruição de Palmares, mandando-lhes patentes de conquistadores, e as de conservadores do gentio do distrito onde vivem.

É quando a febre amarela toma o caráter epidêmico no litoral e os paulistas abstiveram-se de continuar nos entendimentos. Só em começo de 1687, voltam a tratar do assunto. Envia Domingos Jorge Velho, que tinha arraial na bacia do Poti, como representantes seus o Sargento-mor Cristóvão de Mendonça, o capitão Belchior Dias Barbosa e o Padre Frei André da Conceição, a fim de firmar contrato com Governador de Pernambuco para a jugulação de Palmares, reduto principal dos **quilombolas** das Alagoas.

A 3 de março desse ano, em Olinda, firmam seus mandatários e João da Cunha Souto Maior as **Condições e Capítulos**, para a conquista de Palmares, documento que consta de dezesseis parágrafos.

Domingos Jorge Velho ficara no Piauí, a aguardar os resultados da missão que incumbira aos procuradores.

Enviara também emissários a S. Paulo, em busca de auxílios que recebe provavelmente por mais de uma vez. Reúne os combatentes de que dispunha (índios e **mamelucos**), certamente disseminados, em parte, ao longo do Poti, e, à frente de **Aroás, Cupinharões e Tabajaras**, com os últimos dias de julho ou primeiros de agosto, parte para Alagoas, com o propósito de dominar Palmares.

Os índios que conduzia, informa ele, eram os **melhores de todo o orbe, eram tão valentes, afoutos e constantes nas batalhas que, nenhuma outra nação do mundo, se os iguala, não os excede.**

No Piauí deixou plantações, gados (vacum, caprino, ovino), as terras que conquistara à custa de sangue e seguiu para campanha longínqua a fim de servir ao Rei, mas também esperançado de conquistar domínio de feraz terra na rica orla marítima.

Antes de alcançar Palmares, já próximo aos **quilombos**, recebe ordens de Matias da Cunha, Governador-Geral, para ir socorrer o Rio Grande, onde rebelados estavam os **Janduins**, ameaçando tudo destruir. Em seu dizer, vê-se forçado a **torcer caminho... caminho agreste, seco e estéril**, do Piauí às Alagoas, em marcha **a mais trabalhosa, faminta, sequiosa e desamparada que até hoje houve no dito deserto, nem quiçá haverá... em a qual de fome, sede e miséria morreram cento e trinta e duas pessoas; de doenças sessenta e três e fugidas mais de duzentas.**

Em seguida, após segunda etapa, também áspera, chega aos sertões do Rio Grande, onde inflige as primeiras derrotas na indiada renitente que vinha alarmando os **curraleiros** do Piranhas e Açu.

Mais tarde transfere o comando da campanha ao Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida, em obediência a instruções que recebera e prepara-se para regressar às Alagoas onde iria topar com os indômitos **quilombolas**.

Após as vitórias do Rio Grande, até então sem recompensas, pusera-se Domingos Jorge Velho a vender os índios que aprisionara, único recurso de que dispunha para ocorrer à subsistência de suas forças.

O Capitão-mor do Rio Grande opõe-se indignado ao comércio do chefe militar e denuncia-o a Câmara Coutinho e ao Governo-Geral.

A Domingos Jorge Velho não era estranha a **Carta Régia** que impedia a escravização do aborígene brasileiro. Quando manteve entendimentos com João da Cunha Souto Maior, **plêiteava** o preamento do indígena, o que lhe foi negado com motivo justificado na vontade de El-Rei, expressa naquela lei. Mas a contingência do momento forçava-o a tomar aquela atitude.

Contrariado, busca Palmares, com suas forças já bastante debilitadas, e até então sem nenhum provento material. No regresso, maiores foram os sofrimentos. **Essa marcha teve de menos trabalhosa, esclarece ainda Domingos Jorge Velho, não ser tão comprida, e algo menos seca.**

Dez meses padeceu nas margens desertas do riacho Paratagi. Aí passaria o inverno de 1691 a 1692. Em pouco estaria demolindo as palçadas de Zumbi.

Como vimos, desde a partida de sua povoação, muitos abandonaram o **bandeirante**. Não foram poucos os que regressaram ao Piauí, desiludidos da munificência de El-Rei. Retornaram ao Poti, onde restauram o arraial militar, donde passariam a enviar reforços a Domingos Jorge Velho que se obstinava na jugulação dos redutos palmaresenses. E também continuariam a manter a tranquilidade na bacia do Parnaíba, escorraçando os indígenas insubmissos, e possibilitando a implantação dos currais.¹³

Em 1661, Francisco Dias de Ávila vai nomeado mestre-de-campo, para desbaratar os gentios confederados do Maranhão, em Itapecuru e Mearim.

Pela patente de nomeação, vê-se que acompanhara o pai, o Mestre-de-Campo Garcia de Ávila, quando reprimira este em guerra justa os bárbaros indígenas do Piauí. Essa **entrada**, em que co-participaram os dois Ávila, deverá ter precedido o ano de 1674, se não foi nesse mesmo ano, quando o filho em campanha perlongava o S. Francisco, donde regressaria ao litoral, no ano imediato, em virtude da morte do progenitor, em Tatuapara, ou talvez mesmo na Bahia. Talvez também em 1671 foi a campanha.

Como consequência da nomeação a que nos referimos, Francisco Dias de Ávila, em 1692, repele os **Acoroás** que haviam

ocupado a lagoa de Parnaguá, ampla depressão no vale do Paraim, afluente do Gurguéia.

Mas tarde, à frente de poderosa força do rio Salitre busca a serra Vermelha, perlustra o riacho Fundo, Santana, Gurguéia, estaciona às margens do Parnaíba, donde atinge a serra do Itapecuru, varando as nascentes do mesmo rio; destroça os **Cariris**, alcança os serrotes do Alpercatas e de Boa Vista, e vai, no Mearim, acima da confluência com o rio das Flores, enfrentar e dominar os tenazes **Picologés**.

Tamanho feito contrastava com o herói raquítico quase anão que era Francisco Dias, o Grande, assim apelidado por Calmon, pelas proezas consumadas.

Após a exaustiva incursão, falece ao chegar à Bahia, quando, então, Sebastião da Rocha Pita, o historiador, é nomeado, em sua vaga, coronel do regimento de infantaria a que pertenciam.

Francisco Dias de Siqueira, contemporaneamente a essas façanhas era nomeado imediato de João Raposo Bocado para, em Rio Grande, Ceará e confins, buscar pérolas, prata e pedraria. Bocado desaparece da documentação. E o inveterado **preador** de índios, domador dos **Ananás e Guacupês**, encontrou pretexto para execução de seus propósitos.

Nas batidas pelos sertões do Piauí e Maranhão, vai até S. Luís, onde obtém munições e mantimentos do Governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, no pressuposto de que iria reprimir índios de corso e abrir caminho para o Brasil.

Em seguida o denunciam como depredador, porque se pusera a fazer extorsões nas aldeias dos índios católicos, bem como nos currais.

Francisco Dias de Siqueira, o Apuçá, como era apelidado, deveria ser um legítimo piratiningano da era seiscentista. Assim pensamos, porque certamente se referia a ele Betendorf, quando diz que o Governador do Maranhão foi procurado por "um sargento-mor com dois homens, que todos pareciam uns índios, ou quando muitos **mamelucos**. Esse ofereceu-se ao Governador para destruir os **Caiscals**, dando-lhe ajuda de homens e as armas necessárias, porém nada se efetuou." Esclarece Betendorf que eram eles duma tropa de paulistas.

Por essa época, ainda em plena luta de palmares, Domingos Jorge Velho recebera a incumbência de reprimir índios do Ceará, e

também de Parnaguá e Pernamirim, no Piauí, o que não lhe foi possível efetuar. Dessa região estavam chegando auxílios ao jugulador dos **quilombolas**, enviados da nova aldeia de N.ª S. da Vitória, com os quais arrebanhava ele as últimas presas das Alagoas.¹⁴

Em 1694, o Padre Bourel, jesuíta alemão, estava em pleno sertão do S. Francisco. No ano anterior, ainda bem jovem, fizera profissão de fé em Coimbra onde serve no colégio da cidade. Em companhia do Padre Miguel Carvalho visitou os rios Piauí, Canindé, Parnaíba e Gurguéia. Mantiveram ainda comunicações com os padres do Maranhão.

A comitiva compunha-se de 42 pessoas. Sem matalotagem, ao longo do Gurguéia, pelo espaço de dezesseis dias, não experimentam falta alguma de alimento, tamanha era a abundância de mel, caça e frutos; afastados das margens do rio por cinco dias experimentam muita fome, quando enfim alcançam serras próximas do rio Curimatá, onde havia um riacho que em distância de uma légua tinha pelas margens grande quantidade de ananás, deliciosos no cheiro e no gosto, e que lhes serviram de regalo e mantimento até chegarem ao sítio povoado. Esse depoimento esclarece que no Gurguéia ainda não havia gado e o sítio povoado que deveria ser localizado nas vizinhanças da logoa de Parnaguá, já não existia em 1697, quando o Padre Miguel Carvalho faz a **Descrição do Sertão do Piauí**.¹⁵

Como vimos, no contato que Antônio de Albuquerque manteve com Francisco Dias de Siqueira, o caminho do Maranhão à Bahia, pelos sertões do Piauí e S. Francisco, foi objeto de atenção. Assim, em 1694, por intermédio de Antônio da Cunha Souto Maior, que fora pedir sesmarias em S. Luís, e que residia na fazenda Caraíbas, no rio Canindé, a 10 léguas da confluência com o Parnaíba, escreveu o Capitão-General do Maranhão a D. João de Lencastro, Governador-Geral, carta referente às possibilidades de se manterem comunicações pelo interior, a qual foi recebida a 19 de abril do ano seguinte. Dois dias após, chegavam, vindos ainda do Piauí, novos expedicionários, trazendo correspondência de 17 de dezembro, ainda de Antônio de Albuquerque ao Governador-Geral que, por sua vez, colabora na iniciativa, também enviando a S. Luís emissários com correspondência, os quais retornam à Bahia, trazendo resposta do Capitão-General. Oficialmente estava

descoberto o caminho, já percorrido desde muito por índios e vaqueiros.

Não é duvidoso que tenha colaborado na abertura da estrada o mesmo João Velho do Vale a quem Gomes Freire de Andrade, um pouco antes, confiara a primeira viagem a Salvador, pelo interior do Piauí. Tinha, pois, antecedentes que o indicavam para esse fim, e ainda revelava o vezo dos antepassados no **preamento** do indígena.¹⁶

Ibiapaba, desde muito esquecida, esta agora sob a assistência dos jesuítas Ascenso Gago e Manuel Pedroso, ambos paulistas.

Ascenso Gago, quando faz a **Carta Ânua de 1695**, nos torna sabedor da **existência do caminho que novamente se fez do Maranhão à Bahia, ficando o tal caminho um pouco distante desta Serra...**

O **novamente** que emprega tem aqui o sentido de **recentemente**. Diz ainda que "do Maranhão recebeu, no ano presente de 1695, esta missão, gravíssimo dano. Porquanto mandou o Governador daquele Estado uma tropa de índios e por cabo deles a um homem criminoso chamado João Velho do Vale, porém perito nas línguas, assim geral como do tapuia, a descer índios para o Maranhão, e eles, em vez de descenderem gentio bravo do sertão, vieram à Serra de Ibiapaba, e levaram, do gentio que havíamos descido pra a costa do mar, 25 casais com as suas famílias..."

O missionário escreve a João Velho, que responde insolentemente e ainda prega a discórdia entre os indígenas de Ibiapaba. Há vários documentos em torno do incidente.

Entre 1693 e 1694, os jesuítas começaram a transferir dois mil **tabajaras** de Ibiapaba para o litoral, tomados do propósito dum melhor rendimento na ação catequética. Comprovado ficou, em face de péssimos invernos, que melhor seria a Serra, para onde regressam.

A **Carta Ânua** que faz o histórico das primeiras atividades da Missão, nessa nova fase, tem a data de 10 de outubro de 1695, e é assinada de Olinda.

Apoiados nos **Tabajaras** e **Tremembés**, procuraram atrair outras tribos, ainda numerosas em torno da Serra. Começam pelos

Rerúrius, que dominavam parte das terras que ficam entre Ibiapaba e o litoral. Na primeira entrevista que mantivera o Padre Ascenso Gago com estes índios, disseram eles que no momento estavam em guerra com todas as nações circunvizinhas, especialmente com os **Quanacés**. Certamente lutavam pelo domínio de flora e fauna mais dadas. Informa o jesuíta que eram efetivamente bravos e que tinham **por timbre morrer antes que perder a batalha ou dar as costas ao inimigo**. Viviam em contínuos combates todos os aborígenes das vizinhanças.

Feita a paz entre **Tabajaras** e **Rerúrius**, procuram manter entendimentos com os **Guanacés**, o que conseguem satisfatoriamente. Os que ofereceram mais dificuldades foram os **Aconguaçus** que, a princípio, recusaram estabelecer relações com os vizinhos. Finalmente consegue o Padre Manoel Pedroso conduzi-los à amizade das outras tribos, e fixaram os padres um dia para a solenização da paz entre todos.

Os jesuítas ficaram na Serra, junto aos **Tabajaras**, donde passaram a missionar nas vizinhanças, alimentando o propósito de reunir todos numa mesma aldeia, o que não podiam, entretanto, fazer, à falta de ferramentas para a cultura dos campos.

Por essa época, o Padre Ascenso Gago funda o primeiro curral de Camocim e empreende viagem a Pernambuco, onde pede à Câmara Municipal, e de porta em porta, recursos para a compra de ferramentas e algumas novilhas para a fundação do novo curral. Pouco conseguiu dos poderes públicos, porém muito obteve daqueles a quem pediu de porta em porta; cada um deu o que pôde, e o bastante, para compensá-lo dessa jornada que fizera a pé do Ceará a Pernambuco, aonde chegou exausto e andrajoso.

Regressa a Ibiapaba cheio de esperança, e iria elevar a efeito a pacificação de três aldeias que ficavam a 15 dias da ponta da Serra que bota para o sertão, e que presumia fossem da língua geral. Agora iria ter mantimentos suficientes para arrastá-las ao grêmio da cristandade. Eram índios que ficavam no Piauí.

Na segunda carta, a **Carta Ânua de 25 de julho de 1697**, continua a relatar a história da Missão. Prossegue no aldeamento das tribos, mas rigoroso inverno prejudica as roças, cujas culturas só frutificam as que ficam em terras altas. Perdem-se quase todos os plantios, e logo em seguida vem uma verdadeira peste de ratos que tudo devoram e invadem toda a região. Os padres e

catecúmenos sustentam-se então de palmitos e frutos agrestes, e dos mesmos ratos.

Mas a capelinha estava bem fincada em chão firme, e dessa vez os jesuítas só deixariam Ibiapaba, quando expulsos, em virtude da política de Pombal.

No verão de 1696, Gago e Pedroso visitam os **curraleiros** do Piauí que viviam a mais audaciosa página de nossa história.

A vista dos dois jesuítas precedeu pouco mais dum mês a fundação da capela de N. S. da Vitória, feita pelo Padre Miguel Carvalho, que nos legou ainda a **Descrição do Sertão do Piauí**, assinada na mesma data da bênção da nova capela, e posse de seu cura. É o mais precioso documento referente ao Piauí sescentista, e que nos vai oferecer, bem como as **Cartas Ânuas** do Padre Ascenso Gago, elementos para a história desses dias.¹⁷

A 11 de fevereiro de 1697, na residência de Antônio Soares Touguia, na fazenda Tranqueira, situada nas margens do riacho desse mesmo nome, afluente do Canindé, o Padre Miguel Carvalho reúne os moradores indicados em **Pastoral** de D. Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, e demais pessoas que atendem o chamamento, para eleger o local em que deverá ser fundada a nova matriz de N. S. da Vitória. Francisco Dias de Siqueira, provavelmente o mais antigo morador do Piauí e o homem mais poderoso daquelas redondezas, abandonara seu arraial (o Arraial dos paulistas, como chamavam), certamente convocado para aquela.¹⁸

Congregados todos na casa de residência de Antônio Soares Touguia, em Tranqueira, o vigário mandou ler a **Pastoral** do Bispo, e tornou claros os fins da reunião. Consultados os presentes, "assentaram, votaram e determinaram que se fizesse a igreja no brejo chamado a Mocha, por ser a parte mais conveniente aos moradores de toda a povoação, ficando no meio dela com iguais distâncias e caminhos para todos os riachos e partes povoadas". Acordaram ainda "para lugar da igreja e casa do Rev. Cura, o tabuleiro que se acha pegado à passagem do Jatobá para a parte do Canindé, e para roças e passais do Rev. Cura, e igreja, consignaram os moradores todo o brejo do sobredito riacho da Mocha".

Não compareceu nessa solenidade, nem nas que se realizaram depois, Domingos Afonso Serra, que residia também em Tranqueira, onde fizeram as duas primeiras reuniões. Era ele

sobrinho de Julião Afonso Serra e de Domingos Afonso Sertão. Não é duvidoso que sua ausência já fosse uma manifestação de hostilidade àquela iniciativa. No ano imediato ele entra em atrito com o vigário da Mocha, destruindo "todos os ranchos que estavam levantados para a fábrica da igreja".

Esses magnatas, bem como os da Casa da Torre, dos quais eram sócios, sempre foram hostis a iniciativas de ordem política ou religiosa, em seus latifúndios. Domingos Afonso Serra não deveria ter olhado com simpatia, se fosse objeto de estudo, a fundação da vila da Mocha, o que se depreende da atitude de seu sobrinho.¹⁹

No dia imediato, no mesmo local, reúnem-se ainda aqueles moradores.

Dessa vez disseram que "se obrigavam a fazer, conservar e paramentar de ornamentos e todo o mais necessário", a igreja, e que "queriam nela levantar uma confraria de N. S. da Vitória". Declararam mais que "se obrigavam todos a pagarem aos Rev. Curas as porções ordinárias que até agora pagavam aos da Matriz da Conceição dos Rodelas a saber, cada morador, dois mil réis e os senhores de fazendas, pela parte de seus negros e fábricas, dez tostões".²⁰

Dezoito dias após, isto é, a 2 de março de 1697, no brejo da Mocha, há solenidade da bênção da nova capela e posse que se deu ao Rev. Cura. Diz o termo que "a capela consta de 24 palmos de comprimento, e doze de largo, feita com a decência possível de taipa, e coberta de pindoba", e "nela se levantou um altar feito de tábuas com nove palmos de comprimento, e quatro de largo. E assim mais benzeu o Rev. Vigário um quadro que de redor da capela consignou com Marcos de pedras para sepultura de defuntos e donde se há de fazer a nova igreja a qual tem cem passos de comprimento e sessenta de largo". No mesmo dia, deu o Rev. Vigário da Vara posse ao novo Cura o Rev. Licenciado Tomé de Carvalho e Silva, da nova capela, com todas as cerimônias costumadas de fechar e abrir portas, consertar altar, abrir e fechar missal, estender e dobrar corporais, dobrar e desdobrar ornamentos e ultimamente lendo publicamente ao povo a **Provisão** que trazia do ilustríssimo Reverendíssimo Senhor Bispo de Pernambuco".²¹

Quando o P. Carvalho escreveu sua **Descrição**, já os moradores do Piauí mantinham relações com Ibiapaba e S. Luís, e de seus rebanhos saíam sementes para o desenvolvimento da pecuária do Maranhão e Ceará. Em dezembro de 1696, em campanha de alguns moradores do Piauí, de Ibiapaba vieram os padres jesuítas Ascenso Gago e Manoel Pedroso, ambos paulistas, penetrando o Piauí, numa extensão de cerca de cinquenta léguas. Recolheram-se a Ibiapaba de 1697, depois duma desobriga de dezoito dias em que fizeram centenas de confissões e comunhões. Por esses dias também transitava pelo Piauí, em companhia de moradores que foram a S. Luís pedir datas de pastos para seus currais, o Dr. Manuel Nunes Colares, que tinha sido nomeado desembargador da Relação da Bahia, para onde seguia a fim de tomar posse. O Padre Carvalho deve ter mantido entendimentos com o magistrado e os padres jesuítas.

Estes, no regresso, levaram algum gado com a intenção de povoar as terras do Longá, ou melhor, ainda as de Ibiapaba. A mesma coisa faziam homens de negócio, vindos do Maranhão, que traziam panos, cuias, que trocavam por vacas, com o propósito de as levarem para aquela região de além Parnaíba. Que havia também o comercio de sal vindo do Ceará para permuta por gado, não há contestação, embora se conteste com fundamento que Ascenso Gago se tenha comprometido nessas transações.²²

O Piauí tinha, então, em seus principais rios, riachos, brejos e lagoas, "cento e vinte e nove fazendas de gados, em que moram quatrocentos e quarenta e uma pessoas entre brancos, negros, índios, **mulatos** e mestiços. Mais alagoas e olhos d'águas tem, em que moram algumas pessoas que por todas as de sacramento fazem número de sescentos e cinco em que entra um arraial de paulistas com muitos tapuias cristãos". Parece que o total é mesmo 605. Desse número, subtraídos os 441 esparsos pelas fazendas, teremos 164 para o Arraial dos paulistas e mais alagoas e olhos-d'águas.²³

Vejamos agora as vias comunicatórias para a parte do Norte, abertas em 1695. Uma vai ao Maranhão, outra à Serra de Ibiapaba, que dista vinte léguas da última fazenda do Longá. Já a do Maranhão tem um percurso de noventa léguas.²⁴

Para o sul, isto é, para a Bahia, há também dois caminhos "com distâncias de quarenta léguas cada um por entre matos desertos em que não se acha água no tempo da seca". O primeiro segue o curso do Piauí até sua última fazenda chamada Tabuleiro Alto. Atravessa, então, o chapadão que serve de divisor de águas e alcança o S. Francisco na fazenda Sobrado, dez léguas acima de Sento Sé. "O segundo caminho se abriu da cabeceira do Canindé, e vai sair na cachoeira do rio S. Francisco chamada de Domingos Afonso (certamente uma das corredeiras que ficam no trecho encachoeirado, acima de Juazeiro e a que um dos Domingos Afonso, ligados ao Piauí, teria dado nome por circunstância ainda ignorada), "tem quase as mesmas distâncias, os mesmos desertos, porém com menos matos, e o caminho com menos pedras".

Nenhum caminho do Parnaíba ao S. Francisco, pelo Gurguéia. Presumimos que têm errado os que afirmam que a penetração colonizadora do Piauí começou por esse rio. Seus currais lhe vieram do Canindé, através do Mocaitá e do Itaveira, pela estrada indicada pelo cronista em que nos apoiamos. Seu curso superior estava ainda abandonado e de sua confluência com o Parnaíba, onde estava Sítio Real, até Serra Vermelha, estendiam-se todas as fazendas num percurso apenas de trinta e duas léguas.

Daquelas 129 fazendas de gado a que se refere o Padre Carvalho, umas são administradas pelos próprios donos em sítios que errendam a dez mil réis de foro cada um a Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, esta, no momento, representante dos Ávila. Outras (e entre estas, algumas eram de Mafrense) são administradas por vaqueiros que, "de quatro cabeças que criam lhes toca uma ao depois de pagos os dízimos; são obrigados quando fazem partilhas a entregarem ao senhor da fazenda tantas cabeças como acharam nela quando entraram". Certamente a partilha era sobre as reses que excediam ao número das que foram primitivamente recebidas pelo vaqueiro.²⁵

Tranqüilamente viviam aqueles solitários vaqueiros cuja paz só por vezes era perturbada pela passagem temerosa dos indígenas que, expulsos do S. Francisco, desmoralizados, furtivamente buscavam, através do Piauí, os vales do rio goianos e maranhenses. Os esquadrões dos paulistas estavam atentos, prontos a desfechar seus golpes mortíferos nessas hordas de nômades guerreiros. Não lhes davam pouso. Jam deixá-los longe das fazendas, onde não pudessem depredar as sementeiras dos currais.^{25a}

O Padre Carvalho chega a enumerar 36 tribos "de tapuias bravos que têm guerra com os moradores da nova Freguesia de N. S. da Vitória" e nomeia as regiões que ocupam. Ficam geralmente fora do Piauí, ou nas zonas piauienses ainda não ocupadas pelos vaqueiros. Outras, em menor número perdem-se pelas zonas já devassadas.

O Poti e o Canindé estavam povoados de colonos e gados, e a presença de índios aí é nula. Itaveira estava mais ou menos desbravado e também não tinha índios. Estes incontestavelmente deveriam ser encontrados no Longá e no Gurguéia, rios ainda não de todo conquistados. Mesmo assim deveriam ser pequenas malocas, sem capacidade para a luta, senão para o furto. Posteriormente foram completamente eliminados sem nenhum poder de resistência.

Em verdade, a região do Longá não estava conquistada; começava a ser penetrada. O Padre Carvalho nos faz conhecer suas primeiras fazendas, seus rios, bem como o nome de seus principais habitantes. Ele nos diz, depois de descrever o Maratauã, o Bitorocara (como era, então, conhecido o Piracuruca), que "muito mais sítios se têm descoberto nestas terras dos Alongás para se lhes meterem gados o que brevemente se fará porque andam os moradores à competência qual tomará primeiro posse deles..." Notícia ainda que os jesuítas de Ibiapaba haviam conduzido gado para povoar aquelas terras quando estiveram em desobriga pelo Piauí.

Mais pormenorizadamente, sobre essa conquista, nos fala o próprio Ascenso Gago que no Piauí estivera em missão apostólica. Em sua **Carta Anua de 25 de julho de 1697**, informa que nos

últimos dois anos fizera paz "com três nações de Tapuias a saber: com os **Quirateús**, com os **Quitaiaús** e como os **Ocongás...**" Os **Quirateús**, ou melhor **Crateús**, estavam em guerra com outros tapuias e vinham sofrendo grandes perdas, enquanto "os **Quitaiaús** e os **Ocongás** perturbaram-nos os povoadores da Casa da Torre, que como zelam mais os seus gados, que o bem das almas, situaram neste verão alguns currais nas suas terras, que ficam ao pé desta Serra, para a parte do sertão, pelo que se retiraram delas os ditos tapuias, e se foram para o rio Pará ou Parnaíba, que fica daqui distante, e os caminhos dificultosos, pela qual razão não nos é fácil já a comunicação com estas nações."

"Intentam mais estes homens passar a Serra, e em um saco ou enseada de terra, que há daqui até o mar, povoar cinco ou seis sítios, que há capazes de gados, não obstante serem as ditas terras não só destes índios, mas também das nações do tapuia **Rerfurfu** e do tapuia **Aconguacu**, que nelas habitaram sempre, e os anos atrás agregamos a esta missão; e com consentimento de uns e outros, temos arrumado na mesma terra a nação dos **Aqueduçuguaras** e a nação dos **Quirateús**, que pacificamos neste ano".

Os **Crateús** já não estavam nesta ocasião, quando pacificados, no rio Poti; daí já haviam sido expulsos, talvez pelos **Aroás**. Estavam mais para o norte, donde são retirados pelos jesuítas, como acabamos de ver. O mesmo já havia ocorrido com os **Alongás** e os **Anaçus**, que, segundo o Padre Carvalho, retiraram-se para Ibiapaba com medo dos brancos.

Parece que menos tumultuado estava o Gurguéia...²⁶

Contudo, aqueles solitários vaqueiros da bacia do Parnaíba não eram molestados em suas atividades. A história registra depredações feitas mui posteriormente, quando no levante geral dos aborígenes, que teve seu início em 1712. Esse movimento atingiu especialmente o Maranhão e Ceará, e o norte do Piauí. Os movimentos que se manifestaram um pouco mais tarde têm apenas reflexos no Piauí, porque são fora de suas fronteiras, ou então, ao longo do Gurguéia, ou cabeceiras do Piauí, quando os índios, acossados no S. Francisco, buscam Goiás e Maranhão. A verdade é

que já não havia índios senão por ouvir dizer. Já eram eles bem poucos. Se o Padre Carvalho houvesse topado com alguns nas suas longas peregrinações, certamente teria narrado o fato como fazia sempre o viajante que se tornara cronistas naqueles tempos. Positivamente jamais os viu, porque não existiam. Havia os silvícolas a que se refere, isto é, os do Arraial dos Paulistas, os aldeamentos dos **Aroás** e dos **Tremembés** e aqueles que se distribuíam nas fazendas, os quais ele definitivamente viu. Os outros viviam apavorados com os paulistas. É o que se depreende dos papéis da época.²⁷

Pouco fizeram os paulistas pela pacificação do Maranhão ou melhor, pela jugulação de seu aborígene.

Contudo, resolve o Governo metropolitano autorizar D. João de Lencastre a enviar para aquela região os paulistas do S. Francisco, logo que terminem a submissão do Rio Grande e Ceará.

A repressão dos indígenas nessas regiões, bem como no S. Francisco, tem como consequência a invasão do Piauí pelos fugitivos que buscam terras goianas e maranhenses. **Rodeleiros, Aroás e Macoás** infestam os sertões de Parnaguá, enquanto a orla marítima é sacudida pelo tropel dos que procuram o Munim, o Itapecuru e Mearim.

Ainda fazem apelo a Domingos Jorge Velho para vir em socorro da região conflagrada. Mas sua carreira de bandeirante estava concluída. Os paulistas vêm, mas, dessa vez, ainda com Francisco Dias de Siqueira, a cujos esforços se conjugam os de João Pires de Brito e Amaro Velho, na subjugação da indiada.

Logo depois, Leonardo de Sá sobe o Parnaíba, até a altura de Ibiapaba, submetendo os selvagens ribeirinhos.²⁸

E desde então, a correria dos indígenas são meros episódios da vida do Piauí. Só esporadicamente era o Piauí alvoroçado pelo estrondo das **bandeiras**, especialmente das que se organizariam para batidas nos sertões do Tocantins e Maranhão.

Ao expirar o século XVII, a luta pelo domínio da terra assume outro aspecto, e a ação de catequistas cristãos constitui o ponto culminante da história.

Os conquistadores encontraram os ameríndios em guerras de extermínio pela posse da terra cuja flora e fauna fossem garantia

de subsistência; prossegue então nova luta de tribos – dum lado, tribos paulistas, aliadas a tribos da Casa da Torre, doutro, tribos indígenas a lutar contra aqueles que perpetuam a espoliação das terras possuídas. São expulsos os aborígenes.

Era, então, o Piauí cenário de empolgante história. Mais tarde desagrega-se a tribo conquistadora, que deixa de ser um conglomerado de guerreiros. O **bandeirante** transmuda-se em **curraleiro, encourado**, centauro do Nordeste, nômade, solitário, individualista, temerário. Adapta-se à contingência duma nova vida. É o herói obscuro do povoamento da hinterlândia brasileira. Serve para a associação dos nódulos populacionais do Brasil colonial.

Em tão rápido decurso do século XVII, obraram aqueles vaqueiros um verdadeiro milagre de realizações. Transpor o chapadão que separa o Piauí da Bahia e Pernambuco, e de tão longe trazer gados, e em tão curto espaço distribuir sementes na fundação de 129 fazendas esparsas numa grande extensão de terras desconhecidas até então, com perigos incontáveis e imprevisíveis, não é feito para homens vulgares. E é preciso saber que esse trabalho consumado em meio estranho, distante do centro de irradiação, foi efetivado sem o amparo nem mesmo o estímulo dos poderes públicos. Foi realizado silenciosamente. Quando se tem conhecimento de tamanha empresa, já estava o Piauí desbravado, conquistado, numa proeza sem estardalhaço. Tinha a base de sua população e também de sua economia. Suas fronteiras já se achavam delimitadas, não apenas pelos marcos dos acidentes geográficos mas pelo labor daqueles homens. Obedeceram eles a Mafrense? Ou melhor, teriam vindo, aliciados pelos latifundiários, seus associados ou os absentistas do litoral? Não é duvidoso que tenha recebido estímulo daqueles magnatas. Isso é uma ocorrência positiva.²⁹

Mas em pouco se rebelariam contra as injunções dos sesmeiros que se arrogavam direitos de donatários.

Já nos referimos à destruição das cabanas que se levantavam em torno da capela de N. S. da Vitória. Vejamos mais pormenorizadamente como ocorreu o fato.

Em agosto de 1698, Domingos Afonso Serra, à frente de escravos, invade a sede da freguesia, desacata o Padre Tomé de

Carvalho, xingando-o e forçando-o a abandonar sua igreja. Arrasa, então, as palhoças que o cura mandara fazer para arranchar seus paroquianos, nos dias de festas e no cumprimento de seus deveres religiosos.

Serra certamente obedecera o seu tio Domingos Afonso Sertão, em atitude despótica, enquanto o Padre Tomé procura refúgio no rio S. Francisco, junto ao Padre Miguel Carvalho que “o fez voltar a sua paróquia com cartas e ordens aos moradores, para que não só o defendessem, como o ajudassem a reformar as casas e igrejas com maior grandeza”.³⁰

A interferência do grande missionário do Piauí parece que arrefeceu a exaltação de Serra, e mais tarde, quando Mocha foi elevada à categoria de vila, vemos um dos herdeiros dos primitivos mafrenses a pedir a El-Rei indenização das terras que passaram a construir patrimônio da primeira sede municipal da Capitania.³¹

Esses desentendimentos ocorreram, como dissemos, desde a primeira hora da ereção da capelinha de N. S. da Vitória. Os magnatas que vinham firmando seu poder na vasta bacia do Parnaíba eram de egoísmo e prepotência excessivamente brutais. Já o Padre Miguel Carvalho, na **Descrição do Sertão do Piauí** havia denunciado que a Casa da Torre e seus sócios eram senhores de todas as terras do Piauí que arrendam a quem as quer povoar de gados, “pegando-lhes dez mil réis de foro por cada sítio, e desta sorte estão introduzidos donatários das terras sendo só sesmeiros para as povoarem com gados seus”. Acrescenta ainda, com referência à igreja que construíra, que “queriam fundada debaixo do título de sua”. Tudo no Piauí deveria pertencer a esses absentistas do litoral que pouco estavam fazendo pelo engrandecimento da terra.

Poucos meses depois da **Descrição** do Padre Carvalho, o Padre Ascenso Gago também dá informações, e mais contristadoras. Diz, como já vimos, que os povoadores da Casa da Torre, “que mais zelam os seus gados que o bem das almas”, iam conduzindo seus currais até o pé da Serra de Ibiapaba, donde se retiraram para o Parnaíba os tapuias que, com o Padre Pedroso, vinha doutrinando. Dificultavam os vaqueiros a ação catequética. Não satisfeitos com tanta terra, já intentavam conquistar sítios entre a Serra e o mar, e ocupados por índios pacificados, perturbando a quietude da Missão.

Procurou intervir junto aos **curraleiros**, a favor de seus catecúmenos, mais foi intimidado por aqueles. E termina sua **Carta**, desalentado e laconicamente: "Porém tudo se pode crer¹dos que em este sertão tão distante, fora das justiças e governadores, e tão esquecidos de Deus, vivem à lei da vontade, sem obedecer a outra alguma, mais que à Casa da Torre, de que dependem".²²

O Bispo D. Francisco de Lima não ficou indiferente a tantos desmandos. Denuncia à Metrópole, por carta a Roque Monteiro Paim, Secretário de Estado, o desassossego que vinha conturbando a mal nascente freguesia. Os documentos emanados do Bispo são levados em consulta ao Conselho Ultramarino que se pronuncia, então, no sentido de que se recomende ao Governador de Pernambuco, com referência às questões de terras do Piauí, sua intervenção afim de apaziguar os ânimos exaltados e fazer sentir àqueles **povos** que apelassem para os recursos da justiça, sem se valerem de meios violentos, pois era assim a vontade de S. Majestade. Se não fosse bastante a insinuação para a tranquilidade de todos, que fizesse seguir para freguesia o Ouvidor-Geral acompanhado de alguma gente a fim de imprimir respeito, impor a paz e proceder contra os culpados.³³

Em face dessas ocorrências, determina a Corte "que os possuidores de terras no Piauí que as não cultivassem por si, seus feitores, colonos ou constituintes, as perdessem, e que as mesmas terras fossem dadas a quem as denunciasse".³⁴

Por essa época, já o Padre Carvalho talvez estivesse em rumo de Lisboa onde iria defender não apenas o interesse dos íncolas do Nordeste brasileiro, mas sobretudo o interesse dos verdadeiros colonizadores da bacia do Parnaíba, que estavam sendo esbulhados em seus direitos naturais por magnatas absentistas, impiedosos e que usufruíam o fruto de seu trabalho.

NOTAS

- ¹ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. V. 273.
- ² TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Vol. V. p. 36, 38, 39. Basílio de Magalhães. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. 1935, p. 142.
- ³ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 280 a 296.
- ⁴ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 284.
- ⁵ PITA, S. Rocha. **História da América portuguesa**. 1950. 12. 243. Ernesto Ennes. **As guerras nos Palmares**. 1938. 204 a 207. Pedro Calmon. **História da Casa da Torre**. 1958. 1955, em nota.
- ⁶ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Obra cit. Vol. III. 223 a 230. S. Leite. **P. H. Brasil**. 99 a 114.
- ⁷ MAGALHÃES, B. Obra cit. 126 a 127, em nota.
- ⁸ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Obra cit. Vol. V. 304 a 309. Vol. VI. 63. 64. 67. 134.
- ⁹ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Obra cit. Vol. V. 38. 47. 49. 51. 52. 311 e Vol. VI. 237.
- ¹⁰ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Obra cit. Vol. V. 314 a 316. B. Magalhães. Obra cit. 95 a 97.
- ¹¹ CALMON, Pedro. Obra cit. 98 a 94. Barbosa Lima Sobrinho. **O Devassamento do Piauí**. 1946. 52 a 56. 163. 165. P. Costa. Obra cit. 7 a 8. Taunay. Obra cit. Vol. VI. 245 a 246. Vol. V. 41 a 42.
- ¹² TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Obra cit. Vol. II. 275 a 277.
- ¹³ NUNES, Odilon. Vide Domingos Jorge Velho. Em **Econômica piauiense**. Vol. VI. 1960. Ernesto Ennes. Ennes. Obra cit. 205. 206. 262. 318. 321. Taunay. Obra cit. Vol. VII. 51. Barbosa Lima Sobrinho. **Pernambuco e o S. Francisco**. 63.
- ¹⁴ STUART, B. Doc. N° 394. Em Obra cit. P. Calmon. Obra cit. 81. 86. 112. 113. 115. Taunay. Obra cit. Vol. II 262. 261. 262. 279. 267. 272. 282 a 285. B. Magalhães. Obra cit. 152. Betendorf. Obra cit. 517. 557. E. Ennes. Obra cit. 262.
- ¹⁵ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 548. 560. 561. E. Ennes. Obra cit. 386. 387.

- ¹⁶ ABREU, Capistrano de. **Caminhos**. 109. Taunay. **História Geral das Bandeiras**. Vol. II. 266. B. de Studart. **Documentos**. Em obra cit. Docs. nº 434. nº 455, nº 466. Betendorf. Obra cit. 316. 607.
- ¹⁷ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. III. 55. 52. 53. 43.
- ¹⁸ NUNES, Odilon. **Geografia e História do Piauí**. Em **Econômica piauiense**. Vol. I. 1957. 221. E. Ennes. Obra cit. 384.
- ¹⁹ NUNES, Odilon. Idem, idem, 222. 223. E. Ennes. Idem, idem. 364. 382. Taunay. **H. G. Bandeiras**. Vol. III. 192. 286.
- ²⁰ NUNES, Odilon. Idem, idem, 223. E. Ennes. Obra cit. 366. 377.
- ²¹ NUNES, Odilon. Idem, idem, 223 a 224. E. Ennes. Obra cit. 368.
- ²² NUNES, Odilon. Idem, idem. Vol. I. 226. E. Ennes. Obra cit. 371. 372. 381. S. Leite. **Hist. Comp. Jesus**. Vol. III. 64 a 65. Em nota 58 a 59. 68. Vol. 263. Betendorf. Obra cit. 316. 607.
- ²³ NUNES, Odilon. Idem. Vol. I. 227. 223. E. Ennes. Obra cit. 370. 371. 372.
- ²⁴ NUNES, Odilon. Idem, idem. Vol. I. 227. 228. E. Ennes. Obra cit. 370 a 373.
- ^{25a} NUNES, Odilon. Idem. Vol. I. 231.
- ²⁶ NUNES, Odilon. Idem, idem. Vol. I. 231. 232. E. Ennes. Obra cit. 381. 386 a 389. S. Leite. **Hist. Comp. de Jesus**. Vol III. 61. 62.
- ²⁷ NUNES, Odilon. Idem, idem. Vol. I. 232.
- ²⁸ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Vol. II. 271. 272. P. Costa. **Cronologia**. 15. 16. 17.
- ²⁹ NUNES, Odilon. Idem, idem. 240.
- ³⁰ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Vol. VIII. 192. Vol. VII. 217. 218.
- ³¹ COSTA, Pereira da. **Cronologia**, p. 43.
- ³² LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. 61 a 63. do Vol. III.
- ³³ ENNES, E. Obra cit. 394. 395. Obra cit. 16. 17.
- ³⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit., p. 16.

Colonização e ausência de governo

O período que vamos estudar, de 1701 a 1759, ano em que toma posse o primeiro governador da Capitania, tem ainda como fio condutor, num curso de mais de meio século, a luta pelo domínio da terra.

No primeiro quartel da centúria, ainda há resíduos do período anterior, isto é, ainda há guerras tribais. Dissemos resíduos, porque em verdade os choques de tribos ocorrem no Maranhão e já não no Piauí, que padece, entretanto, suas conseqüências, pois é comparte na campanha.

Na bacia oriental do Parnaíba, a luta pelo domínio da terra já toma outro aspecto: manifesta-se entre posseiros e sesmeiros, entre os que colonizam os vales de seus rios, e aqueles potentados absentistas que, apoiados em autoridades venais, exploram o trabalho dos que, com sacrifício de sangue, efetivamente povoam e enriquecem as campinas que devassam. Era a ação nefasta dos titulares de sesmarias que se convertiam em parasitas, extorquindo proventos de posseiros em completo desamparo, abandonados por inteiro à ganância dos poderosos.

A questão de terras no Piauí, nesse período, tem, entretanto, seu lado positivo. Motivou a anexação da freguesia ao Maranhão, sob o aspecto temporal, e também teve como conseqüência o estabelecimento da primeira vila, sua elevação à categoria de capitania, e uma série de sindicâncias que contribuíram para seu

melhoramento, não só sob o ponto de vista administrativo, como judiciário. Se por vezes não foi o móvel básico das ocorrências mais notáveis, era, entretanto, quase sempre, causa imediata.

Desde fins do século anterior, Francisco Dias de Siqueira, Capitão-mor da conquista do Piauí, vinha reprimindo em ambas as margens do Parnaíba, em seu curso inferior, os **Precatis**, **Cupinharões**, **Anapurus** e **Curatês**, bem como os **Quiriris** que ocupavam, então, os rios Itaim (Poti) e Piracuruca.¹

Já nessa época, o Capitão-mor da Conquista era auxiliado pelos cabos paulistas que se bateram no Rio Grande e Ceará, capitânias então pacificadas por Manuel Álvares de Moraes Navarro.

Entre esses cabos, distinguia-se João Pires de Brito, que viera de S. Paulo com João Amaro Maciel Parente, como capitão de companhia do terço de Matias Cardoso de Almeida, quando este substituiu Domingos Jorge Velho no comando da campanha contra os **Janduins**.

João Pires de Brito à sua custa organizara sua companhia e, em seguida, se juntara ao comandante do terço a que pertencia. Por sete anos batera-se no Ceará e Rio Grande, quando, então, segue para a bacia do Parnaíba, donde regressaria em 1701, após o desbarato dos índios que eram reprimidos pelo Capitão-mor da Conquista do Piauí.²

Em 1703, os **Anapurus** pedem aldeamento, mas um pouco mais tarde estão a perturbar a tranqüilidade dos colonos, e assim também os **Crateús** que levam o desassossego ao Ceará e Piauí e contra os quais toma o Governador de Pernambuco medidas repressivas.³

E nos primeiros dias do século, o Padre Miguel Carvalho já se encontra em Lisboa, aonde fora defender de viva voz os interesses dos índios, dos colonos e da própria Igreja. Como reforço de seus argumentos, levava uma representação que assinara com Frei Jerônimo de S. Francisco, Comissário da Província de S. Antônio do Estado do Maranhão. Solicitavam "que se unissem ao Estado do Maranhão todas aquelas fazendas e moradores que compreende a freguesia de N. S. da Vitória do Piauí, ficando sujeitos no temporal e espiritual ao dito Governo".

Pronunciara-se, também, a favor dessa medida, Lourenço da Rocha Marinho, rico proprietário que entrara em desavenças com os sesmeiros da Bahia.⁴

A principal vantagem que se apresentou como argumento para a adoção da medida, era estar o Piauí mais próximo do Maranhão que da Bahia. Assim, seus moradores, com suas pessoas e escravos, ajudados ainda das tropas do Maranhão, facilmente limpariam o caminho de S. Luís à recém-fundada freguesia, expulsando o gentio de corso, resultando de tudo suma utilidade não só à Coroa, cujos funcionários teriam, pelo interior, acesso do litoral do Norte ao Estado do Brasil, como também aos mesmos moradores que assim veriam crescer os cabedais.

O verdadeiro móvel da iniciativa não estava inteiramente oculto; ressumbrava das querelas que desde muito conturbavam os sertões do S. Francisco e Parnaíba. A comunicação por terra do Estado do Maranhão com o Estado do Brasil, incontestavelmente, desde os primeiros dias, foi assunto cuidado de todos os governos sempre que se apresentavam possibilidades.

Mas, esses padres, bem como os posseiros do Piauí, o que queriam de fato era fugir do foro da Bahia e Pernambuco, onde sentiam o peso da prepotência dos sesmeiros.

Já vimos que os vaqueiros do Piauí vinham freqüentando desde muito o Maranhão, onde passaram a pedir datas de terras para a fundação de seus currais. Uma tentativa dessas na Bahia ou Pernambuco seria frustrada apenas pela oposição implícita dos sesmeiros. O prestígio desses era imenso e seus interesses eram perscrutados pelas autoridades reinóis, mercenárias e sempre pródigas na concessão de favores àqueles que sabiam suborná-las.

Ricos sesmeiros, senhores de grande prestígio, viviam em Salvador e Olinda, onde freqüentavam os salões dos governantes e sabiam como conduzir seus pedidos solicitamente acolhidos pelas autoridades quase sempre comprometidas em virtude da liberalidade dos magnatas.

Já os posseiros não tinham por vezes recursos materiais para tão longa viagem em busca das capitais, e não eram afeitos aos rebuliços das cidades, quanto mais às lides pragmáticas dos paços governamentais.

Transferidos seus litígios para a jurisdição do Maranhão, de mais fácil acesso e longe dos potentados da Bahia e Pernambuco, esperavam mais facilmente obter justiça e fugir da opressão que padeciam.

A representação levada pelo P. Miguel Carvalho foi enviada ao Governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, para que se pronunciasse a respeito do assunto, dando parecer após ouvir os moradores do Piauí.

Mas poucos dias depois, a **Carta Régia de 3 de Março de 1700**, dirigida à mesma autoridade, dá conta de que a anexação solicitada já fora feita, por conveniência dos serviços de El-Rei e interesse dos moradores, e que, ao arrendar o contrato dos dízimos de Pernambuco se declarasse que neles não entrariam os da freguesia do Piauí que passariam a pertencer ao contrato dos dízimos do Maranhão.

Por que essa **Carta Régia**, logo após a solicitação do parecer do Governador de Pernambuco? Teria sido influência do P. Miguel Carvalho, então na Corte? Seria o receio de que o Governador de Pernambuco se deixasse conduzir pelos sesmeiros e desse parecer contrário? O fato é que a anexação foi feita antes dos pareceres dos Governadores de Pernambuco e do Maranhão a quem também fora solicitada informação.

Mas, o Piauí era uma expressão geográfica cuja idéia não fora ainda bem definida; assim, sua freguesia também não tinha fronteiras ainda delimitadas. Por isso, o sul da freguesia ficou preso a Pernambuco e Bahia, especialmente sob o aspecto econômico, cuja predominância perduraria ainda por século. E o Ceará concomitantemente pleiteava que os dízimos, provavelmente os da região do Norte, fossem arrematados na vila de S. José de Ribamar, daquela capitania, em virtude de haverem conquistado suas terras as armas do Ceará, cujos habitantes contribuíram com suas fazendas para o empreendimento.

Sob a influência do P. Miguel, bem como de todos os que se batiam a favor dos posseiros, sai a **Carta Régia de 3 de Março de 1702**, que "determina que todos os sesmeiros, donatários e povoadores do Piauí demarcuem as suas terras no prazo de dois anos, sob pena de ficarem elas devolutas..." E positivamente, sob a inspiração do missionário, e como consequência da violência praticada contra o P. Tomé de Carvalho, antecedem bem próximos o **Alvará** que concede terras na região para os aldeamentos de índios e passais do cura, bem como a **Carta Régia** que ordenou ao Des. Carlos de Azeredo Leite "que fosse à freguesia do Piauí a devassar do excesso que se cometeu contra o cura da dita freguesia".⁵

Com a mesma finalidade, o Rei D. Pedro, em virtude da **Carta de 29 de junho de 1700**, de D. Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, ordenou a D. João de Lencastre, Governador-Geral, que mandasse Diogo Pacheco de Carvalho, Ouvidor-Geral de Sergipe, averiguar os mesmos delitos.

A sua carta juntou o Bispo sumário de depoimento de testemunhas sobre as ocorrências do Piauí, e disse que Domingos Afonso Sertão e seu sobrinho Domingos Afonso Serra têm vida escandalosa e portam-se como régulos.⁶

Denunciou ainda o morticínio de mais de quatrocentos **Paiaçus**, aleivosamente perpetrado por Morais Navarro, que o prelado intimidou, sob pena de excomunhão, a libertar os remanescentes daqueles indígenas que foram aprisionados.

De tudo isso trataria pessoalmente o P. Carvalho em sua estada em Lisboa aonde fora especialmente com esse objetivo, e provavelmente relataria o que já fizera com referência ao aldeamento dos **Tremembés** do Ceará, em virtude de ordem régia ao Governador de Pernambuco, de quem recebera auxílio e guias, línguas e gente para o cumprimento da missão. Faz pesada acusação contra Morais Navarro, cuja traição crimina com veemência e pede ao Rei exemplar castigo para o culpado. Fora portador da carta de D. Francisco de Lima a quem estreitamente se achava vinculado e que certamente era o principal mentor nas reivindicações.⁷

Por essa época iam os jesuítas conduzindo a missão de Ibiapaba, com população indígena de quatro mil habitantes, e considerada a maior de todas as missões confiadas a jesuítas, na Província do Brasil, ou ainda, quatro vezes maior que a maior de todas, inclusive mesmo a Vice-Província do Maranhão. Ainda estava à frente da mesma o padre Ascenso Gago, que tinha como companheiro o Padre Francisco de Araújo.⁸

Embora deixando poucos vestígios, pois trabalhavam itinerantemente, também missionavam no Piauí os franciscanos pertencentes ao Distrito da Bahia. Assim também já deveria obrar o Padre Antonio de Sousa Leal, do hábito de S. Pedro que, pelo espaço de dezoito anos, propagou a fé cristã nos sertões do Piauí e Ceará, e no cumprimento desse apostolado chegou também a visitar a Corte.⁹

A conquista do Longá prosseguia afanosamente, e gados do rio Canindé, desde 1703, começaram e continuavam a dar sementes para fundação de currais às margens do Munim, e já também doutros rios maranhenses.

Aquele Domingos Afonso Sertão, cuja história em parte já conhecemos, tinha por vezes atitudes contraditórias. Seu nome prende-se ao extenso latifúndio que tem atualmente o Estado do Piauí, conhecido por Fazendas Estaduais. De acordo com disposição testamentária, determinava o sertanista que seus criatórios constituíssem capela administrada pelo Reitor do Colégio da Bahia. Essas fazendas, que ocupam área superior ao Estado da Guanabara,

têm sua origem no mais poderoso grupo de magnatas que colonizaram o Nordeste do Brasil: os Ávila associados a Domingos Afonso Sertão. Este, quando dissolveu sua sociedade com os Ávila (a Casa da Torre), ficou com as mais opulentas fazendas da bacia do Canindé, que é tributária da bacia do Parnaíba, por onde se estendiam, dos sertões de Parnaguá aos campos dos Longás, os vastos latifúndios daqueles primitivos colonizadores.

Domingos Afonso, que se tornaria "um dos três ou quatro grandes nomes da ocupação do Nordeste", quando aparece, pela primeira vez, em nossa história, em 1674, já é vinculado a Francisco Dias de Ávila, na entrada contra os Gueguês e os Anaiós, que faziam depredações nos rios Pajeú e Salitre, afluentes do S. Francisco.¹¹

Mais tarde, o cabedal que Domingos Afonso alicerçou nessa região constituiria fonte econômica para manter o financiamento de instituições pias e educacionais, sob a administração dos jesuítas e que deveriam perdurar "até o fim do mundo", como sonhara a generosidade do pioneiro de nossa economia.^{11a}

Era sua vontade que as fazendas fossem sempre administradas pela Companhia de Jesus, e seus rendimentos tivessem aplicação testamentária.

"Os homens não respeitaram as últimas vontades do grande benemérito sertanista. Mas até o fim do mundo, ou pelo menos enquanto soar o nome do Piauí, soará o nome de Domingos Afonso

Sertão..." "...faleceu a 18 de junho de 1711. Teve funerais quase régios, sepultou-se, como ele desejava, com a roupeta de S. Inácio, na igreja do Colégio da Bahia".^{11b}

A força de seu cabedal emanava dos currais que fundou na bacia do Parnaíba. Como decorrência do testamento, pagaram-se legados pios, libertaram-se escravos, vestiram-se moças e distribuiu-se dinheiro aos pobres; instituiu-se também um morgado ou capela que por quase meio século, sem desvio de seu objetivo, subsistiu da economia de seus rebanhos: dois terços do rendimento desses rebanhos destinar-se-iam ao Noviciado de Jiquitaia e suas obras e, o restante, ao Colégio da Bahia.

Dessa forma, duas importantes instituições culturais do Brasil colonial, senão as mais importantes, eram mantidas pela riqueza piauiense. "No apogeu dos estudos, diz Serafim Leite, o Colégio da Bahia, sem o nome de universidade, era-o praticamente com quatro faculdades superiores; e com graus acadêmicos e festas escolares brilhantes".¹²

Em 1711, os jesuítas tomam conta das fazendas que constituiriam a base econômica da capela de Domingos Afonso Sertão, que seria administrada pelo Reitor do Colégio da Bahia, conforme disposição testamentária. Era Reitor do Colégio João Antonio Andreoni, primeiro testamenteiro de Mafrense, que a 20 de agosto nomeou, para administrador, no Piauí, o Padre Manuel Costa. Mais tarde foi também administrador desses bens e superior dos jesuítas o Padre Manuel Gonzaga, talvez, na bacia do Parnaíba, a primeira vítima da insânia de Pombal.¹³

Com o decorrer dos tempos e a administração dos jesuítas, o grande latifúndio passou a ter relevantes funções sociais, e suas fazendas continuaram a crescer.

Em 1712, já havia o Governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, mostrado a conveniência de ser nomeado um juiz de fora para o Piauí, a fim de fazer justiça, reprimir delitos que impunemente se cometiam, executar a arrecadação da fazenda dos defuntos e ausentes, bem como se fazerem as medições de terras. Para isso, o Ouvidor-Geral do Maranhão ouvira os moradores, como se havia autorizado, os quais se ofereceram para

contribuir com trezentos mil réis de ordenado, tributo dos sítios que possuíam, para prover de ministro de letras a mesma Capitania.

Mas S. Majestade deliberara, em vez de nomear ouvidor ou juiz de fora para a Capitania, determinar que se criasse a vila "no lugar em que está a igreja, com senado da câmara, juizes, vereadores, almotacés, provedor, e seu escrivão e outro para o judicial, ou um só para ambas as escriturarias, e que das sentenças que os tais juizes dessem haja agravo ou apelações para a Relação da Bahia; e para este efeito (diz S. Majestade), ordeno ao dito Ouvidor-Geral Eusébio Cappely passe ao Piauí, e estabeleça a tal câmara..." Campeava, então, a anarquia entre fracos e poderosos.

Acontece, porém, que nesse mesmo ano tem início a sublevação geral dos tapuias do Norte, obstando provavelmente a instalação da vila, o que só ocorreria a 26 de dezembro de 1717.¹⁴



Antonio da Cunha Souto Maior, Capitão-mor da Conquista do Piauí, parte para o Maranhão a fim de jugular os selvagens insubmissos das matas do Iguará e Parnaíba. Após a limpeza da zona conflagrada, numa batida que fazem suas tropas, os indígenas de seu comando, que co-participaram da empresa, rebelam-se contra os soldados, seus comparsas da campanha, massacram-nos quase todos, desertam e refugiam-se nas matas próximas. Souto Maior perdera o grosso de sua gente, e só escapou porque ficara no arraial a esperar o resultado da investida que mandara efetuar.

Enrobustecidos pelos desertores, os sublevados passam a ser capitaneados por Mandu Ladino, cujo nome indica seria índio inteligente, provavelmente catequizado em alguma aldeia onde recebera instruções.

No ano imediato (1713), há nova traição dos indígenas de que resulta a morte de Souto Maior. Diria Berredo que **aleivosamente lhe tiraram a vida que tinha feito merecedora de larga duração, assinalada honra de seu procedimento.**¹⁵

Ocupa o posto de capitão-mor da conquista Bernardo Carvalho de Aguiar, que residia, quando no arrolamento demográfico do Padre Carvalho, na fazenda Bitorocara, situada às margens do rio do mesmo nome, que por sua vez é tributário do rio Longá.

Por essa época, os índios do rio S. Francisco vinham perturbando o trânsito das boiadas do Piauí, aonde já traziam suas incursões depredatórias. Posteriormente consegue o vigário de Itapecuru (Bahia) em três dias batizar milhares de aborígenes conquistados pela ação catequética. Há controvérsia em torno desse tópico de nossa história. Há quem conteste a veracidade dos fatos arguidos pelo Padre Eusébio.

No Ceará há também ameaças dos indígenas, o que impede a remessa de auxílios ao Maranhão.¹⁶

O Governador Costa Freire sai de S. Luís à frente de poderosa força, com o objetivo de castigar o gentio de corso, sendo, entretanto, frustrado o seu propósito. No ano imediato, com reforços vindos do Pará, confiou a Francisco Cavalcante de Albuquerque nova expedição contra os sublevados. Penetra Cavalcante em rumo do Itapecuru (Maranhão) e, antes de por-se em contato com o inimigo, recebe ordens para buscar o Iguará onde deveria juntar-se a Bernardo Carvalho de Aguiar, a quem cumpria obedecer e que tem diante de si a indiada capitaneada por Mandu Ladino.

Conseguira esse, como vimos, a confraternização dos índios que traíram Souto Maior e que, junto a seus comandados, agora vinham praticando grandes insultos na região.

Reforçado Bernardo de Carvalho, procura atacar o inimigo que foge ao encontro, conseguindo, porém, o Capitão-mor da Conquista descarregar seus golpes nos **Aranhis** de igual fereza que os **Barbados**.

Depois, Mandu Ladino é destruído, e perde a vida num recontro às margens do Parnaíba, próximo ao delta desse rio.¹⁷



Modifica-se lentamente a luta que tinha como pivô o domínio da terra; a campanha militar converte-se em porfia burocrática ou judiciária. Litigam entre si os que destruíram o poder dos indígenas e conquistaram os vales de seus rios.

O Ouvidor do Maranhão, Antonio José da Fonseca Lemos, como conseqüência da demanda, declarou devolutas todas as terras do Piauí, e, assim, os governadores poderiam proceder à nova concessão de sesmarias. Essa medida provocou representação para Lisboa, feita pelo Vice-Rei do Brasil, e alvoroçou posseiros e sesmeiros.¹⁸

Não é duvidoso que o ato irrefletido do Ouvidor tenha dado origem ao **Alvará de 11 de Janeiro de 1715**, poucos meses depois, determinando que a jurisdição do território conflituoso, que ainda estava sob a dependência da Bahia, ficasse pertencendo ao Maranhão, esclarecendo, entretanto, **que as sesmarias concedidas no Piauí pelos governadores da Bahia e Pernambuco não fossem consideradas devolutas e que tendo unido o Piauí ao Maranhão, para evitar desordens entre os moradores dos diferentes distritos, não ultrapasse o Governador do Maranhão as raíais marcadas à nova capitania.**¹⁹

Enquanto isso, em consulta do Conselho Ultramarino, de 25 de abril de 1716, autoriza-se o Ouvidor Geral da Bahia a notificar a Garcia de Ávila Pereira que, sob pena de se lhe tirarem todas as suas sesmarias, não perturbe nem inquiete os moradores que no Piauí se achem de posse de sesmarias ou datas que já têm povoadas. E, se atribuir-se o direito sobre alguma, que recorra em juízo, e jamais extrajudicialmente, e também com violências não obrigue os possuidores a lhe pagarem pensão alguma de terra. E termina autorizando ainda o Ouvidor a proceder logo à sua prisão, se obrar o contrário do que lhe foi notificado.²⁰



A 26 de dezembro de 1717 é instalada a vila da Mocha, na sede da freguesia de N. S. da Vitória. Cristóvão da Costa Freire procurou estimular a povoação que lentamente vinha crescendo em torno da capela, mandando, para o aumento de sua população, várias famílias e, em seguida, cerca de trezentos degredados.

No ano imediato é o Piauí elevado à categoria de capitania, o que todavia só tem execução em 1759, com a posse de seu primeiro governador. Por essa época (1715), a aldeia de Ibiapaba é anexada ao Piauí, tendo esse ato por objetivo tornar efetiva sua cooperação no apaziguamento dos indígenas. Até então, apesar de reiteradas ordens para que, dessa missão, fossem enviados socorros ao Maranhão, pouca coisa foi feita nesse sentido. Várias medidas de caráter militar foram tomadas com o propósito de reprimir os gentios que na capitania vizinha continuavam em desassossego.²¹

Posteriormente é transferida Ibiapaba para a jurisdição do Brasil, havendo trabalhado para isso o Padre João Guedes e o Padre Antonio de Sousa Leal, aos quais se juntara também D. Jacobo de Sdusa, chefe **tabajara** do Ceará. Para consecução do objetivo, empreenderam viagens à Corte, aonde levam os sentimentos dos índios que se queixam **de terem andado mais de vinte anos continuamente em campanha, padecendo eles e suas famílias extremas privações e, referindo-se a Bernardo Carvalho de Aguiar, dizem que mais serviam à ambição e particulares interesses do dito mestre-de-campo, imitador de seu antecessor Antonio da Cunha Souto Maior, cujas insolências e barbaridades foram causa de tantos levantamentos...**²²

O Piauí vinha, entretanto, atravessando um período de relativa tranquilidade. Em verdade as lutas anteriores tinham ocasionado grandes prejuízos, com devastações de currais, atingindo mesmo seu território.

Em 1719 entra uma **bandeira** de paulistas que fundam fazendas de gado vacum e cavalar nos rios Piauí e Canindé. Já tinha Alexandre Rebelo Sepúlveda recebido autorização para abrir o caminho novo, que deveria ligar por via mais acessível a bacia do rio Parnaíba à do S. Francisco, empreendimento que ainda em 1721 dá origem à correspondência oficial. Cooperava com Sepúlveda o Coronel José de Araújo Costa que se comprometera a dar início à abertura da estrada pelo lado da Bahia. Era rico fazendeiro do rio S. Francisco, e seus currais já vinham até Vargem do Mel, na bacia do Poti.²³

Nesse ano, Bernardo Carvalho de Aguiar passa o comando das tropas da conquista dos índios do Piauí a Francisco Xavier de Brito, e transfere-se para o Maranhão, onde um pouco mais tarde vamos encontrá-lo na pacificação dos **Guanarés, Barbados e Aroás**, estes já em parte residindo na capitania vizinha.

Francisco Xavier de Brito ficou no Arraial dos Ávila, situado às margens do Gurguéia, em local em que hoje está Jerumenha, ou em suas proximidades, fundado por Miguel de Abreu Sepúlveda para defender os currais daquela região no mais aceso da luta. Esse Arraial policiou por vários anos suas circunvizinhanças e possibilitou a penetração no Itapecuru, em rumo de Pastos Bons, quando se fincaram as **caíças** dos primeiros currais.

Cria-se, então, o cargo de ouvidor geral da capitania do Piauí, unindo à ouvidoria as atribuições da provedoria da fazenda real e dos defuntos e ausentes, e foi nomeado para a função Vicente Leite Ripado que vinha prestando serviço no Maranhão, e posteriormente vamos encontrá-lo em Itu, S. Paulo. Havia, então, no cofre dos defuntos e ausentes cerca de quatrocentos mil cruzados.²⁴

Por essa época, o Padre João Tavares, que fora vice-reitor do Colégio do Maranhão e que com Malagrida vinha trabalhando na catequese dos **Barbados**, volta-se para os **Tremembés**, exímios nadadores, apelidados de **peixes racionais**, e aldeou-os, a começo, nas praias dos **lençóis**, em local a que os índios chamavam de Tutóia; posteriormente pediu e obteve para eles duas léguas de terras e a ilha dos Cajueiros. Foi também missionário nessa aldeia o Padre Carlos Pereira que chegou a ser vice-provincial do Maranhão e reitor do Colégio de S. Luís.²⁵

Estavam, então, os missionários do hábito de S. Pedro, na ribeira do Acaraú, dirigindo a missão desses tapuias, provavelmente a que fora fundada pelo Padre Carvalho no começo do século. Desde seu encontro com Martim Soares Moreno, dominavam os **Tremembés** o delta do Parnaíba.²⁶

Ao expirar o primeiro quartel do século, já estavam os **Caiscais** aldeados no Itapecuru, com Malagrida como seu missionário, e os **Barbados**, **Guanarés** e **Aroás**, premidos pelo Capitão Antonio Almeida, apresentam-se a Bernardo Carvalho de Aguiar, em seu Arraial, pedindo paz. Para ratificação da paz, vieram ao acampamento do Mestre-de-campo os principais chefes de tribos: Parapopaia, chefe dos **Barbados**, Angulis, dos **Aroás**, e Corijus, dos **Guanarés**.²⁷

Dessa forma, as terras do Munim, Iguará e Itapecuru, na região conflagrada desde 1712, ficaram desinfestadas de índios rebelados. Rasgam-se os caminhos. A estrada que primitivamente ligava o Piauí ao Maranhão vinha quase pelo litoral até a margem direita do Parnaíba, donde declinava para o interior seu roteiro, avizinhand-o da Serra de Ibiapaba.

Logo no começo do século, quase toda a bacia de Longá deveria estar conquistada. Antes da conflagração indígena de 1712,

já os comboios do Piauí atravessavam o Parnaíba nas proximidades das vertentes do Iguará e do Munim e, por esses rios, buscavam S. Luís. Com a sublevação, a região de acesso caíra em poder dos **Barbados** e de seus aliados, que ficaram senhores de todo o interior do Maranhão, e destruíram as colônias do Itapecuru, do Munim e Iguará, salvando-se apenas as que estavam próximas de S. Luís, cobertas por casa-forte ou escolta.

Com a ratificação da paz, após o encontro dos três chefes indígenas com Bernardo Carvalho de Aguiar, as margens ocidentais do Parnaíba foram conquistadas. Novos caminhos foram abertos, não apenas para S. Luís, pelo Munim e Iguará, mas também pelo Itapecuru, desde a altura de Pastos Bons, até a costa do mar, por distância de quase duzentas léguas, como dissera Maia da Gama.

Não foram poucos os moradores da bacia oriental do Parnaíba que povoaram com seus rebanhos as ricas pastagens daqueles vales. Muitos levavam 200, 300 vacas, outros 500, 600 para a fundação de novos currais, a mostrar que a gaderia proliferava prodigiosamente nos vales do Canindé, Poti, e já mesmo no Longá.²⁸ Já se encontravam naquelas paragens os currais dos irmãos Lopes de Sousa, os de Manuel Pires, Gaspar dos Reis Montadorio, Estevão de Abreu, João Martins e muitos outros pelo Munim, Itapecuru e ainda Iguará.

Já estavam também sendo enriquecidos aqueles rios por colonos vindos de S. Luís e que iam levantando engenhos pelas beiradas dos **brejais** e pelas terras frescas das **veredas** e dos **baixões**.

Vê-se logo o contraste provindo das atividades de lavradores e criadores. As fazendas de criação estabelecidas eram povoadas de três, dois moradores, às vezes apenas um, enquanto os engenhos eram movidos por centenas de trabalhadores, como o de Pedro da Costa Roel, fundado no Munim, "moente com uma grande fábrica de alguns trezentos índios entre machos e fêmeas, pequenos e grandes, e com grandes canaviais e casaria"....²⁹

O engenho, afora muita gente, exigia capital e também mercado imediato; o curral era fundado sem a imposição de capitais: apenas uma, duas palhoças, uma **caçara**. E o excesso dos rebanhos, à falta de mercado imediato, o que geralmente ocorria com referência ao gado de Piauí, era aproveitado no estabelecimento de novos currais, a dispersar cada vez mais a exígua população, porém a conquistar maior área da hinterlândia.

Onde estava o engenho, surgia o comércio, e também uma agricultura de cereais subsidiária, e o fisco sentia logo seu estímulo. O curral teria seu mercado mais próximo no litoral longínquo, onde também era arrematado seu dízimo para cuja arrecadação não havia mesmo aparelho governamental.

Abertas as estradas para as capitanias vizinhas, deveria o Piauí experimentar um surto de progresso, como vinha experimentando o Maranhão com suas fontes econômicas baseadas nos engenhos de cana-de-açúcar a que posteriormente juntaria a cultura do algodão, produtos de fácil exportação. Em verdade, na bacia oriental do Parnaíba, os rebanhos continuavam a crescer, os vales de seus rios paulatinamente eram conquistados. Havia expansão dos currais e da população. Mas a área a conquistar era demasiadamente grande e, assim, a densidade demográfica sempre foi extremamente pequena, deficiência de que se ressentia ainda a região.

No período colonial, como consequência dessa circunstância, jamais o Piauí teve comércio, a não ser o itinerante, próprio do mascate, feito em costas de cavalos ou de éguas, ou o comércio do boiadeiro que vai vender, no longínquo litoral, donde traz escravos e pequenas utilidades, os seus gados que **não necessitam de quem os carregue, pois são eles os que sentem nas longas marchas todo o peso dos seus corpos, e apenas se faz necessário que haja quem os encaminhe.** Só mesmo os gados e os escravos que, como os bois, são os que nas longas caminhadas sentem todo o peso dos seus corpos, poderiam constituir base de comércio no Piauí.³⁰

Em virtude dessa circunstância, o Piauí não cultivava a cana-de-açúcar, nem mesmo o algodão, produtos que faziam a riqueza e o progresso doutras regiões.

A pecuária só possibilita a formação de núcleos populacionais, condição para que haja comércio local, quando entra em estágio industrial, o que não tivemos senão em Parnaíba, ainda como decorrência da mesma circunstância, isto é, possibilidade de transporte para os produtos comerciais aos mercados consumidores. Mas, mesmo assim, essa possibilidade que apresentava Parnaíba era mui precária, em virtude de não haver facilidade de acesso a seu litoral e o grosso da gaderia ficar longe, na região central. Daí a vida vegetativa do comércio do Piauí, que crescia sem estímulo

do homem, a diluir-se na vastidão deserta. Ainda reside nessa conjuntura o traumatismo da economia do Piauí que ainda não foi de todo integrado na comunhão brasileira. Somos a região mais subdesenvolvida do Brasil. Só o patriotismo e a sabedoria de autênticos estadistas destruirão as barreiras de ressentimentos recalçados que pouco a pouco se avolumam.



João da Maia da Gama, ao concluir seu governo no Maranhão, visita o Piauí em missão oficial. Refere-se às tentativas de Pedro Barbosa Leal, homem de grande prestígio, proprietário no Piauí e na Bahia, para fundar no Parnaíba, próximo ao delta, ou melhor, no delta desse rio, a cinco ou seis léguas da barra do Igarçu, uma vila, havendo dado início a uma povoação que a princípio prosperou, para depois entrar em decadência. Durante as lutas com Mandu Ladino, a fundação resistiu e sobreviveu às investidas dos indígenas.

Já havia uma incipiente indústria de carnes e couramas. O curtimento de couros era **singularmente feito com a casca de pau chamado angico**, e produzia **melhor sola que toda a do Brasil**. Mais rudimentar ainda deveria ser o processo para conservação de carnes. Não havia indústria saladeril, baseada no charque propriamente, o que surgiria e se aperfeiçoaria com o decorrer do tempo. Era ainda elementar a técnica industrial.

Continuavam a entrar barcos e sumacas na barra do Igarçu, para receber esses produtos da pecuária. Dá notícias também das salinas que ficam nas circunvizinhanças, aonde os moradores do Parnaíba vão buscar sal em canoas, em que voltam pelo rio acima a fazer a venda desse gênero, atividade a que se dedicam também moradores do Ceará, em seus comboios de cavalos e éguas pelos sertões do Piauí. Quase não havia populações nas margens do rio, em virtude de incursões indígenas providas do Maranhão.

Estuda as barras do rio e julga melhor a do Igarçu, e aconselha que aí se faça a ereção duma vila que, com a da barra do Poti que também preconizara, estimularia o comércio das zonas ribeirinhas.³¹

Estivera em Mocha, onde ainda era vigário o Padre Tomé Carvalho, co-fundador da capela em 1697, já então reconstruída

de pedra e saibro, ornada e paramentada com muito zelo, com vasos e castiçais de prata. O padre já havia feito levantar alguns curatos e igrejas, distribuídos pelas ribeiras mais populosas. Eram cinco afora Mocha: S. Antonio do Surubim, Longás, Piracuruca, Gurguéia e Parnaguá, a que impropriamente chamavam de capitânicas, porque tinham seu capitão-mor, a mais alta autoridade militar.

Mocha já tem **algumas noventa e tantas casas e com algumas por fora que farão cento e vinte. Já se construía, então, sua primeira cadeia.**

Na vila há falta de tudo, de tudo quanto a freguesia produzia; mas já se encontram todas as drogas comestíveis que produz a Metrópole, embora duas, três vezes mais caras que no Maranhão.³²

Por essa época, o segundo Anhangüera já retornara a Goiás, onde estivera há quase meio século. Veio para reencontrar as minas de ouro outrora descobertas pelo pai, a quem acompanhara ainda adolescente. Após três anos de renitentes buscas, o **bandeirante** novamente as localiza.

Maia da Gama já antevê as vantagens provenientes do descobrimento, logo que se estabeleça a comunicação com o Piauí e o Estado do Maranhão, cujos vassallos, bem como a fazenda de El-Rei, experimentarão estímulos das riquezas e haveres do celebrado rio Tocantins, onde se acham as novas minas dos **Goiás**.³³

Isso em pouco seria obra dos vaqueiros empreendedores. Não muito tardaria, iriam acampar às margens do fabuloso rio, aonde levariam do Parnaíba as primeiras crias para a fundação de seus currais.

Desde começo de 1730, já ocupavam aquela região muitos moradores com propósitos de se domiciliarem em tão promissoras terras, com mais de duzentas léguas de campinas próprias para a criação de gados.

Já se descobrira pelo Tocantins caminho para as Minas Gerais que se presumia fossem muito mais próximas pela nova via que pelo S. Francisco. E do Parnaíba à povoação fundada gastar-se-iam apenas cinco ou seis dias através de veredas que perlongavam ricas pradarias.

Não ficou indiferente o Ouvidor-Geral do Piauí, Dr. José de Barros Coelho, pois oficialmente mandou tomar posse da povoação recentemente fundada e remeteu o ato oficial da posse ao

Governador do Estado. A autoridade, ao receber a comunicação do Ouvidor Geral, enviou logo milícia para o policiamento, enquanto os habitantes pedem ao Bispo do Pará que lhes seja mandado um pároco, e manifestam desejo de fundar uma igreja.

O Dr. José de Barros Coelho não se esquecera de pedir um Capitão-mor com uma companhia de cinquenta homens para dar ajuda aos moradores do Piauí na repressão ao gentio que por vezes faz assaltos, ocasionando algumas mortes, e destruição nos rebanhos, como também para refrear o ânimo dos criminosos que perpetraram seus delitos confiados nas grandes larguezas da terra em que se ocultam, e ficam quase sempre impunes.³⁴

Por sua vez, na mesma rota, vindos do Sul, exploraram terras donde manam confluências do Araguaia e do Parnaíba, os **bandeirantes** Amaro Leite e Baltasar Gomes Alarcão, enquanto José Veloso Barreto do Rego e Bento Pais de Oliveira operavam nos rincões ribeirinhos dos rios do Sono, Uruçuí, Balsas, Manuel Alves Grande e Manuel Alves Pequeno. Já tinham esses homens outro objetivo: queriam ouro. É assim que ao aparecerem as minas da Jacobina (Bahia), surgem, também, as do norte de Goiás, dando origem a conflito de jurisdição com o Maranhão.³⁵

O senado da câmara de S. Paulo denuncia à Metrópole o contrabando do ouro que se fazia então pelas picadas que ligavam as Minas Gerais à Bahia, ao Piauí e às vertentes do Maranhão. Por essa época, a **Picada de Goiás**, partindo das cabeceiras do rio das Velhas, trazia às margens do Parnaíba os comboios dos mineiros.³⁶

O contrabando certamente havia, mas também havia a entrada de ouro vindo das Minas como produto das boiadas que se vendiam, desde muito antes da picada por Goiás, o que se testemunha com a Provisão do Conselho Ultramarino, dirigida a João da Maia da Gama, quando Governador do Maranhão, "determinando-lhe que a quantia de réis 977\$720 de moeda de cobre, salva do naufrágio da charrua Nossa Senhora do Loreto, e que se destinava à capitania de Pernambuco, fosse introduzida em circulação enviando o procedido da dita moeda de cobre em ouro, pois é constante que vem muito para esse Estado das terras do Piauí".

Efetivamente era do Piauí quase todo o gado que se consumia até então nas Minas Gerais, pois era muito reduzido o do Alto S. Francisco, quase nenhum o de S. Paulo, do Rio de Janeiro e Espírito

Santo, e ainda não havia sido de todo aberta a estrada que ligaria a região aurífera às vacarias do Sul. Esse tráfico seria veículo da evasão do ouro para o Piauí.

Testemunham o aparecimento do ouro no Piauí ou seu comércio através da Capitania, afora documentos oficiais, cronistas contemporâneos da ocorrência e, posteriormente, historiadores.³⁷

A 1º de dezembro de 1728, a comitiva de João da Maia da Gama, compreendendo seus familiares, esposa, filhos, o Padre Simão Henriques, o Mestre-de-Campo Carvalho de Aguiar, numa canoa e duas balsas de talos de buriti, embarcava na confluência do Poti com o Parnaíba e descia rio abaixo.

A 6 estão todos no Arraial de Bernardo Carvalho de Aguiar, à margem esquerda do Parnaíba, a duas léguas da Aldeia dos **Anapurus**, onde se achavam então alguns índios **Jenipapos**, trazidos do Ceará, como prevenção contra os índios suspeitos do Maranhão.

Prosseguem viagem até S. Quitéria, donde João da Maia, acompanhado de parte do séquito, vai a cavalo a Tutóia, a visitar a Aldeia dos **Tremembés**, enquanto o resto da comitiva, nas balsas e canoa, continuava até a povoação da Parnaíba.

Com referência às aldeias, informa que na dos **Tremembés**, do delta do Parnaíba, encontrou o Padre Carlos Pereira; na de Ibiapaba, o Padre Francisco de Lira; e confiada a um jesuíta mulato a dos **Tremembés**, do Ceará. Visitara também **Aroás**, onde estava a igreja de N. S. da Conceição, com missionário, cujo nome não registra, nem mesmo a ordem a que pertencia.³⁸

Por essa época, os Timbiras fizeram uma incursão em terras do Piauí, na altura do Arraial dos Ávila, então, completamente abandonado por ordem do Vice-Rei do Brasil. Ateiam fogo às rancharias, rústicas palhoças que serviram de abrigo à indiada da Casa da Torre, e vão até a Fazenda Lagoa, 12 léguas distante, onde fazem também depredações e até mesmo homicídio.

Vieram, então, ordens da Corte para a ocupação do Arraial abandonado, e posteriormente a essa autorização, coisa alguma sabemos com referência à vedeta contra os **Timbiras**, senão que, um pouco mais tarde, o local que se atribui tenha sido a guarda avançada dos Ávila, já constituía um povoado que daria origem a Jerumenha.³⁹

Logo em seguida morre o Mestre-de-Campo da Conquista do Piauí, Bernardo Carvalho de Aguiar, e se apressa Matias da Costa e Sousa, Provedor-mor da Capitania do Maranhão, em comunicar a El-Rei a ocorrência, e informa que "o posto lhe parecia ser um dos mais desnecessários que tem esse estado, porquanto em todo o tempo que ele provedor ali assistiu, não viu fizera alguma cousa o dito Mestre-de-Campo do distrito do Piauí, nem que tivesse outro exercício mais que o de estar metido nas suas fazendas, vencendo soldo sem delas sair a nenhuma operação do gentio daquela capitania, para a qual conquista era supérfluo o tal posto..."

Pede El-Rei informação ao Governador do Estado, que encaminha **Provisão** ao referido Matias da Costa e Sousa para dar parecer. Matias ratifica tudo o que já dissera a S. Majestade, e acrescenta que estando "o Piauí em sossego, e o Maranhão e suas vizinhanças tão desinfestados de gentio, não havia então necessidade de hostilidades contra ele e caso as houvesse, não seria preciso conservar-se o tal posto com um soldo anual de trezentos e tantos mil réis, pois um capitão de infantaria da praça do Maranhão bastava para o fazer..."⁴⁰

Efetivamente entraria o Piauí num período de tranqüilidade. Só as fazendas ribeirinhas do Parnaíba seriam alvorotadas com a aproximação dos índios do Maranhão que esporadicamente faziam depredações em seus currais, por vezes chegando a levar suas incursões às pastarias do Gurguéia e Uruçuí. Mais tarde vem a penetração dos **Pimenteiras**, emigrados do S. Francisco, umas poucas de centenas de ameríndios caraibas, infensos ao trato dos colonos, e que no decênio de setenta começam suas andanças pelas cabeceiras do Piauí.

Em 1751, aparece João do Rego Castelo Branco. Mandaram-no reprimir os **Acoroás** que faziam **provocações**, e o então cabo piauiense exorbita de suas atribuições e invade as terras dos **Timbiras**, que já viviam em paz, matando e cativando a todos que encontrava, o que motivou intervenção do Governador do Maranhão."

Em seguida, **Timbiras** aliados a **Acoroás** e **Gueguês** assanham-se contra os colonizadores, e dão origem a uma **junta** que se reúne em S. Luís para tratar da guerra defensiva. Porém os selvagens já estavam enfraquecidos. Os **Aranhis**, que deram tanto

trabalho, obtêm autorização para que se estabeleçam em S. Félix da Boa Vista, na confluência do rio Balsas com o Parnaíba, sob a direção de João do Rego Castelo Branco.⁴²

Em verdade, o Piauí vinha atravessando um período de paz, desde 1725. Em 1728, há referências a pasquins incendiários em Mocha, sobre questões de carne verde. Mas que repercussão teriam movimentos dessa natureza numa povoação insignificante como a vila da Mocha? Um pouco antes, um Francisco Cardoso Balegão, à frente dum grupo armado, trazia desassossego a todo o sertão do Piauí. Resquícios ainda do período anterior, e primeiros vestígios do bandoleirismo. Era ele protegido de Francisco Xavier de Brito, procurador da Casa da Torre, comandante do Arraial dos Ávila, como Balegão, também facinoroso, com crimes de morte. Mas o Ouvidor Antonio Marques Cardoso faz valer a lei. Prende Balegão, autoriza que se arrematem seus bens para indenização de 40.000 cruzados, que já devia ao cofre dos ausentes e defuntos, e remete-o para a Bahia, sob escolta de índios de Ibiapaba.⁴³

Em meado de 1730, a freguesia do Piauí é anexada ao bispado do Maranhão, havendo portanto seu desmembramento de Pernambuco, sob o aspecto espiritual.

A diocese do Maranhão, nessa época, não tinha bispo, e era seu governador o Reverendo Dr. Antonio Troiano que, no exercício da função, toma posse da região. Pouco depois missionava Malagrida ao longo do rio Maratão.⁴⁴

Foi Frei Manuel da Cruz o primeiro prelado maranhense que exerceu autoridade eclesiástica no Piauí e ainda o primeiro que em visita pastoral perlustrou suas terras. Cremos que D. Francisco de Lima, o que autorizara a fundação da Freguesia de N. S. da Vitória, jamais estivera na bacia do Parnaíba, apesar de ser anunciada sua visita pastoral à região.

O bispo D. Manuel da Cruz criou as paróquias de Valença, Gurguéia e Marvão. Transferido para a diocese de Mariana (Minas Gerais), penetrou pela segunda vez em território piauiense, donde prossegue para a cidade mineira. Dessa vez viera pelo Itapecuru até Aldeias Altas, recentemente fundada; daí alcançara o Parnaíba e, finalmente o S. Francisco.

Posteriormente, em peregrinação pastoral que durou mais de ano, visitou o vasto território de sua diocese, indo até os sertões de Parnaguá, D. Frei Antonio de S. José que da sede de seu governo manteria interessante correspondência com João Pereira Caldas.⁴⁵

Quando o Piauí passa para a jurisdição eclesiástica do Maranhão, o Padre Tomé Carvalho oferece base econômica (uma fazenda de gados avaliada em doze mil cruzados) para o estabelecimento de educandário que seria confiado a jesuítas, que teriam ainda por função missionar os moradores espalhados pelos criatórios.

A idéia não vingou em virtude **de circunstâncias sociais da terra: a rarefação ou dispersão de sua gente.**

"Não obstante a deficiência do meio, a atividade missionária ia-se impondo com a sua influência religiosa, moralizadora e benéfica, e enfim, alguns anos, depois, em 1749, fundaram os jesuítas do Colégio do Maranhão o Seminário do Rio Parnaíba, aparecendo à sua frente como Regente o Padre Francisco Ribeiro. O novo estabelecimento de ensino colocou-se sob a invocação de Santa Úrsula uma das chamadas "Onze Mil Virgens", padroeiras nesse tempo dos estudantes do Brasil.

Não sendo colégio propriamente dito, mas seminário ou internato, a Coroa subsidiava o sustento dos mestres, no qual intervinha o Padre Malagrida, com a incumbência régia da fundação de seminários na América Portuguesa; e os pais dos alunos, que vinham de diversas povoações do sertão, concorriam também com módica pensão para o sustento dos filhos, como era justo. Em 1753 o Seminário do Rio Parnaíba traz o nome da sua localização nesse ano: Sem-**baíba**.

Não tardaram a surgir perturbações locais, que impediram a permanência do Seminário no distrito da Mocha. Apesar dos gastos já feitos, achou-se mais prudente e exequível centralizar os estudos de toda a região, nas Aldeias Altas (hoje Caxias), no rio Itapecuru, de fácil acesso, já pacificado e reduzido sobretudo pela atividade catequética dos padres, cujos resultados práticos eram assim expostos pelo Padre José Vidigal em 1734: **As conseqüências temporais, que têm resultado da redução de todo esse gentio, são estar franco e desimpedido o caminho e estradas para o Piauí e para todo o Brasil; estarem povoadas as campinas do Iguará com muitas fazendas de gados vacum e cavalar; na mesma**

forma os campos chamados Peris no Rio Itapecuru e ainda os campos das Aldeias Altas, nas suas cabeceiras, que eram terras dos Barbados por onde descem sem temor muitos comboios com arrobas de ouro em pó e muita soma de moeda, que passam para a Corte de V. Majestade em utilidade grande de sua real Coroa.

O Seminário do Rio Parnaíba, primeiro estabelecimento de ensino secundário, gramática e humanidades, cerrou o ciclo das manifestações da Companhia de Jesus no Piauí, que foi, em suma, de ensino, exploração da margem do Parnaíba, missões, catequese e administração.

A obra de administração de fazendas parece ter sido útil para a criação, mais tarde, da Província e Estado do Piauí.

A conglutinação do território, num todo homogêneo próprio, impediu que as fazendas dispersas por pequenos donos flutuantes sofressem a atração das regiões ou Estados vizinhos. E foi, sem dúvida, a maior benemerência de Domingos Afonso Sertão e da Companhia de Jesus na formação histórica do Piauí, preparando-a para se erigir em Capitania e tudo o mais que depois veio a ser, e é".⁴⁶



Já dissemos atrás que a luta pelo domínio da terra, a princípio entre indígenas, mais tarde entre colonos e indígenas, já se manifesta noutra área e sob outro aspecto: a luta burocrática e judiciária entre posseiros e sesmeiros e também entre autoridades e usufrutuários.

A Casa da Torre e os ricos sesmeiros que residiam no litoral, fazem seus procuradores no Piauí os homens mais poderosos, com cargos de capitão-mor, déspotas e truculentos, que eram a lei e a autoridade a serviço da prepotência. Impunham ao posseiro o pagamento de dez mil réis, de cada ano e de cada fazenda, o que provocou geral clamor.

Testemunhou a tirania João da Maia da Gama que a denunciou a El-Rei, e ainda a inconveniência da mercê que concedera a Garcia de Ávila para que seus litígios no Piauí fossem julgados no foro da Bahia, onde os extorsionários têm força e poder, em vez de na vila da Mocha que já tem ouvidor e onde também poderia e deveria correr o feito. E pateticamente acrescenta:

"Confesso, Senhor, a V. Majestade, que tendo eu corrido todos os domínios de V. Majestade em Portugal, Índia e Brasil, me parece que não achei em parte alguma aonde os vassalos de V. Majestade experimentassem de outro vassalo mais violências, nem matéria mais digna da real atenção de V. Majestade; para poder falar nesta matéria confesso e tomo Deus por testemunha..."⁴⁷

Vê-se logo que todo o esforço do bispo D. Francisco de Lima e dos padres Ascenso Gago e Miguel Carvalho, para atenuar a opressão nas terras que se conquistavam, fora anulado em virtude da mercê a que se refere Maia da Gama. Até mesmo o clamor levado a El-Rei por esse Governador não teve, pelo menos de modo imediato, nenhuma influência a favor dos que sentem o peso da tirania. Privilégio era dom que se concedia ao senhor dos cabedais; a violência era contra os que trabalhavam: era o dispositivo governamental que infelizmente perduraria por largos anos.

Depois de 1715, quando o Piauí é transferido para a jurisdição temporal do Maranhão, as sesmarias passam a ser concedidas pelo Governador desse Estado. Foi mínima a vitória.

Todas as medidas anteriormente tomadas no sentido de disciplinar o trabalho e a propriedade da terra nenhuma significação tiveram sob o aspecto social. As sesmarias não foram demarcadas, e ainda em 1721, o Ouvidor do Piauí deu posse à Casa da Torre de uma propriedade que media 180 quilômetros de comprimento por 120 de largura do extenso vale do Crateús, adquiridos por 4.000 cruzados. Seria quase todo o vale do Poti. O ato de posse efetuou-se na fazenda Lagoa das Almas, às margens do riacho do Gado, afluente do Poti.

Parece que essa venda não foi respeitada, porque um pouco mais tarde se concedem sesmarias às margens desse rio.⁴⁸

Pelos documentos que conhecemos, a primeira autoridade temporal da região que se pronunciou a favor dos posseiros foi João da Maia da Gama.

Em 1743, a Câmara da vila da Mocha também fez ao Rei uma representação em que recapitula as denúncias anteriormente efetivadas e pede que as terras fiquem pertencendo aos que as enriquecem, e passem estes a contribuir com algum foro, a metade do qual será para o cofre real e a outra parte para o rendimento do Conselho e Câmara. Pede ainda "que por nenhum modo possam os ditos moradores serem convencidos e demandados fora do seu

domicílio, mas que o sejam em todas as suas causas e pendências perante os juizes que há naquela Capitania, ou perante o Ouvidor e Provedor da Fazenda Real". Disto resultou apenas uma **Provisão** no ano imediato, determinando que as sesmarias concedidas no Piauí, não tivessem mais de três léguas.⁴⁹

Decorrido um decênio vêm as Provisões de 11 e 23 de abril e a de 2 de agosto, todas de 1753, em que "foram cassadas, anuladas e abolidas todas as datas, ordens e sentenças dadas acerca dos negócios da terra no Piauí em que se acham envolvidos os antigos e novos possuidores". E finalmente a Provisão de **20 de outubro de 1753**, consolida as decisões anteriores, e dá origem "a novo regime de terras, para regularização de situações que vinham alimentando litígios apaixonados". É a **Provisão** inteiramente favorável aos posseiros.

Concede, entretanto, aos sesmeiros, "por nova graça, todas as terras que eles têm cultivadas por si, seus feitores, ou criados, ainda que estas se achem de presente arrendadas a outros colonos, nas quais se não devem incluir as que outras pessoas entraram a rotear, e cultivar ainda que fosse a título de aforamento, ou arrendamento, por não serem dadas as sesmarias senão para os sesmeiros as cultivarem, e não para as repartirem e darem a outros que as conquistem, roteiem, e entrem a fabricar o que só é permitido aos Capitães-Donatários".⁵⁰

Determina ainda que as posses de terras tenham apenas três léguas de comprimento e uma de largura.

Nomeia também autoridades para, no Piauí, aplicarem as decisões tomadas e examinarem quais as terras "que se acham cultivadas e povoadas por outras pessoas a sua custa, porque nelas terão os seus cultores e povoadores preferência, pedindo de sesmaria ainda que lhes fossem dadas de aforamento, ou arrendamento..."⁵¹

Mas, em verdade, o problema das terras continua como petulante desafio à inteligência, sagacidade e patriotismo dos governantes brasileiros. É coisa interessante: quando em nossos dias se exaltam os litigantes da centenária demanda, os missionários cristãos reaparecem a defender os oprimidos, e a pregar justiça social.

O interesse que a Corte tomou para pôr termo ao problema de terra no Piauí deu origem a sucessivas provisões, cartas régias, bem como a nomeações de notáveis autoridades para a execução das medidas preconizadas.

A princípio foi nomeado o Desembargador Manuel Sarmento Maia, Ouvidor Geral do Maranhão, para no Piauí dar início à solução do problema.

Enquanto isso, o Ouvidor da Capitania, bacharel José Marques da Fonseca, entra em atrito com o padre Manuel Gonzaga, superior dos jesuítas no Piauí, por motivo de medição de terras pertencentes à Capela de que era administrador o reitor do Colégio da Bahia. Era Gonzaga seu representante e, portanto, quem de modo imediato administrava o legado de Domingos Afonso Sertão.

O Ouvidor mandou demarcar as terras "por provedores e comissários, que se pagavam destas comissões com os gados, escravos e móveis das terras, deixando-as desertas..."

A autoridade judiciária, em face doutras atitudes a que nos referiremos ainda, ficou conhecida como insensata. Parece que exorbitou de suas atribuições. E não é duvidoso que ao jesuíta tenha também faltado o tato adequado para contornar o incidente, sem discrepâncias: excomungou José Marques da Fonseca.

"Algum tempo depois foi esse o incoerente pretexto com que a mesma Corte, a instigação de Mendonça Furtado, castigou o Superior do Piauí, a prisão perpétua. O Missionário acabou seus dias com 56 anos de idade nos cárceres de S. Julião da Barra, a 15 de março de 1766. Manuel Gonzaga deixou larga folha de serviços no Piauí, onde viveu muitos anos e onde a 2 de fevereiro de 1746, fizera a profissão solene. Como sucedeu com os outros, o destino e prisão do benemérito padre Manuel Gonzaga obedecia a motivos, cuja raiz não estava no Brasil. O drama seguiu rumo igual ao das demais partes do Brasil e restantes Domínios Portugueses".⁵²

O magistrado atrabiliário em pouco era protagonista de escandaloso drama. Casou-se às ocultas, sem licença régia, o que não permitiam as leis, mas que rica e prendada viúva de Parnaguá fê-lo esquecer-las. Foi autorizada sua prisão, e querendo cumprir a ordem Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, então, Governador e Capitão-General da Capitania do Maranhão, com jurisdição no Piauí, soube que o juiz estava à frente de facciosos que o queriam conservar no lugar a todo custo.

Lobato envia forças para efetuar a prisão, e a autoridade faltosa foge para a Corte, onde vai parar na cadeia de Limoeiro.

Como consequência do incidente provocado pelo buvidor do Piauí, foi determinado que viesse à Capitania "por ordem régia e com amplos poderes o ouvidor geral da capitania do Pará, Dr. João da Cruz Diniz, acompanhado de um agrimensor, sindicar dos fatos ocorridos sobre as questões de terra na capitania e proceder a novas demarcações".⁵³

E por Decreto de 8 de maio de 1758, El-Rei D. José, vem de Portugal "o Desembargador da Casa da Suplicação, Francisco Marcelino de Gouveia, ao serviço de importante comissão no Maranhão e Piauí, cujo particular objeto se ignora, porém que parece, na frase de um historiador português, **ter sido o exame da conduta dos jesuítas naquelas duas províncias, comissão que de certo prova as vistas sinistras, que Sebastião José de Carvalho tinha já então acerca dos Jesuítas, provavelmente por causa da sua conduta no Paraguai**".

Nesse clima, o Piauí foi elevado à categoria de capitania em 1758, e recebe seu primeiro governador, João Pereira Caldas, no ano imediato.



Vejamos como cronista contemporâneo daqueles dias descreve a Capitania:

"A sua principal povoação e cabeça da comarca é a vila da Mocha. Tem um Ouvidor Ministro de letras, que é Corregedor da Comarca, Provedor da Fazenda Real, Defuntos e Ausentes, e tem os mais cargos de justiça. Tem dois juizes ordinários, vereadores e mais Ministros de que se compõem as Câmaras. No militar tem vários oficiais de ordenança. Dizem que S. Maj. criou agora em 1758 um governador para a governar e lhe pusera quatro companhias de soldados pagos. Está situada esta vila em 7 graus austral e 335 de longitude no meio da Capitania e Sertão do Piauí a qual se compõe de vastíssimas campinas de gado vacum e cavalar, e é o seu principal comércio, e daqui se provê de carnes a maior parte do Brasil e Minas, e poderia prover uma grande parte da Europa se fossel fácil a sua condução. Os seus principais ramos de comércio são nas barras da Parnaíba e Camocim e Caracu onde

vêm muitos iates e sumacas de Pernambuco a fazer comércio em carnes secas e couros; e outro é no Parnaguá onde vêm muitos comerciantes de gados a comprá-los para os levarem dali para as Minas Gerais e Praças do Brasil. Dos Gerais e campos novos vai muito gado para as minas de S. Félix, Natividade, e Vila Boa dos Goiás. Podia ter um bom comércio de atanados, e outros couros para gastarem os que com mais dificuldades se podem transportar do meio do seu sertão; e com efeito alguma sola que curtem, e couros dos muitos que tem, são estimados nas praças para onde os mandam vender".

"Além da povoação principal da Mocha tem muitas freguesias em paragens onde os moradores vivem mais juntos como são as freguesias de N. S. do Livramento de Parnaguá, S. Antônio da Gurguéia, N. S. da Vitória da Mocha, N. S. da Conceição dos Aroás, S. Antônio do Surubim, N. S. do Carmo da Piracuruca, N. S. do Desterro dos Crateús na Serra dos Cocos, S. Bernardo na Parnaíba, e outros. Além disto, ainda que a Capitania do Parnaíba é falta de povoações formadas, não há falta de povoadores que moram e vivem dispersos em as suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação grande extensão de terras. De sorte que se os seus moradores se unissem em povos bastariam para formar várias cidades e vilas. Provê-se a dita Capitania de fazendas da Europa, comumente do Maranhão onde as vem buscar com o dinheiro que lhe produz o gado vacum e cavalar que vendem, ou levam às Minas e praças do Brasil. Já disse que esta Capitania é sujeita no espiritual ao Bispo do Maranhão, e no temporal ao General do mesmo Estado, e só as contendas da justiça cível e crime vão por apelação para a relação da Bahia e no mais tudo depende do Maranhão."



NOTAS

- ¹ COSTA, Pereira da. **Cronologia**, p. 20.
- ² TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Vol. II. 18. 19. 165.
- ³ COSTA, Pereira da. Obra cit. 2. 25. 31.
- ⁴ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 1959. 41 a 42. P. Costa. Obra cit. 19.
- ⁵ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 19. 20. 21.
- ⁶ TAUNAY, Afonso de E. **História Geral das Bandeiras**. Vol. VIII. 192. 886.
- ⁷ SEGURO, Visconde do Porto. **História Geral**. Vol. III. 299. Taunay. H. G. **Bandeiras**. Vol. VII. 212 a 218.
- ⁸ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 571.
- ⁹ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 24. 33. 34. 377.
- ¹⁰ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. III. 157.
- ¹¹ NUNES, Odilon. **Origem das fazendas estaduais**. Em **Econômica piauiense**. Vol. II. 1958. 3. S. Leite. **Hist. Comp. de Jesus**. Vol. V. 141. Barbosa Lima Sobrinho. **O Devassamento do Piauí**. 1946. 50. 56. 114 e Nota VI. Taunay. H. C. **Bandeiras**. Vol. V. 41 e 43. P. Calmon. **Casa da Torre**. 96 a 101.
- ^{11a} NUNES, Odilon. **Origem das fazendas estaduais**. Em Rev. cit. 4.
- ^{11b} NUNES, Odilon. Idem, idem. 4. S. Leite. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 560.
- ¹² NUNES, Odilon. Idem, idem. 4. S. Leite. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 74. 144 a 145.
- ¹³ NUNES, Odilon. Idem, idem. 4. S. Leite. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 557 e Nota 4, da pág. 559.
- ¹⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 24. 26.
- ¹⁵ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 26. 27. Berredo. Obra cit. §1469.
- ¹⁶ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 27. 28. **Documentos históricos** CVI, 1952. (Biblioteca Nacional). **Consultas do Conselho Ultramarino**. 269 a 272. R. Pombo. **História**. Vpl. 6. 367.

- ¹⁷ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 28. 29. Berredo. Obra cit. §1478 a 1480.
- ¹⁸ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 27.
- ¹⁹ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 27.
- ²⁰ **Documentos históricos** XCVI, 1952. (Biblioteca Nacional). **Consultas do Conselho Ultramarino**. 223 a 224.
- ²¹ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 29. 30 a 33.
- ²² **Documentos históricos** XCIX. (Biblioteca Nacional). **Consultas do Conselho Ultramarino**. 131 a 132.
- ²³ **Documentos históricos** LXXIII. (Biblioteca Nacional). 1946. 167 a 169. P. Costa. Obra cit. 32. 32 a 33. J. M. Gama. Obra cit. Vol. II. 17.
- ²⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 34. 35.
- ²⁵ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. III. 165. 166.
- ²⁶ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 35. 36.
- ²⁷ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. III. 439 a 443.
- ²⁸ COSTA, Pereira da. Obra cit. Para ver-se a situação demográfica do Maranhão dessa época, vide Jerônimo de Viveiros, **História do comércio do Maranhão**. Vol. I. 1954. 63. 19.
- ²⁹ GAMA, J. M. da. Obra cit. Vol. II. 8. 9.
- ³⁰ **Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí**. Em RIHGB, Tomo LXII. parte I 1900. pág. 107.
- ³¹ GAMA, J. M. da. Obra cit. Vol. II. 24. 55. 56.
- ³² GAMA, J. M. da. Obra cit. Vol. II. 23. 24.
- ³³ GAMA, J. M. da. Obra cit. Vol. II. 31.
- ³⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit. 376.
- ³⁵ MAGALHÃES, B. Obra cit. 244 a 246. M. M. Medeiros. **História**. 158. **Doc. Hist. Cartas e Ordens**, 1949. (Biblioteca Nacional). LXXXV. 29 a 31. 158 a 159. 261.
- ³⁶ COSTA, Pereira da. Obra cit. 42. B. Magalhães. Obra cit. 237.
- ³⁷ COSTA, Pereira da. Obra cit. 36. 38. N. S. Prazeres. **Poranduba**. 106.
- ³⁸ GAMA, J. M. da. Obra cit. Vol. II. 39. 43.

- ³⁹ COSTA, Pereira da. Obra cit. 373. 374.
- ⁴⁰ COSTA, Pereira da. Obra cit. 374. 375.
- ⁴¹ COSTA, Pereira da. Obra cit. 51.
- ⁴² COSTA, Pereira da. Obra cit. 56. 57.
- ⁴³ COSTA, Pereira da. Obra cit. 37. 39. J. M. Gama. Obra cit. Vol. II. 20. 21.
- ⁴⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit. 375. R. Pombo. *História*. Vol. V. 644, em nota. S. Leite. *Hist. Comp. Jesus*. Vol. V. 562.
- ⁴⁵ COSTA, Pereira da. Obra cit. 44. 46. 55. CABACap. L. 3. 109v a 111v. 120v a 121v. 143 a 146v. L. 5. 122v a 123. L. 19. 93v a 94.
- ⁴⁶ LEITE, Serafim. *Hist. da Companhia de Jesus*. Vol. III. 123. e segs. Vol. V. 563 a 565.
- ⁴⁷ GAMA, J. M. da. Obra cit. Vol. II. 26. 29.
- ⁴⁸ COSTA, Pereira da. Obra cit. 34.
- ⁴⁹ COSTA, Pereira da. Obra cit. 47. 48.
- ⁵⁰ COSTA, Pereira da. Obra cit. 51. 52. B. L. Sobrinho. *Devassamento*. 148.
- ⁵¹ COSTA, Pereira da. Obra cit. 53.
- ⁵² COSTA, Pereira da. Obra cit. 53. S. Leite. *Hist. Comp. Jesus*. Vol. V. 556. 557.
- ⁵³ COSTA, Pereira da. Obra cit. 51. 52. 55.
- ⁵⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit. 51. 52. 56.
- ⁵⁵ Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Códice 1. 2. 31. (Da Coleção feita por ordem de S. M. I. Tomo 12). Maranhão conquistado a Jesus Cristo e à Coroa de Portugal pelos religiosos da Companhia de Jesus. Fragmentos de uma crônica por letra do P. Bento da Fonseca, escrito depois de 1757. 275 a 276. 276 a 276v.

Primeiros governos

A luta entre posseiros e sesmeiros forçou a medição das terras; teve como consequência os incidentes que levaram o Padre Manuel Gonzaga aos cárceres de S. Julião da Barra.

Por essa época, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, já votava profundo rancor à Companhia de Jesus. Sua atitude tinha origem na execução do Tratado de Madri de 1750, que transferia para Portugal, e portanto para o Brasil, o território das Missões (atualmente, alguns municípios do Rio Grande do Sul), na margem oriental do rio Uruguai, e onde se achavam trinta mil índios dirigidos por jesuítas da Província do Paraguai. Esses índios deveriam evacuar suas florescentes reduções e buscar novas terras nas margens ocidentais do mesmo rio. Contrários ao abandono de suas aldeias, apelam para as armas e chegam a intimidar Gomes Freire de Andrade, futuro Conde de Bobadela, e então chefe da comissão demarcadora portuguesa, nas fronteiras do Sul.

Os políticos responsabilizam os jesuítas pela resistência que oferecem os catecúmenos guaranis às deliberações dos poderosíssimos reis de Portugal e Espanha.

Enquanto se registram esses fatos no sul do Brasil, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão General do Estado do Maranhão, e chefe da comissão demarcadora, rio Norte, enfurecia-se contra os jesuítas da Vice-Província circunscrita na região

de sua competência temporal e atribuía-lhes resistência e empreendimentos administrativos de seu Governo.

Comportamento dos jesuítas é assunto polêmico que foge ao âmbito de nosso trabalho.

Desde então, até mesmo fúteis pretextos, e por vezes fantásticos, serviram a Pombal para justificar seu combate à Companhia de Jesus.

A autoridade motivadora do castigo infligido ao Padre Manuel Gonzaga agira frivolamente, talvez com objetivo único de agradar a seus superiores do Estado do Maranhão, e sobretudo aos da Metrópole.

José Marques da Fonseca era insensato: prova-o seu casamento efetuado sem os trâmites legais, de modo clandestino.

Tudo estava predisposto, até mesmo no Piauí, para que o ministro português atingisse seu objetivo político. Plebeu de acentuados recalques, mas dotado de lúcida inteligência e notável capacidade, de trabalho, a servir um rei comodista e malandro, em momento crítico do Reinado, e também a conviver com uma aristocracia inoperante, orgulhosa e decadente, que o odiava como decorrência de sua humilde origem, abusou do poder, estimulado por complexos de inferioridade. Anormal, perverso, espicaçado por egoísmo brutal, foi mancha de estonteante colorido na história de Portugal. Na divergência, lançaria mão de todos os recursos para aniquilar a Companhia de Jesus. Seu ódio ao jesuíta, bem como ao inglês, inspiraria grande parte de sua obra.

Supunha-se que fossem os padres muito ricos e poderosos, assim capazes de subverter a ordem pública nas Américas, e também no Piauí. Riqueza e poder, propalavam os sequazes do Ministro, emanavam do comércio que praticava a Companhia de Jesus, e dos índios que escravizava. Esse espírito presidiu a elaboração das leis de proteção aos índios, bem como a criação das companhias de comércio, no período pombalino. Iniciativas dessa natureza, anteriormente, se não eram inspiradas no espírito do catequista cristão, nasciam, entretanto, sob seu influxo.

Incontestavelmente redundam em fracasso os empreendimentos mercantis de Pombal no Brasil, e também a conversão das aldeias dos padres em administração civil. Em verdade, as companhias de comércio incrementaram o progresso de certas regiões, em virtude de certas circunstâncias internacionais. Mas

sua ação não teve continuidade e, sob determinados aspectos, foi contraproducente, senão mesmo prejudicial. Tanto assim que dentro em pouco, ao terminar os contratos, foram extintas com aplausos de muitos. Sendo monopólios e retendo regalias, transformavam-se em instrumentos de extorsão.

Já a conversão das aldeias de índios em vilas, ou melhor, a secularização de sua administração, foi um verdadeiro desastre, um dos mais ridículos experimentos políticos que conhecemos.

Para efetuar o programa de governo de Pombal, sob esse aspecto, em agosto de 1758 chega à Bahia uma comissão especial que iria aplicar no Brasil as últimas leis sobre os jesuítas, isto é, dar administração civil às aldeias, dirigidas até então pelos padres da Companhia de Jesus, e ainda apurar a legitimidade dos bens possuídos pelos colégios e demais instituições da Ordem.

Concomitantemente foi nomeado para o Piauí e Maranhão o Dr. Francisco Marcelino de Gouveia, Desembargador da Casa da Suplicação, para o desempenho de importante incumbência, posteriormente esclarecida pelas atividades do magistrado, na região. Viria atuar na solução do complexo problema do Piauí: justiça, jesuítas, organização do aparelho governamental da Capitania criada em 1718 e até então sem governador nomeado a viver como dependência do Maranhão.

Em seguida nomeiam militar que servia em Belém, do Pará, para a função de governador.

Estudemos, em rápida digressão, o desenvolvimento da Capitania. Quando foi fundada, nas margens do riacho Mocha, a capela de N. S. da Vitória, rendiam os dízimos de gados, do Sertão dos Rodelas, a que pertencia o Piauí, pouco mais de 4.000 cruzados.

Em 1730, os dízimos de gados do Piauí já se elevavam a 76.000 cruzados, a testemunhar o extraordinário crescimento dos rebanhos. As boiadas piauienses já buscavam os mercados do litoral, desde o Itapecuru-Mirim, no Maranhão, a Capuame, na Bahia, e, ao longo do S. Francisco, penetravam até as Minas Gerais, onde eram os mais importantes concorrentes.

O quinto decênio desse século assinala-se, entretanto, por uma série de ocorrências que se refletem desfavoravelmente no progresso da futura capitania. A Fazenda Real era fraudada, e a justiça pessimamente administrada.¹

Corroborar esse juízo a leviandade do antecessor de José Marques da Fonseca. Concedera abatimento de 9.543\$500 a José de Abreu Bacelar, que se tornara um dos rendeiros dos dízimos da Capitania, e bastante conhecido pela tirania que exercitava. O documento que denuncia a ocorrência, descreve ainda o estado de confusão em que se achava a administração da Fazenda Real e o desassossego e inquietação geral reinantes nos vastos sertões do Piauí.²

O sul das Minas Gerais enviava gados para as regiões mineradoras, onde o Piauí já vinha encontrando forte competição do Rio Grande do Sul. Enquanto isso, a mineração extenuava-se, provocando profunda crise no comércio da Metrópole e suas colônias, influindo ruinosamente nos sertões remotos. Os dízimos de 1752 a 1754 são inferiores aos do triênio que se arremataram em 1730, pois se elevam apenas a Rs. 26:700\$000 ou sejam 66.750 cruzados.

A luta entre posseiros e sesmeiros, que se manifesta desde os primeiros dias, atinge o clímax, e a Metrópole, para atenuar o espírito de inquietação que se desencadeava, toma uma série de medidas nem sempre eficientes.³

Vejamos como se desenrolam os fatos nesse momento agudo da história de Portugal com reflexos no Piauí. Logo após a vinda de Gouveia e a nomeação do Governador,

há o atentado contra D. José, que o estadista português malevolamente atribui à Companhia de Jesus. Ao Piauí tardiamente chegavam as ordens emanadas da Corte. E presumia-se que nessa região tinham os padres grandes riquezas, e poderosa influência capaz de subverter a ordem pública.

Já por essa época havia sido baixada a **Provisão de 29 de julho de 1758** que mandava executar o Alvará de 1718 que criou a Capitania do Piauí, separando-a do Maranhão na parte administrativa. Por **Decreto de 31 de Julho de 1758** e **Carta de 26 de Agosto**, do mesmo ano, foi nomeado governador João Pereira Caldas que tomaria posse a 20 de setembro de 1759. Há quem atribua que a luta aberta por Pombal contra os jesuítas haja contribuído para a instalação imediata da Capitania. Há fortes razões para aceitar-se esta versão.

Como vimos, o Piauí era alçado à categoria de capitania, quando se lhe deparava difícilíssima conjuntura econômica, e também social. Padecia a crise que afligia a Metrópole e seus domínios, e ainda outras que lhe eram próprias, de caráter particular, como acabamos de ver.

Era João Pereira Caldas ajudante de sala do Governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando foi nomeado Governador do Piauí. Ocupou aquelas funções por quase seis anos a contento daquela autoridade que dissera jamais viu nesse oficial **imaginação alguma que não seja de honra e cristandade**. Se suspeito esse testemunho em face da recíproca amizade dos dois eminentes homens, já não podemos increpar da mesma falha o juízo que o Padre José de Moraes emite a respeito de Pereira Caldas, **de pouca idade, mas já maduro na prudência e de muito bom gênio, se o não mudar com o tempo**.

Governou o Piauí por quase dez anos, pois, assumindo suas funções a 20 de setembro de 1759, transferiu-as a seu sucessor a 3 de agosto de 1769.⁴

A chegada de Gouveia ao Piauí antecedeu à de João Pereira Caldas que receberia instruções pela **Carta Régia de 29 de Julho de 1759** para, de acordo com o Desembargador da Casa da Suplicação, criar as vilas no Piauí, e um regimento de cavalaria auxiliar, do qual seria o coronel.

O juízo da Metrópole referente ao Piauí fugia inteiramente da realidade piauiense. As leis de 6 e 7 de julho sobre a liberdade dos índios teriam que ser executadas pelo Governador e seu assessor, os quais deveriam "restituir aos índios a liberdade de suas pessoas, bens e comércio, e erigir em vilas suas aldeias, não permitindo por modo algum, que os regulares, que até agora se arrogaram o governo secular das ditas aldeias, tenham nelas a menor ingerência..."

Em verdade, essas leis tiveram caráter geral, mas também inspirou-as o Piauí. Vê-se ainda pelo seu contexto que a expulsão dos jesuítas ainda não era evidente propósito do governo que, entretanto, talvez já tramasse sua execução.

João Pereira Caldas, a 14 de janeiro de 1759, como governador nomeado prestou juramento nas mãos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em Belém do Pará. Posteriormente empreendeu viagem para Mocha onde chegou a 17 de setembro, e, como vimos, tomou posse três dias após.

Era, então, ouvidor da comarca o Dr. José Luís Freire que, em companhia do Dr. Francisco Marcelino de Gouveia, havia chegado a Mocha às vésperas da posse do Governador, depois de longa viagem que empreenderam a Parnaguá, aonde foram a objeto de serviço.

Por essa época, Galúcio viajava também pelo interior, a colher dados para fazer a primeira carta geográfica do Piauí (CABACap. L. 2. 1º. P. 2. a 2V. 2V a 3V).⁵

A criação das vilas, em virtude da **Carta Régia**, deveria ter ocupado o primeiro plano das realizações do governo que se inaugurava. Acontece, porém, que eram extremamente deficientes as condições demográficas da Capitania: pequena densidade, baixo nível cultural, nenhum povoado de significação social. Assim, a 25 de janeiro de 1760, o Governador informa à Metrópole que das oito paróquias em que se acha dividida a Capitania, apenas Parnaguá e S. Antônio do Surubim tinham condições para serem erigidas em vilas. Logo em seguida, Gouveia corrobora a mesma opinião e envia a relação das freguesias com o arrolamento de suas respectivas populações.⁶

Na Bahia estava a comissão especial, cuja finalidade já conhecemos. A ela deveria pertencer o Arcebispo Metropolitano, D. José Botelho de Matos, grande amigo dos jesuítas. Ao saber

qual a função do órgão que se instalara em Salvador e de que era membro, preferiu renunciar a Mitra, e pediu para recolher-se à ermida de sua devoção. Procurou atenuar sua atitude que, em verdade, traduzia repulsa aos vexames que se exerciam contra a Companhia de Jesus, por meio da renúncia que lhe permitia sua idade avançada.

Outro membro do Tribunal de Consciência e Ordens, instrumento que teria a incumbência de cumprir as decisões adotadas contra os jesuítas, escreve ao ministro português e manifesta **sua opinião de que era necessário ponderar acerca da conversão das aldeias do padres em administrações civis...**

O Desembargador José Mascarenhas, autor dessa sugestão, em seguida seria afastado de sua função, sob pretexto outro, mas não se pode contestar que não fora vítima de sua prudência e tolerância.

É quando oficialmente chegam à Bahia notícias do atentado ocorrido a 3 de setembro de 1758, contra D. José. Esse fato iria dar a Sebastião José de Carvalho oportunidade para mais facilmente executar o plano que tramava contra a Companhia de Jesus.

O ministro conseguira guardar reserva da conspiração contra o rei, e, decorridos mais de três meses, surpreendeu Lisboa ao mandar prender os mais notáveis representantes da nobreza portuguesa, como implicados no delito. O processo continua ao sabor do chefe do governo e, 31 dias após a prisão, há a execução dos principais indiciados no inquérito. O ato punitivo tornou-se tenebroso crime que provocará sempre repugnância, sobretudo porque foi a sentença injusta e acima de tudo cruelmente perversa e aplicada com requintes de truculência.

No decorrer do processo, em ambiente de clandestinidade, houve referências a jesuítas, e logo depois se determinou o seqüestro imediato dos bens da Companhia de Jesus. Mas só em fins de maio de 1759, a Bahia tem conhecimento da punição dos representantes da nobreza, e, mais tarde, da ordem de seqüestro.

A comissão especial que estava em Salvador, em face dos últimos acontecimentos, dá início a diligências para averiguações dos bens possuídos pelos colégios e demais instituições da Companhia, o que fazia antever preparativos para o confisco.⁷

Parece que a notícia do atentado só chegou ao Piauí em caráter oficial com os últimos dias do ano, e vinda por Belém

(Pará), em ofício de 22 de setembro de 1759. A 25 de dezembro, em obediência ao referido ofício, celebrou-se, na igreja paroquial de Mocha, Missa e Te-Deum em ação de graças pela salvação do Rei (CABACap. L. 1. 1. 4v. 1. 2. 2.º P. 1 a 1v).

Só mais tarde seriam os jesuítas postos em custódia e seqüestradas as fazendas que administravam. Isso deverá ter ocorrido em fevereiro de 1760, pois há carta de 24 desse mês, do Governador da Capitania ao Capitão-General, que participa a execução da ordem. A incumbência foi confiada ao Dr. José Luís Duarte Freire pelo Vice-Rei do Estado do Brasil, com residência na Bahia, a que judicialmente se achava presa a Capitania. A ordem de expulsão viera ao Brasil com Lavradio que substituíra o Conde dos Arcos (CABACap. L. 2. 2.º P. 7v. L 3. 58).⁸

Não é duvidoso, entretanto, que José Luís já viesse trabalhando no arrolamento dos bens do colégio da Bahia e demais instituições da Companhia de Jesus, com o fim de elucidar sua legitimidade. O cadastro poderá ter precedido a chegada de João Pereira Caldas e foi o preliminar do seqüestro.

Já estudamos anteriormente a origem das fazendas localizadas no Piauí e administradas pelos jesuítas. Para efeito de administração, estavam divididas em três inspeções, tendo cada uma sua sede, a residência, como se chamava, então, e onde residia o jesuíta responsável pelo grupo de fazendas distribuídas na inspeção que lhe era confiada.

Vejamos aspecto interessante de sua história.

"Pelos relatórios periódicos do Colégio da Bahia, enviados ao P. Geral, pode-se reconstituir, nas suas grandes linhas, a história desta administração. Diz-se em 1739, que são 30 as fazendas da Capela, e que ocupam quase 100 léguas de terras próprias. Há nelas 3.000 cabeças de gado vacum e 1.500 de gado cavalari. Costumam tirar-se cada ano 1.000 bois, que vendidos a 4 escudos romanos cada um, são 4.000. Destinam-se 1.600 a satisfazer os legados que o Testador deixou a entidades de fora da Companhia. Gastam-se 600 com os vaqueiros que conduzem as boiadas por distância e caminhos de 300 léguas; empregam-se outros 600 em beneficiar as fazendas. Restam 1.200 que, conforme a disposição do Testador, se dividem em três partes: duas ou

sejam 800 escudos, para sustento do Noviciado, 400 pelo ônus da Administração. Os servos destas fazendas são 164. Em 1743, a situação é a mesma, apenas aumentam os servos, 170.

Em 1757, ainda igual número de fazendas, mas o gado aumentou: vacum, 3.200 cabeças; cavalari, 1.600. Podiam-se tirar 1.200 cabeças, sendo o produto médio da venda, o mesmo, 4.000 escudos romanos com idêntica aplicação à de 1739".

Nessa época, já tinham os jesuítas acrescentado àqueles bens outras fazendas. Dessa forma é que Guaribas e Matos, compradas em 1745 a Antônio Gonçalves Neiva e a D. Inácia de Araújo Pereira, viúva do Cel. Garcia Dávila Pereira, constituem a Capela Pequena, independente da Capela Grande. Adquirem ainda as fazendas Salinas e Cachoeira, em 1759, ao mesmo Antônio Gonçalves Neiva e ao Desembargador André Leitão de Melo; a Pobre, a D. Antônio Francisca de Jesus, viúva de Domingos Jorge e a Manuel Cardoso da Costa; as denominadas Itaveira e S. Romão, arrematadas em execução que os padres moveram contra Domingos Jorge; a de Água Verde foi-lhes doada por Marinho Soares. Essas últimas, em número de seis, constituíram bens da Companhia de Jesus e seriam aplicadas suas rendas exclusivamente no Colégio.⁹

O escudo romano valia, então, de 1\$000 a 1\$200.

As três inspeções eram Nazaré, Piauí e Canindé; e suas respectivas residências eram Nazaré, S. João e S. Inácio.

Da efetivação do seqüestro na de S. João, o Ouvidor encarregou o juiz ordinário de Mocha, Manuel da Silva e Sousa, a quem também foi confiado o transporte do jesuíta que ali residia. Para semelhante diligência na de Nazaré, concedeu poderes a oficiais da câmara que, como o juiz ordinário, foram auxiliados por escolta. O Ouvidor chamaria a si o seqüestro em S. Inácio, onde residia o Padre Francisco de Sampaio, superior no Piauí.

No cubículo do Superior acharam-se duas canastras que lhe pertenciam, com papéis e dois livros que nos seriam preciosíssimos se estivessem no Piauí, pois um registrava os capítulos das visitas e

outro, os assentos das profissões dos religiosos que professaram na residência.

Os bens seqüestrados consistiam em "seis colheres e seis garfos de prata e seis facas com cabos do mesmo, e mais duas colheres e um garfo de prata e uma faca do mesmo, tudo velho, sendo os mais bens, estanho, cobre, e arame, e também livros de Teologia Moral, Expositores à Escritura Sagrada, Livros de Sermões e outras matérias". E continua o Ouvidor em seu relatório: "Todo o pano de algodão que achei na Residência do Brejo de S. Inácio, e de Nazaré está em depósito, e é o pertencente à Administração dois rolos atacados, e em retalhos duzentas e trinta e três varas, e em fio vinte e três libras, tendo o Colégio só quarenta e duas varas da Capitania do Espírito Santo, e todo este pano é preciso, e muito mais para vestir os escravos das fazendas, e **suadouros** das selas dos vaqueiros.

Não achei na dita residência de S. Inácio mais dinheiro do que doze mil e quinhentos e oitenta réis, pertencente à Administração mencionada, oito mil e duzentos réis, e ao Colégio o resto que é quatro mil e trezentos e oitenta réis, segundo a declaração do dito Padre Francisco de Sampaio, o que também constou pelos cadernos da receita e despesa, em que logo fiz apreensão, que também remeto com os mesmos papéis. O dito dinheiro também se acha em depósito juntamente com o procedido das arrematações, e da mesma sorte está em depósito todo o mais, que arrecadei, e tudo faz a importância de duzentos e seis mil e quatrocentos e vinte réis os quais pertencem à Administração cento e noventa e oito mil e seiscentos e oitenta e ao Colégio sete mil e setecentos e quarenta réis como tudo consta da certidão" (CABACap. L. 3. 59 a 60).¹⁰

Como se vê, não havia opulência entre os jesuítas. Nem mesmo simples conforto. Tinham vida franciscana. Se havia riqueza, pertencia a instituições culturais, na época as mais notáveis da Colônia.

As fazendas das capelas, bem como as do Noviciado de Jiquitaia e do Colégio da Bahia foram avaliadas em 151 :965\$140 (cento e cinquenta e um contos e novecentos e sessenta e cinco mil cento e quarenta réis). Eram mais ou menos 277 léguas de sesmarias, ou sejam 1.206.612 hectares, tanto quanto 12.066 quilômetros quadrados.

Os jesuítas foram postos em custódia, e a 10 de março tomam-se providências para a viagem em rumo à Bahia de onde seriam embarcados para Lisboa. Eram os padres Francisco de Sampaio, João de Sampaio, Manuel Cardoso e José de Figueiredo, e o Irmão-Coadjutor Jacinto Fernandes, este, exímio curraleiro.

Deverão ter partido de Mocha a 20 de março, custodiados por pequena escolta sob o comando do Alferes João Rabelo da Cunha. Entram na Bahia a 10 de maio, havendo falecido, dois dias antes, em S. Antônio das Queimadas, onde fora sepultado na capela local, o padre José de Figueiredo, e chegando outro **em termos de também o fazer**, diz Pereira Caldas ao Capitão-General (CABACap. L. 2. 1.º P. 4v a 5).¹¹

Em Salvador foram recolhidos à Casa de Exercícios. Já não encontraram os irmãos de ordem da Bahia que, quando presos, foram munidos, em número de 124, no Noviciado de Jiquitaia, donde saíram embarcados para a Europa. Dos retardatários do Piauí, um foi para a Itália, o padre Manuel Cardoso, enquanto os padres Francisco e João de Sampaio ficaram em Portugal, a princípio presos em Azeitão, e mais tarde em S. Julião da Barra, onde em 1766 viria falecer o padre Manuel Gonzaga. Em 1752, quando o padre João de Sampaio fizera sua profissão, na residência de S. Inácio, era Gonzaga o Superior.

A **Carta Régia de 10 de Abril de 1760**, que autorizou João Pereira Caldas a efetuar o seqüestro dos bens administrados pelos jesuítas e a prisão destes, quando chega ao Piauí, já eles tinham sido mandados para a Bahia. Tudo correria sob a orientação do Ouvidor que, em longo ofício, ao transferir ao Governador a incumbência, como decorrência dessa carta régia, relata a execução das ordens que recebera de Salvador.

Só mui posteriormente foram atingidos pela expulsão, por se encontrarem no interior de Goiás, os padres Pedro Maria Tebaldi e Manuel da Silva, este muito conhecido na região, como **missionário volante** que desde muito agia nos sertões de Pastos Bons e Piauí. Era, então, Procurador do Recolhimento das Ursulinas, do Maranhão, fundado por Malagrida.

João Pereira Caldas autorizou o Capitão-mor de Parnaguá a prendê-lo, de ordem do Bispo do Pará (CABACap. L. 3. 11 a 11v).¹²

Logo depois são apreendidas duas malas que deixara em Mocha, e que despertaram grande alvoroço na presunção de que

conteriam precioso cabedal. Ocasionalmente ridícula decepção (CABACap. L. 3. 12. 13 e 62V a 67).

Um ano após chegam os dois padres a Portugal, presbts por outras autoridades que não as do Piauí.

Alencastre, quando se refere ao P. Manuel da Silva, em **Anais da Província de Goiás**, tem o mesmo comportamento que pautara seus conceitos referentes aos padres do Piauí.¹³

Em 1766, José Leite, irmão do Padre João de Sampaio, vai denunciado porque fizera declarações que foram julgadas sediciosas, segundo as quais, procurara incutir que a Companhia de Jesus fora vítima de injustiças. Adiantou ainda que os padres voltariam e que vinha mantendo correspondência com o irmão. Vai parar em Limoeiro, e confiscaram seus bens (CABACap. L. 4. 62v a 63. 65v a 78. 86 a 86v e L. 19. 94).

Deu origem esse incidente, segundo tudo indica, à Lei de 28 de agosto de 1767. Como consequência dessa lei, João Pereira Caldas faz seguir para o Maranhão o Padre João Cordeiro, em virtude de ser egresso da Sociedade de Jesus. Em S. Luís deveria embarcar para Portugal, e logo que chegasse ao porto de Lisboa, apresentar-se à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (CABACap. L. 4. 124a 124v e L. 19. 94. 97 a 104).



João Pereira Caldas diretamente pouco fez para executar as medidas que a Metrópole autorizara fossem tomadas contra a Companhia de Jesus. Tudo, como vimos, fora confiado ao Ouvidor.

Em face dessa circunstância, há mais oportunidade para melhor tratar da criação dos órgãos indispensáveis à administração, tais como a Secretaria do Governo e o Almoxarifado, bem como também da regulamentação da Provedoria Real da Fazenda e sobretudo da organização das forças da Capitania, instrumento indispensável à manutenção da ordem.

Para o preenchimento do quadro de oficiais, fez publicar edital de concorrência dos postos de tenente-coronel a furiel, esperando que fossem muitos os pretendentes. Nenhum dos moradores da Capitania inscreveu-se, e João Pereira Caldas viu-se constrangido a convidar a estes brutos para se candidatarem aos postos com que S. Maj. os quer honrar.

Manifesta, então, seu descontentamento em virtude da ridicularia, e acrescenta que os **moradores se fazem bem indignos...** indignos certamente da atenção de El-Rei.

Mais tarde apresenta relação de pessoas que julga as mais capazes para o preenchimento das patentes de capitão para baixo, mas escrupuliza em não esclarecer que não são as que desejava, **pois só são próprias para vaqueiros que é o exercício ordinário destes sertanejos.**

A cavalaria constava de 10 companhias de 60 praças cada uma, com efetivo de 600 praças, inclusive os oficiais, enquanto as ordenanças compunham-se de 5 batalhões e duas companhias, com efetivo de 1574, num total de 2174, entre cavalarianos e infantes (CABACap. L. 2. 1.º P. 22v a 24).¹⁴

A princípio, o Piauí foi policiado por dragões vindos do Maranhão. Mas logo em seguida, teve companhia dessa tropa de escol, formada na própria Capitania, sob o comando de Clemente Pereira, militar que prestaria, então, relevantes serviços na fase de organização política e administrativa.

Para constituir as companhias com separação sob o ponto de vista étnico, norma, então, adotada, encontrou João Pereira Caldas os maiores obstáculos. O grupo de pretos livres era extremamente pequeno; assim também o dos brancos, embora um pouco mais volumoso. Não se refere a mamelucos, certamente incluídos entre os brancos, como geralmente se fazia no período colonial. Os mulatos formam o grosso da população, e entre eles muitos se têm na melhor reputação.

"Demais, neste sertão, por costume antiquíssimo, a mesma estimação têm brancos, **mulatos** e pretos, e todos, uns e outros, se tratam com a recíproca igualdade, sendo rara a pessoa que se separa deste ridículo sistema, porque se seguirem o contrário, expõem as suas vidas". Já no fim do século dizia um governador que "esses povos são inteiramente diferentes dos da Europa, e mesmo dos de toda a América; não há uma só pessoa desde o Porteiro ao Senhor de Fazenda ou Roça que se não julgue nobre e fidalgo e que não pense pode fazer quanto quiser, reputando crime de morte logo que se lhe faltou a menor das suas vontades..." (CABACap. L. 18. 25).¹⁵

Assim não pôde haver o que hoje chamamos discriminação racial. As tropas foram organizadas sem distinção de cor.

Era ainda uma consequência do regime de vida dos criatórios. Não havia patrão; não havia senhor, senão para o escravo. O vaqueiro não era um empregado propriamente. Era um sócio do dono da fazenda, e dentro em pouco seria também dono de fazenda. Tinha direito a um quarto das crias que acrescentasse ao rebanho. Não havia o direito de escolha; era o sorteio, modalidade de eleição, que determinava qual a cria que lhe pertencia das quatro que se sorteavam.

No vaquejo cotidiano era um solitário. Era quem determinava quando sair, o roteiro a seguir, a hora de chegar. A tribo a que pertencia tinha características bem diferentes das tribos agrárias e industriais. Só eventualmente era convocada para uma ação em comum. Até mesmo a vaquejada era movimento ocasional, quando muito, ocorrência anual.

Mais tarde, um capitão-general confessa-se persuadido de que a distinção de brancos e **mulatos** na Capitania era odiosa e aconselha a tolerância na organização das tropas (CABACap. L. 2. 2.º P. 99v a 100).

E foi o que já se fizera.

Em maio de 1761, o Governador visita grande parte da Capitania e toma deliberações que lhe pareceram convenientes ao interesse administrativo. Ao regressar de sua viagem, recebe a **Carta Régia de 19 de junho de 1761** que reitera a autorização anterior para a fundação das vilas, e dá outras determinações. Já vimos o juízo de João Pereira Caldas, bem como o de Gouveia, com referência ao assunto: estavam acordes em que apenas Parnaguá e S. Antônio do Surubim eram freguesias que deveriam ser alçadas àquela hierarquia.

Em virtude da nova carta régia, o Governador volta-se para sua execução. Assim, Mocha seria elevada à categorial de cidade e capital da Capitania, e gozariam foros de vilas as povoações paroquiais.

Os oficiais da câmara de Mocha teriam todos os privilégios e prerrogativas que usufruíam os oficiais da câmara de S. Luís do Maranhão; os oficiais das outras câmaras que se criassem na Capitania, e seus moradores da sede municipal entrariam na posse

de privilégios, prerrogativas, isenções e liberdades que tinham por fim estimular seu crescimento.

Eram peremptórias as ordens emanadas da Corte, e o Governador e ministros dão início aos preparativos para sua efetivação.

Antes, porém, Pereira Caldas resolveu dar à Capitania o nome de S. José do Piauí, e a Mocha, o de Oeiras do Piauí, rendendo homenagem dessa forma a D. José, rei de Portugal, e a seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, já então, Conde de Oeiras, e mais tarde, Marquês de Pombal (CABACap. L.3. 34 a 35).

Preparam-se materiais de expediente das diferentes câmaras, e determina-se que se incorpore ao séquito governamental a companhia de dragões, sob o comando de Clemente Pereira.

Foram aprestados 200 cavalos para a condução do pessoal e matalotagem de tão numerosa comitiva (CABACap. L. 1.32. 39 a 40. 42a 43. 47. 50. L. 3 56v).

Logo após o inverno de 1762, apressam-se os preparativos e, tudo pronto, procura a cavalgata governamental a bacia do Gurguéia onde, a umas 120 léguas de Oeiras, estava a povoação de Parnaguá, também sede de freguesia, que a 3 de junho de 1762 seria erigida em vila com o nome de N. S. do Livramento de Parnaguá.

Antes do ato solene da instalação, havia mostra das tropas da freguesia. Cavalarianos e infantes, recrutados na população masculina, de 12 a 70 anos, dispersos em dezenas de milhares de quilômetros quadrados, formariam em frente da casa em que se hospedava o Governador, que passaria em revista as forças. Essa formatura militar fez-se então por todas as freguesias, com finalidade de mais solenizar a fundação das vilas como ainda para disciplinar e adestrar os bisonhos soldados da Capitania.

Após a solenidade, o Governador oficiou ao Ouvidor Geral para proceder à eleição das Justiças, isto é, da Câmara Municipal que deveria governar pelo tempo de três anos, conforme o disposto na **Ordenação do Reino e na Carta Régia de 19 de junho de 1761**, e que teria um patrimônio duma légua quadrada, que competia ao Provedor da Fazenda Real demarcar, tendo como base a igreja paroquial.

O Governador poderia conceder sesmarias na circunferência de seis léguas ao redor da vila, para facilitar ainda os recursos dos moradores (CABACap. L. 3.75 e segs. L.19.32v a 34).

Perlongando as margens do Paraim, a comitiva do Governador procurou nova freguesia, a do Gurguéia, no curso inferior do rio que lhe transmitiu o nome, e a poucas léguas da confluência com o Parnaíba. A 22 de junho há a instalação de Jerumenha, nova vila, na sede da paróquia que se presume fora primitivamente o Arraial dos Ávilas.

Concluída a fundação das vilas no sul da Capitania, regressa João Pereira Caldas a Oeiras, donde prossegue na sua jornada para a região do Norte, onde cria Campo Maior, na sede da Freguesia de S. Antônio do Surubim, na bacia do Longá, a 8 de agosto, e a 18 deste mesmo mês instala, na igreja matriz de Piracuruca, S. João da Parnaíba que teria, como sede, Testa Branca, uma légua distante da atual cidade da Parnaíba. (CABACAP. L. 3. 78v a 79).

Poucos dias depois estaria nas proximidades do delta, a tomar as deliberações precisas para o funcionamento do conselho municipal. Como, porém, Testa Branca tinha apenas 4 casas, o Governador autorizou que provisoriamente se levantasse o pelourinho, símbolo da autoridade, no Porto das Barcas, então, "feitoria com estabelecimento de **charqueadas**, cujos produtos exportam-se para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, deixando grande interesse às rendas públicas, pelo movimento comercial que resultava de semelhante indústria; com uma população crescente e ativa, casas e armazéns e uma pequena ermida fundada pelos habitantes da localidade".

"Começou então a afluir para o Porto das Barcas novos povoadores e a aumentar-se a sua edificação, ao passo que na Testa Branca não se havia construído uma só casa, apesar de muitas pessoas se haver oferecido e comprometido mesmo para isso".

Logo após a fundação da vila, já era o porto visitado anualmente por mais de dez embarcações que compravam carnes e couros de doze a treze mil bois que se carneavam em suas oficinas. Em 1770 foi oficialmente fixado o Porto das Barcas como sede municipal. Nesse ano, segundo o autor do **Roteiro do Maranhão a Goiás**, já eram 16 a 17 os navios que buscavam suas carnes e courama (CABACap. L. 3. 162v a 163).¹⁶

Resolvera o Governador, quando na fundação, que os donativos que as referidas embarcações pagavam ao senhorio das terras, no valor de 14\$000 cada uma, fossem pagos à Câmara

Municipal para obras públicas e despesas do Conselho. Foi a única vila criada que teve imediatamente uma fonte orçamentária de renda efetiva (CABACap. L. 3. 53).

Fundada Parnaíba, o séquito governamental regressa a Campo Maior, donde busca a Freguesia de N. S. do Desterro do Poti, ou do Rancho do Pato, como também era conhecida, e onde, no lugar de sua paróquia, no rio Cais, afluente do Poti, erige a vila de Marvão do Piauí, a 13 de setembro. Finalmente instala na Freguesia de N. S. da Conceição dos Aroás, no dia 20 do mesmo mês, ainda na bacia do Poti, a vila de Valença do Piauí, no local em que possivelmente fora assentado o Arraial dos Paulistas, a poucas léguas da aldeia dos índios que deram nome à freguesia.

Quatro dias após, já estava o Governador com sua comitiva em Oeiras, quando lavra o Bando erigindo em cidade e capital do Piauí, a vila que já vinha servindo de sede de governo.

Assim deu cumprimento à **Carta Régia de 19 de Junho de 1761**, ficando apenas a aldeia dos **Jaicós**, que não recebeu os favores concedidos às outras freguesias porque andavam seus índios sempre dispersos.

Muitos fazendeiros comprometeram-se a fazer casas nas sedes municipais. Apenas alguns satisfizeram o compromisso assumido. No mesmo ano de fundação, procedeu ao arrolamento da população e das fazendas de gados da Capitania. Vejamos a distribuição nos diferentes municípios:

	SEDE			INTERIOR		
	Fogos	Livre	Escravos	Fogos	Livre	Escravos
Oeiras	270	655	465	324	1411	1084
Valença	39	121	33	266	751	578
Marvão	19	56	9	176	715	279
Campo Maior	31	128	34	276	1120	585
Parnaíba	4	8	11	330	1747	602
Jerumenha	16	71	28	77	300	298
Parnaguá	34	37	60	130	229	576
Total		1076	642		6273	4002

Em Oeiras há ainda a aldeia dos **Jaicós** com 354 índios, e a de S. João de Sende, aldeamento dos **Gueguês**, com 337. O Piauí tinha, então, 536 fazendas, enquanto os currais de Pernambuco (inclusive Ceará, Rio Grande, Paraíba), a que pertencia, já se elevavam a duas mil, conforme **Consulta de 2 de Dezembro de 1756**, do Conselho Ultramarino. Isso patenteia a significação da pecuária do Piauí naquela época. Eram da Bahia os currais da margem direita do S. Francisco, segundo critério de Antonil.

Com a criação da companhia de dragões, e a administração das fazendas deixadas por Mafrense, com centenas de escravos, surgiu a necessidade da criação dum hospital. Foi logo estabelecido. Teria vida perra e mofina por dilatado tempo. Foi seu administrador um cabo, e seu enfermeiro, um soldado, todos dragões. Dois índios seriam os serventes. Interessante dieta: a três quartos de galinha, ou duas libras de carne fresca, ou uma e meia de carne seca, conforme prescrição do cirurgião, teria direito o doente. Vem longa e minuciosa instrução, ou melhor, um regulamento (CABACap. L. 1. 59 e segs. L. 3. 78v e segs.).¹⁷

Chegam notícias da guerra de Portugal contra a França e Espanha.

O Governador autoriza João do Rego Castelo Branco a ocupar o delta do Parnaíba a fim de defender a Capitania de possível ataque. Deveria partir imediatamente, levando pólvora e também munições de guerra e, em Campo Maior e Piracuruca, agregar a suas forças oficiais e soldados da Cavalaria Auxiliar e Ordenanças, e prosseguir até S. João da Parnaíba onde mais reforços receberia. Levantaria seus bivaques nas praias da Ilha Grande, donde faria o policiamento das duas barras que dão acesso ao interior. Se houvesse necessidade de mais tropas auxiliares, que recorresse a Piracuruca, Campo Maior e Ibiapaba.

Em pouco, João do Rego estaria em seu posto, a sustentar a soldadesca com peixes e mariscos, e ainda gados dos herdeiros de José de Abreu Bacelar, conforme instruções governamentais (CABACap. L. 3. 85 a 86).¹⁸

Em fevereiro de 1763, Portugal e Espanha firmam tratado de paz. Assim, a ocupação militar do delta foi de curta duração.

As tropas comeram apenas 47 bois e 25 vacas dos herdeiros de Bacelar, cujos rebanhos povoavam a Ilha Grande (CABACap. L. 3. 124v).

Era finda a missão de João do Rego no Baixo Parnaíba. Sua função histórica seria mesmo nos **agrestes e caatingas**, no **preamento** do índio.

João Pereira Caldas, desde que chegou ao Piauí, demonstrou grande interesse na perseguição do indígena. Isso ficou esclarecido em seu primeiro ofício, de 30 de setembro, ao Capitão-General do Estado. Nesse documento elogia Francisco Marcelino de Gouveia porque deu sossego à Capitania fazendo prender os facinorosos, e impondo respeito à lei. Mas acrescenta que "essa tranquilidade se não entende pelo que toca aos contínuos insultos com que algumas nações de gentios afligem incessantemente uma grande parte desta consternada Capitania, assaltando várias fazendas, escalando as casas delas, e matando toda a gente que encontram, desordem que me é impossível evitar, principalmente não tendo ordem de S. Majestade para fazer guerra a esses bárbaros, e ainda que creio me virá na próxima frota, não a poderei executar sem o necessário concurso dos índios da Serra de Ibiapaba, compreendendo muito bem que sem eles é tudo frustrado."

E desde então não perderia oportunidade de fazer sentir em sua correspondência a necessidade duma guerra ofensiva contra os índios (CABACap. L. 2. 1º. P. 2 a 3).

Acontece, porém, que a Capitania não dispunha de recursos militares, e só mui tardiamente veio autorização para o empreendimento da campanha, quando quefazeres importantes obstavam diversão de atividades.

Assim, os cinco primeiros anos de seu Governo foram dedicados à organização das forças, fundação das vilas e administração das fazendas que foram de Mafrense.

Durante esse longo período não se registram incursões de índios nos currais piauienses. Isso prova a desnecessidade duma guerra contra o aborígene que pacificamente procurava agregar-se aos núcleos coloniais.

Vimos que um pouco antes da instalação do Governo da Capitania os **Aranhis** voluntariamente se aldearam em S. Félix da Boa Vista, na confluência do rio Balsas com o Parnaíba,¹ donde iriam prestar serviços à obra de colonização. E um pouco mais tarde, os **Amanajós**, em número de mais de cento e cinquenta, espontaneamente buscam Pastos Bons, com o desígnio de viver em paz no **grêmio da Igreja**. E, como o Governo do Maranhão, em virtude da distância, não podia socorrê-los, João Pereira Caldas autoriza que lhes sejam dadas ferramentas, e justifica sua ordem, ao esclarecer que era essa **a vontade da Reliogíssima Piedade de S. Majestade** (CABACap. L. 1. 88. 89).

A renitência do Governador em promover a guerra contra os indígenas só encontra motivação na influência exercida no jovem administrador, pela política do Maranhão, que sempre estimulou o **descimento** como recurso de mão-de-obra para as fontes econômicas da região. E era mesmo oportunidade para o novel estadista ensaiar seus dotes para feitos mais altaneiros. E assim parece, porque as levas de prisioneiros da primeira campanha, como veremos em pouco, não ficavam no Piauí; transitavam por Oeiras para a capital do Maranhão, capitania onde, dum modo geral, se desenrolaria toda a ação militar. E João Pereira Caldas cooperava ainda sob o ponto de vista administrativo. É assim que manda fornecer ferramentas não apenas aos **Amanajós**, como ainda à Aldeia de S. Bento (Maranhão), cujos componentes ameaçavam desertar, o que muito preocupava Oeiras. Contudo, dum modo geral, pode-se afirmar que a campanha não interessava ao Piauí (CABACap. L. 3. 3v a 6v).

Os **Timbiras**, **Gueguês** e **Acoroás** eram índios de corso que por vezes excursionavam ao Piauí. Em começo de inverno, os **Acoroás** habitualmente iam até as proximidades de Parnaguá. Esses indígenas tinham seu domicílio no Tocantins, donde, aproveitando o período de mais abundância em frutos, especialmente cajus, buriti, pequis, puçás, arazás, vinham até a bacia oriental do Parnaíba. Não é duvidoso que nessas andanças houvesse alguma depredação, como posteriormente foram registradas. Mas no longo período a que nos referimos não vimos informações a respeito do assunto, senão quando tem início a campanha e provavelmente como represália (CABACap. L. 4. 175v a 178).

Vem enfim ordem para a guerra contra os **Timbiras**, e posteriormente contra **Gueguês** e **Acoroás** que ocupavam o extremo sul do Maranhão, a cujo Governo pede João Pereira Caldas auxílios de gente e material, em virtude de **ser a utilidade da dita guerra comum a estas duas capitanias**, e pede ainda ordens precisas e também licença para por aquela parte de seu Governo mandar atacar os inimigos, pois que todos têm nele o seu principal domicílio. E adianta ainda que as despesas serão pagas pelo produto das presas que, segundo as reais ordens, não de ficar escravas por toda a vida. (CABACap. L. 1. 30. a 30v. L. 3. 46 a 46v).¹⁹

O Piauí, cuja riqueza era a pecuária, não precisava desses escravos, que seriam úteis, entretanto, na capitania vizinha.

Em fins de 1763, começam as disposições para a campanha, quando se elaboram meticulosas instruções, a que deveriam obedecer os chefes militares.³⁸ Prosseguem os preparativos por todo o inverno, quando se tomam providências referentes a munições, víveres, medicamentos, aprestos de cavalaria para condução (CABACap. L. 1. 100 a 113. L. 3 125. 133. 134. 136. 137 a 141).

A tropa que tinha como capelão Frei José Antônio de Freitas compor-se-ia de 150 homens duma coluna que deveria penetrar no Maranhão pela foz do Gurguéia, donde buscaria o rio Balsas, e doutra coluna que viria de Parnaguá, pelo Uruçuí, e deveria agir mais para o Sul, à procura do domicílio dos **Acoroás**.

O grosso da força seguiria a pé. Vindos de sua aldeia, co-participaram muitos **Anapurus**, e também índios que ocupavam o Arraial de S. Félix.

A expedição que viria pelo Gurguéia teria que fundar na foz desse rio um arraial militar, donde lançaria escoltas contra os **Gueguês** e os **Timbiras** dos sertões de Pastos Bons, e estenderia suas incursões ao longo do rio Balsas, em contatos com a coluna de Parnaguá que castigaria os **Acoroás**.

Todas as vilas foram compelidas a contribuir com mantimentos e gente (CABACap. L. 3. 151 a 154).

Em princípio de abril de 1764, de Oeiras, em dias consecutivos, saíram várias partidas de combatentes que se concentram na foz do Gurguéia, sob o comando de João do Rego Castelo Branco.

A expedição de Parnaguá deveria marchar sob o comando do Cap. Manuel de Barros e Rego, a qual, entretanto, não chegou a entrar em ação. De Parnaguá não compareceu nenhum soldado. (CABACap. L. 3. 134. L. 4. 3v).¹¹

Logo ao sair de Oeiras, João do Rego, no Baixo Gurguéia, nas proximidades da confluência desse rio com o Parnaíba, tem o primeiro contato com os **Gueguês** que haviam entrado em atrito com o fazendeiro Antônio de Siqueira Barros, resultando do incidente saírem feridos vários escravos.

Os **Gueguês** refluem ao Maranhão, onde vai atacá-los o cabo piauiense, já em terras dos **Timbiras**.

Apoiado no Arraial que fundou, inicia suas batidas contra os inimigos.

Com os primeiros dias de agosto começam a chegar a Oeiras levas de prisioneiros que eram logo remetidos para S. Luís, ficando no Piauí apenas as crianças que eram distribuídas entre os moradores da Capitania.

Antecedeu a todos o Ten. João Rodrigues Bezerra, com 143 presas combalidas de cansaço e fome, prestes a morrer, e João Pereira Caldas diria a João do Rego **que foram os que unicamente escaparam do maior número com que Vmcê o expediu**.

Novos grupos chegaram a Oeiras, desfalcados pela desídia e impiedade dos **predadores**. Ao todo, uns trezentos e cinquenta prisioneiros, excedendo de muito o número dos mortos. No primeiro recontro, aprisionaram 183 pessoas, e deixaram-se **quatrocentos mortos e feridos que ficaram no campo por aqueles matos** (CABACap. L. 2. 2.º P. 16. 17. L. 4. 2.).

As chuvas começaram a cair no mês de outubro, quando então tinha princípio o inverno. Regressa a Oeiras João do Rego.

Os **Gueguês**, massacrados em suas próprias tabas, **respirando com dobradas forças e maior ousadia**, informa a Câmara de Jerumenha, em represália assaltam as fazendas do município, queimam, depredam e matam por toda parte, deixando a desolação em Castelo, S. Lourenço, Golfos, S. Francisco, Morros e, enfim, Carnaíba a apenas 4 léguas da sede municipal (CABACap. L. 4. 16).

Iniciam-se novos preparativos para a próxima campanha. Pequena maloca de **Caiscaís** atemorizados espontaneamente se apresenta às autoridades, e João Pereira Caldas autoriza que lhe seja dado o sustento até seu estabelecimento. Pouco depois são levados seus componentes para Aldeias Altas, donde prosseguem viagem até S. Luís (CABACap. L. 1. 156. a 157. 159 a 162v. 173).

Novas instruções são baixadas para a campanha futura, e Pereira Caldas **apostolicamente** recomenda ao chefe militar **a caridade com que se devem tratar todos os prisioneiros que se fizerem e igualmente a eficácia com que deve evitar as desumanidades que ordinariamente costuma praticar a nossa gente matando habitualmente muitos daqueles miseráveis sem lhe fazerem resistência e a tempo que se podem amarrar para os conduzirem ao grêmio da Igreja e se aproveitarem assim aquelas desgraçadas almas**. (CABACap. L. 4. 21. 27v).

Com os primeiros dias de abril, João do Rego partiu para Parnaguá, onde deveria receber reforços e donde buscaria o Maranhão a fim de empreender a segunda **entrada** contra os **Gueguês**. Ainda dessa vez, Parnaguá foge aos compromissos assumidos. Era esse o comportamento de todos os municípios que certamente desaprovavam aquela guerra. O Governo apelidou essa atitude de frouxidão dos habitantes e aplicou medidas punitivas contra os que se negassem a cooperar na ação militar. Em verdade, o movimento só interessava ao Governador e a João do Rego. Ao resto, era consideravelmente oneroso (CABACap. L. 4. 26. 26v. 28. 20. 39).

Dessa forma, a expedição não teve o aparato da anterior. foram menos numerosos seus combatentes, e até mesmo menos apetrachados não só de munições, como ainda de cavalaria e mantimentos. O capelão recusou acompanhá-la (CABACap. L. 4. 26v a 27).

Dessa vez, João do Rego vai manter contato com os **Gueguês** na margem ocidental do Uruçuí. Não houve choques de armas. Foi um entendimento amistoso, embora cauteloso, e de que resultou a troca de prisioneiros. Pleiteavam os **Gueguês** que lhes fossem prestados auxílios na guerra contra os **Acoroás**.

Quatro chefes vão então a Oeiras, em companhia do Ten. João Rodrigues Bezerra, para ajustar a paz com o Governador, que acorda em tudo, menos em promover a guerra imediata aos

Acoroás. Ficou assentado que desceriam ainda com tempo de fazer suas roças que, conforme foi estabelecido, seriam na Barra do Poti, às margens do Parnaíba, onde as terras eram excelentes e havia fartura de caça e peixe. Vinham cooperando com João do Rego dois índios ladinos, Manuel Matos e Braz Ferreira, que serviam de mediadores (CABACap. L. 1. 178 a 179. L. 2. 1.ª P. 19 a 20v. L. 4. 32 a 33. 34v a 36).

Não temos informações seguras, mas presumimos que os aborígenes já tinham no Uruçuí sua aldeia como resultado dos entendimentos mantidos pelos intermediários que serviam de instrumentos para a aproximação.

Com os primeiros dias de novembro de 1765 chegam a Oeiras cerca de 400 **Gueguês**. Deliberam, então, localizá-los em S. João de Sende oito léguas ao norte de Oeiras, o que ocorreria dentro em poucos dias, abandonando-se a idéia de fundar o aldeamento às margens do Parnaíba (CABACap. L. 1. 186a 186v. L. 4. 44 a 44v).

Esse rio ainda não atraía os moradores da Capitania, nem tão pouco era via de comunicação. Pouca influência exercia no comércio da região que era representado quase exclusivamente pelo comércio de **gados e escravos que são os que mas longas caminhadas sentem todo o peso dos seus corpos**, ao perlongar as extensas estradas através dos chapadões desertos.

O gado vacuum e o cavalar dia a dia se depreciam, como consequência da expansão da pecuária. Contudo, a ilha de Marajó, apesar de seus grandes rebanhos já não pode suprir as necessidades do Pará que, segundo o autor do **Roteiro**, em menos de dezesseis anos tem dobrado o consumo de carne (**Roteiro**. 100).

Não havia, então, meio para solucionar o problema de abastecimento, sem apelar-se para o Maranhão e Piauí. A situação do Maranhão era bem parecida com a do Pará. E seu mercado dependia, em grande parte, dos campos piauienses.

Desde 1768 se agravara a situação, a exigir uma providência dos poderes públicos. O Governador do Pará, D. Fernando da Costa de Ataíde Teive, em carta de 16 de abril de 1768, entra em entendimentos com o Governador do Piauí em busca duma solução.

Belém já consumia anualmente de 28.000 a 30.000 bois. Propõe-se Teive a abrir uma estrada que ligaria as duas capitanias de modo a permitir a condução por terra do gado necessário ao suprimento da Capital do Estado (P. Costa **Cron.** 85. **Roteiro.** § 131 e nota).

João Pereira Caldas expõe-lhe como era feito o comércio de gados do Piauí. Parnaguá anda enviava os seus para as Minas Gerais, "mas como ali são contínuos os enganos e calotes, se fazem também já seguir para a Bahia". Nessa praça, ou melhor, em Capuame, eram vendidos os que saíam da bacia do Canindé, e inclusivamente os das fazendas que foram de Domingos Afonso Sertão. Gastavam de 30 a 40 dias para alcançar a feira. Viajavam geralmente no inverno, mas em certas regiões da Capitania, no período que vai de fevereiro a agosto. Em Capuame, o boi era vendido, então, a quatro mil e tantos réis, "e às vezes, a cinco e a seis mil réis, e os de corpos mais pequenos e de pastos agrestes se vendem semelhantemente de dois mil e trezentos a três mil e duzentos..." "...a reputação dos gados está por esta parte em grande decadência, a respeito do seu antigo valor".

As perdas nas travessias dos chapadões que separam o Parnaíba do S. Francisco, eram elevadíssimas, e continuavam até Capuame. Martius chegou a avaliá-las em 50% das reses que se conduziam. E as que sobravam eram cansadas, magras, de baixo valor.

Os gados do Longá, Piracuruca e partes mesmo de Valença encaminham-se para o porto de Parnaíba, "sem perdas e com grandíssima facilidade, reputando-se ali cada boi de dois mil réis até dois mil e duzentos. Os de Marvão são vendidos no Ceará, nos portos de Camocim e Aracati, à razão de três mil réis e três mil e tantos".

Apesar da boa vontade de João Pereira Caldas, as dificuldades a superar seriam tamanhas que Teive, depois de iniciada a estrada, desiste de seu projeto.

Pará receberia o auxílio do Piauí, por via marítima, já no Governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, com a intervenção de João Paulo Diniz, negociante e industrial de Parnaíba, que era, ao mesmo tempo, fazendeiro também no Maranhão, em Pastos Bons.²⁰

Com o **aldeamento** dos **Gueguês**, em S. João de Sendé, confiados a João do Rego e a um padre franciscano, as incursões indígenas não mais preocupavam Pereira Caldas. Em 1767, fala-se ainda numa **entrada** contra os **Timbiras** em Pastos Bons, porém não teve execução (CABACap. L. 4. 96. 97. 114v).

O que mais o preocupava nessa época era a remessa de 75 homens para a fundação da fortaleza de Macapá, no Amazonas. A Capitania dispunha de pequena população, e empreendimentos dessa natureza viriam prejudicar a normalização de sua vida já tão precária de valores humanos (CABACap. L. 2. 1.º P. 26 a 28).

Autoriza o Governador que se reúnam aos **Gueguês** os **Aroás** dispersos pelas fazendas, e trata de criar escolas nas duas aldeias existentes na Capitania, a de S. João de Sendé, e a de Cajueiro que abrigava os **Jaicós** (CABACap. L. 4. 77).²¹

Essa iniciativa representava uma ficção, pois, nessa época, a Metrópole ressentia-se da falta de professores, e sua população não tem escolas, e assim também nenhuma vila do Piauí, nem mesmo sua Capital.

Em pouco, as crianças indígenas de ambos os sexos, como testemunhamos com os primeiros **Gueguês**, foram espalhadas pelas casas de famílias com o propósito de que viessem a aprender ofícios e serviços domésticos. Vimos a saber que mais tarde viviam em estado de miserabilidade junto a seus responsáveis que nem mesmo roupa lhes davam (CABACap. L. 2. 2.º P. 101).

A instituição das escolas serviria de instrumento de propaganda do vaidoso Pombal. Jamais qualquer escola serviu àqueles índios que continuariam mergulhados no analfabetismo como o povo português do século XVIII.

A Pereira Caldas sucede Gonçalo Lourenço Botelho de Castro que tomaria posse a 3 de agosto de 1769. Como seu sucessor, era militar. Conforme dissemos, em seu Governo iria o Pará receber auxílio do Piauí na solução do abastecimento de carne à cidade de Belém, graças à iniciativa particular de audacioso industrial que se converteu ainda em pioneiro da integração do rio Parnaíba na economia piauiense. Infelizmente não teve continuadores o empreendimento.

Em 1770, João Paulo Diniz, a oitenta léguas da foz do Parnaíba, levanta oficinas de carnes secas que, em barcos, transportaria pelo mesmo rio para o Porto das Barcas, donde as conduz, por via

marítima, em duas sumacas, para Belém. Funda ainda oficinas na foz, do Rio Balsas (**Roteiro**. 138, 139). Esse comércio para Belém já era feito, em pequena escala, em canoas, por aqueles que traziam em troca de seu produto a salsa que, em contrabando permutavam na Bahia, por fazendas, o que veremos em pouco.

Os obstáculos encontrados por João Paulo foram múltiplos por toda parte e partiram até mesmo dos poderes públicos, em Parnaíba.

Estava, entretanto, a serviço do Governo do Pará, o que se deduz do trecho duma carta de Teive, ao Governador do Piauí, já então, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro: "Um dos homens de negócio da Parnaíba, chamado João Paulo Diniz, veio aqui trazer duas sumacas de carne seca para a Fazenda Real, tendo-se-lhe este transporte o ano próximo passado. E havendo na referida Vila alguma implicância como ele me informa, sucedeu duvidarem-lhe um piloto, que necessitava, para dar rumo a uma das embarcações, o qual com efeito recebeu a bordo dela, não obstante os embaraços que achou. Agora, porém, receia que na mesma Vila lhe façam alguma alcavala, de que saia prejudicado. E para evitar qualquer acontecimento contrário ao giro de seu negócio, passará V. Sa. as ordens que forem conducentes a este fim, visto andar o dito homem em serviço de S. Majestade e de tanta ponderação, que dele se deveu muita parte desta navegação até o presente ignorada".

Como se vê, João Paulo revelara-se homem enérgico, capaz de empreendimentos arrojados e chegou a fazer comércio de carnes secas em portos como Bahia e Rio de Janeiro. A navegação até o presente ignorada a que se refere o documento, era navegação costeira em barcos mais pesados do que canoas, como sumacas (**Roteiro**, 64).

Não é duvidoso que tenha sido ele, ou suas atividades que induziram Domingos Dias da Silva a estabelecer-se no Piauí.

Botelho de Castro, ao receber notícias de Parnaíba, que lhe eram dadas pelo Juiz Ordinário daquela Vila, escreveu a essa autoridade: "Entre as novidades que me refere o Diário de Vmcê do mês de março, veio dizer-me que no dia 28 do dito mês chegava a essa Vila João Paulo Diniz no seu barco vindo do Maranhão com toda a sua família, e que no mesmo também viera um homem, cujo nome ignorava com mulher e filhos para na dita Vila se estabelecer".

Não seria, porventura, Domingos Dias da Silva que tanto houvera despertado a atenção do Governador? Não encontramos nenhum documento que elucidasse o assunto. Mas aquele passadinho que viera acompanhado da família na sumaca de João Paulo Diniz, bem poderia ser o homem que em pouco se tornaria o maior industrial da terra. Chegou a Parnaíba a 28 de Março de 1772.

João Paulo Diniz precedeu Domingos Dias da Silva na exploração do comércio de carnes em grande escala no Piauí, e sua ação foi mais notável. Com referência a ele temos, como vimos, documentos de 1770 que o dão a explorar esse ramo de comércio até mesmo nas praças do Sul. Com referência ao segundo, temos documento que foi escrito em 1877 e baseado na tradição oral que se vinha repetindo há quase um século, que o dá a explorar esse ramo de comércio, no Piauí, a partir de 1768 (Pereira da Costa, **Cronologia**, p. 100). Encontramos vários documentos referentes a suas atividades a partir de 1773. Cremos se estivesse no Piauí em 1770, teria concorrido no fornecimento de carne ao Pará. Sua ascendência histórica sobre João Paulo tem origem no acúmulo de grandes bens, na importância política que viriam usufruir seus filhos, numa descendência que se vinculou a importantes famílias da região. Sua ação foi mais duradoura.

Também merece discussão a tal história que, baseada no mesmo documento de origem na tradição oral, vem-se repetindo que a indústria de **charques** nos veio do Rio Grande do Sul, por intermédio de Domingos Dias da Silva. Um autor riograndense do sul (Fernando Osório – **A Cidade de Pelotas**, nos faz saber que foi um cearense que em 1780 introduziu a indústria saladeril no Rio Grande do Sul, ao fundar a primeira **charqueada** de Pelotas. Assim, o Piauí precedeu o Rio Grande do Sul (Pedro Calmon. Hist. T. III. 368, 369).

João Paulo ganhara prestígio junto às autoridades em Belém. A Companhia Geral de Comércio Grão Pará e Maranhão, que tanto contribuíra para o erguimento do Pará e Maranhão, pouco fizera pelo Piauí, cujo porto, Parnaíba, tornara-se um centro de contrabandos. Introduziam-se por essa Vila que se abrigava quase na curta orla marítima em que se distribuem as agrestes ilhas do delta parnaibano, tecidos adquiridos na Bahia, no Rio, em troca da salsa que compravam seus negociantes em Belém com a venda de carnes secas, comércio que desde muito se vinha fazendo para o Norte, em canoas (**Roteiro** § 131 e nota).

A fim de obstar esse comércio que feria os interesses da Companhia e os direitos da Fazenda Real, os administradores da Companhia entram em entendimentos para fundar na referida Vila da Parnaíba, “uma feitoria a qual possa fornecer de todos os gêneros gastáveis nesses distritos e deles extrair como melhor lhe parecer os gêneros que a terra produzir...”

A iniciativa dessa medida tem origem poucos dias depois que o Capitão-General do Estado escrevera recomendando João Paulo Diniz ao Governador da Capitania do Piauí, a fim de ampará-lo se porventura lhe fosse cobrado injustamente algum imposto.

Estabelecida a feitoria, foi João Paulo Diniz escolhido como um de seus administradores, e mais tarde co-participaria do Governo da Capitania, na qualidade de membro da Junta Governativa.

Poucos benefícios experimentou o Piauí com aquela medida, e mesmo estava a expirar o prazo do contrato da Companhia Geral do Comércio.

O Governador da Capitania informa, pouco depois, que a agricultura e o comércio continuam como no tempo de Caldas, excetuando Parnaíba, estimulada pela referida Companhia. A sede da Vila já se achava no Porto das Barcas, deliberação a que foi levado Botelho pelas instâncias dos moradores. A Vila preparava-se para fazer a cadeia e a casa da Câmara com o rendimento dos barcos que lhe foi atribuído no tempo da fundação. Havia também o correio, estabelecido por Botelho em duas linhas que trafegavam mensalmente: uma, partindo de Parnaguá, vinha a Oeiras, passando por Jerumenha; outra, saindo de Parnaíba chegava a Oeiras, transitando por Campo Maior, Marvão e Valença. Assim prendiam-se à Capital todas as vilas fundadas por João Pereira Caldas. Esses correios levavam ao Governador um **Diário** que registrava os fatos mais importantes ocorridos em cada vila no decorrer do mês a que se referia. Afora Parnaíba, as outras vilas não têm cadeia, e também não têm habitantes. A respeito desse aspecto, informa Botelho que não é “possível reduzir seus moradores a virem assistir nelas, fazendo para isso moradas próprias pois absolutamente dizem que lhes é impossível viver fora de suas fazendas...”

Quando Gardner passou pelo Piauí em 1839, ainda dizia, referindo-se a Parnaguá, que metade das casas estavam fechadas, pois são dos fazendeiros, que aí só vêm nos dias de festas. Mais tarde, seria o absentismo um dos fatores de maior influência na decadência de nossa pecuária.

Já que nos referimos a Gardner e ele também se referiu ao comércio de gados, assunto que estudamos, registramos que ele informara o Piauí ainda nutria de gados o Maranhão, Pernambuco, Bahia, e, algumas vezes, enviavam-se manadas para Minas Gerais. Para Minas, certamente seria, em 1839, uma ocorrência esporádica. Ele também informa que as fazendas estaduais vendiam anualmente três mil bois (Gardner. **Viagem**. 223, 230).

Apesar de trazer a Companhia à vila da Parnaíba, em 1772, sumacas carregadas de fazendas, e do empenho de João Paulo para despertar a atenção dos habitantes do interior, expedindo para o sertão avisos a fim de que todos chegassem a tempo de achar farto sortimento, pouca gente demonstrou interesse. Mesmo o inverno não havia sido bom e havia falta de dinheiro.

Também contribuiu para isso a continuação dos contrabandos. Conjugam esforços o Governo da Capitania e os Administradores da Companhia, para coibir o abuso. Mas era tudo em balde. Durante todo o período colonial, vamos encontrando providências, até mesmo de caráter policial, para obstar a fuga dos negociantes às normas do comércio legal.

Por essa época, já se tentava fazer o comércio direto com Portugal, sem o trânsito obrigatório pelos portos da Colônia, onde houvesse alfândega, a fim de que pagassem impostos as mercadorias que se vendiam. Os administradores da Companhia, de Parnaíba, diziam que tinham "ordem para carregar em direitura para Lisboa os efeitos que aqui apuramos". Mas para o despacho da embarcação com destino a Portugal seria necessário o passaporte das autoridades da Capitania.

Solicitado o passaporte a Botelho de Castro, esse não pôde expedi-lo à falta de pormenores, como o nome da sumaca e de seu capitão. Autoriza, então, a Câmara de Parnaíba a fornecer "as competentes clarezas que tenham vigor e natureza de passaportes nas ocasiões de lho pedirem esses administradores".

A Câmara recusa dar curso ao processo, sob a alegação de faltar capelão a bordo. Volta Botelho a reiterar suas ordens, a instruir como devem proceder.

Estava, entretanto, a expirar o prazo do contrato da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, pelo que pouco fez por esse comércio direto com a Metrópole.

O comércio direto com a Metrópole parece que foi feito também por Domingos Dias da Silva. Conhecemos alguns documentos em torno da licença que lhe foi concedida e a cassação dessa licença, porque Parnaíba não tinha alfândega em que se despachassem as mercadorias que saíam, prejudicando assim a Fazenda Real.

Admitimos a possibilidade de que seus barcos tenham viajado posteriormente para a Europa, em viagem direta, sem o obrigatório trânsito pelas capitâncias que tinham alfândega, porque Simplicio Dias em 1803, quando pede, com outros, a criação da alfândega de Parnaíba, dissera "que não pudera obter do Exmo. Sr. General que se **continuasse** com a navegação da sua sumaca em direitura deste porto para o de Lisboa, como fora concedido a seu falecido Pai..."

Não é duvidoso que haja documentos que elucidem o fato.

A criação da alfândega só mais tarde seria conseguida, após a Independência do Brasil.²²

Botelho de Castro era um fascinado por Pereira Caldas. Ao assumir o Governo, por mais duma vez, afirmou que, em sua administração, tudo faria para imitá-lo (CABACap. L. 22. 1v. 2. 2v).

Logo após sua posse, tribo de índios desconhecidos alarma a ribeira do Piauí, depredando e até mesmo assassinando. A atitude agressiva dos índios, apelidados de **Pimenteiras**, teve caráter de represália. Foi resultado da desfeita que lhe fizeram os moradores ao matarem um de seus cães de caça. Tudo indica que já estavam eles domiciliados em terras que ficavam entre as cabeceiras do Piauí e as do Guruguia, quando ocorrem esses fatos.

Concomitantemente assaltam os **Acoroás** a freguesia de Parnaguá numa de suas costumeiras incursões (CABACap. L. 4. 175 a 178. L. 22. 18. 18v).

Absorvia a atividade de Botelho de Castro o estabelecimento do correio entre as vilas da Capitania, e atraíam ainda sua atenção as iniciativas de João Paulo Diniz, e a organização da Aldeia de S. João de Sendé.

Os atritos com os índios quase sempre tinham aspecto circunstancial e de pouca durabilidade. Protelou-se a ação repressiva contra os mesmos. O Governador expedira, entretanto, para as cabeceiras do Piauí uma escolta de 30 homens com o objetivo de policiar aquela região, e determinou instauração de devassa.

E já no começo da seca de 1771, João do Rego, à frente de 150 homens, sem autorização para guerra ofensiva, perlongava as margens do Parnaíba, em busca do rio Balsas, onde demoravam rebotalhos de **Timbiras** e onde presumia estivessem os **Acoroás**. Pretendia o chefe militar estabelecer seu **presídio na Aldeia Velha donde meteu de paz os Gueguês**. Varou todo o território que ficaria conhecido com o nome de Ilha do Balsas, aprisionou mais de 120 **Timbiras** que enviou a Botelho de Castro e foi parar no Tocantins a farejar os **Acoroás** (CABACap. L. 5. 2v a 3. 20 a 20v. L. 22. 25 25v).

Os **Timbiras** chegam a S. João de Sendé com um desfalque de vinte presas que, por não virem acorrentadas como índios guerreiros, encontraram oportunidade de evadir-se. Isso preocupava Oeiras, e ainda mais a preocupava a fuga dos **Gueguês** que seguiram em companhia de João do Rego e o abandonaram em meio da campanha. Temia-se que viessem buscar as mulheres que ficaram no arraial, e cometessem então distúrbios (CABACap. L. 5. 23 a 30).

João do Rego alcança os **Acoroás**, exerce pressão sobre os mesmos, apreende cerca de 100, e lhes impõe **descimento** de toda a tribo para o mês de abril de 1772 (CABACap. L. 23. 8v a 9).

Logo em seguida envia ao Piauí uma leva dos **Acoroás** apreendidos, dos quais, ao chegarem a Oeiras, retiram-se os menores que se distribuem entre os moradores, e enviam-se para o Maranhão 70 adultos. Como das vezes anteriores, dissociam os filhos dos pais, e dão continuidade à nociva política que sempre tendia a despertar aversão nos indígenas contra os povoadores. Ainda os tratavam como se fossem irracionais, desprovidos de sensibilidade humana (CABACap. L. 5. 34. 34v. 35v. 36).

Veio também até Oeiras um chefe dos **Acoroás** para firmar a paz pactuada com João do Rego (CABACap. L. 32. 38v. 39).

Têm início os preparativos para o **descimento**. Cereais, 40 bois foram contribuições dos fazendeiros e ainda em pleno inverno retoma o chefe militar com forte escolta (CABACap. L. 5. 76v. 77. 120 125v. L. 32. 46v. 47).

No verão de 1772, Bruenque, à frente de seus índios, abandona as terras do Tocantins e é conduzido ao Piauí, satisfazendo o compromisso assumido. No mês de julho, nos subúrbios de Oeiras arranchavam-se quase novecentos **Acoroás**, que em pouco seguiriam para o novo arraial de S. Gonçalo de Amarante que fundariam nas férteis terras das cabeceiras do Mulato, afluente do Parnaíba, a cinco léguas da confluência, distando ainda pouco mais de légua das margens do Canindé (CABACap. L. 22. 35. a 37v. 38 a 38v).

Dentro em pouco reinava a discórdia em S. Gonçalo. E com os primeiros dias de 1773, começam as fugas. Há vigilância assídua, prisões, e, em seguida, deserção total. E desde então, por quase dois anos, foi ação única do Governo a destruição desses índios (CABACap. L. 7. 1. 1v. 5. 10v. 11v. 13).

Não sabemos até quando, mas pelo menos até fim de 1773, Bruenque e outros **Acoroás** continuavam presos em Oeiras e alguns eram ainda mantidos em troncos ou ainda em pesados ferros (CABACap. L. 7. 61).

A perseguição aos fugitivos foi cruelmente dirigida. Diria Botelho de Castro: "...alguns se encontraram, nos quais se aprisionaram vários e se mataram bastantes pela resistência e contumácia em que estavam... restam 202 almas incluídas as que estão espalhadas..." (CABACap. L. 23. 17v).

E noutro documento: "...pegaram-se à força muitos índios e crianças; porém homens de guerra, poucos e a maior parte dos mais pereceram nestes encontros... e me assegura o Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco, que também andou no mato sobre eles, que seriam raros os que escaparam..." (CABACap. L. 23. 27v. 28).

S. Gonçalo acolheu uns mil aborígenes. Por aí se vê, a quanto se elevou o morticínio. Certamente alcançaram o Tocantins alguns índios. Mas não deixaram vestígios de sua passagem em parte alguma. Deveriam ser bem poucos, se escaparam à perseguição.

Daí dizerem os contemporâneos da ocorrência que a carnificina atingiu muitas centenas.²³

Gonçalo Botelho já não governa; governam os interesses de João do Rego, de seus filhos e familiares. Botelho já não quer derramas para a manutenção da luta; afirma que prefere pessoalmente se responsabilizar pelo ônus da campanha, sob o ponto de vista econômico (CABACap. L. 7. 27. 76v).

Refere-se à **horrorosa despesa que já tem feito a Fazenda Real com seus índios...** e em vez de comandar, aconselha **escusemos despende a fazenda de S. Maj. e o trabalho dos moradores com aquilo de que não há de resultar algum proveito** (CABACap. L. 7. 83. 85).

Ao remeter uma leva de **Timbiras** apreendidos por Félix do Rego em terras goianas diz a Joaquim de Melo Póvoa, Governador Geral do Estado do Maranhão e Piauí, criado em 1772: "Eu me conservo com os olhos e sentidos no caminho a ver se chegam alguns correios de V. Exa. que me conduzam alguma boa notícia para o meu regresso (CABACap. L. 7. 102. 102v).

Em pouco chegariam ordens para seu retorno à Metrópole. Convoca a Câmara de Oeiras para reunião preparatória da transferência de poderes, conforme a **Lei de 12 de Dezembro de 1770**, que regulou a sucessão de governos.

Assim, a 2 de janeiro de 1775, toma posse a Junta Trina Governativa (CABACap. L. 7. 113v. 123. L. 22. 54).

NOTAS

¹ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 3. 4.

² COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 54.

³ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 4.

⁴ Idem, idem. Vol. III. 4. 5.

⁵ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 56 a 59.

⁶ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 68 a 69. 69. 69.

⁷ CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Vol. III. 1945. Cap. XVI.

⁸ CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Vol. III. 235. 236.

⁹ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 5 a 6.

¹⁰ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 558. (Vê-se que Serafim Leite encontrou na correspondência dos Governadores, Livro II, Biblioteca e Arquivo Público do Pará, o documento que serve de base ao parágrafo, e também existente na Casa Anísio Brito).

¹¹ LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. V. 559.

¹² LEITE, Serafim. **Hist. da Companhia de Jesus**. Vol. III. 125. Vol. IV. 255. 257 e 368.

¹³ POMBO, Rocha. **História**. Vol. VI. 515.

¹⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 82 a 84.

¹⁵ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 82.

¹⁶ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 71 a 72. 77.

¹⁷ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 75.

¹⁸ A. Freire. **Limites entre**. 73 a 78.

¹⁹ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 75 a 76. 78.

²⁰ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 17 a 18. CABACap. L. II. 1º parte. 30 a 30v. 2º parte. 35 a 35v. 42 a 43. Mártius. **Viagem**. Vol. II. 408.

²¹ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 84. 86.

²² NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 18 a 22. CABACap. Livro 2. II. P. 51 a 51v. 129 a 130. L. 5. 132 e 132v. L. 7. 104. 104v. 105 e 120. L. 17. 1. 1v. 2v a 3. 4. 9. 9v. 28v. 30. 30v. L. 22. 15 17. L. 23. 14 a 20. 71. L. 33. 37. 72v. Caio Prado Júnior. **História Econômica do Brasil**. 1949. George Gardner. Viagem no Brasil. 1942. 240).

²³ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 88 a 92.

Oligarquia indígena contra delegados de el-rei

Pela lei de sucessão, estabelecida no **Alvará de 12 de Dezembro de 1770**, a Junta Trina Governativa compor-se-ia do ouvidor da Comarca do Piauí, do vereador mais velho da Câmara do Senado de Oeiras, e da mais alta patente militar que residisse na Capital (CABACap. L. 18. 8).

E assim foi feito o governo interino que se instalou a 2 de janeiro de 1775 e administrou a Capitania até dezenove de dezembro de 1797, quando toma posse D. João de Amorim Pereira. Isso prova o pouco interesse que o Piauí despertava na Metrópole. Jamais houve oportunidade para nomear-se governador da Capitania. A nomeação de Francisco de Eça de Castro, em 1789, foi frustrada, em virtude de sua morte na Passagem de S. Antônio, vítima de sezões, antes de atingir a bacia oriental do Parnaíba (CABACap. L. 22. 54. L. 18. 7. 16. L. 11. 63).

A primeira junta foi composta pelo Dr. Antônio José de Morais Durão, Tenente-Coronel João do Rego Castelo Branco e Vereador Domingos Bezerra de Macedo, este, substituído no ano imediato por José Esteves Falcão (CABACap. L. 7. 123. 134).

Os membros da Junta Trina substituíam-se de vez em quando, como decorrência do dispositivo legal que instituiu o órgão de governo, deixando-o sujeito a todo instante a modificações eventuais.

Durante esse longo período de mais de 22 anos, a administração pública estagnou-se, e circunscreveu-se, quase exclusivamente, à rotina burocrática. Há farta documentação referente aos aldeamentos indígenas criados pelos dois primeiros governadores, bem como em torno dos Pimenteiras e outras tribos que excursionavam ao Piauí e por vezes depredavam seus currais.

Quase nenhuma medida como estímulo às fontes econômicas da Capitania. Tudo como anteriormente.

Contudo, logo nos primeiros dias, a rotina foi quebrada, certamente por influência do Ouvidor Durão. A junta oficia aos inspetores das fazendas do fisco, determinando que procedessem a um recenseamento dos gados, casas, currais, chiqueiros, oficinas, escravos, e demais cousas. E também autoriza o plantio de algodão e de outras culturas e ainda a seleção de escravos para aprenderem ofícios de carreiro, seleiro, ferreiro (CABACap. L. 7. 124v. 125).

Por intermédio da Câmara de Oeiras constrange os moradores a plantar em suas roças e fazendas a rica malvácea que começava a enriquecer o Maranhão (CABACap. L. 7. 154v. 155. 160v a 161).

Somente em 1795 entra novamente em cogitações a obtenção doutros produtos com o propósito de estimular o comércio exterior. Mas as instruções frisavam: sem indústria e trabalho do homem. Seria a depredação da terra, de sua flora, de seu subsolo. Nesse longo período de 22 anos, ou melhor, ao longo de nossa história, até então, foi tudo o que vimos daquilo que se poderia chamar economia política (CABACap. L. 10. 46. 61).

Deixou-nos a Junta Trina importante documento em que nos põe a par da situação do Piauí em 1775. Após falar perfuntoriamente sobre finanças, fazendas do Real Fisco, faz minucioso relato dos indígenas, especialmente dos índios aldeados. Com referência aos **Jaicós**, diz que "não têm vigário, e há muito tempo, porque se lhes tirou o que tinham para os **Gueguês**. Da mesma forma não têm aumento, porque a sua vida não lhes permite, sendo como são nimamente vadios, preguiçosos e ébrios, sustentando-se do que furtam, como sempre fizeram". Informa que os **Gueguês** não podem ficar em S. João de Sendé, em virtude da infecundidade da terra, mas que o policiamento e a fiscalização aconselharam aí fosse levantada sua aldeia. E ainda sobre estes: "...e os índios morrendo de fome, se faz preciso a mais pronta providência". Acrescenta que vão efetuar sua mudança para Campo Maior, em local que fica à

margem do Poti. Os **Acoroás** estão em boas terras e prometem **duração e aumento**.

Quanto às soldadas que são atribuídas aos índios, julga-as elevadas, e informa que assim ninguém quer seu trabalho.

E continua: "Igualmente devemos noticiar a V. Exa. que das seis vilas desta Capitania criadas no ano de 1762 só a de S. João da Parnaíba, fundada na margem oriental do braço Igarçu, tem tido aumento e o promete cada vez maior não só pelo negócio do porto de mar que se lhe introduziu, senão também pelas fábricas e manufaturas com que se acha: as mais estão no mesmo estado em que se lhes deu aquele nome, conhecendo-se unicamente por vilas em razão de terem Pelourinho, ou um pau cravado na terra a que se deu aquele apelido.

Além de lhes faltar a agricultura, o comércio e as manufaturas (que são sem controvérsia os principais meios por que os povos se engrandecem) por causa dos ruins sítios, em que se estabeleceram, concorre muito para o desamparo em que se acham, não haver nos conselhos renda de qualidade alguma, para se erigirem as oficinas necessárias de casas de câmara, audiência, cadeia, e açougue em cada uma delas, e para se pagarem os competentes ordenados aos oficiais de justiça, de que no maior extremo necessitam, conservando-se nesta forma segundo principiaram com três, cinco e nove moradores que nelas vivem, precisados dos empregos que por força ocupam, mas nisto se verifica também a necessidade que há de se lhes introduzir em todas o apontado contrato das aguardentes a exemplo dessa capitania para terem com que acudir aquelas indispensáveis despesas. A de Campo Maior pede com instância se combatam dois quilombos que há de escravos fugidos na indicada mata do Poti..." (CABACap. L. 23. 39a e 39v).

Esclarece que a jugulação dos quilombos far-se-á quando os **Gueguês** forem estabelecidos naquelas matas. Vimos ainda a saber, conforme sua opinião, que os Tapacuás, que por vezes barulhavam o sul do Piauí, constituíam um ramo dos **Acoroás**. Como se inspirado no **Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí**, sugere a fundação duma colônia de caráter militar para conter em seus limites os indígenas que intentarem excursionar aos currais, de Pastos Bons a Parnaguá. E finalmente anuncia a extinção do correio criado por Botelho de Castro, erro que cometia Durão (CABACap. L. 23. 39v 40v.).

Já estava este em franca desavença com os Rego. Era notória sua preponderância na junta Governativa (CABACap. L. 7. 184. 184v).

Projeta-se, então, uma **entrada** contra os **Pimenteiras**, a qual é confiada a João do Rego, sempre propenso a movimentos dessa natureza. Talvez servisse a iniciativa apenas de alvissareiro pretexto aos desajustados compartes de Governo, para que celebrassem uma trégua em suas discórdias.

O representante militar aceita a oportunidade para abandonar duma vez a primeira junta trina. Pouco sabemos do que fizera, então, com referência aos **Pimenteiras** (CABACap. L. 32. 155v).¹

Já estudamos os indígenas em capítulos anteriores, interessam-nos agora as ocorrências após o governo de Botelho de Castro.

O primeiro ano das juntas trinas foi tranqüilo, sob esse aspecto; vivia-se apenas das lembranças que provavelmente contribuíram como causa subsidiária para a expedição que se organizava.

Já passara o período heróico da história do Piauí, quando Mafrense, Dias Siqueira, Domingos Jorge Velho, chefes de tribo, enfrentavam as intempestivas hordas de tapuias, tupis e cariris, a disputar as ricas pastagens nativas para a fixação dos primeiros currais. As terras da bacia oriental do Parnaíba ficaram devassadas e conquistadas. Agora exigiam trabalho e organização. Aquela meia dúzia de centenas de ameríndios que barulhavam de vez em quando a bucólica vida piauiense, reclamavam antes que tudo a ação catequética da Igreja. Acontece, porém, que o período heróico do missionarismo já também houvera passado. E como resultado advém a intromissão de 'débeis aventureiros em nossa história a deixarmos páginas despidas da beleza e dramaticidade dos primeiros dias. É nesse ambiente que se organiza a **entrada** de 1776. Seus objetivos e suas conseqüências já não eram de ordem social. Embora sob esse pretexto, eram puramente de interesse pessoal.

A 6 de agosto, João do Rego, comandante das forças, ainda assina em Oeiras a correspondência oficial, em companhia dos demais membros do Governo (CABACap. L. 7. 148).

Sua expedição, sob o ponto de vista militar, nenhuma significação teve. Parece que nem mesmo procurou manter contato com os **Pimenteiras**.

A 2 de outubro, a Junta já se dirige a ele que estava na aldeia de S. Gonçalo de Amarante, convidando-o a regressar a fim de participar dos trabalhos da administração, e dessa forma **evitar detrações de maledicentes**. Já se comentava, pois, a desarmonia dos membros da Junta Governativa. João do Rego responde imediatamente, e alega motivos de saúde como causa de seu afastamento. Mas não voltou a trabalhar com Durão (CABACap. L. 7. 154v. 156v. 157).

Logo depois pleiteia, entretanto, dirigir nova expedição contra os **Pimenteiras**. Durão manifesta perplexidade diante da proposta feita imediatamente ao escusar-se de co-participar dos percalços da governança, sob alegação de não estar gozando saúde. Foi-lhe útil, todavia, a proposta do Tenente-Coronel. Servir-lhe-ia como inspiração para separar os Rego que certamente começavam a tramocar contra a junta de Governo. O Ouvidor determina, então, que marchasse Félix do Rego para o Alto Piauí, a fim de reprimir os **Pimenteiras**. E era pleno inverno. Ao mesmo tempo autoriza Antônio do Rego a seguir para Parnaíba e ficar sob o comando do Capitão Manuel Ferreira Pinto Brandão, a fim de defender a vida de presumíveis desembarques de inimigos de Portugal, em virtude da política européia. João do Rego talvez haja permanecido em S. Gonçalo (CABACap. L. 7. 164v. 167v. 168v. 170).

As medidas de caráter militar foram úteis aos propósitos de Durão e não tiveram outras conseqüências senão de ordem econômica e financeira. Houve derramas e outras despesas. Nenhuma escaramuça (CABACap. L. 7. 167v. 168v. 170).

Um pouco mais tarde, Félix regressa a chamado do Governo, enquanto Antônio é mantido em Parnaíba (CABACap. L. 7. 172).

Não mui tardaria, e em obediência a ordens recebidas, Durão é preso, com guarda à vista, na casa da Câmara donde é remetido sob escolta para S. Luís (CABACap. L. 22. 55v. 56. L. 23. 59v).

Não temos elementos para afirmar que fora atingido pelas intrigas urdidas na Capitania, mas podemos presumir que fora a primeira vítima da cizânia disseminada pelos oligarcas do Piauí, se é que Botelho de Castro não tenha a prioridade.

Com a prisão do Ouvidor, é restabelecido o correio entre as vilas e a Capital. A ação das juntas restringe-se desde então quase exclusivamente aos indígenas. Era a política de João do Rego (CABACap. L. 7. 164v).

Recuperado o prestígio dos Rego com a prisão de Durão e sua remessa para S. Luís, apresta-se nova **entrada** que saíria de Oeiras no mês de abril de 1779: **Gueguês**, **Acoroás**, **Jaicós**, 40 praças de cavalaria, ao todo 134 homens que tinham por comandante João do Rego. Félix era o ajudante, Antônio, o almoxarife, e o capelão da tropa, o Padre João de Barros Teixeira e se determinara que Vítor Barros Bezerra acompanhasse a expedição. A botica (para curiosidade de nossos contemporâneos) entregue ao almoxarife, compunha-se de 18 vomitórios de tártaro e 10 de quintílio, uma garrafa de **água dos olhos**, meia libra de pedra-ume, meia libra de alvaiade, uma quarta de verdete, duas onças de pedra-lipes e pílulas purgativas. Aí estava o de que precisava a medicina da época para uma expedição de guerra (CABACap. L. 33. 57v a 60. 66. 69 a 72. L. 32. 192a 192v).

Saíram de Oeiras no dia 15 de abril e marcharam para as cabeceiras do Piauí. Não mantiveram, entretanto, contatos com os **Pimenteiras** que se resguardaram em terras inacessíveis, de trilhas quase intransitáveis. Regressam os expedicionários, e João do Rego apresenta um **Diário** da campanha que é enviado ao Capitão-General do Estado. Pouco depois, como se em represália à ostentação de forças, invadem os **Pimenteiras** os currais do Alto Piauí, depredam os campos, matam gado e gente, assenhoreiam-se de toda a região (CABACap. L. 23. 73v. 75v. L. 2. 2.º P. 136).

Os fazendeiros abandonaram, então, suas terras, uns procurando o S. Francisco, outros buscando as fazendas próximas (CABACap. L. 33. 154v. 155. 139. 139v).

Vêm ordens para promover a Junta nova **entrada** contra os selvagens, e recomendações para agir "pelos meios da suavidade, e com benefícios que lhes façam conhecer as utilidades que se lhes seguirão" por meio da paz. A Rainha não deseja que haja guerra ofensiva. A guerra deveria ser defensiva, e assim não poderiam os índios ser reduzidos à escravidão, e não havia, portanto,

compensação para o gravame da campanha. Protelam, então, a ação punitiva e alegam que há falta de recursos materiais, e que João do Rego já não podia assumir o comando por motivo de saúde (CABACap. L. 2. 2.º P. 138v. L. 23. 75v. 82v. 83).

Nessa época estavam às voltas com os remanescentes indígenas aldeados, com os **Gueguês** (S. João de Sendé), e em seguida com os **Acoroás** (S. Gonçalo de Amarante), que se rebelaram contra o regime de escravidão a que foram reduzidos por administradores egoístas e concupiscentes.

Logo em seguida, Aldeias Altas é alarmada com as correrias dos **Gamelas**, e as autoridades do Maranhão solicitam auxílio militar ao Piauí que por sua vez sente a iminência do perigo provindo da Província vizinha (CABACap. L. 33. 122. 122v).

Continuam intimoratos os **Pimenteiras**, enquanto o Capitão-General autoriza a junta a fazer nova **entrada** contra os mesmos. A Junta adota, entretanto, o regime de policiamento por meio de escoltas volantes. Embora mais modesta a empresa, não deixava, todavia, de ser onerosa. Substituíam-se mensalmente as escoltas que eram mantidas pelos moradores, pelo menos até princípios de 1783 (CABACap. L. 33. 136. 136v. 143. 143v. 151 a 152. 183v. 184).

O chefe indígena João Marcelino participou desse patrulhamento que tinha a princípio por objetivo máximo obter **língua**, pois até o momento pouco se sabia com referência aos **Pimenteiras**, que entram, então, numa fase de tranquilidade (CABACap. L. 33. 156v. 157).

Os **Tapacuás** reaparecem em Parnaguá e fazem estragos nos rebanhos. Uma tropa de sessenta homens destroça-os numa noite de maio de 1788. Adotam também no Gurguéia o regime de policiamento das fronteiras, como já haviam feito no Alto Piauí com tanto êxito. Pensamos que os **Acoroás** e seus aliados tinham acesso ao Alto Gurguéia pelo Uruçuí Vermelho e ainda pelo Taquaraçu (CABACap. L. 31. 9. L. 11. 4v. 13v. 14v. 16. 16v).

Retornam os **Pimenteiras**, e dessa vez com ferocidade. Matam gados e galináceos, fazem incêndios, assassinios. O Capitão Inácio Rodrigues de Miranda, que vinha prestando serviços desde as primeiras entradas, recebe ordens para preparar tropas e correr fronteiras. De abril a maio de 1790, Miranda consegue apreender onze índios da tribo, e Oeiras recomenda que os **tratem com mimo, amor e fartura**. Em seguida, Miranda remete-os para a Capital.

Não compreendem seu linguajar. Utilizam-se de "**Acoroás**, **Gueguês** e **Jaicós**, e algumas pessoas que entendiam a língua geral para as praticarem", a fim de certificarem-se de sua **qualidade, quantidade e própria situação**; "porém não entendendo eles nenhuma língua das ditas nações, e não se lhes entendendo a sua, nada se descobriu, o que só se poderá conseguir, depois de entenderem nossa língua, para cujo efeito se distribuíram por casas de família..." Dessa vez deixam um destacamento na lagoa da Formiga, que nos parece ser a atual lagoa de Caracol, talvez ainda a lendária Lagoa dos Pimenteiros (CABACap. L. 31. 25. a 27v. 28. L. 11. 68v. 69. 79 a 82).

Repelidos os indígenas e patrulhadas as fronteiras, há sossego, porém em período bastante curto. Em 1793, os **Tapacuás** convulsionam outra vez Parnaguá. Manuel Ribeiro Soares procura pacificá-los, e eles resistem; bateu-os e fê-los internarem-se em Goiás, corridos pela pressão de armas mais poderosas (CABACap. L. 9. 11).²

Enquanto isso, mandam Félix do Rego a Aldeias Altas, com índios aldeados no Piauí, para cooperar na repressão dos **Gamelas** (provável ramo dos **Timbiras**) que vinham desde muito perturbando o sossego nos campos do Itapecuru. Em pouco regressa o expedicionário com seus **Gueguês** e **Acoroás**, trazendo um troço de sessenta Gamelas que viriam ainda mais barulhar os indisciplináveis aldeamentos indígenas do Piauí (CABACap. L. 31. 93. 93v. 102v. a 103. L. 9. 33a 34v. 49. 49v 53v. 74va 76. 77v a 79).

Finalmente termina o longo período das juntas governativas, com os fazendeiros a noticiar que os **Pimenteiros** e **Tapacuás** continuavam em suas devastações (CABACap. L. 9. 106. L. 10. 12v. L. 27. 43a 43v. L. 18. 3v a 5).

Em virtude da deficiência de missionários, logo nos primeiros dias reitera a junta o pedido feito pelos governos anteriores (desde João Pereira Caldas), para que se fundasse em Oeiras um Hospício de Religiosos Capuxos da Província da Conceição. Solicita ainda a construção de cadeias. Não se esqueceu ainda de patentear a necessidade da criação dum corpo de tropas pagas (nisto tinham todos grande interesse para obter colocações rendosas), advertindo

que fácil seria o pagamento com o subsídio de milhares de couros que saíam da Parnaíba sem cousa alguma pagar (CABACap. L. 2. 2.º P. 133v. L. 22. 62v. 64v.).

O autor do **Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí** (1770) informara que anualmente entravam nesse porto de 16 a 17 embarcações em busca de carne e courama.

Documento de 1781 faz saber que Parnaíba abatia então a média anual de 40.000 bois em suas charqueadas e que, sob exportação, anualmente saíam dessa vila apenas 30.000 a 32.000 couros em cabelo e quatro mil meios de sola. O resto era contrabandeado. Certamente vinham ainda para a vila couros de vacuns abatidos nas circunvizinhanças, e já mesmo descidos pelo Parnaíba. Diziam, então, que por esse rio saía um quarto da produção pecuária do Piauí, donde se deduz uma produção mínima de 140 a 160.000 reses. Ainda provavelmente era nessa época que, pela passagem de Juazeiro, no rio São Francisco, transitavam anualmente 60.000 bois do Piauí, para feiras do Brasil conforme depoimento de Mártius (CABACap. L. 23. 92. 93).³

Quase ao expirar o governo de Pombal, é criada a Junta de Justiça, conforme **Carta Régia de 4 de Fevereiro de 1777**, e nesse sentido o Ouvidor do Piauí recebe instruções (CABACap. L. 23. 59).

O país era incomensurável, e a justiça chegava quase sempre tarde. Daí, essas juntas que foram criadas para atenuar aquela penúria da lei. Sua judicatura aplicava-se em crimes de rebelião, sedição, homicídio voluntário, por meio de processos verbais e sumaríssimos, cujas sentenças atingiam todas as escalas da penalidade, indo até a pena de morte.

Constituíam a junta o Ouvidor, Juiz de Fora e dois vogais: o Governador era seu presidente. Não conhecemos no Piauí a ação desse órgão.⁴

Grande seca que tem início em 1792 assolou o Nordeste pelo espaço de três anos. Muito contribuiu para o aumento da população da Capitania, em virtude da emigração das capitanias vizinhas castigadas pela estiagem. Mas os rebanhos das regiões vizinhas foram também quase aniquilados, e o Piauí teve que vender

gados de cria para a constituição de novos rebanhos nas paragens mais devastadas. Tãmanha foi a saída de vacas e novilhas que o Governo foi competido a impedir que se continuasse a fazer o comércio, e a aplicar medidas punitivas nos contraventores das ordens proibitórias. Há quem acredite que esse comércio estimulado pelo alto preço, e sempre praticado, muito tenha contribuído para o definhamento da pecuária do Piauí (CABACap. L. 9. 103. 104. 111a 113. 143. 143v. L. 10. 16).

Como dissemos, no estéril período de 22 anos de governos interinos, passados os primeiros dias, só em 1795 entra novamente em cogitações o descobrimento de outras fontes econômicas no Piauí.

Como consequência, colhem-se as primeiras amostras de origem vegetal e mineral, e a junta Trina Governativa aponta a necessidade de se construírem em cada sede municipal cadeia, casa da câmara, bem como anuncia as providências que já tomara para solucionar o instante reclamo da coisa pública. Com a ajuda particular, na Capital edificava-se sobrado adaptado àquelas conveniências: a obra estava adiantada, pronto seu madeiramento e apostas as primeiras janelas. Pede a criação de novas paróquias, e duma cadeira de primeiras letras em Oeiras, e informa que no Piauí não havia uma única escola, "o que fazia a principal causa da rusticidade e ignorância em que se achava sepultada a Capitania" (CABACap. L. 18. 3v a 5. L. 31. 181).⁵

É quando toma posse D. João de Amorim Pereira.

Martinho de Melo e Castro, que colaborara com Pombal, quando este cai no ostracismo torna-se o grande ministro português. Revelou-se estadista de largo descortino.

Sob sua ação, Alexandre Rodrigues Ferreira estudava a Amazônia, enquanto outros cientistas estudavam o Império Colonial Português, sua terra, suas riquezas naturais, com objetivos econômico e cultural.

E no Brasil trabalhava o Marquês de Lavradio, estadista também de grande porte, em quem por vezes se inspiravam os ministros portugueses. Mas o Piauí permanecia esquecido, sem receber estímulos.

A vinda dum técnico para a cultura da cochonilha nenhuma significação teve, pois cousa alguma ficou de sua experiência (CABACap. L. 31. 5v. 6.).⁶

José Bonifácio e Câmara Betencourt, sob o patrocínio de Melo e Castro, também viajavam pela Europa, com finalidade científica. Ambos eram brasileiros. E professores brasileiros ensinavam então em Lisboa e Coimbra, onde estudantes da mesma nacionalidade constituíam um grupo respeitável pelo talento e cultura.

Por essa época, o governo português ordenou que fosse editada a **Flora Fluminense**, de Frei José Mariano da Conceição Veloso, e a publicação da obra do sábio brasileiro foi confiada à Academia Real das Ciências, o que todavia não pôde ser efetuado em Portugal.

A importância do Brasil já se fazia sentir na Metrópole sob o aspecto cultural. Por essa época, D. Rodrigo de Sousa Coutinho ingressa no ministério.

A vinda de D. João de Amorim Pereira, para o governo do Piauí, coincide ainda com a nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

D. Rodrigo seria o continuador da obra de Martinho de Melo e Castro. Passou a proteger os brasileiros ilustres que viviam na Metrópole.

Fundou a Casa Literária do Arco do Cego, também conhecida por Oficina Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, cuja direção confiou a Frei José Mariano da Conceição Veloso já em Portugal acatado como sábio. Este, por sua vez, rodeia-se de jovens patricios, entre os quais alguns já de notórias capacidades intelectuais, e converteu aquele órgão em instrumento propulsor do engrandecimento do Brasil. Foram seus colaboradores Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Coelho Seabra, Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

Dão início à composição e tradução de obras que editavam, bem como memórias e folhetos que tinham por objetivo o progresso do Brasil, especialmente de sua agricultura, indústria extrativa e preservação de suas riquezas naturais.

As publicações eram distribuídas nas capitânicas e tratavam de algodão, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, cacto, cochoilheira, anil, madeira para tinta e industrialização desses produtos. Ensinavam como cultivar a terra, conservar as matas, usar o arado, construir fornalhas, economizar lenhas. Muitas eram de autores brasileiros. Incontestavelmente tiveram reflexos no Brasil e chegaram até mesmo ao Piauí, o que veremos em pouco.

Por essa época, no Brasil já havia talentos, que exploravam política e economia, ciências que se prestam como instrumentos para a elaboração do espírito nacional das camadas populacionais entorpecidas pela servidão colonial. Em pouco, seus efeitos far-se-iam notáveis.⁷

Esses valores intelectuais incendiariam o ânimo de patriotas que promoveriam a emancipação política da nação brasileira, revigorando sua economia e criando uma consciência cívica.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do Palácio de Queluz, expedia folhetos, memórias para distribuição nas capitânicas que constituíam as colônias portuguesas na América, publicações que tinham por objetivo criar e fomentar bases econômicas. Sob esse aspecto, a economia brasileira incontestavelmente sobrepujava a de Portugal (CABACap. L. 19. 158. 158v. 160a 161. 165. 165v.).

Coube a D. João de Amorim Pereira dar início no Piauí à propagação de estímulos providos da equipe de brasileiros que animava a Casa Literária do Arco do Cego, donde saíam aquelas publicações.

Compreendeu logo o Governador do Piauí que a pesquisa mineral poderia e deveria estender-se a toda a Capitania, enquanto a produção agrícola, para exportação, só poderia ter êxito onde houvesse possibilidade de fácil acesso ao litoral.

Como decorrência dessa circunstância, já se testemunhava nas margens do Parnaíba e suas vizinhanças, bem como nas jurisdições das vilas de Campo Maior e S. João da Parnaíba, um surto agrícola baseado na cultura do algodão, do fumo, da cana-de-açúcar, cujos produtos encontravam evasão para a orla marítima.

Era pequena, entretanto, a produção. Não havia em toda a Capitania um único **engenho real**; viam-se apenas engenhocas onde

fabricavam aguardente, pouco açúcar, e rapadura que já se constituía fonte alimentar das populações pobres. Já havia descaroçadores de algodão, cujo desenho o Governador ciosamente enviava para a Metrópole. Guardavam ainda os ingleses a superioridade que lhes proporcionava a maquinaria da indústria têxtil, cuja exportação era proibida por lei que punia com pena de morte seus infratores. Estava em curso a revolução industrial e a Inglaterra intentava monopolizar as vantagens decorrentes do movimento.

Passa, então, D. João de Amorim a distribuir as publicações que recebia e a aconselhar os moradores das regiões em que a agricultura já se ensaiava como fonte de enriquecimento, a desenvolver suas culturas, não apenas as cerealíferas mas também as que se prestassem para exportação, como algodão, fumo, café, cana-de-açúcar (CABACap. L. 18. 21v. 22. 58v. 62v. L. 15. 225. 225v.).

Desde então, todos que se interessavam pelo desenvolvimento do Piauí chegavam à conclusão de que esse objetivo só seria alcançado com a criação da alfândega, que possibilitaria o comércio direto com a Metrópole, e com a mudança da Capital para as margens do Parnaíba, cuja navegação dessa forma seria animada e empregada como fomento à produção de gêneros de exportação. A mudança da Capital foi assunto que também atraiu a atenção de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, conforme diz D. João de Amorim, quando se pronuncia a favor da iniciativa (CABACap. L. 18. 12. 16. 19v. 33a 33v. 59a 62v. 66. 67v. 101. 101v. 112. L. 19. 156v a 159v h. 18-33 a 33v.).

D. João de Amorim dedicou muito de seu esforço em favor da solução do problema que em parte interessava à Metrópole. Propugnou pela mudança da Capital para a vila da Parnaíba, ou para a barra do rio Poti. Pediu também a concessão do comércio direto com a Metrópole, e "como porto de vantajosa entrada e ancoramento das embarcações lembra o da Tutóia, cuja entrada é sem risco, funda, e onde podem amarrar grandes navios" (CABACap. L. 18 12a 13v.).⁸

Não só o Parnaíba, como outros rios, entre os quais o Tocantins, foram, então, objeto de estudos. Como consequência, logo em seguida, o Dr. Teotônio Segurado promovia a navegação do Tocantins, e como prêmio seria eleito deputado por Goiás às Cortes Portuguesas.

Mais amplo apelo foi feito aos fazendeiros do Piauí, para que procurassem novas contribuições econômicas na indústria extrativa e na exploração do subsolo.

A fauna brasileira foi extremamente pobre, como objeto de comércio, o que não ocorreu nas regiões frias do continente americano. A do extremo norte da América muito estimulou a conquista do Canadá. Com referência à exploração faunística do Piauí, encontramos apenas as providências tomadas junto à suas autoridades para que se aproveitassem as peles de animais silvestres. A cera de abelhas foi também objeto de exploração.

A Metrópole envidara ainda esforços para descobrir fontes de riqueza na flora e no subsolo. Não fizera pesquisa mineralógica, senão na expectativa de que houvesse uma afloração como outrora foram encontrados o ouro e o diamante. Seu interesse, a princípio, não teve caráter científico; era puramente comercial. Visava o enriquecimento da Coroa.

Muito se empenhou para que houvesse êxito nesses empreendimentos. Encontramos desde os primeiros dias a remessa anual de seis arrobas de resina de jatobá, por solicitação oficial, cujo preço, porém, não compensava o frete. Pela mesma forma, fora objeto de experiência o coroaá, a ipecacuanha e a batata-de-purga. Buscavam-se vegetais para o fabrico de papel. Certamente não havia cogitações a respeito das letras, mas dum sucedâneo do couro, a matéria-prima de primeira ordem, naqueles tempos.

A quina foi descoberta em 1772, pelo Sargento-mor Inácio Pinto Pereira. Crescia espontaneamente em toda a Capitania, diz-nos um documento de D. João de Amorim, escrito vinte e tantos anos depois. Acrescentava ainda que havia das duas qualidades, e em abundância. "Agora, porém que eu fiz buscá-las por toda parte, e que foram descobertas já matas de quinze a vinte léguas aonde por acaso se acha um pau que não seja quina, e que as primeiras cinquenta arrobas se venderam a dezesseis mil réis cada uma nesta cidade para onde conduziu seu dono, com esta notícia correram os povos a tirá-la aonde cada um podia de sorte que têm chegado já mais de mil arrobas..."

Como se vê, a devastação, não foi pequena. Mais tarde se encontram apenas exemplares isolados da quina que já não se apresenta como planta gregária. Não podemos localizar onde estavam aquelas extensas matas. Sabemos, entretanto, que em 1803, na ribeira do Guaribas, extraem-se duas arrobas para Lisboa, e em 1806, enviam-se vinte para os hospitais de Portugal. Estudaremos em pouco a pesquisa de Dias Cabral, nesse setor de atividades.

A Metrópole mandava à Capitania impressos sobre agricultura, mineralogia, fabrico de salitre, queijo, artes e ofícios, e pedia informação a respeito da flora e riqueza mineral. E o Governo da Capitania mandava à Metrópole memórias sobre vegetais e animais e também sobre propriedades terapêuticas de algumas plantas.

Era o gênio político de Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde Conde de Linhares, estadista de porte tão notável quanto o Marquês de Lavradio, a estimular a exploração da riqueza natural da região.

Com referência ao reino mineral, o interesse foi maior, apesar de infrutíferas as tentativas de João do Rego, se é que fez alguma exploração. Intensificam-se as pesquisas no Governo de Amorim, em que há maior documentação, e vão até Burlamaque. De toda a Capitania vêm notícias e amostras de minérios que fizeram crer que tínhamos salitre, enxofre, chumbo, ferro, prata, ouro, diamante, esmeralda, ametista, antimônio, amianto, pedra-ume, cristais de todas as cores. Estudaram essa área de nossa história Antonino Freire e Abdias Neves.

Como dissemos, foi na administração de D. João de Amorim que achamos mais documentos, e especialmente no ano de 1798. Há entusiásticas esperanças. Esse Governador, ao receber de Jerumenha amostras de minério que se atribuía fosse de ferro, exalta-se e acrescenta que "seria bem útil, podendo-se estabelecer uma fábrica de que se tiram bastantes utilidades tanto para este Estado como para Portugal".

Havia, segundo cria aquela gente, salitre e enxofre, ferro e chumbo. Amorim prometeu, então, fabricar pólvora com os produtos da própria terra, e, Burlamaque, prosseguindo naquele intuito, e animado de bons propósitos, numa fazenda a trinta léguas de Oeiras, ia testemunhar o preparo de salitre que se destinaria à

fábrica de pólvora que deveria abastecer todo o Estado do Maranhão.

Houve incontestavelmente intensa animação. Mas não pôde disso. Portugal já houvera mandado em 1778, Domingos Massaroni com a incumbência de estabelecer e por em prática a cultura da cochoilha. Deveria acumular as funções de Diretor dos índios **Aroás**, que seriam aproveitados na experiência. Quando chegara ao Piauí, como esses índios estivessem dispersos, a Junta Governativa propunha-se a aproveitá-lo como Diretor dos **Jaicós**. Nunca mais tivemos notícias desse especialista que, casando a fauna com a flora, solucionaria um problema que mais tarde seria da química.⁹

Alguns anos depois foi enviado o Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral que trazia a incumbência de comprar produtos da terra, especialmente fibra de coroa. Era naturalista, e sua missão já tinha caráter científico. Chegou ao Piauí em meado de 1800 e em sua companhia vieram um desenhista e o Padre Joaquim José Pereira, também naturalista e que já conhecia a terra onde fora vigário em Valença e também capelão em Serra Negra, fazenda do famigerado Luís Carlos. Quando esteve nessa freguesia, fez extração de salitre, do qual enviou porção a D. Fernando Antônio de Noronha, e vinha agora em função oficial para fazer pesquisas das jazidas do Piauí. Como resultado de suas excursões científicas, escreveu **Memória sobre os nitros e inventos na Capitania do Piauí e Maranhão**, da qual o Instituto Histórico Brasileiro possui uma cópia, conforme nos informa Pereira da Costa.

O naturalista Vicente Jorge Dias Cabral entrou logo em atividade. Visitou as bacias do Canindé, Poti, Longá, Gurguéia, foi ainda à Serra Grande, em assíduo trabalho. Poucos dias depois de sua chegada a Oeiras, já estava na ribeira do Guaribas, donde informava que havia salitre em todas as serranias e passava a enviar para o Maranhão surrões desse produto e também de quina. De Valença faz nova remessa em que predominava a quina. Nessa ocasião ainda se acondicionava em couro de gado o material que se expedia para fora da Capitania. Abundante colheita fez o cientista em extenuante trabalho de quase dois anos. Para S. Luís enviou

repetidas vezes amostras de minérios, de madeira, de fibras vegetais e até mesmo plantas vivas.

Não nos deixou nenhum trabalho publicado sobre suas pesquisas de naturalista; informa-nos, contudo, Rodolfo Garcia, que se encontram no Instituto Histórico Brasileiro algumas de suas cartas escritas ao Governador do Maranhão, sobre as explorações botânicas e mineralógicas que ia procedendo no Piauí. Cópias dessas cartas deveriam estar na Casa Anísio Brito a ampliar os recursos para o conhecimento da terra piauiense.

Ainda merece referência João da Silva Feijó, em virtude de real prestígio como cientista. Pertencera à **colmeia brasileira** que fulgurou em Coimbra e da qual também faziam parte José Bonifácio de Andrade e Silva, Arruda Câmara, Conceição Veloso, Alexandre Rodrigues Ferreira e muitos outros. Quando veio ao Brasil, já havia dirigido uma expedição científica para a África, com o fim de explorar as ilhas de Cabo Verde.

Em fins de 1804, Pedro José César de Menezes autoriza o então Comandante da Parnaíba Francisco da Costa Rebelo a prestar com toda a prontidão todo o auxílio que o naturalista pretender para o estabelecimento duma fábrica de salitre em Pindoba, ou suas proximidades. Trabalha, então, esse cientista no Ceará. Nada mais encontramos a respeito do empreendimento.

Não sabemos ao certo onde ficava Pindoba. Alguns anos atrás, foi postado junto à Serra Grande, já na planície do Longá, na altura de Piracuruca, que pertencia, então, a Parnaíba, por ordem do Juiz Ordinário de Viçosa, vila cearense, um destacamento de índios para embarçar a exploração de salitre que faziam habitantes do Piauí naquelas circunvizinhanças. Não é duvidoso que seja nessas redondezas o local escolhido para a fundação da fábrica.

Feijó prestou importantes serviços àquela Capitania e a respeito da qual escreveu **Memórias sobre a Capitania do Ceará e Memória econômica sobre a raça de gado lanígero da Capitania do Ceará**.¹⁰

Tivemos oportunidade de ver no Instituto Histórico os documentos a que se refere Rodolfo Garcia. Quase todos, senão mesmo todos e mais alguns, se encontram na Casa Anísio Brito. Há, todavia, documentos outros que não temos no Piauí, cujas cópias deveriam ser feitas para o nosso Arquivo.

A compra do coroá por Dias Cabral tinha por objetivo levar à Europa um concorrente do cânhamo, fibra que, junto ao linho, impulsionava as frotas a firmar o domínio das nações ocidentais.

A busca de minerais intensifica-se no primeiro governo de D. João de Amorim (por duas vezes exerceu a função de governador), e finalmente amortece no de Carlos César Burlamaque.

As duas administrações, que delimitam o período a que nos referimos, tiveram de permeio várias administrações, entre as quais estão as de D. João de Amorim a intercalar a de D. Francisco Diogo de Moraes que também muito se interessou nas pesquisas que se faziam. Foi em sua administração que o cientista Dias Cabral esteve no Piauí. Foi esse Governador que recebeu instruções para reter Humboldt em sua **propaganda filosófica e política**, se penetrasse na Capitania. E concomitantemente se expediam livros para a propaganda a favor do regime monárquico, com recomendação para que fossem lidos pelas principais pessoas, as quais deveriam recebê-los como empréstimos. A viagem do sábio alemão era estritamente científica.

Para o Maranhão, a fim de aumentar a pecuária no Itapecuru, autorizam a remessa de 60 éguas e 9 cavalos pais (assim designavam os garanhões), **de boa cor, gênio, força, grandeza, habilidade**, já fazendo ressaltar a importância da genética (CABACap. L. 21 lia 13 L. 37. 109v. 110v. 124a 125. L.38. 24. L. 49. 27 a 29v).

Mas a característica notável da administração de Francisco Diogo de Moraes foi a rigidez da disciplina militar que se manifestava especialmente no intenso recrutamento que impôs a Capitania (CABACap. L. 38. 10. 10v. 60v a 63. 77v. 79v. 82v. 83. L. 41. 3. 4v. 43v a 44).

O afastamento de D. João de Amorim, de seu primeiro governo, teve como principal causa as intrigas urdidas contra ele por elementos do Piauí. Chamado ao Maranhão, regressa mais tarde em virtude de ser reconduzido à função, e o governador que o substituíra, insuflado por falsos amigos, recusa transmitir-lhe o poder, sob a alegação de não haver trâmites para a posse. Depois de onze dias de discussões em torno do assunto, o Senado da

Câmara de Oeiras reconhece a legitimidade da documentação que dá direitos a D. João a assumir as funções de governador. Francisco Diogo de Moraes é preso, então, e enviado para o Maranhão (CABACap. L. 41. 38. 71 a 75. 1. 18. 84. 84v. 86 a 87).

Logo em seguida toma posse Pedro José César de Menezes, que se revelou tímido, por vezes tímido, cobarde mesmo, em face de elementos locais que conturbavam a ação administrativa.

Procurou obter melhor rendimento das fazendas do fisco. Para isso animou a produção agrícola, promovendo maior consumo de cereais para diminuir o da carne que era a base principal da alimentação dos moradores, pois havia inspeção que para sua subsistência abatia anualmente quase seiscentas reses. Aconselhou a fundação de curtumes para o aproveitamento dos couros que geralmente não eram vendidos. Obteve da Inspeção do Canindé, em 1803, a fabricação de cal para o palácio que se construía em Oeiras. Criou **destacamentos rondantes** para a contenção dos indígenas que intentavam invadir a região dos currais de Parnaguá e do Alto Piauí. Recebendo ordens para fazer o despejo de moradores das fazendas do fisco, mostrou a inconveniência da medida, pois eram indispensáveis para repelir **Pimenteiras e Acoroás**, em suas costumeiras incursões (CABACap. L. 42. 6v. 7. 9v. 10. 13v. 56 a 57. 65v. L. 21. 51v. 52. L. 44. liv).

Entre César de Menezes e Burlamaque há o governo inoperante de Luís Antônio de Sarmiento Maia, de pouco mais de dez meses. Causa alguma fez; pois foi improfícua a informação que dera à Secretaria de Estado dos Negócios de Ultramar de que, na Capitania, vive quase tudo sepultado em total ignorância. Notícia, então, que em Oeiras não havia escolas de primeiras letras, e insinua que seria útil uma cadeira de gramática.

O governador anterior já havia pedido aula de gramática latina, mas acrescentava que a frequência seria de 3 a 4 alunos. De D. João de Amorim causa alguma vimos com referência ao assunto (CABACap. L. 18. 105v a 107v a 108).

Mais tarde, Burlamaque informa, num processo em que dois padres pleiteiam nomeação de professor de Latim, que em toda a Capitania não havia nenhuma cadeira de gramática Latina. E parece que também de primeiras letras (CABACap. L. 44. 68. 68v).

Por essa época, o Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco fundava em Oeiras um colégio em que, em regime de

internato, ensinava Latim, Filosofia Moral e Racional, Retórica e Francês. Foi generoso esforço de pouca eficiência (CABACap. L. 43. 1.º P. 67. 67v. 2.º P. 55v).

E assim a coisa vai até a Independência. A maior parte dos governantes não se interessavam pela educação, e se pediam escolas, não davam solução ao problema, nem mesmo nas vilas e capital, porque, se criadas as escolas, não eram providas, se providas, não funcionavam.



O governo de Carlos César Burlamaque foi um dos mais profícuos que já teve o Piauí. Toma posse o Governador a 21 de janeiro de 1806 e abandona o poder em 20 de outubro de 1810, em virtude de ser destituído de suas funções, contra a razão e o direito, por D. José Tomaz de Menezes, e substituído por Francisco da Costa Rabelo. O Capitão-General do Maranhão agiu arbitrária e injustamente, estimulado pelos inimigos de Burlamaque e em represália à orientação política deste que tudo vinha fazendo para libertar a Capitania que governava da opressiva tutela do Maranhão, o que consegue como consequência do incidente e conforme o **Decreto de 26 de Setembro de 1811** e **Carta Régia de 10 de Outubro** do mesmo ano, assunto a que nos referiremos ainda. Em seguida é solto, enquanto são punidos os que se acumpliciaram com D. José Tomaz de Menezes (CABACap. L. 49. 131v a 135).¹¹

Com a destituição e desterro de Rabelo e seus cúmplices na arbitrariedade, vai obedecida a lei de sucessão, e surge nova junta trina governativa que administra o Piauí até a chegada de Baltazar de Sousa Botelho.

A Junta Trina que antecede Baltazar teve, como figura central, o Ouvidor Luís José de Oliveira, posteriormente Barão de Monte Santo, e também primeiro senador eleito pelo Piauí. Seria também destituído de sua função governamental pelos compartes de governo, de modo iníquo, assunto a que faremos referência ainda.

Ao assumir as funções, um dos primeiros atos de Burlamaque "foi a mais severa perseguição e punição dos criminosos que infestavam a Capitania, fez importantes melhoramentos no palácio do Governo, reorganizou a sua secretaria e cuidou especialmente das finanças e arrecadação da dívida pública. Construiu a casa da

câmara de Oeiras, um mercado público, mandou abrir novas estradas e caminhos, e com muito desvelo dedicou-se ao serviço de colonização dos Índios, e regularidade da administração das fazendas nacionais, ao mesmo tempo em que promovia muitos outros melhoramentos na capitania.

Logo no primeiro ano de seu governo, visitou Burlamaque diversos pontos da capitania, acompanhado do vigário de S. Gonçalo, Padre João José Leite Pereira Castelo Branco. Partindo de Oeiras com destino à vila de Parnaíba, em 20 de julho de 1806, esteve na aldeia de S. Gonçalo dos Índios, no povoado da Barra do Poti, em Campo Maior, Piracuruca e na Parnaíba.

Durante a sua ausência ficou encarregado do expediente do governo, na Capital, o Coronel Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar.

Em 1809 organizou Burlamaque uns – **Mapas Gerais da população da capitania de S. José do Piauí e das forças militares da mesma capitania**, – que remeteu ao Governo do Rio de Janeiro naquele mesmo ano, os quais se conservam no Arquivo in-fol. Burlamaque governou a capitania até o dia 20 de outubro de 1810.¹²

É isso o que diz Pereira da Costa.

Sua viagem a Parnaíba foi feita por terra até a passagem do S. Francisco (hoje, cidade de Amarante, na foz do Canindê), donde prosseguiu em barça de 300 quintais (dezoito toneladas), que era das mais pequenas que navegavam o rio. Isso indica que se animava o comércio ao longo do Parnaíba. No percurso fluvial de sete dias, aportou várias vezes para fazer melhor reconhecimento das terras, chegando à vila no dia 4 de agosto (CABACap. L. 50. 8. 9. L. 44 65v).

Deu, então, começo ao estudo topográfico do delta, cuja conclusão confiou a Simplício Dias da Silva, hábil, inteligente, trabalhador, que deu integral cumprimento à incumbência que lhe fora confiada, levantando mapas dos diferentes braços do rio, ilhas, baías, abrangendo todas as barras, de Igaraçu a Tutóia.^{12a}

Um pouco mais tarde, Burlamaque anunciava a D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, por intermédio do então Capitão Manuel de Sousa Martins, lhe mandava dez mapas geográficos, de José Pedro César de Menezes, que recomenda ao Ministro em virtude do serviço cartográfico. Enaltece do recomendado "sua prenda de desenhar também e de tirar a olho e sem instrumentos as

perspectivas dessa cidade (Oeiras) e de S. Gonçalo" (CABACap. L. 50. 47).

Pede aos secretários de estado e a S. A. R. (Já era o Rei de Janeiro a metrópole de Portugal) que sejam erigidas em vilas as povoações de Poti, S. Gonçalo, Piracuruca e Piranhas (posteriormente Príncipe Imperial, hoje, Cratêus, no Ceará), e informa que Oeiras já deverá ter mais de 2.000 habitantes (CABACap. L. 50 14v a 16. 35v a 36).

Com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando a Metrópole no Rio de Janeiro, estuda a posição central de Oeiras que a predispõe a ser a sede do Correio Geral, de modo a tornar mais rápida a comunicação da Corte com as capitanias que ficam ao Norte. Seria a Capital do Piauí "o ponto central das comunicações comerciais deste Principado". É isto bastante interessante, motivo por que ainda voltaremos ao assunto (CABACap. L. 50. 17a 18. 36v. 37).

Em seu Governo, os **Pimenteiros** fazem nova invasão nos currais do Alto Piauí, e Parnaguá padece também outras incursões dos indígenas. É quando se tomam medidas mais adequadas à extinção do mal que há mais de século vinha conturbando a tranquilidade da Capitania.

É Carlos César Burlamaque que vai dar o passo decisivo para a solução desse problema.

Vejamos as ocorrências que precederam a ação desse homem, e após as juntas governativas. Com os primeiros dias do governo de D. João Amorim, as cabeceiras do Piauí, Parnaguá e até mesmo Jerumenha foram sacudidas pelo tropel dos indígenas: os **Pimenteiros** apoderaram-se de dezenas de fazendas, os **Tapacuás** cometeram assânsínios, e raptos de crianças no Alto Gurguéia, índios não identificados levam a intranqüilidade aos campos de Jerumenha. Amorim pretendeu organizar expedição de 150 a 200 combatentes para reprimir a horda de malfeitores. Não encontrou apoio na Metrópole, nem mesmo no Maranhão que aconselhou se fizesse o policiamento das fronteiras e se intentasse a civilização dos indígenas por meios pacíficos. Mas não proporcionou os recursos, e os jesuítas já não missionavam.

O ambiente de insegurança continuou nos governos seguintes. Menezes chegou a comunicar a D. Diogo que vai preparar duas entradas, uma para o rio Piauí, outra para o Gurguéia, o que entretanto não pôde realizar (CABACap. L. 18. 16. 65 L. 19. 156v. 157. L. 15. 132v. 133. 166v. 167v. 206v. 207v. L. 37. 151v. 152v. L. 44. 6v. 7. liv. L. 42. 13v. 56 a 57. L. 21. 51v. 52).

Burlamaque, três dias após sua posse, já escrevia ao General de Estado, e logo em seguida ao Príncipe Regente, a respeito do angustiante transe a que fora reduzida a população da Capitania. Em consequência das representações, recebe ordens para promover a ação contra o gentio que no momento ainda continua senhor de mais de trinta fazendas no Alto Piauí.

Com a autorização para efetuar a campanha, a 15 de dezembro publica edital que anuncia a próxima expedição militar e estabelece as medidas necessárias para o êxito do empreendimento. Pede o concurso de todos os habitantes da Capital, e ordena a todas as câmaras que façam o **rateio proporcional às forças de cada um e declarem a cada pessoa o que deve dar, em carne, farinha, cavalos e outros quaisquer gêneros**. Concede poderes às câmaras para nomear um almoxarife encarregado de receber as contribuições. E termina, proclamando que espera todos os moradores da Capitania, **sejam de que condições forem, corram de tropel a oferecerem as suas pessoas e bens** (CABACap. L. 50. 48v).¹³

A **entrada** deveria ser após o inverno em curso. Burlamaque julga indispensável o concurso das capitanias vizinhas, o que não consegue nem mesmo do Maranhão, nem também da Metrópole. As despesas deveriam ser pagas pelos moradores do Piauí, que seriam também os soldados da campanha. E assim foi feito.⁶² (CABACap. L. 44. 66v 67v).

Os preparativos exigem delongas. Dois capitães de real valor acodem ao chamamento: José da Cunha Lustosa que agiria no Gurguéia, e José Dias Soares, no Alto Piauí. Em fevereiro de 1807, autoriza as câmaras a dar início à coleta das contribuições para as entradas que se projetavam. Na Capital havia um Comissário Geral que receberia os auxílios de toda a Capitania. No ano anterior já se haviam estudado as vias de acesso às malocas dos caraíbas.

José Dias começa suas operações a 1º de abril, apenas com sessenta homens. Penetrou na zona do inimigo, Piauí acima. Faz reconhecimentos. Em julho estabelece presidio em Água Verde,

fazenda abandonada desde muito e onde lhe chegam mais reforços. Busca, então, as cabeceiras do rio, e no dia 15 tem os primeiros contatos com o adversário, próximo duma lagoa, provavelmente a lagoa da Formiga, que receberia mais tarde ainda o nome de Bom Sucesso, e onde se fortifica, após aprisionar cinco **Pimenteiras**, em recontro no qual são abatidos dois indígenas.

No dia 21 descobriu nas circunvizinhanças várias roças e, pelo latir de cães, certificou-se de que tinha o inimigo à frente. Dispõe seus combatentes, espalha espias, aguarda o anoitecer, quando já sabe onde estão as rancharias do bugre. À meia noite principia o ataque que a indiada repele como pode. Eram armas de fogo contra arcos e flechas. Os atacantes assaltam as rancharias e "na ação mataram 12 tapuias, todos de guerra, e aprisionaram outros 12, mais nove fêmeas e três **colomis**, dos quais morreram logo dois". Encontram arcos, flechas, 40 redes, 24 machados, muitos cães, papagaios, periquitos, carcarás. Dividem entre si o espólio do adversário espavorido. No dia imediato fazem batidas em busca dos foragidos. Foi infrutífera a perseguição em face do intrincado das veredas através de **caatingas** espessas e garranchosas, de acúleos espinhos.

Escarmentados os **Pimenteiras**, José Dias, à falta de recursos materiais, volta à Água Verde com toda a presa, e aí deixa um destacamento para conter a indiada que afugentara da própria taba. No ano imediato, José Dias, ainda à falta de vitualhas e apetrechos, aguarda momento propício para nova entrada, e destruir duma vez os incômodos vizinhos (CABACap. L. 50. 48va 50v L. 44. 83va 84v. L. 43. 71a 75v).

José da Cunha Lustosa, com a ajuda de Luís Antônio de Freitas, prepara-se para ir à procura dos **Tapacuás**. A sua custa reúne gente, e compra a pólvora necessária para a campanha. A seca protelou a ação para o ano imediato, quando, pela persuasão conseguiu trazer um troço dos selvagens, e ainda a promessa de que o restante viria mais tarde (CABACap. L. 43. 71. 71v 74a 76. 79v. 80. 82. 82v 84. 84v).

Agregou-os a sua própria casa, onde os tratava **como filhos**, diz documento oficial. Decorridos meses, inesperadamente fugiram os **Tapacuás** em busca de sua tribo, **matando e ferindo a tudo que encontravam**. Dão início aos preparativos de nova expedição para o ano de 1810.

Enquanto isso, José Dias retorna ao Alto Piauí, à frente de 200 homens. Três vezes enfrenta o inimigo, destroça-o nos encontros havidos. Regressa com 26 prisioneiros e informa que perdera apenas um combatente, e isso mesmo, de sede, à falta de água. Deixara mortos em campo 15 Caraíbas (CABACap. L. 50. 48v a 50v).

Em 1810, é também Jerumenha o alvo dos ataques indígenas. Seus currais são assaltados; há depredações, assassinios (CABACap. L. 44. 129v. 130v. L. 43. 88v. 89).

É quando Burlamaque arbitrariamente foi preso, e substituído no Governo. Deixou, entretanto, patrulhadas as fronteiras das zonas sujeitas à invasão do aborígene. E os homens a quem confiara o trabalho de repressão e pacificação de **Pimenteiras** e **Acaroás**, continuariam em sua função até estabelecer a tranquilidade nos campos piauienses (CABACap. L. 43. 85v. 87. 87v).

José Dias protege a bacia do Piauí, e José da Cunha Lustosa e seus colaboradores estão atentos no Gurguéia. Os **Pimenteiras** refluem o território pernambucano, para, em seguida, regressar ao Piauí pelo Curimatá, e buscam desvencilhar-se dos inimigos nas campinas de Parnaguá. Seus planos foram frustrados CABACap. L. 43. 85v. 89. L. 44. 129v a 130v. L. 50. 74. 75).

José Dias, de janeiro a julho, aprisiona 68 caraíbas.

Quando chega da Corte o Capitão Bernardo Pereira de Carvalho, nomeado para comandante das operações que passariam a ser custeadas pelos cofres reais, podemos asseverar que já não era preciso o auxílio do Príncipe Regente. Os indígenas já não depredam os currais. Estão destroçados, completamente desmoralizados, e os que não se rendem, penetram cada vez mais nos confins ocidentais (CABACap. L. 43. 95. 96. L. 50. 97a 97v).

Conseguem, entretanto, as autoridades do Piauí, o que haviam pedido repetidas vezes, que as presas feitas fossem reduzidas à escravidão, e, como escravos, logo depois eram vendidas, segundo o testemunho de Mártius (CABACap. L. 50. 94v. 96. 97v).¹⁴

Os aldeamentos indígenas a que nos referimos anteriormente, já não existem. Seus índios estão quase extintos pela dureza de tratamento, e os poucos que sobrevivem ao regime de escravidão a que foram reduzidos, acham-se dispersos pelas fazendas e vilas.

Constituiriam os **Pimenteiras** o último aldeamento feito no Piauí, e teria vida efêmera a fundação.

Ainda no governo da primeira junta trina os **Acoroás** (S. Gonçalo de Amarante) ameaçam debandar, o que não fizeram porque ficaram sob as vistas dos dragões (CABACap. L. 7. 158v. 195v a 196).

O mesmo descontentamento testemunhava-se entre os **Gueguês** (S. João de Sendé). Durão, em obediência a entendimento com Melo Póvoa, mandara que fossem trasladados para novo aldeamento, às margens do riacho Muçum (provavelmente Mutum, nome que registram as atuais cartas geográficas), onde havia um brejo, a uma e meia légua de sua barra, a qual ficava a quatro léguas, abaixo de S. Antônio. Deu ordem a Félix do Rego para abrir a clareira das rancharias. A mudança seria para terras mais ricas, e tinha ainda por objetivo oferecer evasão a seus produtos agrícolas que seriam, então, vendidos à vila de S. João da Parnaíba. Deveriam ser, entretanto, consultados se preferiam reunir-se aos **Acoroás**, de S. Gonçalo, onde as terras também eram ricas e ficavam próximas do Parnaíba. Vê-se pelos mapas de rendimentos que apenas estes índios tinham alguma produção (CABACap. L. 7. 180a 181v. L. 2. 2.º P. 101. 115a 115v. 125v. L. 23. 62).

Vinham tendo os **Gueguês** vida tranqüila, desde que foram estabelecidos em S. João de Sendé. Incitados por escravo fugido, e descontentes das autoridades que espoliavam o fruto de seu trabalho, em 1778 abandonaram sua aldeia e seguiram para Cana Brava, em rumo da Chapada Grande, cometendo **desatinos, toda espécie de latrocínio**: abatiam gados, colhiam nas roças o de que precisavam, para poder comer (CABACap. L. 23. 67v. 68. 80v. 81v).

A Junta Trina adotou medidas para redução dos fugitivos e tranqüilização dos indígenas. Nesse sentido escreveu a Félix do Rego que estava em S. Gonçalo, aconselhou os fazendeiros a tomarem precauções, e autorizou o Inspetor Manuel Antunes de Assunção a organizar tropa de vaqueiros e escravos que estivessem sob sua dependência, para eventual campanha (CABACap. L. 33. 3v. 4. 5v 6).

Enviaram-se emissários aos amotinados, e do entendimento resultou o regresso destes a S. João de Sendé: queixaram-se de que seus gados estavam sendo comidos pelas próprias autoridades (CABACap. L. 2. 2.º P. 130v. 131. L. 33. 12. 13. L. 23. 67a 68).

Deliberou a Junta, sem consultar os interessados, transferi-los para S. Gonçalo, cujas terras eram tão boas quanto as de Muçum, havendo ainda vantagens administrativas: um só pároco, um só diretor, e os **Acoroás** para perseguir fugitivos se ainda debandassem.

Como vimos anteriormente, as duas tribos eram inimigas. Pertenciam, entretanto, ao mesmo grupo étnico, e Mártius informa que suas línguas pouco divergem.

Contudo, os **Gueguês** não querem unir-se aos **Acoroás**, e quando se viram coagidos a seguir para S. Gonçalo, debandaram em grande parte.

Prenderam-se remanescentes suspeitos, e Félix do Rego seguiu no encalço dos rebeldes, homens e mulheres. Conseguiu manter contatos com os fugitivos, e em seguida prendeu-os e, manietados, encaminhou-os à aldeia dos **Acoroás**. Antes de alcançar o riacho Mulato, furtivamente se libertaram das presilhas de couro, e novamente se rebelam. São mortos seis, após ferirem um soldado. Subjugados, foram conduzidos a seu destino.

Em torno da ocorrência houve devassa, e o local em que se consumaram as mortes foi próximo ao riacho Bacuri, entre as fazendas Jacaré e Chapada. Os matadores dos **Gueguês** coisa alguma padeceram, e estes continuaram num regime de escravidão (CABACap. L. 23. 80a 81v. L. 2. 2.º P. 139v. 140. L. 15).

Fez-se, então, a depuração dos elementos julgados mais perigosos, e, como consequência desterram-se vinte homens para o Maranhão, não ficando isentas de castigos **várias mulheres que constituíram uma leva de índias julgadas** (segundo os membros da Junta) **perniciosas ao serviço de Sua Majestade, e que foram exterminadas fora da sociedade dos demais parentes**. Enviaram-nas, por intermédio de Luís Carlos, para Marvão, onde deveriam ser distribuídas pela "ribeira de Crateús com a consideração de ficarem separadas umas das outras a distância que possível for" (CABACap. L. 33. 91. 91v 96a 98).

Como se vê, eram medidas demasiadamente irritativas; havia incompreensão recíproca dos grupos étnicos; índios e brancos (**mamelucos**).

Os **Gueguês** já vinham trabalhando os **Acoroás** para a fuga em conjunto. Agora poderiam agir no mesmo sentido. Tinham inimigo comum, e dos mais odiosos. (CABACap. L. 23 73).

Em setembro de 1780, os hospedeiros e vigias da tribo descontente debandaram e penetraram bem fundo os sertões do Piauí, em rumo de Goiás.

A junta expediu a toda pressa escoltas sob o comando de João Rodrigues Bezerra e Francisco Lopes de Sousa, que em vão rastejam a indiada que se esgueirou por atalhos e veredas. Em pouco consta que os **Acoroás** estão em Parnaguá. Certamente seguiam em rumo do Tocantins, onde ficavam suas primitivas aldeias, próximas aos **Tapacuás**. Seguiu-os Félix do Rego, mas foi infrutífera sua tentativa. (CABACap. L. 33. 106a 107. 121a 121v. 128a 130).

O aldeamento indígena até então só tinha ocasionado prejuízos sob todos os aspectos, disse a Junta a João do Rego especialmente em virtude dos dispêndios feitos pelos fazendeiros e Fazenda Real (CABACap. L. 33. 107).

Afora a deserção em grosso, havia a individual, de elementos que se dispersavam pelas fazendas e vilas. Em relatório de 1789 de Francisco Lopes de Sousa, vemos que em S. Gonçalo só havia 160 índios que estavam sempre a serviço de meia dúzia de indivíduos que os exploravam sem nenhum escrúpulo. Em 1794, **Gueguês**, **Acoroás**, **Jaicós** já haviam abandonado suas aldeias, e se encontravam a soldo, espalhados pela Capitania. Dos **Aroás** não se falava desde muito (CABACap. L. 11. 47a 50v. L. 9. 26).

É quando surgiu a **entrada** contra os Gamelas para dar estímulo ao estabelecimento do Mulato. Foi nova decepção. Mal receberam ferramentas agrícolas, fugiram para o Itapecuru (CABACap. L. 31. 113. 116a. 117v4 L. 9. 112. 128. L. 32. 132 a 133).

Foi nessa mesma época que João Marcelino denuncia que estão perturbando suas plantações, e ameaça também abandonar S. Gonçalo de Amarante (CABACap. L. 31. 149 a 152).

Em 1811, o chefe indígena "vai por terra à província de Minas Gerais queixar-se ao Conde de Palma de que os homens do Piauí lhe queriam tomar as suas terras, além de outras injustiças que praticavam, principalmente o sacerdote que os dirigia.

O Conde mandou-o ao Rio de Janeiro a fim de apresentar pessoalmente ao Príncipe Regente a sua queixa, e este, depois de ouvi-lo, deferiu benignamente, enchendo-o de honras e presentes".¹⁶

Quando Mártius passou pelo Piauí, com referência à população de **Gueguês** e **Acoroás**, informa que "segundo a nota do vigário, constava apenas de uns 120 pessoas e mesmo estas nem todas de origem sem mistura..." Registra seu "aspecto tristonho" e diz que "vagavam em abstrata inércia". E com referência aos **Pimenteiras** que haviam sido estabelecidos em princípio na Lagoa do Sal: "Eles eram dos mais robustos e desempenados entre os índios que até agora nos haviam aparecido, e tinham nos traços de fisionomia, assim como na linguagem muito rica em seus palatinos, um certo desembaraço e firmeza, que debalde procuramos em outros índios aldeados em S. Gonçalo de Amarante".¹⁷

Já eram, entretanto, rebotalhos de gente.

Já fizemos sentir em nosso trabalho que a política européia repercutia no Piauí, também sob o ponto de vista militar. Capitania quase mediterrânea, teve, entretanto, a seu encargo, a defesa do litoral, da Barra do Igarçu, à Barra da Tutóia. Em virtude da guerra entre Portugal e a França, por vezes também a Espanha, por mais duma vez teve que guarnecer aquela região. Anteriormente vimos mandar o governo do Piauí ocupar pontos julgados estratégicos da linha litorânea a que nos referimos.

Em 1793, o General do Estado determinou que o Capitão Antônio José da Costa Campelo com 10 soldados, um furel e um tambor viesse "defender beira-mar e costa dessa barra e juntamente ter pronta toda a tropa para qualquer ataque".

A Junta Trina toma as providências necessárias para a conjugação de esforços (CABACap. L. 14. 184).

Mas logo depois, em 1795, confia o General de Estado ao Piauí a defesa da Costa até a Barra da Tutóia, e a junta Governativa adota as deliberações tendentes à efetivação da ordem recebida (CABACap. L. 10. 5).

No Governo de D. João de Amorim aparecem duas embarcações francesas na barra da Parnaíba, e uma tentou forçar a entrada e foi repelida pelas trincheiras do litoral. Providencia o Governador o fortalecimento militar da vila (CABACap. L. 15. 103va 104. 189va 193. L. 18 33v. L. 17. 52v a 53).

Já no governo de Francisco Diogo de Moraes, os franceses conseguem tomar uma sumaca que pertencia a Simplicio Dias da Silva, na saída da barra. Reforça-se, então, o destacamento de Parnaíba (CABACap. L. 37. 118a 119v).

Quando a França invade Portugal, e a Corte Portuguesa traslada-se para o Rio de Janeiro, "o governador Carlos César Burlamaque, ao receber as primeiras notícias das hostilidades, "prepara-se para prevenir qualquer investida na capitania, e sobre este particular baixa umas instruções... dirigidas ao Capitão Simplicio Dias da Silva, comandante da vila da Parnaíba, sobre a defesa do litoral; extenso documento, no qual o governador, militar que era, manifesta nos minuciosos detalhes de fortificação e guarnição das ilhas do delta do Parnaíba, principalmente das mais acessíveis a um assalto por ficarem na embocadura dos seus portos e barras, e nos planos de combates, prevenindo todas as hipóteses, a sua perícia profissional e perfeito conhecimento da arte de guerra".¹⁸

Dissemos anteriormente que voltaríamos a falar a respeito do Decreto de 26 de Setembro de 1811 que estabeleceu o governo militar da Capitania no Piauí, e da Carta Régia de 18 de Outubro, do mesmo ano, que criou seu governo civil e o isentou por completo da jurisdição do Maranhão.

Assim passa a ser dirigido o governo das armas pelos governadores da Capitania, até 1821, quando se criam os governos das armas, sujeitos às Cortes Portuguesas.

Veremos em quase tudo isso o resultado da luta que sustentou Burlamaque em defesa dos interesses do Piauí. Na rica documentação em torno do assunto, está seu ofício de 30 de maio, de 1809 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual focaliza interessantes aspectos financeiros.

A renda do Piauí consiste no subsídio literário que se elevou a 350\$050, em 1804, nos dízimos de gados, inclusive das miúças, que nesse mesmo ano atingiram a 118:506\$500 e referente ao triênio que se iniciava e finalmente, nos novos direitos, contribuição provinda do que pagam anualmente os que ocupam os ofícios das justiças e fazenda, providos pelo Governo, e que produziu 363\$000 em 1808.

Há ainda a renda originária das fazendas do fisco, como eram então conhecidas as fazendas deixadas por Mafrense, e que anualmente ascendia a 10:000\$000 sem a dedução das despesas.

Como vemos, apenas os dízimos e o legado de Mafrense apresentam rendimentos notáveis. O resto é de pouca expressão financeira.

Acontece ainda que os subsídios literários passaram a ser arrematados no Maranhão, e também os dízimos, conforme Provisão de 4 de Janeiro de 1784, enquanto a renda das fazendas do fisco proveniente do gado vendido no Piauí, quase sempre era remetida para fora da Capitania que assim só ficava com os novos direitos, de inexpressiva significação financeira. Contra isso é que se insurgiu Burlamaque, bem como contra o excesso de prerrogativas que se arrogavam os Generais de Estado do Maranhão, cuja intolerância nesse sentido provocava constantes atritos com os governadores da Capitania subalterna.

Em seu ofício, Burlamaque faz ver os vícios no processo de arrematação, e as inconveniências advindas. E entre estas: sempre o mesmo arrematante, rico negociante de S. Luís, José Gonçalves da Silva, o Barateiro, tão bem perfilado por Jerônimo Viveiros (CABACap. L. 50. 41 a 43v).

Não se pagavam os dízimos em numerário; o pagamento era feito *in natura*, especialmente com o gado vacuum. E o magnata tinha que retirar para o Maranhão as reses recebidas, à falta de mercado no Piauí e então aproveitava a oportunidade para o contrabando, e de mistura levava muito gado comprado. Isto vinha sendo testemunhado desde muito (CABACap. L. 38. 2v a 3v).

Ainda como decorrência do decreto e da carta régia que isentam a Capitania da Jurisdição do Maranhão, é instalada em 1813 a Junta da Fazenda Real do Piauí, ficando dessa forma extinta a Provedoria da Fazenda Real. A instalação ocorreu no regime da junta trina de que co-participava o Ouvidor Luís José de Oliveira, poucos meses antes de ser iniquamente suspenso, preso e remetido para a Bahia pelos seus companheiros de governo, posteriormente severamente punidos pela violência (CABACap. L. 50. 88a 90v. L. 67. 1 a 2).¹⁹

Esse ano de 1811 é ainda assinalado pela criação da vara de juiz de fora de Parnaíba e Campo Maior, em virtude do "estado florescente" em que se acham as duas vilas, "tendo-se aumentado

muito a sua população, agricultura e comércio, havendo-se por isso implicados os interesses de seus habitantes que distam da cabeça da comarca mais de cem léguas, e a necessidade que têm de um juiz letrado, que lhes administre justiça com imparcialidade, inteligência e inteireza”.

O juiz teria exercício cumulativo dos cargos de provedor da fazenda dos defuntos e dos ausentes, capelas e resíduos. Ainda teria as honras de desembargador da Relação da Bahia.

Alguns anos mais tarde, já no governo de Elias José Ribeiro de Carvalho, criar-se-ia o mesmo cargo para Oeiras, ainda em virtude do progressivo comércio, agricultura e população.²⁰

A criação dessa vara vinha sendo solicitada desde o tempo de João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania e que formulou o pedido reiterado pelos governos posteriores (CABACap. L. 18. 33a 33v).

Praticamente se extinguíram as lutas contra os indígenas. Quando Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos toma posse, a 9 de janeiro de 1814, o Piauí estava tranqüilo sob esse aspecto (CABACap. L. 50. 141).

Até mesmo as tricas entre os delegados da Metrópole e os moradores da Capitania foram amortecendo.

Antes de alcançar Oeiras, passou Botelho pelas sedes municipais de Parnaíba e Campo Maior, em viagem que fez do litoral à Capital, embarcado e também por terra. Ao assumir o governo, já tivera contato direto com a Capitania. Já conhecia, embora parcialmente, suas mazelas, e também o de que precisava. Pede a reconciliação dos funcionários, e faz apelo a todos para que haja paz.

Informa que pelas vilas por que passou **há ignorância geral e absoluta**. Vê aí a origem das desordens que tumultuam o Piauí, e, para atenuar os males, vê também a necessidade da criação de escolas em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior, o que faz sentir à Metrópole, então no Rio de Janeiro. E instrui também que o **Subsídio literário** era suficiente para o pagamento dos professores.

Posteriormente ainda faz o pedido, e exculpa-se da reiteração. Contudo, já quase no fim de sua administração, em face do mutismo das secretarias de estado, volta ao assunto, esclarecendo que é do seu dever **instar** para que haja a nomeação de professores, e assegura ainda uma vez que **o rendimento do subsídio literário é**

assaz superabundante para por ele pagar-se o ordenado que S. Maj. for servido arbitrar.

Solicita ainda, em virtude da **ignorância geral e absoluta**, origem da desordem que conturba a Província, que seja imediatamente organizada a Companhia da Tropa de Linha, cujos oficiais e inferiores em parte já haviam sido nomeados, e vinham recebendo soldos. Dá-se início também à organização da companhia de artilharia. E noticia que em Campo Maior assaltam a cadeia e soltam os presos; militar que enviara a Crateús, fora desacatado e forçado a retirar-se sob coação.

Com referência à educação, a coisa ficou como estava, pois a nomeação de professores para campo Maior e Parnaíba não daria vida às escolas, que em pouco deixariam de funcionar. Mas a tropa de linha foi organizada e teve como comandante o Sargento-Mor José Joaquim de Lima e Silva, que ainda no governo de Botelho visitou, em serviço de inspeção militar, Parnaíba e Campo Maior, e mais tarde foi eleito por mais duma vez deputado do Piauí na baixa câmara. Distinguiu-se de modo notável na Bahia, quando nas lutas da Independência. Mais tarde seria o Visconde de Magé. Pensamos que sua ação foi fator de ordem no Piauí.

Em sessão, da Junta da Real Fazenda, logo no começo de seu governo, propôs Botelho o estabelecimento de correios mensais para a Bahia, o que foi aprovado, havendo a Junta sugerido ainda que se aproveitassem os escravos das fazendas do fisco para condutores das malas postais, o que foi executado com módicas despesas. O Governador comunica as resoluções tomadas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino que, todavia, respondendo a seu ofício, não solucionou de modo positivo o assunto. Três anos após aparece bem elaborado plano, verdadeiro estatuto que regulamenta o Correio da Província, debaixo das ordens da Junta da Real Fazenda. (CABACap. L. 50. 142a 144. L. 67. 5. 18a 25. 29a 29v. 37a 38. 49a 50v. L. 68. 129va 121. L. 97. 7a 10.).

A administração provincial foi alvoroçada com a notícia da Revolução de 1817. Toma prontas providências para impedir sua propagação no Piauí e para isso manda que se reforce o destacamento da tropa de linha de Parnaíba e, se preciso, que se convoquem dois regimentos de milícias e um de cavalaria; determina ainda que não se permita a saída de nenhum gado para Pernambuco e que se interrompa temporariamente todo e qualquer comércio

com a província insubmissa, para cujas fronteiras expede destacamento de cavalaria. Autoriza também a aquisição de pólvora e balas para os armazéns reais. Daqueles destacamentos, um recebeu ordens de penetrar no Ceará a fim de defender a legalidade. Engrossou o número de seus milicianos, e constituiu-se na oitava companhia do Regimento de Infantaria de Campo Maior, troço de 124 combatentes que esteve pronto a marchar contra os rebeldes da vila do Crato, onde fronteiro de seus arraiais (informa documento cuja veracidade reclama novos depoimentos) abaracou para combater e repelir o imaturo republicanism. Efêmero foi o movimento no Ceará, motivo por que pomos em dúvida a alegação do depoente (CABACap. L. 67. 11a 13. 73a 74).²¹

Em pouco chegam notícias dos insucessos dos rebeldes pernambucanos.

Nesse mesmo ano, decreto de 22 de agosto cria a Alfândega de Parnaíba que, todavia, só funcionaria após a Independência. D. João VI reconhece "o quanto é pesado e violento aos habitantes da Capitania do Piauí, o não poderem dispor dos seus gêneros e produtos da sua lavoura, sem o entreposto do Maranhão ou Pernambuco, para onde são obrigados a levá-los com grandes despesas e riscos para dali se exportarem para outros portos do seu consumo ou só venderem a negociantes estabelecidos nos mencionados entrepostos, por menos 30 ou 40% com notável diminuição, em um e outro caso, da proporcionada recompensa, a que tem direito, e efetivamente devem tirar os seus produtos, para poderem continuar nos trabalhos que eles exigem, quando aliás se evitará tão grande estorvo para o progresso da agricultura e que a paralisa, fazendo-se transportar os mencionados produtos e gêneros **pelo grande rio Parnaíba, que corre naquela Capitania e que em toda a sua extensão oferece fácil navegação até a sua foz**, na vila da Parnaíba, a que ele deu o nome, onde sendo estabelecida uma Alfândega e Inspeção de Algodão, poderá sem prejuízo da minha Real Fazenda, ser permitida a **exportação direta daqueles gêneros por qualquer das barras**, que mais cômoda e segura for aos navegantes para os portos do seu consumo."²²

Dois anos antes, os moradores de Poti, povoado à foz do rio que lhe dá o nome, fazem representação, pedindo que, em virtude de seu comércio, seja o mesmo elevado à categoria de vila e freguesia (CABACap. L. 67. 3.).

Enquanto um pouco mais tarde, o Padre colado de S. Gonçalo, a pedir a El-Rei favores para a paróquia, anuncia sua florescente agricultura baseada em terras frescas de searas fecundas, cujo algodão prenunciava animado comércio pelo próximo porto de Parnaíba (foz do Canindé) local que "na opinião comum dos mais prudentes é onde deverá ser a planta da cidade capital..." (CABACap. L. 67. 91a 95).

É também no governo de Baltazar Botelho que vemos o mais rico documento que se refere à mudança da Capital para Parnaíba, progressista vila por onde se escoava a produção da Província (CABACap. L. 76. 43v. 94.).

Por essa época já havia efetivamente comércio de sal e outros gêneros, do litoral a Oeiras, em barcos de regular dimensão pelo Parnaíba e Canindé, cujas principais corredeiras foram arrasadas por iniciativa particular. Aquelas barcas recambiavam o valor de suas vendas em produtos da terra. Os governos por vezes cuidavam das estradas, merecendo menção a de Caxias (Aldeias Altas) à Passagem de S. Antônio, aberta entre 1798 e 1804.²³

Pelo **Roteiro** que nos deixou o Capitão Francisco de Paula Ribeiro, vemos o estado da viação pública do Piauí em 1815. Uma rede de caminhos penetra na bacia oriental do Parnaíba, região intermediária que serve de ligação de importantes bacias fluviais ou grandes regiões geográficas do Brasil. As primitivas estradas foram melhoradas com a iniciativa particular, e deram origem a novos ramais à medida que se dilatavam as fronteiras demográficas com a expansão dos rebanhos.²⁴

Quando Botelho assumiu as funções de Governador, fez apelo a todos para que houvesse boa vontade nos entendimentos de pacificação.

Contudo, dentro em pouco tempo medrava a cizânia no campo da administração pública. Já não eram os simples arreganhos, que atrás vimos, contra a polícia. Já lutava o próprio governador para manter a integridade de suas prerrogativas.

Não havia partidarismo político na Capitania. Havia um grupo que a dominava tiranicamente. Quando lhe escapava o poder, com a mudança de governador, para recuperá-lo, recorria a todos os processos de ação, até mesmo em atitudes temerárias.

A grande maioria dos fazendeiros guardava isenção de ânimos em face da causa pública. Mas o grupo dominante a que nos referimos, liderado geralmente por letrados de poucas letras vindos de fora, ladinos e trapaceiros como insinuavam as autoridades governamentais, tudo fazia para exercer grande influência nos delegados de El-Rei, ou, se resistiam estes a seus propósitos quase sempre desonestos, intentava, então, desmoralizá-los, destituí-los mesmo de suas funções. Era assim que se processava a política no Piauí: uma oligarquia a impor seu domínio tirânico de modo ilimitado, e que tinha por finalidade usufruir vantagens de ordem pessoal.

Já no segundo ano de sua administração, Botelho refere-se às contínuas e perigosas agitações **da Capitania**, e a seu **clima árido e doentio** que lhe tem arruinado a saúde, e pede transferência para outra função. Deixá-lo-iam, entretanto, a lutar com os chicanistas, e o sintoma de fraqueza, que revelara a princípio, não teria curso e cederia lugar a atitudes enérgicas e prudentes e que por vezes recorreu.

Um governador da Capitania dissera um pouco antes que **só o Piauí e o Maranhão davam mais trabalho que todo o resto das colônias**. E um pouco mais tarde, para corroborar o que dissera com referência ao Piauí, acrescenta que "esta Capitania (agora testemunha o informante com a correspondência da terra conflituosa) é sobejamente conhecida na Secretaria de Estado competente, sendo, como eu vi, mais cheio em quádruplo o armário do Piauí e Maranhão do que os de todas as outras capitanias juntas" (CABACap. L. 50. 47. 48. 52v).

Se Baltazar padecia dissabores no Piauí, grande foi a alegria que o deliciou ao receber a comunicação de que fora condecorado com a Comenda da Ordem de Cristo. Pouco depois, a 14 de junho de 1819, transferia suas funções a Elias José Ribeiro de Carvalho que seria o último governador nomeado por autoridade portuguesa (CABACap. L. 67. 33. 33v. 35v. 36).

Elias José Ribeiro de Carvalho chegara a Oeiras no dia 6 de junho de 1819, e assumiu suas funções a 14 (CABACap. L. 67. 35v. 36. L. 76. 63).

Tomou a iniciativa de estabelecer correio para o Maranhão, ligando pelo interior S. Luís a Salvador, e tornando mais rápida a comunicação entre a Corte então no Rio de Janeiro, e o Norte do Brasil. Mostrava as vantagens advindas à administração pública, bem como ao comércio e aos interesses particulares.

Para êxito da iniciativa, pediu a colaboração do Capitão General da Província vizinha, que deu acolhida ao propósito desde muito acalentado, e mandou ao Piauí um oficial de milícias para acordar as bases do empreendimento.

Os compartes do ajuste final convieram em que saíria de Oeiras todos os dias seis, o estafeta, que seria um miliciano, para a Passagem de S. Antônio, onde residia Antônio José da Cunha Rabelo, que serviria de intermediário na troca das malas postais das duas linhas que teriam como ponto de incidência sua fazenda: uma para S. Luís, outra para a capital do Piauí.

Concomitantemente se expediam ordens da Corte que autorizavam o estabelecimento de linhas postais do Piauí para o Maranhão, e também para o Ceará. Elias experimenta e manifesta alegria, porque sua iniciativa, com referência a S. Luís precedeu a autorização da Corte, e diz que com protidão iria expedir o primeiro estafeta para o Ceará.

Assim, efetivava-se o preconício de Burlamaque, isto é, Oeiras, a cidade do sertão de dentro, seria "o ponto central das comunicações" do Brasil que já era metrópole do Reino Unido a que pertencia.

Tomavam-se providências para a organização duma companhia de artilharia, conforme decreto de 1814, e cogitava-se também de aumentar para duas companhias as forças de primeira linha (CABACap. 67. 72. 72v. 76. 76v. 109v. L. 76. 69v. L. 101. 115a 115v. 121v a 122. 135a 136. 173 a 173v.).

E também continuavam as remessas de gados de cria, e de escravos, para a fundação de novas fazendas no Itapecuru, sob a orientação de Francisco de Paula Ribeiro.

O Governador exagera a iminência de ficarem arruinadas as fazendas reais da Província, em se extraindo das mesmas a quantidade de gado que ordenavam fosse retirada para aquele fim, e faz reflexões em tomo do assunto. Contudo, até meados de 1821, ainda era remetida uma partida de quinhentas novilhas para Pastos Bons (CABACap. L. 67. 70v. 71. 116. 116v. L. 98. 56. L.

124. 95. L. 101. 122 a 122v. 139a 139v. 146. 156a. 160v. 165a 167. 175a. 176. 189a 190).

Elias informa que eram excelentes as condições das fazendas do fisco, pois eram melhores que as boas fazendas da Província pertencentes a particulares. Mas denuncia que são pessimamente administradas. E para comprovar a asserção estabelece paralelo das duas administrações. A direção dos bens incorporados à Coroa competia à Junta da Fazenda Real, e essa circunstância deu origem às primeiras contrariedades do Governador. As sugestões que apresentava com propósito de obter melhor rendimento não eram acolhidas pelos membros da Junta que continuavam na política de dissipação (CABACap L. 67. 58a 60. 70va. 71. 116a 116v. L. 98. 56 L. 124. 95.).

A mesma dilapidação ocorria nas compras feitas para o fornecimento das tropas, do hospital e dos armazéns reais. Eram inúteis as representações do Governador para evitar esbanjamento. Açularam-se ainda mais os ânimos com a chegada de Antônio Maria Caú, secretário da referida Junta, que praticou em pouco tempo atos atrabiliários, outros, exorbitantes de suas funções, mandando soltar, prender, castigar com açoites escravos do fisco, expedindo ordens inteiramente alheias a suas atribuições, para autoridades nas sedes municipais. Não é duvidoso que houvesse fundamentos nas acusações que faz ao Governo e a seus funcionários.

Não lhe era, entretanto, lícito arrogar-se poderes para correção. Aí estava sua fragilidade, provinda da insensatez. Balbardiou toda a administração.

Elias convoca um conselho de pessoas graduadas, expõe as ocorrências e pede deliberações. Acordam que seja Caú suspenso e preso de ordem de S. Majestade, o que vai executado imediatamente (CABACap. L. 67. 77a 78. L. 76. 75va 76, 87, 88.).

Já afetavam a Província as agitações provocadas pela Revolução do Porto. Em princípios de março, rumorejavam em Oeiras os sucessos do Pará, e poucos dias após, também os acontecimentos da Bahia, de que resultaram as duas primeiras juntas governativas estabelecidas no Brasil, conforme o espírito constitucionalista. E começa a efervescência no Piauí, apesar de haver o Governo guardado em sigilo as notícias que recebera referentes às inquietações das duas províncias (CABACap. L. 101. 169a 169v. 173a 174).

Caú foi o principal promotor das comoções de maio de 1821, em Oeiras. Sob a alegação de que Elias ocultara correspondência com ordens para o prévio juramento da constituição que emanasse das Cortes Portuguesas, tramaram uma sublevação que teria por fim depor o Governador e implantar uma junta governativa. Como D. João anteriormente sob intimidação, assim também o Governador do Piauí, a 7 de maio, faz juramento solene de obediência à constituição que se elaborava em Portugal. E também nas vilas da Província fez-se o mesmo juramento, e dessa forma anularam-se as causas do movimento sedicioso.

Chegaram ordens para eleição de dois deputados, representantes do Piauí nas Cortes Portuguesas, e também notícias do regresso de D. João a Portugal, e da permanência de D. Pedro no Brasil, como príncipe regente.

Apesar do afastamento de Caú, que foi mandado preso para Parnaíba a 17 de maio, continua tenso o ambiente político de Oeiras, em virtude das eleições para deputado, bem como por julgarem ilegal o governo de Elias, e exigirem atenção duma junta governativa provisória, como imposição constitucional e como já havia sido feito nas províncias vizinhas.

Já se entremostravam nessas efervescências manifestações de ordem política, mas, em verdade, estavam em jogo apenas interesses de famílias e de agitadores ambiciosos que, no dizer de Elias, são **aqueles que nas revoluções têm as suas esperanças**. Projetavam um movimento de rebelião para estabelecer novo governo. Elias, sob pressão, esquivava-se a dar aquiescência ao propósito, mas também não se sente com força para coibir a execução do ato ilegal. Certamente se orientava pelo mesmo espírito que o Governador do Maranhão que protelou o quanto pôde a eleição duma junta governativa, o que só se faria a 15 de fevereiro de 1822, como consequência do **Decreto de 29 de Setembro de 1821**.

Incitam-se os ânimos em Oeiras. É nesse ambiente que a 9 de setembro há o juramento solene da Constituição Portuguesa. Apareciam pasquins que ameaçavam as autoridades. Os agitadores procuram amotinar a tropa. Elias cede. E a 24 de outubro de 1821, elege-se a Junta de Governo Provisório que presta juramento e toma posse dias após. Nenhuma manifestação emancipacionista (CABACap. L. 102. 1a 6. 10 a 13. 19 a 20. 196v a 198. L. 99. 1a. 3. 7v a 8. L. 124. 86v a 91).²⁵

Podemos crer, entretanto, que cessará o regime colonial, pelo menos o imposto por Portugal. Iríamos entrar nas lutas da nossa Independência. É que o Brasil superava Portugal sob o ponto de vista econômico. Vimos sua formação cultural aplicada no estímulo das fontes vitais da nação brasileira, cujo desenvolvimento se processava tranqüilamente.

Sobeja documentação prova que os domínios portugueses das Américas apresentavam maior volume que sua metrópole no comércio internacional.

Desde o século XVII projetava-se no exterior a influência do Brasil já mesmo sob outros aspectos. Para a manutenção dos domínios portugueses da África, já então saíam expedições militares do Brasil, donde também saíam **governadores e funcionários mais respeitáveis** para o governo de Angola. Negociantes de Pernambuco e da Bahia assenhorearam-se do comércio da Costa da África. "Em 1770, Martinho de Melo Castro, Secretário de Estado, escrevia que não se podia ver **sem grande dor que os domínios do Brasil tenham absorvido em si todo o comércio e navegação da Costa da África, com total exclusão de Portugal...**"

José Honório Rodrigues estuda esse aspecto de nossa história com farta documentação, e conclui que **o Brasil era o centro de um comércio triangular unindo-se à África e à Ásia sem participação portuguesa (Brasil e África: outro horizonte, 1961).**

Aí temos causas primordiais de sua independência.

NOTAS

¹ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 95.

² COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 100.

³ Spix e Mártius. **Viagem pelo Brasil**. Vol. II. 1938. 408. **Roteiro do Maranhão**. 76.

⁴ POMBO, Rocha. **História**. Vol. V. 415. 416.

⁵ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 103.

⁶ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 35. P. Seguro. **História Geral**. Vol. IV. 268 a 273.

⁷ LEITÃO, C. de Melo. **História da expedições científicas no Brasil**. 1941. 212. e segs. P. Seguro. **História Geral**. Vol. IV. 368 a 373.

⁸ COSTA, Pereira da. Obra cit. p. 107 a 108. 112.

⁹ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 34 a 35. P. Costa. Obra cit. 92. III. 112. CABACap. Livro 2. II. P. 108 a 108v. L. 7. 76v. 77. L. 10. 45. 46v. L. 15. 31v a 32v. L. 18. 30 a 31v. 56 a 58. 70. 76 a 79. L. 19. 60v a 61. 132 a 133. L. 25. 118. 119. L. 31. 5v. 6. L. 50. 11. 18 a 19. 29v a 31. 36 a 39. 50v a 51). P. Costa. Obra cit. 92. 111. 112.

¹⁰ NUNES, Odilon. **Economia e finanças** (Piauí colonial). Em **Econômica piauiense**. Vol. III. 36 a 37. CABACap. L. 15. 149 a 150. 238 a 241. L. 21. 11 a 11v. L. 37. 3 a 3v. 17 a 17v. 35 a 35v. 142v a 143. 170 a 170v. 224 a 225. 232 a 232v. 240 a 240v. L. 38. 21v a 22. L. 45. 20. P. Costa. Obra cit. 107. 108. 111. P. Seguro. **História Geral**. Vol. V. 78. 79. 80. 273.

¹¹ COSTA, Pereira da. Obra cit. 122. 123.

¹² COSTA, Pereira da. Obra cit. 114.

¹³ COSTA, Pereira da. Obra cit. 115 e 116.

¹⁴ Spix e Mártius. **Viagem pelo Brasil**. Vol. II. 459.

¹⁵ Idem, idem. 451.

¹⁶ COSTA, Pereira da. Obra cit. 124.

¹⁷ Spix e Mártius. **Viagem pelo Brasil**. Vol. II. 448. 450.

¹⁸ COSTA, Pereira da. Obra cit. 116.

¹⁹ COSTA, Pereira da. Obra cit. 125.

²⁰ COSTA, Pereira da. Obra cit. 133. 134.

²¹ COSTA, Pereira da. Obra cit. 131.

²² COSTA, Pereira da. Obra cit. 131. 132.

²³ COSTA, Pereira da. Obra cit. 113.

²⁴ COSTA, Pereira da. Obra cit. 128 a 130.

²⁵ MEIRELES, M. M. **História**. 206. J. Ribeiro do Amaral. **Efemérides
maranhenses**. 1923. 122 a 123.